



RELATÓRIO
E CONTAS
2021

 **TEIXEIRA DUARTE**

Fotografia de capa



INICIATIVA DE COLABORADORES DO GRUPO EM SE REUNIREM PARA SIMBOLIZAR EM “DESENHO HUMANO” A CELEBRAÇÃO DOS CEM ANOS DA TEIXEIRA DUARTE, NA PONTE SOBRE O RIO ALMADA, ILHÉUS - BRASIL

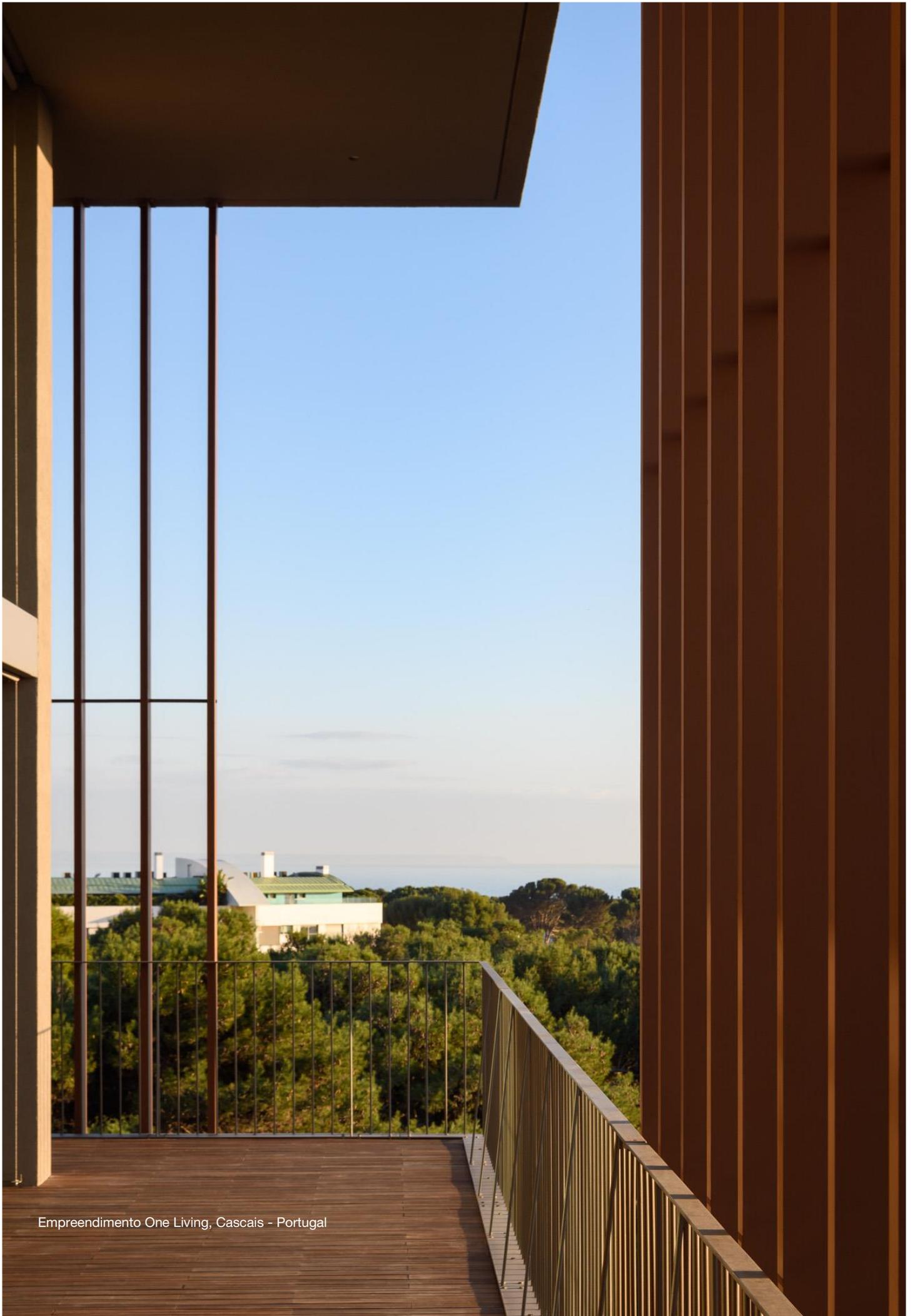
RELATÓRIO E CONTAS 2021

Ao abrigo da legislação em vigor, a versão oficial e auditada do relatório e contas da Teixeira Duarte, S.A. relativa ao exercício de 2021 foi elaborado em formato Eletrónico Único Europeu (European Single Electronic Format - ESEF) e publicada no dia 29 de abril de 2022 no site da CMVM e no site institucional da Sociedade www.teixeiraduarte.pt. Não obstante, e embora noutra formato, esta versão pdf é uma cópia fiel do respetivo relatório oficial, ainda que, em caso de discrepância entre as duas versões prevalece a versão oficial em formato ESEF.

PÁGINA PROPOSITADAMENTE DEIXADA EM BRANCO

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 2021	7
Identificação da Sociedade	8
Introdução	9
I. O Grupo Teixeira Duarte	11
I.1 Perfil	12
I.2 Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	20
I.3 Principais Indicadores Financeiros	21
I.4 Gestão de Riscos	22
I.5 Eventos Societários	23
II. Apreciação Económica e Financeira	25
III. Informação Não Financeira	32
IV. Atividade por Setores	91
IV.1 Construção	92
IV.2 Concessões e Serviços	109
IV.3 Imobiliária	116
IV.4 Hotelaria	121
IV.5 Distribuição	125
IV.6 Automóvel	129
V. Perspetivas de Evolução Futura	132
VI. Proposta de Aplicação de Resultados	133
VII. Anexo ao Relatório de Gestão do Conselho de Administração	134
RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE 2021	137
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS 2021	193
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 2021	223
RELATÓRIO, PARECERES E CERTIFICAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO 2021	293



Empreendimento One Living, Cascais - Portugal

Relatório de Gestão do Conselho de Administração 2021

IDENTIFICAÇÃO DA SOCIEDADE

Teixeira Duarte, S.A.

Sede: Lagoas Park, Edifício 2 – 2740-265 Porto Salvo

Capital Social: € 210.000.000

Número Único de Pessoa Coletiva: 509 234 526

INTRODUÇÃO

O RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

O Conselho de Administração da "Teixeira Duarte, S.A." (TD,SA), no cumprimento das disposições legais e regulamentares que regem as sociedades com o capital aberto ao investimento do público, apresenta o seu Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2021.

O presente Relatório analisará de forma consolidada a atividade desenvolvida pelas participadas da TD,SA e abordará também alguns aspetos sobre a Sociedade a título individual, nomeadamente no que respeita à proposta de aplicação de resultados, assumindo-se deste modo a opção prevista no Artigo 508.º-C, n.º 6 do Código das Sociedades Comerciais, de apresentar um relatório único.

Nesta exposição ter-se-á em conta que cada uma dessas participadas dispõe de órgãos de gestão próprios, que tratam igualmente de disponibilizar a respetiva informação pertinente, pelo que aqui serão feitas somente algumas referências com o propósito de configurar uma perspetiva de conjunto.

A este documento são anexados, nos termos da legislação aplicável, mapas com as diversas informações relativas às participações sociais no capital da TD,SA (nomeadamente de acordo com o disposto no artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais e no Regulamento da CMVM n.º 5/2008, já na sua versão alterada pelo Regulamento n.º 7/2018).

REPORTE DE INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA

Em cumprimento da legislação aplicável (Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho), é incluído um capítulo autónomo no âmbito do Relatório de Gestão, para prestar reporte de "Informação Não Financeira". Este relato segue outros quadros regulatórios voluntários de reporte, nomeadamente os *standards* do *Global Reporting Initiative* (GRI), na sua opção Essencial, e o Modelo de Relatório de Informação Não Financeira emitido pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, anexando-se ao mesmo as respetivas tabelas de correspondência com estas duas referências.

Em virtude da entrada em vigor do Regulamento (EU) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho de 2020 (Regulamento da Taxonomia) a Teixeira Duarte, S.A. divulga, na secção do reporte de Informação Não Financeira respeitante à componente ambiental, as informações referentes à Taxonomia Europeia relativas ao exercício de 2021.

RELATÓRIO DO GOVERNO DA SOCIEDADE

Apresenta-se também neste conjunto o relatório detalhado sobre a estrutura e as práticas de governo societário em 2021 (elaborado em conformidade com o artigo 29-H do Código dos Valores Mobiliários e com o Regulamento da CMVM n.º 4/2013), tomando por base o Código do Governo das Sociedades do Instituto Português de *Corporate Governance* (IPCG), em vigor desde dia 1 de janeiro de 2018 na sua versão atualizada em 2020.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Para além disso, consideram-se aqui também integradas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas com os respetivos anexos, as primeiras elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e as segundas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia, bem como os respetivos Relatórios e Pareceres dos Órgãos de Fiscalização, as Certificações Legais das Contas e Relatório de Auditoria produzidos por auditor registado na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários.

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do Artigo 29-G do Código dos Valores Mobiliários, os signatários declaram que, tanto quanto seja do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as contas anuais e os demais documentos de prestação de contas anexos foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da TD,SA e das sociedades incluídas no seu perímetro de consolidação, bem como que tais documentos expõem fielmente as respetivas evoluções dos negócios, dos desempenhos e das posições de cada uma dessas entidades, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que as mesmas se defrontam.

Complementarmente a esta declaração, designadamente ao descrito na última frase, cumpre referir que, tanto o Conselho de Administração da TD,SA como os das demais entidades do Grupo Teixeira Duarte continuam a acompanhar o desenvolvimento da

situação de pandemia Covid-19, que se iniciou no final de 2019, encontrando-se a atuar em conformidade com as recomendações emitidas pela Organização Mundial de Saúde e pelas entidades públicas responsáveis pela área da saúde nos respetivos países em que as empresas do Grupo operam.

Neste enquadramento têm sido tomadas medidas de contingência e de prevenção, para cumprimento das orientações daquelas entidades e para mitigação e contenção do risco, equilibrando esse desígnio com as diligências necessárias à salvaguarda da continuidade do negócio e do impacto que o mesmo tem em todos os seus *stakeholders*.

Do mesmo modo, prossegue-se o acompanhamento do desenvolvimento da situação geopolítica na Europa e os impactos da mesma nas economias com que o Grupo opera direta e indiretamente, com particular incidência na obtenção de serviços, *commodities* e matérias-primas.

FORMATO ELETRÓNICO ÚNICO EUROPEU (EUROPEAN SINGLE ELECTRONIC FORMAT – ESEF)

O Relatório e Contas Anual foi elaborado em Formato Eletrónico Único Europeu (*European Single Electronic Format - ESEF*), em conformidade com as especificações previstas no Regulamento Delegado (UE) 2018/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018, e nos termos das alterações subsequentes, tendo em conta as orientações disponibilizadas pela Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA) e tendo igualmente em conta a informação divulgada pela CMVM a respeito das regras aplicáveis ao novo formato eletrónico de divulgação de Informação Financeira.

I. O GRUPO TEIXEIRA DUARTE

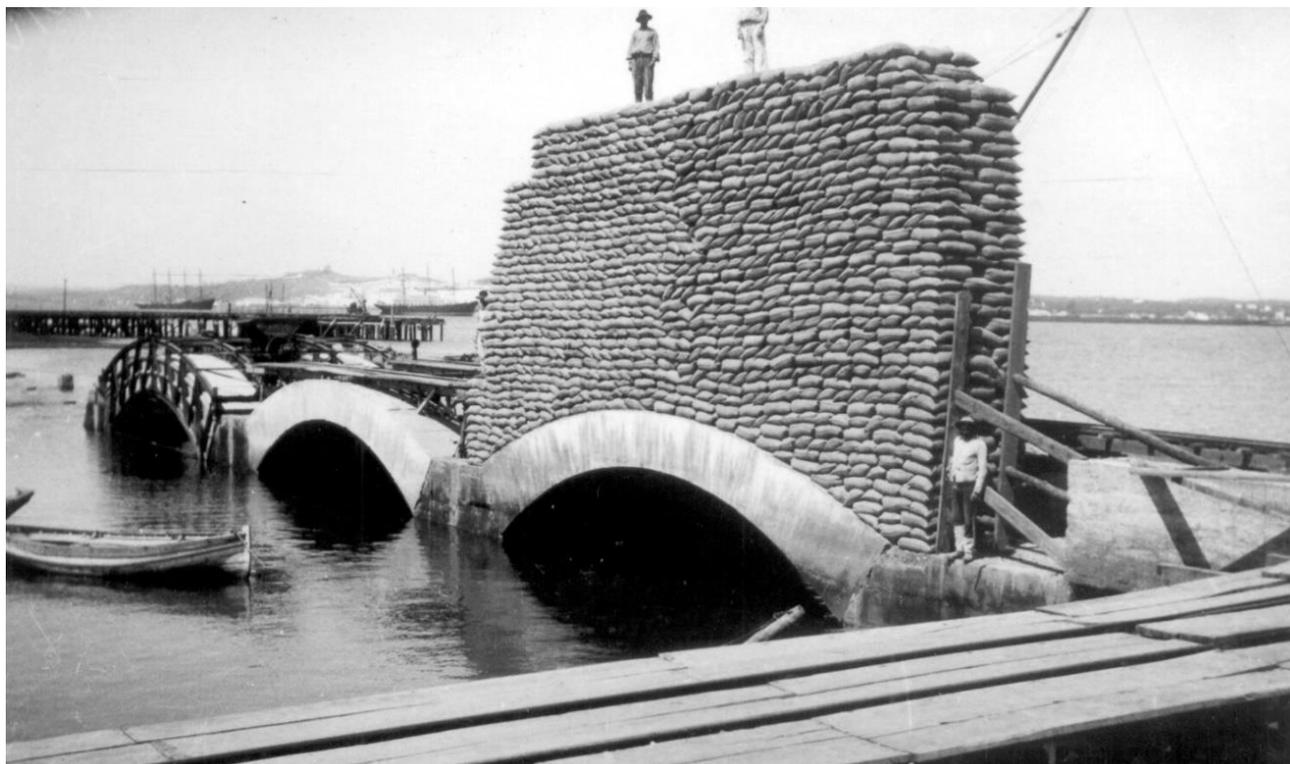
UM GRUPO PORTUGUÊS CENTENÁRIO FUNDADO NUMA CASA DE ENGENHARIA

Teixeira Duarte é a identidade de um Grupo empresarial que se apresenta através daquela que é a sua imagem de marca: um Grupo português fundado numa Casa de Engenharia – algo inerente à sua génese e ao seu fundador – que, com espírito empreendedor e apoio nos seus recursos humanos e meios técnicos, estendeu, desde há décadas, a sua atuação a outros setores e mercados com uma identidade vivida e defendida por todos ao longo de cem anos de atividade.

Reportando o seu início à atuação do seu fundador, Engenheiro Ricardo Esquível Teixeira Duarte, em 1921, a Teixeira Duarte foi alargando a sua atividade desde a captação de águas e realização de furos artesianos, à Geotecnia e Fundações, às Edificações e, mais tarde, às Infraestruturas e a todas as demais áreas da Construção, incluindo, umas décadas depois, os setores das Concessões e Serviços, Imobiliária, Hotelaria, Distribuição e Automóvel.

Hoje, após 100 anos, este Grupo Económico português, integra 176 entidades que atuam em 22 países com o empenho e dedicação de 9.100 colaboradores.

Um trajeto assente em Engenho, Verdade e Compromisso, que nos orgulha, que nos ensina e que nos inspira a continuar a "Fazer, contribuindo para a construção de um mundo melhor"!



I.1 Perfil

9.100
COLABORADORES

176
ENTIDADES

SETORES DE ATIVIDADE

CONSTRUÇÃO

DESDE 1921

CONCESSÕES E SERVIÇOS

DESDE 1984

IMOBILIÁRIA

DESDE 1973

HOTELARIA

DESDE 1992

DISTRIBUIÇÃO

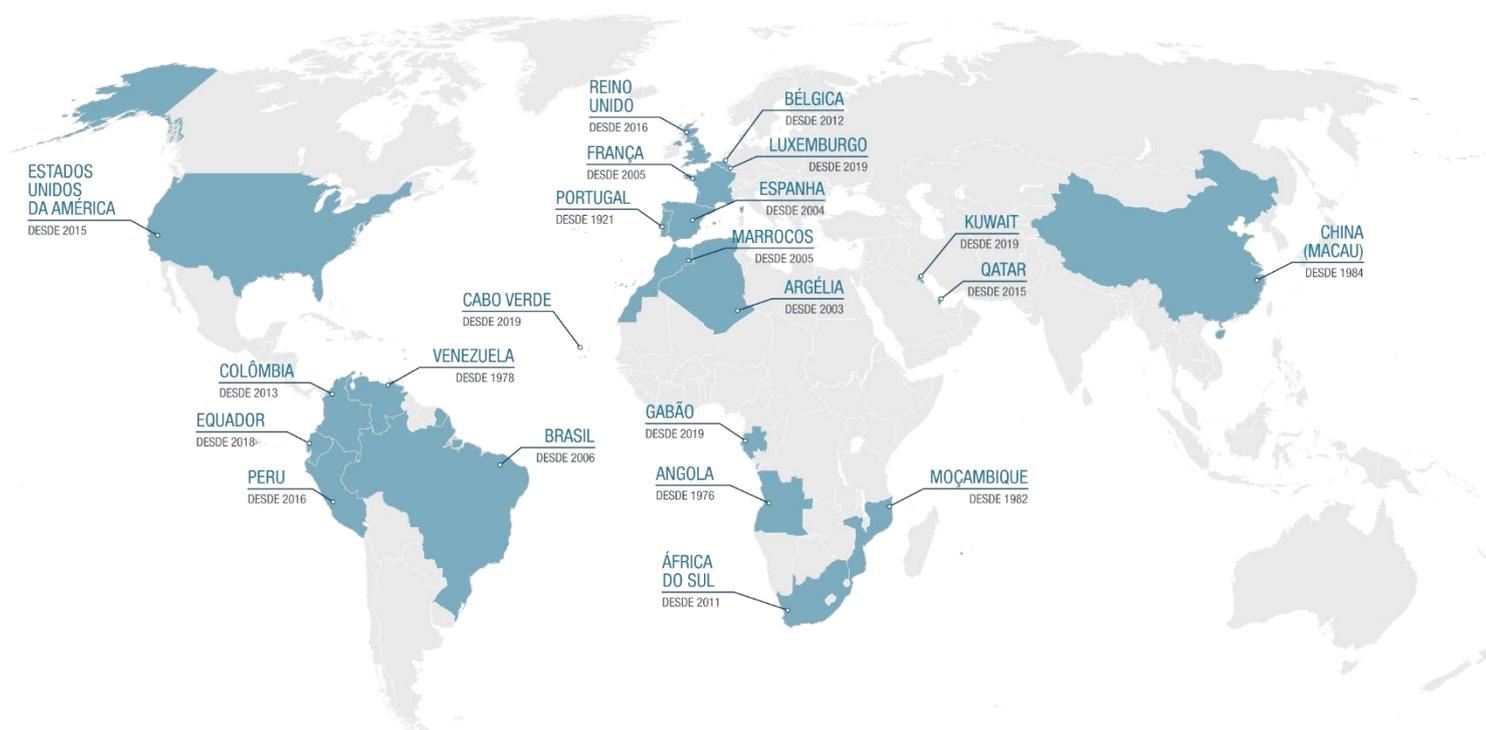
DESDE 1996

AUTOMÓVEL

DESDE 1991

22
PAÍSES

4
CONTINENTES

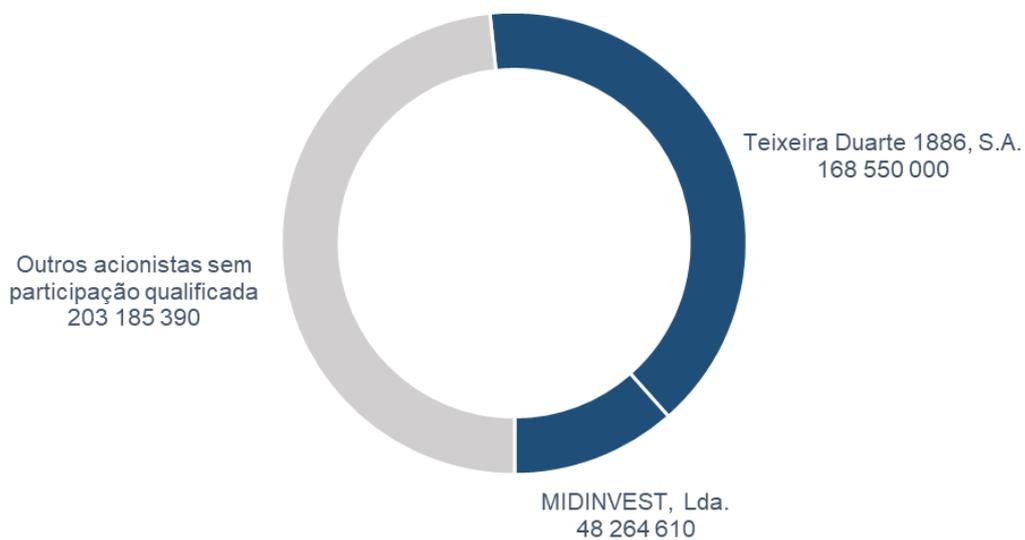




Empreitada de Requalificação Integral do Edifício MUDE – Museu do Design e da Moda, Lisboa - Portugal

ACIONISTAS

A "Teixeira Duarte, S.A." é a sociedade cotada de topo do Grupo Teixeira Duarte, cujo capital social em 31 de dezembro de 2021 estava distribuído por 4.166 acionistas da seguinte forma:



Distribuição das ações que representam o capital social da TD, SA pelos acionistas no final do período de 2021

MODELO SOCIETÁRIO

A Teixeira Duarte, S.A. segue o modelo societário designado comumente como modelo monista: tendo um único órgão de gestão (o Conselho de Administração), atualmente com seis membros e dois órgãos de fiscalização: Um Conselho Fiscal (com três membros) e uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Neste enquadramento, os órgãos sociais da "Teixeira Duarte, S.A." e respetivos membros são os seguintes:

Mesa da Assembleia Geral:

Presidente

José Luciano Vaz Marcos

Vice-Presidente

José Mário Ferreira de Almeida

Secretário

José Pedro Poiares Cobra Ferreira

Conselho de Administração:

Presidente

Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

Administradores

Carlos Gomes Baptista

Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte

Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo

Isabel Maria Nunes Correia Teixeira Duarte

Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

Conselho Fiscal:

Presidente

Óscar Manuel Machado de Figueiredo

Vogais

Ana Cristina Louro Ribeiro Doutor Simões

João Salvador dos Santos Matias

Suplente

Rui Pedro Ferreira de Almeida

Revisor Oficial de Contas:

"Moore Stephens & Associados, SROC S.A." representada por Dr. António Gonçalves Monteiro

Chief Compliance Officer

Carlos Ferraz

Secretário da Sociedade

Efetivo

José Pedro Poiares Cobra Ferreira

Suplente

Filipe Manuel Cavaco Bismarck

Representante para as Relações com o Mercado

José Pedro Poiares Cobra Ferreira

MODELO ORGANIZACIONAL

Para além dos órgãos sociais da "Teixeira Duarte, S.A." destacam-se os Conselhos de Administração da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." e da "Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.", a primeira no setor da Construção e a segunda para os setores das Concessões e Serviços, Imobiliária, Hotelaria, Distribuição e Automóvel.

Seguem-se os órgãos de gestão das demais entidades integradas no Grupo Teixeira Duarte e a estrutura organizativa da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." que, sendo a sociedade de origem do Grupo, desenvolve a sua atividade em diferentes Áreas de Negócio do Setor da Construção: Geotecnia e Fundações, das Edificações (incluindo um Centro de Produção de Betões), das Infraestruturas (incluindo Obras Marítimas), da Metalomecânica, das Obras Subterrâneas e das Obras Ferroviárias.

Todas as referidas áreas operacionais dividem as valências de produção e comerciais em estruturas que são essenciais na formação de quadros dirigentes e no acompanhamento da sua carreira e que integram Centros de Exploração e Direções, dispondendo também de um conjunto de Estruturas de Apoio específicas para este setor da Construção, em particular nas áreas das Cofragens e Pré-Esforço (incluindo um Centro de Produção de Armaduras), de Projetos, de Gestão do Equipamento e da Logística das Propostas e de um Laboratório de Materiais.

O Grupo conta também, neste Setor, com uma importante Direção de Projetos, através da qual se desenvolvem e executam Estudos e Projetos Técnicos de Engenharia, para todo o Grupo Teixeira Duarte que se têm revelado de grande importância na apresentação tecnicamente fundamentada de propostas e projetos. Cabe ainda a esta estrutura a coordenação e implementação do BIM (*Building Information Modeling*) no âmbito de todo o Grupo Teixeira Duarte, com a consolidação da formação interna e externa, desenvolvimento de projetos com esta metodologia e criação de procedimentos internos.

Igualmente integradas nas estruturas da Construção existem outras Estruturas que embora mais focadas para essa atividade, apoiam também outros setores do Grupo na vertente dos Sistemas de Gestão e dos Aprovisionamentos.

Para além de todas aquelas estruturas mais diretamente ligadas à área operacional da Empresa, existe um conjunto de Estruturas Centrais e Serviços com especiais responsabilidades de apoio transversal, que constituem a denominada Área Corporativa.

Assim, destacados nas diversas entidades que constituem o Grupo Teixeira Duarte, existem vários colaboradores qualificados como pertencentes à Alta Direção que são responsáveis por diferentes sociedades, setores, áreas de negócio, ou outras estruturas organizativas, os quais se apresentam identificados no organograma que se segue:

ORGANOGRAMA TEIXEIRA DUARTE

Teixeira Duarte, S.A.

Conselho de Administração

Manuel Maria Teixeira Duarte
Carlos Gomes Baptista
Maria da Conceição Teixeira Duarte
Diogo Rebelo
Isabel Teixeira Duarte
Miguel Teixeira Duarte

Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.

Conselho de Administração

Manuel Maria Teixeira Duarte
Pedro Costa
Sérgio Pereira
Paulo Serradas

Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.

Conselho de Administração

Manuel Maria Teixeira Duarte
Diogo Rebelo
Luís Vicente
Sérgio Pereira
Rogério Fonseca

ÁREA CORPORATIVA

Auditoria Interna

Mário Faria

Contabilidade

Alexandre de Jesus
Sérgio Castro

Finanças

Sérgio Pereira
Pedro Cruz

Inovação

Rita Moura

Jurídicos

Maria António Ambrósio

Processos Partilhados

André Henriques

Recursos Humanos

Rogério Fonseca

Societário e Corporativo

José Pedro Cobra Ferreira

Sustentabilidade

Erica Torres Silva

Tecnologias de Informação

Rui Pedroso
Rui Miranda

SETORES DE ATIVIDADE

Construção

Geotecnia e Fundações

Miguel Rocha

Edificações

Carlos Timóteo
Fernando Martins
Luís Mendonça
Luís Santos
Carlos Guedes
Luís Carreira
Paulo Ganhão
Pedro Nunes
Pedro Ferreira

Infraestruturas

Rosa Saraiva
Hélder Matos
Gustavo Lebreiro
João Pedro Lopes
António Diniz
Jorge Barata
Pinto Guedes

Metalomecânica

Henrique Nicolau

Obras Subterrâneas

Dias de Carvalho
Carlos Russo

Obras Ferroviárias

Rui Costa

Cofragens e Pré-Esforço

Caetano Machado

Projetos

Laura Esteves

Aprovisionamentos

Rosa Almeida

Gestão de Equipamento

Rodrigo Ouro

Sistemas de Gestão

Ivo Rosa

Logística das Propostas

Mário Baptista

Laboratório de Materiais

Ivo Rosa

Concessões e Serviços

Facilities Management

Rodolfo Valentim
Mariana Coimbra

Educação

Diogo Rebelo

Imobiliária

Alfredo Silva
Guilherme Silva

Hotelaria

Luís Vicente
Cláudia Bazílio

Distribuição

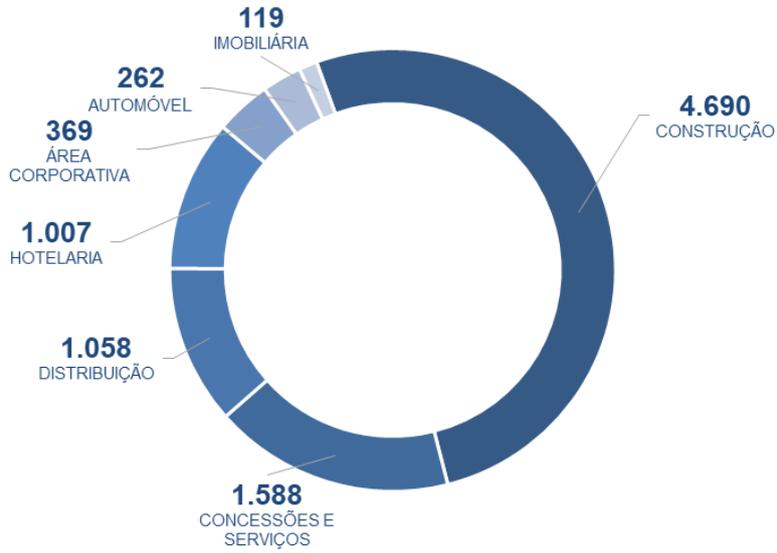
Diogo Rebelo
João Cordeiro

Automóvel

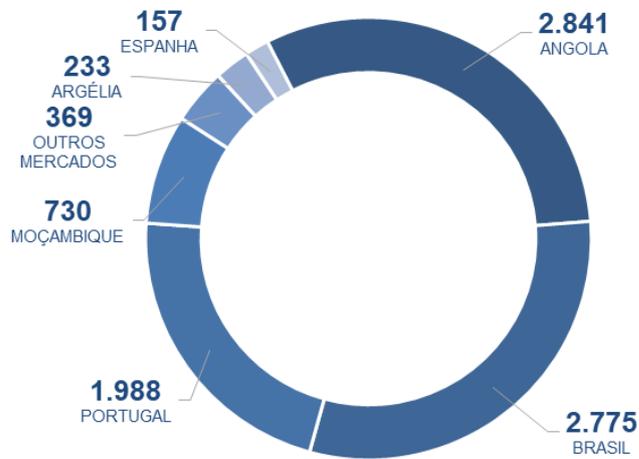
Pedro Medo

COLABORADORES

Os colaboradores são o núcleo central da atividade de todas as empresas do Grupo Teixeira Duarte e o seu maior recurso. Em 31 de dezembro de 2021 os 9.093 colaboradores estavam distribuídos pelos seguintes setores e mercados:



Distribuição de Colaboradores por Setor de Atividade



Distribuição de Colaboradores por Mercado

MISSÃO E VALORES

A conduta dos colaboradores das empresas do Grupo Teixeira Duarte tem sido norteada ao longo de cerca de cem anos de história por uma ética que é motivo de orgulho e de incentivo para o crescimento do mesmo. O núcleo central dessa ética assenta na sua missão e valores, que de seguida se enunciam:

A MISSÃO

FAZER, CONTRIBUINDO PARA A CONSTRUÇÃO DE UM MUNDO MELHOR

Define o que move os seus Colaboradores no dia-a-dia, e constitui o objetivo partilhado por todos independentemente da sua área de atuação, geografia, ou equipa de trabalho.

“**Fazer**”, porque se pretende sempre fazer acontecer.

“**Contribuindo**”, porque devemos ter a noção que ninguém faz nada sozinho.

Para a “**Construção**”, da qual somos parte.

De “**um mundo melhor**”, que é o objetivo que todos partilhamos dentro e fora da Teixeira Duarte.

OS VALORES

Os Valores são o modo como se deve agir para alcançar esse objetivo e caracterizam o envolvimento do Grupo com todas as partes relacionadas. São eles:

ENGENHO

Valor baseado na origem e desígnio da Teixeira Duarte: “Uma casa de Engenharia”, onde, a partir da investigação e domínio dos princípios da ciência, se inova e se desenvolvem conhecimentos e técnicas para aplicar, com eficiência e o mínimo de desperdício, na resolução de questões práticas, formando, incentivando e confiando nas pessoas “da casa”.

VERDADE

Consiste na reta apreciação dos factos, expondo as coisas tais como são, com boa-fé e rigor, assumindo os erros e as limitações tal como os sucessos e as capacidades e reportando sempre de forma transparente e adequada aos âmbitos de atuação e responsabilidades do Grupo.

COMPROMISSO

Corresponde à forma responsável e empenhada com que se aceitam os desafios e as responsabilidades, assente na importância da “Palavra dada” e no cumprimento de todas as obrigações, tanto para com terceiros como na lealdade e cumplicidade para com os próprios colegas e para com a Empresa em si, com respeito pelo próximo, pela dignidade de toda a pessoa humana e pela sustentabilidade da comunidade.

CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA DO GRUPO TEIXEIRA DUARTE

A “Teixeira Duarte, S.A.” tem em vigor um “Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte”, que foi adotado pelas entidades integradas no Grupo e que é de cumprimento obrigatório por todos os colaboradores.

Neste documento consagram-se e desenvolvem-se os valores e a missão da Teixeira Duarte, definindo ética e conduta, determinando o âmbito de aplicação do documento e estabelecendo, com o aludido carácter obrigatório (I) as Regras Gerais de Conduta tendentes ao cumprimento da lei, ao respeito pela pessoa humana e pela comunidade, ao respeito pelo ambiente e ao cumprimento das regras internas; (II) as regras de conduta aplicáveis na relação entre colaboradores e a empresa; e (III) as regras de conduta entre colaboradores

e terceiros, designadamente as autoridades públicas, os clientes e fornecedores e a concorrência, neste último capítulo se incluindo temas como a independência e colaboração com as autoridades públicas, medidas preventivas ao branqueamento de capitais, de financiamento de terrorismo, de conflitos de interesse e de corrupção.

Para além do próprio sistema de monitorização do cumprimento do mencionado Código, existe um sistema de *compliance* no âmbito do Grupo com vista a salvaguardar o cumprimento dos normativos aplicáveis ao desenvolvimento da atividade das empresas do Grupo Teixeira Duarte, incluindo o aludido Código de Ética e que envolve as seguintes áreas corporativas de controlo que prestam apoio à sociedade:

- O Departamento de Auditoria Interna, cujas principais funções são a avaliação e melhoria da efetividade dos processos de gestão de riscos e sistemas de controlo interno, bem como a realização de um exame às atividades desenvolvidas pelo Grupo;
- O *Chief Compliance Officer*, que tem como missão desenvolver o Programa de *Compliance* por forma a promover, dentro do Grupo Teixeira Duarte (i) o cumprimento dos normativos legais, regulamentares e internos, (ii) a correta identificação e avaliação dos respetivos riscos inerentes às atividades desenvolvidas pelas empresas do Grupo e (iii) o desenvolvimento de medidas eficientes para cumprimento dos aludidos normativos e para mitigação dos respetivos riscos, estabelecendo diretrizes para análise da realidade, tratamento e reporte das informações, definir âmbitos de atuação e respetivos meios e posterior monitorização dos resultados e promover as necessárias revisões de tais medidas; e
- A Direção de Sistemas de Gestão, que inclui nas suas funções assegurar que as Políticas do Grupo são cumpridas, implementando, neste âmbito, também critérios de supervisão, efetivando a correspondente formação, respetiva auditoria interna e apresentando propostas de melhoria.

I.2 Mensagem do Presidente do Conselho de Administração



Manuel Maria Calainho
Teixeira Duarte

**Presidente do Conselho de
Administração**

Caros Acionistas e *Stakeholders*,

O ano de 2021 foi difícil para muitos e em especial para a Teixeira Duarte.

Num período em que a tendência foi de resguardo dos perigos a que a pandemia a todos nos expôs, muitos dos Colaboradores da Teixeira Duarte quiseram estar presentes nas diversas frentes, em particular nas geografias onde o acesso a cuidados de saúde é mais limitado, respondendo com invulgar espírito de missão para que, em conjunturas tão adversas e em ambientes por vezes receosos e hesitantes, a Teixeira Duarte não deixasse de, na jornada de cada dia, ser determinada a tornar concreta a sua Missão: “Fazer, Contribuindo para a Construção de um Mundo Melhor”.

Todos, como comunidade que somos, temos que estar agradecidos por esse empenho, valentia e o inerente sacrifício.

Sucedem que, os números do exercício não fazem justiça a esta atitude e forma de estar, nem ao sucesso que, superando os desafios que tivemos, lográmos alcançar em diferentes áreas.

Com efeito, ao registarmos uma redução das Vendas e Prestações de Serviços de 69.130 milhares de euros, parece que houve menos “Fazer”, do mesmo modo que, ao apurarmos Resultados Atribuíveis a Detentores de Capital negativos pelo expressivo valor de 119.140 milhares de euros, parece que esse “Fazer” não foi bem feito.

A verdade é que as contas do exercício de 2021 ficaram marcadas por dois acontecimentos não recorrentes e, um deles, subsequente ao termo do período.

Uma atuação surpreendente e abusiva de ocupação das instalações do Porto de La Guaira, em 15 de outubro de 2021, terminou com a concessão que ali vínhamos desenvolvendo.

Uma sentença judicial de última instância proferida no dia 17 de fevereiro de 2022 por tribunal argelino no âmbito de um processo respeitante a um parceiro da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. colocou em causa as condições operacionais e financeiras que permitiam assegurar a normal execução de seis empreitadas públicas contratadas na Argélia.

Para que se perceba o impacto destes dois eventos nestes indicadores – em termos que melhor se desenvolvem mais adiante no texto deste Relatório e Contas – eles levaram à diminuição nas Vendas e Prestações e Serviços de 73.123 milhares de euros e ao impacto nos Resultados Atribuíveis a Detentores de Capital de 88.039 milhares de euros.

Sem os referidos mercados da Argélia e Venezuela, teríamos alcançado um crescimento de 11,3% das Vendas e Prestações de Serviços.

Saliento também que a qualidade do nosso balanço contribuiu para que, apesar do impacto negativo decorrente dos factos supra indicados, os Capitais Próprios tivessem reduzido apenas 49.060 milhares de euros, tendo-se fixado em 189.205 milhares de euros.

Mas para além destes indicadores financeiros, 2021 foi também um ano importante por outras razões que não quero deixar de referir.

Este foi o ano em que celebrámos 100 anos, uma história de que nos orgulhamos, de evolução, superação, também com muitas dificuldades e momentos menos fáceis e desafiantes, como aquele que agora atravessamos, que nos permite estar hoje aqui e com capacidade e vontade de nos adaptarmos.

O ano de 2021 foi de empenhada reorganização de meios. Temos hoje processos mais digitalizados, a Alta Direção mais próxima das operações e, não menos importante, operações mais focadas nos nossos mercados estratégicos: Portugal, Angola, Brasil e Moçambique.

Em paralelo e de forma transversal, prosseguimos dedicados em contribuir para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, agenda para o desenvolvimento sustentável para a qual cooperamos ao nível das relações com pessoas, comunidades e organizações que impactamos. Neste ano mantivemos os nossos contributos em vários dos âmbitos desta agenda, com destaque para a saúde, educação e formação profissional, emprego e crescimento económico, inovação, produção e consumo responsável, apostados que continuamos em contribuir para a construção de um mundo melhor, mais sustentável económica, social e ambientalmente, também através desta partilha de esforços com escala global.

Estamos, assim, mais preparados para o futuro e agradecidos aos muitos que trabalham nesta Casa com Engenho, Verdade e Compromisso, bem como à confiança de Clientes, Fornecedores, Subempreiteiros, Financiadores e Acionistas, sem os quais não teria sido possível “Fazer” estes 100 Anos de História.

I.3 Principais Indicadores Financeiros

RENDIMENTOS OPERACIONAIS	637 M€
VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	539 M€
EBITDA	(35) M€
RESULTADOS OPERACIONAIS (EBIT)	(102) M€
RESULTADO LÍQUIDO Atribuível a detentores de capital	(119) M€
DÍVIDA LÍQUIDA	718 M€
AUTONOMIA FINANCEIRA	11,5 %
CARTEIRA DE ENCOMENDAS Para o setor da Construção	1.024 M€

	2021	2020	Var. %
Rendimentos operacionais	637.454	722.566	(11,8)%
Gastos operacionais	(672.024)	(622.072)	8,0%
EBITDA	(34.570)	100.494	-
Depreciações e amortizações	(43.765)	(46.312)	(5,5)%
Provisões e imparidades de ativos depreciables/amortizáveis e <i>Goodwill</i>	(24.077)	(1.758)	s.s
Resultados operacionais (EBIT)	(102.412)	52.424	-
Resultados financeiros	(33.131)	(39.240)	(15,6)%
Resultados antes de impostos	(135.543)	13.184	-
Imposto sobre o rendimento	17.921	(10.233)	-
Resultado líquido consolidado do período	(117.622)	2.951	-
Atribuível a:			
Detentores de capital	(119.140)	3.558	-
Interesses não controlados	1.518	(607)	-

(Valores em milhares de euros)

I.4 Gestão de Riscos

A gestão do risco assume um papel importante na estrutura de gestão do Grupo: as regras de funcionamento e os princípios orientadores que têm definido a atuação da Teixeira Duarte, permitindo que esta ultrapasse com sucesso os desafios que tem enfrentado ao longo dos mais de cem anos de atividade, são motivo de orgulho e de incentivo para o crescimento do Grupo.

O processo de Gestão de Risco do Grupo Teixeira Duarte incorpora diversas avaliações de risco com níveis e complexidade distintos, tendo em consideração as matérias a tratar e após identificação dos tipos de risco subjacentes às diversas áreas de atuação do Grupo. É o Conselho de Administração da Teixeira Duarte, S.A. que, devidamente suportado pelas demais áreas corporativas de controlo que prestam apoio à sociedade, é responsável pelo apuramento e avaliação dos riscos a que a Sociedade se encontra sujeita, bem como pela promoção das iniciativas necessárias para a respetiva prevenção, competindo-lhe projetar os sistemas de controlo interno e de gestão de riscos que se revelem necessários e adequados para as diversas situações identificadas. Este órgão é também responsável por monitorizar e acompanhar o funcionamento do sistema de gestão de risco implementado.

A atividade da Teixeira Duarte está exposta a uma variedade de riscos. Com efeito, para além do impacto direto e indireto que a atual situação de pandemia COVID-19 e o desenvolvimento da situação geopolítica na Europa podem ter no desenvolvimento da atividade do Grupo, as sociedades do Grupo Teixeira Duarte estão expostas, no exercício das suas atividades - ainda que com âmbitos e dimensões distintas consoante os países e os setores em causa – aos seguintes principais riscos económicos, financeiros e jurídicos:

- Alterações nas condições económicas e de negócio em Portugal, bem como nas condições económicas e de negócio nas operações do Grupo no estrangeiro, nomeadamente em Angola, Argélia, Brasil, Moçambique e Venezuela;
- Flutuações e volatilidade das taxas de juro, dos *spreads* de crédito e das taxas de câmbio, bem como disponibilidade de divisas convertíveis nos mercados em que o Grupo opera;
- Alterações nas políticas governamentais;
- Enquadramento regulamentar e financeiro da atividade bancária; e,
- Alterações no ambiente competitivo dos setores de atividade em que o Grupo Teixeira Duarte opera.

Adicionalmente, o Ponto III. do Relatório do Governo da Sociedade referente ao período de 2021 - denominado Controlo Interno e Gestão de Riscos – vem explicitar mais aprofundadamente o modelo de gestão de risco implementado no Grupo Teixeira Duarte, com a identificação e descrição dos principais riscos a que a Sociedade se expõe no exercício da sua atividade, bem como com a explicitação do modelo de monitorização e medidas de mitigação de riscos existentes.

I.5 Eventos Societários

ASSEMBLEIAS GERAIS 2021

ASSEMBLEIA GERAL ANUAL – 24 DE MAIO DE 2021

No cenário de pandemia que se prolongou pelo ano de 2021, a Mesa da Assembleia Geral e o Conselho de Administração mantiveram o objetivo assumido em 2020 de definir procedimentos para a realização da Assembleia Geral Anual que equilibrassem a eficiência na garantia dos efetivos direitos dos Senhores Acionistas e o cumprimento das medidas de saúde pública em vigor. A reunião anual realizou-se presencialmente, no dia 24 de maio de 2021, no Centro de Congressos do Lagoas Park, tendo sido permitido o exercício do voto por correspondência e o acompanhamento remoto dos trabalhos da Assembleia Geral pelos Senhores Acionistas, através de acesso vídeo e áudio disponibilizado na internet.

A presença de Acionistas membros da família Teixeira Duarte e de Acionistas colaboradores e ex-colaboradores reforçou a união em torno da Empresa num momento marcado por uma conjuntura difícil, mas ao mesmo tempo, de celebração dos 100 anos da Teixeira Duarte.

A Assembleia Geral Anual foi presidida por José Luciano Vaz Marcos e contou com a Vice-Presidência de José Mário Ferreira de Almeida, tendo também estado presentes os titulares dos demais cargos sociais, incluindo os membros do Conselho de Administração e órgãos de fiscalização.

Na reunião de 24 de maio de 2021 foram tomadas as seguintes deliberações, conforme divulgado por comunicado ao mercado publicado no próprio dia da Assembleia Geral:

1. Foi aprovado, por unanimidade, o Relatório Consolidado de Gestão, que integra um capítulo referente à informação Não Financeira, e as Contas, tanto no seu âmbito individual como consolidado, relativo ao exercício de 2020, bem como o Relatório sobre o Governo da Sociedade relativo ao exercício de 2020, todos eles nos termos dos respetivos documentos oportunamente depositados, isto é, compreendendo os respetivos anexos, bem como o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal e as Certificações Legais de Contas e Relatórios de Auditoria apresentados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.
2. Foi aprovada, por unanimidade, a proposta de aplicação de Resultados apresentada pelo Conselho de Administração, segundo a qual se propunha que os resultados líquidos da Teixeira Duarte, S.A. apurados no exercício de 2020, negativos no montante de 17.904.404,60€ (dezassete milhões, novecentos e quatro mil, quatrocentos e quatro euros e sessenta cêntimos) fossem levados a resultados transitados.
3. Foi aprovado, por unanimidade, uma deliberação de confiança no Conselho de Administração, no Conselho Fiscal, em todos os respetivos Membros e na Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, bem como um voto de louvor pela forma como, no exercício de 2020, desempenharam as suas funções.
4. Foi aprovada, por 99,78% dos votos (95,57% a favor, 0,21% contra e 4,22% de abstenções), a Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização da Teixeira Duarte, S.A..
5. Foi aprovada, por unanimidade, a aquisição e alienação de ações próprias nos termos da proposta apresentada.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA – 8 DE OUTUBRO DE 2021

Os acionistas da Teixeira Duarte reuniram-se no dia 8 de outubro de 2021 em Assembleia Geral Extraordinária.

A realização desta Assembleia Geral Extraordinária – onde se deliberou sobre as propostas de recomposição do Conselho de Administração e da Comissão de Remunerações – foi promovida na sequência da renúncia apresentada pelo Senhor Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte ao cargo de Presidente do Conselho de Administração, por carta de 31 de maio de 2021.

Esta decisão pessoal foi tomada depois de mais de 40 anos de trabalho contribuindo para uma empresa melhor, um grupo familiar melhor, um mundo melhor.

O Senhor Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte havia já renunciado ao mesmo cargo na Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. na data em que havia completado 65 anos de idade, concretizando uma prática comum no próprio Grupo Teixeira Duarte.

Assim e conforme expresso pelo próprio, esta decisão foi tomada seguindo critérios tradicionais dentro da Empresa e entendida como apropriada para a concretização da natural renovação das equipas e dos órgãos sociais, que também sustentam a evolução do Grupo.

A Assembleia Geral Extraordinária de dia 8 de outubro de 2021 foi presidida por José Luciano Vaz Marcos, tendo estado presentes os titulares dos demais órgãos sociais, bem como, entre outros, Acionistas membros da família Teixeira Duarte e Acionistas colaboradores e ex-colaboradores, tendo sido aprovadas as propostas de recomposição do Conselho de Administração e da Comissão de Remunerações, passando esses órgãos a ter a seguinte composição:

Conselho de Administração:

Presidente:

- Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

Administradores:

- Carlos Gomes Baptista
- Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte
- Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo
- Isabel Maria Nunes Correia Teixeira Duarte
- Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

Comissão de Remunerações:

- Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte
- António Carlos Calainho de Azevedo Teixeira Duarte
- Manuel Ferreira

Esta Assembleia Geral Extraordinária foi encerrada com uma intervenção do recém-eleito Presidente do Conselho de Administração, Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte, e que se transcreve aqui:

Boa tarde a todos,

Entendi mais adequado fazer esta minha intervenção depois de encerrados os pontos da ordem de trabalhos, sendo que, em primeiro lugar, quero agradecer a proposta apresentada também pelo Dr. Pedro Maria Teixeira Duarte quanto à remodelação do Conselho de Administração, incluindo a minha designação para Presidente e agradecer também aos Senhores acionistas a confiança depositada com a aprovação de tal proposta. E dar uma palavra de boas vindas aos dois novos membros deste Conselho de Administração.

É para mim uma honra tal proposta ser subscrita também por ele e um privilégio desempenhar tal cargo na sua sucessão, com o mesmo sentido de missão, tanto pelo Grupo Teixeira Duarte como pela família que nos une e que une acionistas em torno desta Empresa.

Na verdade, para além de outras funções com que começou a trabalhar na Teixeira Duarte, foi nos anos 80 que o Grupo Teixeira Duarte, sob o impulso do Dr. Pedro Maria, evoluiu de uma Empresa de Sondagens e Fundações para um Grupo Empresarial de grande dimensão, com atuações em diversos países e setores, sendo dos poucos da área da construção que sobreviveu às diversas crises e é reconhecido no mercado, entre muitas outras virtudes, por essa capacidade de resiliência e de fazer por isso.

Foi sob a sua liderança que crescemos muito, para diversos mercados e atividades, e que soubemos resistir também nos momentos mais difíceis que um grupo com 100 anos inevitavelmente atravessa, tendo mesmo, num processo de empenhada adaptação, ganho valências que nos tornaram ainda mais fortes.

Foi no passado dia 30 de junho, neste ano em que celebramos os 100 anos da Teixeira Duarte, que o Dr. Pedro Maria Teixeira Duarte terminou as suas funções de Presidente do Conselho de Administração da Teixeira Duarte. Hoje, com a aceitação da renúncia ao cargo de membro da Comissão de Remunerações, deixará de desempenhar qualquer cargo no Grupo Teixeira Duarte.

Na sua carta de renúncia falou-nos dos mais de 40 Anos que trabalhou nesta Casa contribuindo para fazer uma Empresa melhor e um mundo melhor, num evidente alinhamento entre o seu propósito e forma de estar e a missão da Teixeira Duarte.

Falou-nos de como Fazer Melhor é um desafio permanente, desde as origens da Empresa, e um modo de contribuir para a obra já feita. E referiu ainda como deixar de exercer a função de Presidente do Conselho de Administração se insere nos processos de renovação de Equipas e de Órgãos Sociais que também sustentam a evolução deste Grupo.

Para nós, Teixeira Duarte,

- *Fica o exemplo de contagiante vontade de fazer; e de fazer sempre melhor do que já se alcançou;*
- *Fica o exemplo de uma presença que nos permitiu sempre acreditar que era possível acontecer;*
- *Fica o exemplo de atenção ao próximo, atenção aos Acionistas, atenção aos Colaboradores, aos Fornecedores e Clientes, de atenção às pessoas.*

É pois com essa inspiração, e com o seu exemplo, que prosseguimos unidos, motivados e aceitando a responsabilidade de continuarmos a Fazer, Contribuindo para a Construção de um Mundo Melhor.

Muito obrigado a todos pela Vossa atenção. E, sobretudo, em nome dos muitos Colaboradores desta Casa que tantas vezes receberam a sua atenção, muito Obrigado, Dr. Pedro Maria!

II. APRECIÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Com o intuito de permitir uma apreciação enquadrada do desempenho do Grupo no corrente ano, entendeu-se adequado começar este capítulo com a apresentação dos principais indicadores económicos dos mais relevantes mercados em que o Grupo operou em 2021.

Em **Portugal** assistiu-se à esperada recuperação do PIB, tendo este crescido em termos reais, 4,9%, e a inflação média situou-se nos 1,3%.

Em relação aos mercados externos refira-se que as variações cambiais a que o Grupo está exposto podem ter impacto diferenciado no Balanço e na Demonstração de Resultados, conforme resulta da política contabilística relativa a Ativos, Passivos e Transações em moeda estrangeira, exposta no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

No que respeita a **Angola**, apesar dos fortes impactos da pandemia COVID-19, após cinco anos de consecutiva diminuição do PIB, este indicador terá crescido, em termos reais, 0,7%, sendo que as previsões apontam para um crescimento expressivo nos próximos anos. A inflação anual média terá sido cerca de 26%, e embora o Kwanza tenha registado no final do ano uma valorização de 20,2% em relação a 31 de dezembro de 2020, o câmbio médio terá tido uma redução de 12,8%.

No **Brasil**, o PIB cresceu 5,2%, tendo a inflação alcançado 7,7%. O Real valorizou 1,0% e o câmbio médio reduziu-se em 8,4%.

Em **Moçambique**, o PIB cresceu 2,5%, tendo a inflação atingindo 6,7%. O Metical valorizou 21,4% e o valor do câmbio médio aumentou 1,8%.

Para o Grupo Teixeira Duarte o ano de 2021 foi particularmente difícil, tendo sido muito influenciado por efeitos não recorrentes resultantes de factos excepcionais ocorridos na Argélia e Venezuela, bem como pelos impactos económicos derivados da situação de pandemia COVID-19, que foram muito expressivos nas geografias onde o grupo opera, havendo no entanto alguma diversidade da sua dimensão, dependendo da geografia e do setor ou área de atuação em causa, conforme melhor se explicará no capítulo da *Atividade Por Setores Em 2021*.

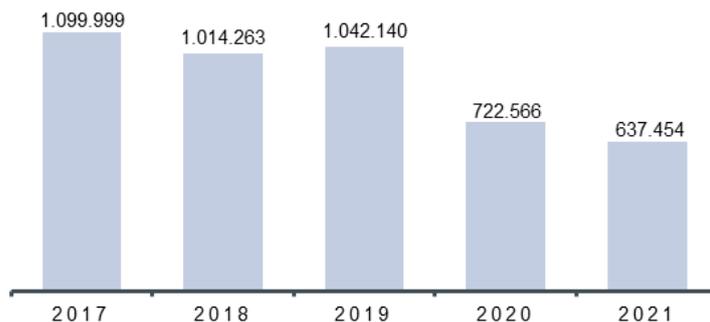
Para uma adequada leitura e compreensão da informação operacional e financeira que adiante se apresenta é indispensável conhecer, e ter presente, os dois factos excepcionais e relevantes, acima referidos e que tiveram um significativo impacto na atividade e nas contas do Grupo:

- Na sequência da decisão imprevisível, tomada pela empresa pública Venezuelana, BOLIPUERTOS, S.A. que, em síntese, se traduziu na notificação da decisão de por termo à Aliança Estratégica para a Operação e Gestão Portuária do Terminal Especializado de Contentores do Porto de La Guaira, celebrada com a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. e que vigorava desde 1 de abril de 2017 e a inerente ocupação, em 15 de outubro de 2021, pela referida BOLIPUERTOS, S.A., das instalações afetas à Aliança, o Conselho de Administração da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. decidiu reconhecer nas contas do exercício os efeitos da perda da concessão da exploração do porto de La Guaira que vigoraria até 31 de março de 2037, o que se traduziu por uma redução do Ativo Intangível e pelo agravamento do Resultado Líquido de 26.919 milhares de euros. Espera-se, todavia, que a ausência de fundamento legal para a mencionada atuação inesperada, abusiva e lesiva dos interesses da Empresa, dê lugar à correspondente indemnização por perdas e danos.
- Uma sentença judicial de última instância proferida no dia 17 de fevereiro de 2022 por tribunal argelino no âmbito de um processo respeitante a um parceiro da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. colocou em causa as condições operacionais e financeiras que permitiam assegurar a normal execução de seis empreitadas públicas contratadas na Argélia. Neste contexto, apesar de se tratar de um evento subsequente, o Conselho de Administração deliberou reconhecer nas contas do exercício de 2021 os efeitos decorrentes da suspensão da atividade daquelas seis empreitadas públicas, cujo impacto estimado se traduz num agravamento do Resultado Líquido de 61.120 milhares de euros, bem como numa redução do Passivo de 13.722 milhares de euros e uma redução do Ativo de 74.842 milhares de euros.

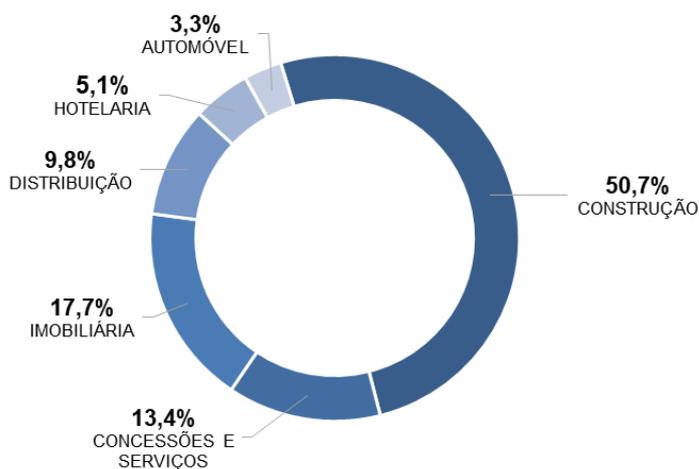
Os **Rendimentos Operacionais** diminuíram 11,8% face a 2020, atingindo 637.454 milhares de euros, o que corresponde a uma redução de 85.112 milhares de euros.

Esta diminuição é explicada essencialmente pela suspensão da atividade em seis empreitadas na Argélia, e decorrente do desconhecimento de acréscimos de rendimentos dessas seis empreitadas, conforme atrás referido, teve impacto negativo de 73.123 milhares de euros nos Rendimentos Operacionais.

Portugal registou um incremento de 4,9% e os mercados externos, diminuíram, na sua globalidade, 21,3% face ao período homólogo, passando Portugal a representar 43,3% do total dos rendimentos operacionais do Grupo em 2021.



Evolução dos Rendimentos Operacionais
(valores em milhares de euros)



Rendimentos Operacionais por Setor de Atividade

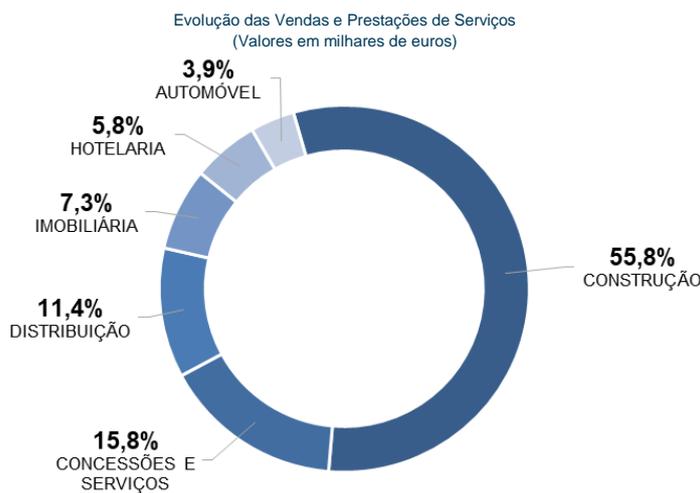
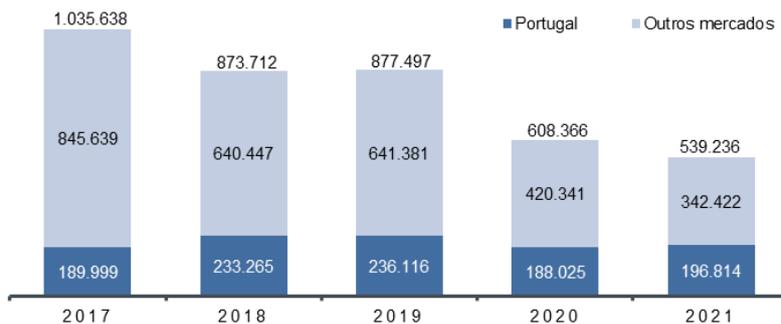
As **Vendas e Prestações de Serviços** atingiram 539.236 milhares de euros, o que reflete uma diminuição de 11,4% face a 2020, ou seja, menos 69.130 milhares de euros.

Portugal registou um aumento de 4,7% face ao período homólogo, impulsionado pelo setor da Construção. Sendo de assinalar que este indicador não expressa a continuação do bom desempenho do setor imobiliário do Grupo neste período – evidenciado nos Rendimentos Operacionais acima expostos de 71.294 milhares de euros –, para o qual contribuíram rendimentos que não são relevados nas Vendas e Prestações de Serviços.

Os mercados externos registaram diminuições 18,5% das Vendas e Prestações de Serviços na sua globalidade, que corresponde a uma redução de 77.919 milhares de euros, sendo que, o mercado Argelino conforme referido anteriormente, afetou negativamente as Vendas e Prestações de Serviços com 73.123 milhares de euros. De realçar, os bons desempenhos do Brasil e Moçambique, com aumentos de 24,5% e 68%, respetivamente.

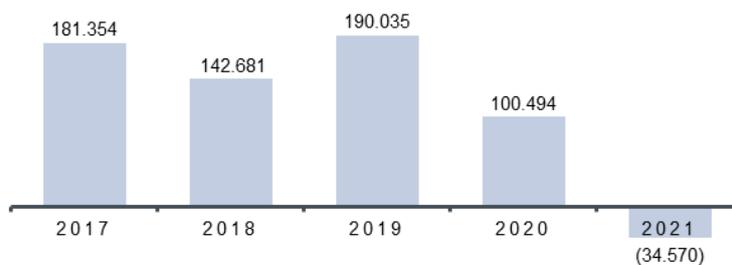
Neste contexto, os mercados externos que representavam 69,1% das Vendas e Prestações de Serviços do Grupo em 2020 passaram a representar 63,5% em 2021.

Refira-se, ainda, que as Vendas e Prestações de Serviços foram globalmente afetadas em todos os setores pela atual conjuntura económica muito condicionada pela pandemia COVID-19, destacando-se ainda assim o crescimento do setor da Hotelaria e do Automóvel.



Vendas e Prestações de Serviços por Setor de Atividade

O **EBITDA** atingiu o montante negativo de 34.570 milhares de euros, registando uma diminuição de 135.064 milhares de euros face ao ano anterior, redução influenciada pelo reconhecimento de perdas pela suspensão das seis empreitadas na Argélia de 88.569 milhares de euros.



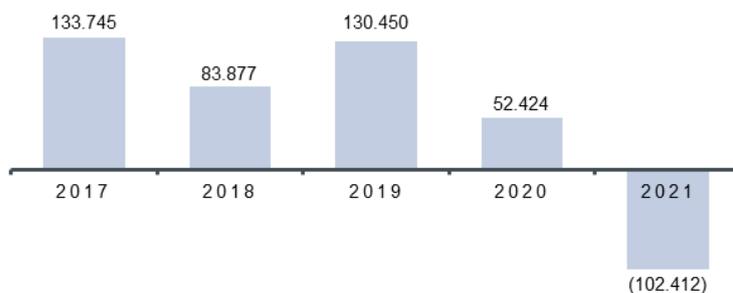
Evolução do EBITDA (valores em milhares de Euros)

Relatório de Gestão do Conselho de Administração 2021

EBITDA por Setor de Atividade	2021	2020	Var. (%)
Construção	(70.799)	30.607	-
Concessões e Serviços	2.268	11.849	(80,9)%
Imobiliária	19.680	41.303	(52,4)%
Hotelaria	11.864	12.618	(6,0)%
Distribuição	3.223	5.866	(45,1)%
Automóvel	3.903	1.256	210,7%
Não afetos a segmentos	(4.709)	(3.043)	(54,7)%
Eliminações	-	38	s.s.
	(34.570)	100.494	(134,4)%

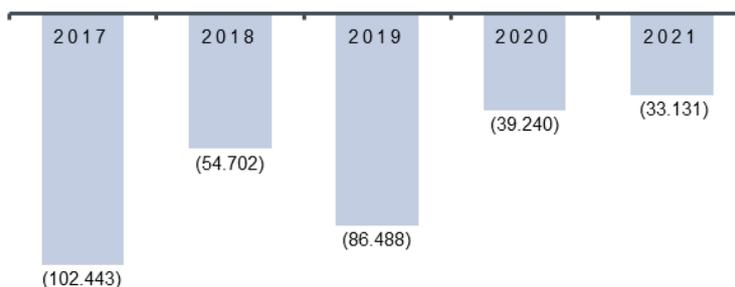
O **Resultado Operacional (EBIT)** atingiu o montante negativo de 102.412 milhares de euros, registando uma diminuição de 154.836 milhares de euros face ao ano anterior.

Para além do desenvolvimento da atividade das empresas do Grupo, este indicador foi influenciado por alguns factos que nos cumpre destacar, nomeadamente o reconhecimento de perdas pela suspensão das seis empreitadas na Argélia de 76.455 milhares de euros e o reconhecimento de perdas da Concessão - Operação e Gestão Portuária do Terminal Especializado de Contentores do Porto de La Guaira na Venezuela de 33.431 milhares de euros.



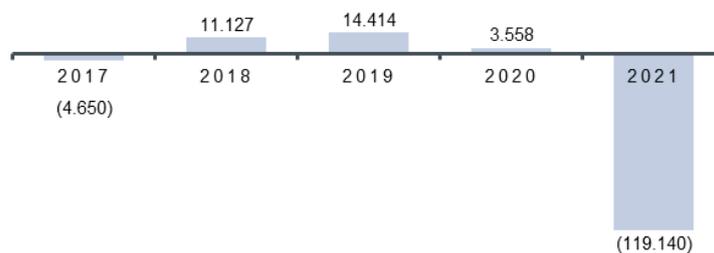
Evolução do Resultado Operacional (EBIT)
(valores em milhares de Euros)

Os **Resultados Financeiros** foram negativos em 33.131 milhares de euros que comparam com os negativos de 39.240 milhares de euros em 2020.



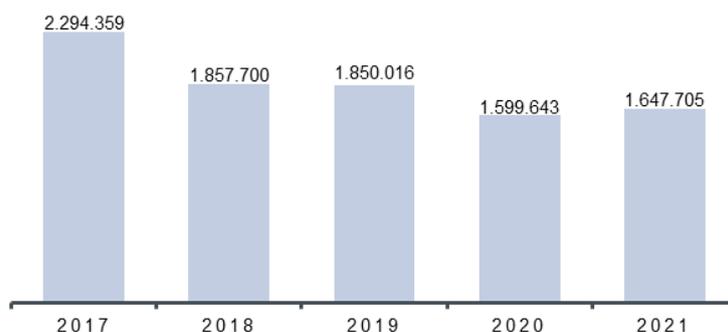
Evolução dos Resultados Financeiros
(valores em milhares de euros)

Os **Resultados Líquidos Atribuíveis a Detentores de Capital** foram negativos em 119.140 milhares de euros, que compara com os 3.558 milhares de euros positivos em 2020.



Evolução do Resultado Líquido
(valores em milhares de euros)

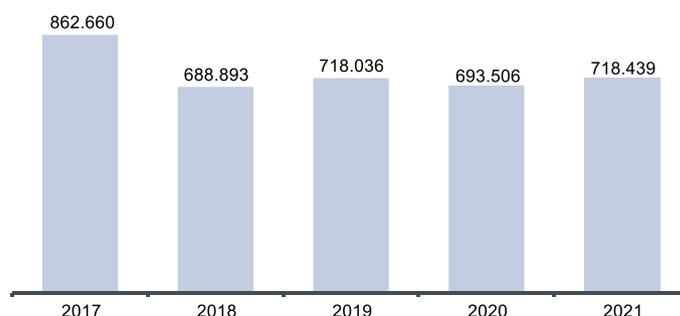
O **Total do Ativo** aumentou 3% em relação a 31 de dezembro de 2020, tendo-se fixado em 1.647.705 milhares de euros, impactado positivamente por 131.605 milhares de euros de efeito cambial no ano, essencialmente em resultado da valorização do Kwanza Angolano e do Metical Moçambicano e negativamente pelo desreconhecimento das perdas pela suspensão das seis empreitadas na Argélia de 74.842 milhares de euros e do reconhecimento da perda da Concessão na Venezuela de 26.919 milhares de euros.



Evolução do Ativo Líquido
(valores em milhares de euros)

A **Dívida Financeira Líquida** fixou-se no montante de 718.439 milhares de euros no final de 2021, o que se traduz num incremento de 24.933 milhares de euros face ao ano passado.

Importa referir que, o Grupo despendeu em capital fixo 65.092 milhares de euros, que corresponde a um aumento de 15,7% face a 2020, montante este superior em 21.327 milhares de euros, aos gastos de depreciação e amortização.



Evolução da Dívida Financeira Líquida
(valores em milhares de euros)

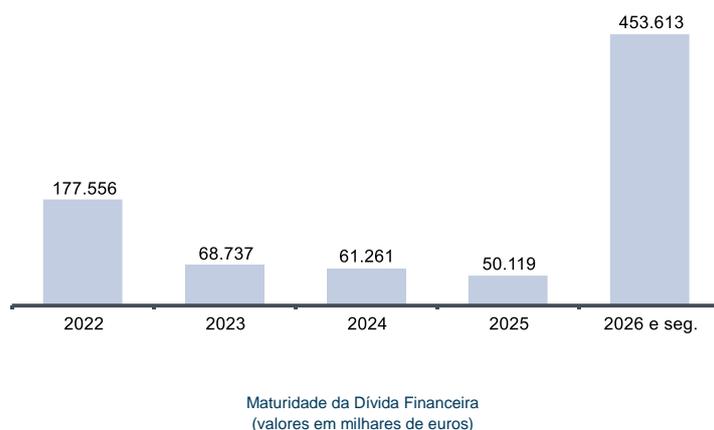
Dívida Financeira Líquida = Financiamentos Obtidos + Responsabilidades com Locações – Caixa e Equivalentes de Caixa

A **Dívida Financeira Líquida** foi influenciada pelas valorizações cambiais de 4.674 milhares de euros (as disponibilidades aumentaram 7.008 milhares de euros e os financiamentos 2.334 milhares de euros), destacando-se que, sem esse efeito, o aumento da dívida financeira líquida teria sido de 29.607 milhares de euros.

O **Financiamento Bancário Bruto** aumentou 4.239 milhares de euros face ao final de 2020, dos quais 2.334 milhares de euros resultam, como referido, da valorização cambial.

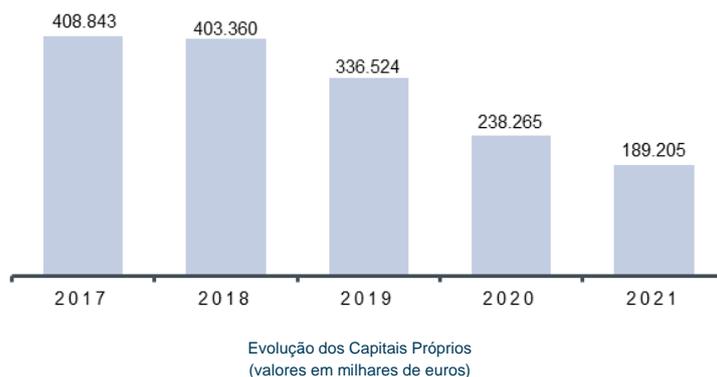
O Grupo aderiu, relativamente à totalidade das operações de crédito em curso, à moratória legal de capital e juros ao abrigo do regime de proteção legal dos créditos no âmbito da pandemia COVID-19.

A **Maturidade da Dívida Financeira** do Grupo em 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:



O **Capital Próprio** registou uma redução de 20,6% face a 31 de dezembro de 2020, fixando-se em 189.205 milhares de euros.

A redução do **Capital Próprio** no montante de 49.060 milhares de euros, resulta essencialmente do Resultado Líquido negativo de 117.622 milhares de euros e, positivamente, pelos efeitos dos Ajustamentos de Conversão Cambial decorrentes da valorização das divisas dos países onde o Grupo opera, no montante de 93.718 milhares de euros.



Será importante notar que o impacto dos Resultados Líquidos Consolidados do Grupo, negativos em 117.622 milhares de euros, não se refletiu integralmente na variação do Capital Próprio, que se reduziu em 49.060 milhares de euros, nem na variação da Dívida Líquida, que aumentou 24.933 milhares de euros.

A **Autonomia Financeira** fixou-se em 11,5% em 31 de dezembro de 2021, uma diminuição de 3,4 p.p. face ao final de 2020.

Durante o ano de 2021, as ações sofreram uma valorização de 4,2% subindo de 0,0904€ em 31 de dezembro de 2020, para 0,0942€ em 31 de dezembro de 2021. No que se refere à liquidez e volume de negócios executados neste exercício, foram transacionadas em Bolsa 63.267.278 ações, com um volume de negócios no montante de 6.118.824 euros, sendo que em 2020 haviam sido transacionadas

Relatório de Gestão do Conselho de Administração 2021

114.114.602 ações, com um volume de negócios no montante de 13.836.243 euros. No gráfico verifica-se a evolução da cotação das ações durante o período de 2021. À data de hoje, 22 de abril de 2022, a cotação é de 0,0950 €.



Evolução da Cotação da Ação

III. INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA

INTRODUÇÃO

A Teixeira Duarte reporta aos seus *stakeholders*, pelo quinto ano consecutivo, o desempenho não financeiro consolidado das empresas suas participadas, designadamente nas dimensões dos recursos humanos, dos aspetos socioeconómicos, incluindo a relação com comunidades, e da gestão ambiental.

As informações aqui prestadas incidem sobre a atividade das participadas entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2021. Sempre que relevante é incluída informação sobre anos anteriores para permitir uma avaliação comparativa do desempenho.

Para além do cumprimento dos requisitos do Código das Sociedades Comerciais e do Decreto-Lei nº 89/2017, de 28 de julho, o relatório segue outros quadros regulatórios voluntários de reporte, nomeadamente os *standards* do *Global Reporting Initiative (GRI)*, na sua opção Essencial, e o *Modelo de Relatório de Informação Não Financeira emitido pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários*, encontrando-se em anexo as tabelas de correspondência com estas duas referências.

Nota metodológica relativa à cobertura dos indicadores

Os indicadores aqui apresentados relativos a Recursos Humanos, às Comunidades e ao Ambiente cobrem, sempre que possível, 100% das empresas incluídas no perímetro de consolidação da Teixeira Duarte, S.A..

Contudo, dada a diversidade de setores e as circunstâncias locais das áreas de atuação do Grupo, o âmbito da cobertura pode variar em alguns indicadores. Tal facto é referido, quando aplicável, no desenvolvimento deste capítulo, empregando-se como índice de cobertura o número de colaboradores.

1. A SUSTENTABILIDADE NO GRUPO TEIXEIRA DUARTE

A sustentabilidade é entendida pelas empresas do Grupo Teixeira Duarte como o resultado de um modo de estar e de agir com sentido de responsabilidade. Esta postura reflete-se no relacionamento dos seus colaboradores com todas as partes interessadas.

Com efeito, a Missão do Grupo – Fazer, contribuindo para a construção de um mundo melhor – e os seus Valores estruturantes – Engenho, Verdade e Compromisso – traduzem uma forma enraizada de atuar ao longo de várias gerações, que contribui de maneira essencial para uma efetiva sustentabilidade global das suas empresas participadas, nas perspetivas económica, social e ambiental.

Havendo neste universo de empresas do Grupo Teixeira Duarte uma grande diversidade de setores de atividade, operando em vários países, o desenvolvimento sustentável dos negócios é assegurado por cada área de atuação, dada a proximidade às operações e maior efetividade das ações.

Cada empresa participada responde assim aos desafios de sustentabilidade das suas atividades, tendo orientação por parte do Grupo no que toca a diretrizes transversais e objetivos locais para cada país.



Para gerir a Sustentabilidade de forma organizada e coesa, assegurando que as suas empresas participadas estão alinhadas no cumprimento dos princípios transversais definidos pelo Grupo, foi criada, em 2019, uma Comissão de Desenvolvimento Sustentável.

Com funções de gestão da sustentabilidade do ponto de vista estratégico ao nível do Grupo Teixeira Duarte, a Comissão de Desenvolvimento Sustentável depende, em termos funcionais, do Conselho de Administração, e operacionalmente é constituída por representantes de todos os negócios dos mercados mais representativos do Grupo, sob coordenação geral da Área Corporativa de Sustentabilidade. Em 2019, foram integrados nesta Comissão representantes de Portugal, Angola e Brasil e, em 2020, foram integrados representantes do mercado de Moçambique.

A Comissão desenvolve orientações conjuntas para as áreas que o Grupo definiu como prioritárias, de forma a estabelecer o seu posicionamento relativamente às mesmas, assegura a articulação de informação, de boas práticas e potencia sinergias entre as empresas através da colaboração em projetos transversais e em iniciativas específicas. A Comissão reúne-se mensalmente, existindo ainda reuniões extraordinárias sempre que se justifique.

2. COMUNICAÇÃO COM STAKEHOLDERS

O Grupo Teixeira Duarte estimula o diálogo regular e sistemático com um conjunto alargado de partes interessadas, incluindo os *stakeholders* que as suas empresas participadas identificam.

Para melhor compreender as suas expectativas e comunicar de forma mais eficiente com estes diferentes grupos, as empresas participadas recorrem a vários instrumentos, entre os quais se destacam:



3. ALINHAMENTO COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Teixeira Duarte adotou, em 2018, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas enquanto quadro global para orientar o desempenho das empresas participadas no âmbito do Desenvolvimento Sustentável e o seu respetivo relativo junto das partes interessadas, dado ter identificado significativas afinidades entre estes Objetivos e a sua missão, valores e visão corporativa sobre Sustentabilidade.

A NOSSA MISSÃO

FAZER, CONTRIBUINDO PARA A CONSTRUÇÃO DE UM MUNDO MELHOR

COMO FAZEMOS

COM ENGENHO, VERDADE E COMPROMISSO

PARA O QUE CONTRIBUÍMOS

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

AS NOSSAS PRIORIDADES LOCAIS



Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram fixados numa cimeira da ONU em 2015 e aprovados por unanimidade por 193 Estados-membros com o propósito de criar uma agenda ambiciosa com vista à erradicação da pobreza e ao desenvolvimento económico, social e ambiental à escala global até 2030. O cumprimento deste plano, conhecido como Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, pressupõe uma partilha de esforços inédita à escala global, entre todos os países e agentes, tanto públicos como privados.

O Grupo Teixeira Duarte identificou e avalia, numa base contínua, os impactos das atividades desenvolvidas pelas suas participadas sobre as prioridades e aspirações globais para 2030 definidas nos 17 ODS. Para priorizar os impactos mais significativos exercidos por estas atividades sobre os tópicos de desenvolvimento sustentável propostos nos ODS, foram auscultados os setores/áreas de negócio que operam nos mercados de Angola, Brasil, Portugal e Moçambique, atualmente responsáveis por 94% dos rendimentos operacionais do Grupo, e determinados os ODS materiais em cada um destes países.

Assim, apesar de contribuir para vários outros ODS, a Teixeira Duarte assumiu como prioritários, a um nível local, 5 ODS para os quais entende poder contribuir de forma ativa e mais efetiva.



ODS prioritários para o Grupo Teixeira Duarte nos principais mercados de atuação a 31 de dezembro de 2021

RESUMO DOS CONTRIBUTOS DO GRUPO TEIXEIRA DUARTE PARA OS RESPECTIVOS ODS PRIORITÁRIOS



- Políticas de promoção da saúde, segurança e higiene no trabalho das empresas participadas;
- Implementação de sistemas de gestão de segurança e saúde ocupacional em várias participadas;
- Políticas de acompanhamento da saúde dos colaboradores, incluindo assistência médica e medicamentosa em várias participadas;
- Acesso a seguros de saúde, protocolos e parcerias no âmbito da saúde em várias participadas;
- Iniciativas de prevenção de doenças, oferta de rastreios e formação em matéria de saúde junto de colaboradores e comunidades;
- Apoios a instituições de cariz social que apoiem pessoas no âmbito da saúde;

EXEMPLOS

- Programa “Dar Vida” em Angola e Moçambique;
- Programa “MaxiSaúde” em Angola;
- Campanha de vacinação anual contra a gripe no Brasil;
- Programa “Fique Bem” no Brasil;
- Programa “Todos Damos” em Portugal, Angola, Argélia, Brasil, Espanha e Moçambique.



- Política de Grupo para o Desenvolvimento de Competências dos colaboradores das empresas participadas;
- Programas de formação contínua com vista à atualização de competências e progressão na carreira dos colaboradores das empresas participadas;
- Programas de atração e desenvolvimento de jovens talentos das empresas participadas;
- Ações de formação para o desenvolvimento pessoal dos colaboradores e para sensibilização no âmbito da sustentabilidade;
- Iniciativas junto das comunidades e apoio a instituições de cariz social que apoiem pessoas no âmbito da educação.

EXEMPLOS

- Programa “Academia Teixeira Duarte” em Portugal e Angola;
- Centro de Desenvolvimento Profissional Teixeira Duarte em Angola;
- Programa “Fazer Pescar” em Angola;
- Projetos Canteiro-Escola no Brasil;
- Programa “Todos Damos” em Portugal, Angola, Argélia, Brasil, Espanha e Moçambique.



- Criação de emprego e geração de riqueza económica nos mercados onde operam as empresas participadas;
- Programas específicos de promoção de emprego jovem em várias participadas;
- Adoção generalizada de práticas responsáveis em questões como direitos laborais, saúde e segurança do trabalho, liberdade de associação e negociação coletiva, horário de trabalho, remuneração;
- Promoção generalizada da diversidade, igualdade de género e da conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar dos colaboradores;
- Programas de apoio ao desenvolvimento de produtores locais de várias participadas sobretudo em países em desenvolvimento;

EXEMPLOS

- Programa “Academia Teixeira Duarte” em Portugal e Angola;
- Programa “Fazer Pescar” em Angola;
- Programa “Fazenda Maxi” em Angola;
- Adoção de um Plano de Grupo para a Igualdade;
- Programa “Raízes” em Angola.



- Participação em projetos nacionais e internacionais ligados à Inovação;
- Criação de um Comité de Inovação do Grupo;
- Contribuição para a atividade normativa dos setores de atividade;
- Parcerias entre as participadas e Instituições de Ensino e Entidades dos Sistemas Científicos e Tecnológicos;
- Programas de apoio ao desenvolvimento de produtores locais de várias participadas sobretudo em países em desenvolvimento.

EXEMPLOS

- Projeto Digital Construction Revolution - REV@CONSTRUCTION;
- Projeto “OMICRON”;
- Programa “Fazenda Maxi” em Angola.



- Implementação de sistemas de gestão ambiental em várias participadas;
- Prestação de serviços especializados em eficiência energética por parte de algumas participadas;
- Implementação de medidas de racionalização energética nas instalações das empresas;
- Programas de incentivo ao consumo sustentável junto dos colaboradores das participadas;
- Digitalização/desmaterialização de processos;
- Avaliação generalizada de fornecedores com base em critérios de sustentabilidade social e ambiental.

EXEMPLOS

- Serviços de “Análise e Diagnóstico e Soluções de Energia” prestados ao mercado pela TDGI;
- Política de compras responsáveis da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.;
- Iniciativas diversas de sensibilização junto dos colaboradores.

4. CONFORMIDADE COM ACORDOS INTERNACIONAIS

A atuação das empresas do Grupo Teixeira Duarte tem por base a sua Missão e está em conformidade com as Declarações de Direitos Humanos da ONU, os Princípios Orientadores da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), da

Organização Internacional do Trabalho (OIT), a legislação nacional e internacional e os 10 Princípios do Pacto Global das Nações Unidas nos domínios dos Direitos Humanos, Práticas Laborais, Ambiente e Anticorrupção.

A Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., em Portugal, possui também a certificação voluntária da Norma Internacional SA 8000, manifestando o compromisso da organização em desenvolver, manter e aplicar práticas responsáveis em questões como o trabalho escravo e infantil, saúde e segurança do trabalho, liberdade de associação e negociação coletiva, discriminação, práticas disciplinares, horário de trabalho, remuneração e sistemas de gestão.

5. ÉTICA E CONDUTA

A Teixeira Duarte, S.A. tem um Código de Ética e Conduta adotado por cada uma das entidades do Grupo, o qual consagra os transversais princípios da atuação de todos os colaboradores das empresas do Grupo e, desse modo, o envolvimento da Teixeira Duarte, S.A. com as partes relacionadas, constituindo pois um reforço e desenvolvimento da sua Missão e Valores.

O Código destina-se a todos os Administradores, Trabalhadores e Outros Representantes da Empresa, cabendo adicionalmente a todos estes colaboradores não só conhecer e interiorizar, implementar institucionalmente e defender externamente o Código, mas também promover a aplicação das respetivas regras por terceiros no âmbito e execução das relações que estes mantenham com quaisquer entidades do Grupo Teixeira Duarte.

O Código de Ética e Conduta é obrigatório para todos os colaboradores e a sua não aplicação é passível de procedimentos e sanções disciplinares.

Resumidamente, de acordo com este Código, todos os colaboradores das empresas do Grupo têm o compromisso de cumprir, defender e fazer cumprir, incluindo junto dos destinatários indiretos, a legislação e a regulamentação em vigor nas geografias onde estas operam, incluindo quaisquer acordos globais ou setoriais e regras deontológicas específicas de cada profissional, bem como todos e quaisquer compromissos contratualmente assumidos.

Globalmente comunicado a todos os colaboradores, o Código de Ética e Conduta em vigor encontra-se disponível no site www.teixeiraduarte.com.

6. GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS

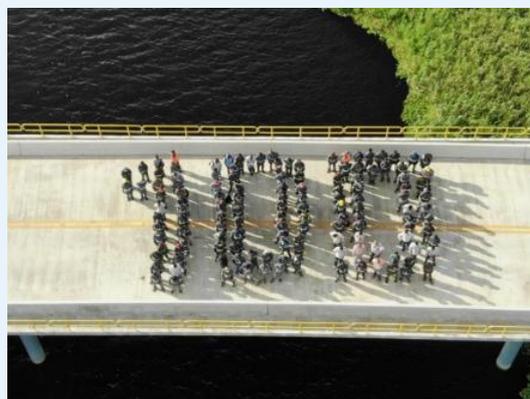
Reportando o seu início à atuação do seu fundador, Engenheiro Ricardo Esquível Teixeira Duarte, a Teixeira Duarte assinalou, em 2021, 100 anos de atividade. Este marco foi alcançado graças ao empenho e dedicação de milhares de homens e mulheres que, ao longo deste período, acompanharam e contribuíram para o crescimento sustentado do Grupo. A comemoração do centenário procurou assim centrar-se no reconhecimento de todas as pessoas que fizeram parte do Grupo Teixeira Duarte e das que hoje fazem parte dele e que partilham a honra e responsabilidade de iniciar o seu segundo século de atividade.

CELEBRAÇÃO DO CENTENÁRIO DO GRUPO TEIXEIRA DUARTE

Por ocasião do Dia da Empresa de 2021, os colaboradores das empresas do Grupo Teixeira Duarte nos mais diversos mercados assinalaram também o seu centenário através de diferentes iniciativas comemorativas, incluindo vídeos produzidos pelos próprios colaboradores e eventos internos.



Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, Brasil



EMPA, Brasil



Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, Moçambique



TD Hotels, Moçambique

Nas empresas do Grupo Teixeira Duarte, o bem-estar dos colaboradores, incluindo a promoção de boas condições de higiene, saúde e segurança, assim como o desenvolvimento de competências e a retenção do talento, assumem elevada importância na gestão dos recursos humanos, encontrando-se alicerçados numa cultura de tratamento digno e respeito pelos direitos humanos e laborais.

6.1. Os Recursos Humanos em 2021

A 31 de dezembro de 2021, o Grupo tinha 9.093 colaboradores, registando um decréscimo de aproximadamente 500 colaboradores (menos 6%) face a 31 de dezembro de 2020, para o qual contribuiu maioritariamente o número de colaboradores no setor da Construção no Brasil naquela data, tendo em conta a quantidade e tipologia de projetos em curso.

9.093
COLABORADORES

81%
HOMENS

19%
MULHERES

39
IDADE
MÉDIA

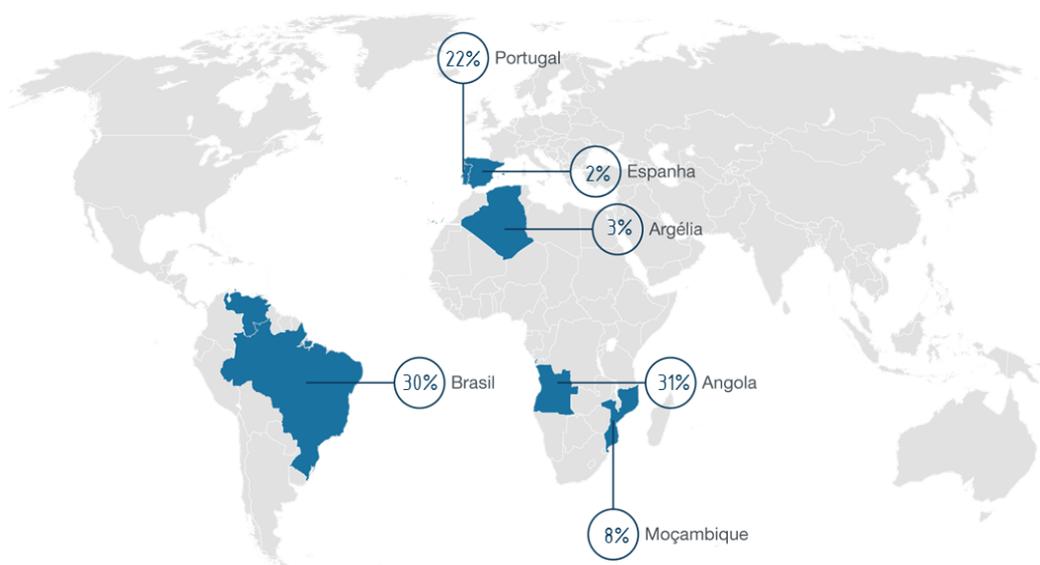
40
NACIONALIDADES

Como em anos anteriores, o desempenho das participadas que operam no setor da Construção do Grupo Teixeira Duarte influenciou fortemente o seu número total de colaboradores. Em 2021, este setor de atividade representou 52% da força de trabalho global, tendo contudo diminuído 2 p.p. face ao seu peso em 2020.



Distribuição dos colaboradores por área de atuação a 31 de dezembro de 2021

A 31 de dezembro de 2021, Angola, Brasil e Portugal representavam 83% do número total de colaboradores do Grupo Teixeira Duarte, com 31%, 30% e 22% respetivamente. Em 2020, na mesma data, Angola representava 30%, o Brasil registava 35% e Portugal 19%.



Distribuição geográfica dos colaboradores nos principais mercados de atuação a 31 de dezembro de 2021

Em linha com os anos anteriores, a maioria dos colaboradores eram, em 2021, do sexo masculino, facto a que não são alheias as áreas de negócio das empresas participadas do Grupo, particularmente a Construção e *Facilities Management* - que juntas comportavam 69% da força de trabalho global – onde a grande maioria dos candidatos são do sexo masculino.

A Teixeira Duarte, S.A. sempre assumiu a preocupação em assegurar um tratamento digno aos colaboradores e colaboradoras, com respeito pelos seus direitos humanos e laborais, incluindo uma efetiva igualdade entre todos, adotando as boas práticas tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, promovendo a eliminação da discriminação em função do sexo e fomentando a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional. Em 2021, a empresa publicou um Plano para a Igualdade que apresentava o conjunto de objetivos e medidas a desenvolver pelas suas participadas em 2022 de forma adequada às suas realidades de atuação, tanto geográficas como setoriais.

PLANO PARA A IGUALDADE

No dia 13 de setembro de 2021, a Teixeira Duarte, S.A. aprovou, em reunião do seu Conselho de Administração, um novo Plano para a Igualdade que abrange as seguintes áreas:

- Igualdade no acesso ao emprego;
- Igualdade nas condições de trabalho;
- Igualdade remuneratória;
- Proteção na parentalidade;
- Conciliação da atividade profissional com a vida familiar e pessoal.

Este Plano pode ser consultado em www.teixeiraduarte.com.

A idade média dos colaboradores das empresas do Grupo Teixeira Duarte era, em 2021, de 39 anos.

Não obstante a grande maioria dos seus colaboradores se situar na faixa etária entre os 30 e os 50 anos, as empresas do Grupo Teixeira Duarte consideram as necessidades das diferentes gerações presentes nas suas equipas, promovendo a integração de novos colaboradores e simultaneamente a passagem de conhecimento pelas gerações mais experientes.

A 31 de dezembro de 2021, a maioria dos colaboradores das empresas do Grupo encontrava-se em situação contratual sem termo, assinalando-se uma tendência de crescimento neste sentido nos últimos anos.

Numa visão por Áreas de Atuação, assistimos à predominância do modelo de contrato sem termo, sendo menos expressivo no âmbito das atividades da Distribuição e das Concessões e Serviços.

Enquanto empregadora, a Teixeira Duarte é reconhecida nos mercados em que está presente por apostar nas pessoas “da Casa”, a quem dá autonomia, e a correspondente responsabilidade, para que desenvolvam as suas carreiras dentro do Grupo.

Também fruto desta postura, várias áreas de atuação do Grupo destacam-se por serem capazes de reter colaboradores por vários anos e apresentam antiguidades médias elevadas. No global das suas atividades, o Grupo regista uma antiguidade média de 6 anos.

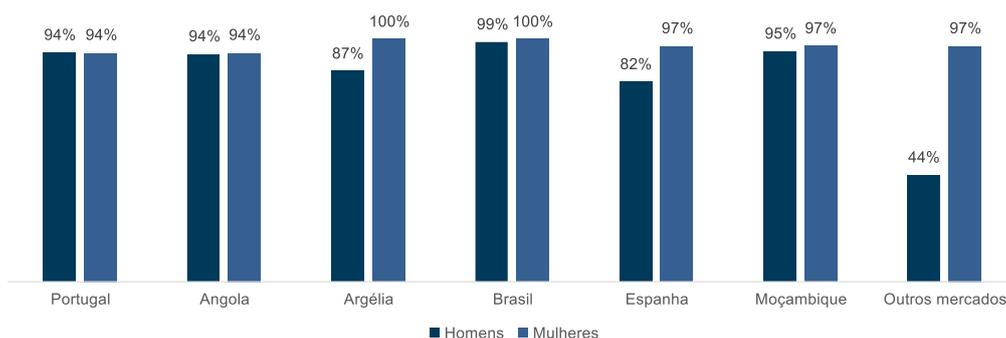
As diferentes culturas, hábitos e formas de trabalhar tendem a criar maior abertura e crescimento para as empresas que procuram garantir um ambiente de trabalho onde impere o respeito mútuo e a igualdade de oportunidades. A 31 de dezembro de 2021, trabalhavam no Grupo colaboradores de 40 nacionalidades distintas, destacando-se o grau de diversidade em Portugal.

6
ANTIGUIDADE
MÉDIA

68%
CONTRATO
SEM TERMO

6.2. Recrutamento, Seleção e Retenção de Pessoas com Potencial Talento

Muitas das empresas participadas do Grupo posicionam-se nos seus mercados como empregadoras que oferecem perspetivas de desenvolvimento pessoal e profissional aos seus colaboradores, independentemente do seu nível de experiência. A promoção do emprego jovem, com potencial talento, e fortes políticas de qualificação profissional têm sido particularmente importantes para a expansão do Grupo em vários mercados, nos quais as suas empresas participadas demonstram consistentemente grande capacidade de reter colaboradores nacionais nas suas operações.



Percentagem de colaboradores nacionais por mercado a 31 de dezembro de 2021

Em 2021, várias empresas do Grupo Teixeira Duarte continuaram a utilizar o *Applicant Tracking System* implementado em 2018, permitindo-lhes gerir ofertas de emprego e candidatos de forma mais eficiente e através de uma ampla rede de pesquisa integrada com portais de emprego.

No contexto do recrutamento, refere-se também o papel do recrutamento interno que, sustentado em desempenho de reconhecido mérito, tem proporcionado oportunidades a diversos colaboradores para desenvolverem carreira profissional dentro do Grupo Teixeira Duarte.



PROGRAMA “FIQUE BEM”

Em 2021, o Grupo Teixeira Duarte lançou um programa interno com o objetivo de incentivar as suas empresas participadas no Brasil a, autonomamente, desenvolverem ações que contribuam para a melhoria do clima organizacional e aumento do bem-estar dos seus colaboradores, o “Fique Bem”. Visando trabalhar as vertentes da saúde, meio ambiente, comunidades, nutrição, desporto e lazer, este programa auxilia as empresas do Grupo no desenvolvimento de ações que sejam relevantes para a qualidade de vida dos colaboradores, em quaisquer das suas unidades fixas e temporárias, de forma alinhada e mais coordenada.

O Grupo monitoriza a evolução da percentagem de Homens e Mulheres pertencentes à Alta Direção do Grupo que são responsáveis por diferentes sociedades, setores, áreas de negócio, ou outras estruturas organizativas. Em 2021, esta estrutura sofreu diversas alterações a nível da sua constituição. O respetivo organograma à data de 31 de dezembro de 2021 pode ser consultado no subcapítulo “Perfil” deste relatório.

Relativamente ao absentismo, as diferentes empresas participadas do Grupo apresentam taxas que variam conforme as áreas de negócio e os países em que operam. Recorde-se que, em 2020, a grande maioria das empresas registou um aumento da taxa de absentismo decorrente, por um lado, do cumprimento e aplicação das determinações das autoridades de saúde e governamentais no âmbito da prevenção da COVID-19 em matéria de reorganização do trabalho e, por outro, das ausências diretamente relacionadas com a doença e com o cumprimento de quarentena/isolamento profilático e assistência à família. Em 2021, contudo, com o alívio das restrições relacionadas com a COVID-19, o absentismo voltou a diminuir de forma geral. No global das empresas do Grupo, neste último exercício, o absentismo foi de 2,8%.

A 31 de dezembro de 2021, integravam as empresas participadas pela Teixeira Duarte 41 pessoas com deficiência ou incapacidades. Em Portugal e no Brasil, estes colaboradores representavam 1% da força de trabalho.

Conformidade com as Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT)

A promoção das convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e dos direitos humanos encontra-se consagrada no Código de Ética e Conduta da Teixeira Duarte, S.A., extensível a todas as entidades integradas no seu perímetro de consolidação.

O Código manifesta o compromisso das empresas participadas do Grupo no reconhecimento do direito ao associativismo e à negociação coletiva. As suas práticas empresariais protegem os direitos laborais e promovem ambientes de trabalho seguros e saudáveis para todos os trabalhadores.

As atividades dos setores da Construção, Hotelaria, Distribuição e Automóvel são as atividades do Grupo mais proeminentes em termos de instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho, considerando contratos coletivos, acordos coletivos e acordos de empresa.

Esta abrangência reflete-se no número de colaboradores sindicalizados nos mercados onde estes setores operam. Apesar de não ser possível às empresas participadas identificar a totalidade dos colaboradores sindicalizados, as empresas que operam nos mercados do Brasil e Moçambique em particular, têm apurada maior percentagem de colaboradores sindicalizados. No Brasil, refira-se que, até 2017, a contribuição sindical era obrigatória.

6.3. Proteção e promoção da saúde e segurança



Túnel de desinfeção COVID-19 em obra da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, em Portugal

A visão corporativa do Grupo Teixeira Duarte incorporou, desde sempre, uma estratégia de gestão de recursos humanos forte em medidas que visam a melhoria da qualidade de vida de todos aqueles que colaboram com as suas empresas participadas, com o intuito de otimizar o binómio trabalho/vida pessoal e familiar e de promover a fidelização dos colaboradores, independentemente da atividade das empresas e dos mercados onde operam.

Esta visão reflete-se na postura socialmente responsável das suas empresas participadas no que toca à promoção da saúde, segurança e higiene no trabalho.

Relativamente à saúde no trabalho, salienta-se a política de vigilância da saúde dos colaboradores, o que se concretiza através da realização, generalizada, de exames de saúde, de visitas aos postos de trabalho e do acompanhamento de situações de doença.

Apesar de continuarem a ser assegurados, nos diversos mercados, os mesmos mecanismos de apoio no âmbito da medicina curativa, de forma direta (serviços internos) e/ou indireta (protocolos com clínicas privadas e/ou seguros de saúde), desde 2020, que os impactos da pandemia COVID-19 se têm refletido na taxa de cobertura dos colaboradores com exames

realizados nas empresas do Grupo, quer por força das limitações na realização de exames presenciais, quer por força dos esforços canalizados para prevenir e responder aos riscos da pandemia.

Ainda assim, em situações de emergência e de gravidade elevada, como as experienciadas em 2020 e 2021 com a crise pandémica, a existência de serviços internos de medicina curativa permitiu um acompanhamento eficaz das situações problemáticas em matérias de saúde e, paralelamente, melhorou a capacidade de resposta das empresas.

É disponibilizada aos colaboradores a possibilidade de acederem a serviços médicos e medicamentosos, o que, face à realidade de alguns dos países onde as empresas do Grupo operam, são fundamentais no acompanhamento clínico e no acesso aos cuidados de saúde primários por parte dos mesmos. Este acesso é, em algumas situações, feito com recurso a clínicas privadas com as quais são estabelecidas parcerias, procurando tornar os cuidados com a saúde mais eficazes e menos onerosos.

No caso de Angola e de Moçambique, por exemplo, as empresas do Grupo têm definida uma política de assistência médica e medicamentosa que inclui acesso a consultas médicas a todos os colaboradores e familiares de primeiro grau.

PREVENÇÃO DA MALÁRIA



Ação de sensibilização no Dia Mundial do Mosquito, no Polo TDA, em Angola

Sendo a Malária a principal causa de morte em Angola, as empresas do Grupo Teixeira Duarte reforçam regularmente a informação e formação junto dos seus colaboradores com vista a contribuir para uma menor incidência desta doença. Em agosto de 2021, por ocasião do Dia Mundial do Mosquito, várias participadas do Grupo Teixeira Duarte neste país sensibilizaram, mais uma vez e de diferentes formas, os seus colaboradores para a importância da prevenção de situações no dia-a-dia que propiciem a proliferação de mosquitos reforçando os cuidados a ter para prevenção e tratamento da doença.

Ao longo de 2021, as empresas do Grupo asseguraram aos seus colaboradores 1.391 consultas de medicina curativa e 31.832 exames complementares de diagnóstico, o que representou, face a 2020, um aumento de 12% e 25% respetivamente.

Tendo como génese e *core business* o setor da Construção, o Grupo Teixeira Duarte e as suas empresas participadas têm uma cultura corporativa de constante investimento na segurança e de combate aos riscos fortemente enraizada. Esta aposta passa por rigorosas políticas de prevenção, que visam garantir a salvaguarda da vida de todos os colaboradores e prestadores de serviços em todas as instalações.

DIA MUNDIAL DA SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

Anualmente, são várias as empresas do Grupo Teixeira Duarte que se mobilizam para assinalar o dia 28 de abril, Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho, com vista ao reforço da sensibilização dos colaboradores e da resiliência das suas operações face aos respetivos riscos profissionais. De acordo com o tema «Antecipar, preparar e responder a crises - Investir agora em sistemas

resilientes de segurança e saúde do trabalho», em 2021, foram realizadas ações com as equipas de trabalho dos mais diversos setores de atividades e mercados.



Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, Portugal



Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, Brasil



Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, Moçambique



Somafel, Portugal



EPOS, Portugal



EMPA, Brasil

Nos casos de Portugal, Brasil e Moçambique, as boas práticas das empresas participadas no setor da Construção, onde os riscos são superiores no que toca à saúde e segurança dos colaboradores, são reforçadas pela certificação em sistemas de gestão de segurança e saúde ocupacional no âmbito das Normas ISO 45001 e OHSAS 18001, propiciando uma gestão mais abrangente e eficaz dos riscos operacionais e contribuindo para a proteção dos colaboradores e para um melhor desempenho.

Em 2021, as empresas do Grupo Teixeira Duarte do setor da Construção registaram menos acidentes com baixa médica do que nos últimos anos, reduzindo o seu índice de frequência para metade. Contudo, em 2021, o Grupo tem a lamentar a ocorrência de um acidente mortal que vitimou um colaborador de uma das empresas participadas deste setor no Brasil.

Quanto à gravidade (nº de dias perdidos devido à ocorrência de acidentes de trabalho por um milhão de horas-homem trabalhadas), e apesar da Construção e Imobiliária terem piorado o desempenho em 2021, os níveis de todos os setores situaram-se nos parâmetros de “Bom” e “Muito Bom”, de acordo com os valores de referência da Organização Mundial de Saúde.

No âmbito da promoção da saúde, são também dinamizadas várias atividades nas empresas do Grupo, como rastreios, ações de sensibilização e formação em matéria de saúde, individual e em grupos.

PREVENÇÃO DE DOENÇAS CARDIOVASCULARES

Durantes os meses de agosto e setembro de 2021, o Grupo Teixeira Duarte promoveu várias sessões de rastreio com vista à identificação de riscos de doenças cardiovasculares para os colaboradores de todos os seus setores de atividade em Angola. Com o apoio técnico da Sociedade Angolana de Doenças Cardiovasculares, foram controlados aspetos como o peso, tensão arterial e perímetro abdominal, e fornecidas recomendações sobre saúde e nutrição. Participaram mais de 550 colaboradores, tendo sido identificada uma incidência de hipertensão arterial na ordem dos 35%.



Rastreio nas instalações do Grupo Teixeira Duarte, em Morro Bento, Angola

SETEMBRO AMARELO

Várias empresas do Grupo Teixeira Duarte, nomeadamente em Portugal e Brasil, assinalaram, em setembro de 2021, o mês da Saúde Mental.

Foram desenvolvidas ações de sensibilização nas instalações fixas e temporárias das empresas, entrevistas com especialistas com transmissão *online*, entre outras iniciativas.



Ação de sensibilização em obra da EMPA, no Brasil



Espaço de aleitamento disponibilizado a colaboradoras lactantes na sede do Grupo Teixeira Duarte em Portugal

Em consonância com o disposto na legislação dos países onde as empresas do Grupo atuam, todos os colaboradores têm direito a proteção na Parentalidade. No caso de Portugal, os colaboradores têm à sua disposição um conjunto de licenças no âmbito da Maternidade/Paternidade, em conformidade com o previsto no Código do Trabalho.

Outros benefícios para colaboradores

Nas empresas do universo da Teixeira Duarte existem ainda outros benefícios para os colaboradores, tais como:

a) Seguros de saúde e de vida

A maioria das empresas do Grupo disponibiliza seguros de saúde aos seus colaboradores de acordo com critérios definidos, que incluem a possibilidade de estender os seguros ao seu agregado familiar.

Em algumas empresas participadas, para além do seguro de saúde, também é disponibilizado um seguro de vida que garante proteção nas situações de acidente pessoal, morte e invalidez. Estes seguros complementam assim as proteções obrigatórias aplicáveis em cada país, em matérias de segurança social e de legislação laboral.

b) Protocolos e Parcerias

É disponibilizado aos colaboradores das empresas do Grupo um conjunto de protocolos e parcerias com entidades externas, em diversas áreas de atuação, tais como telecomunicações, banca, seguradoras, estabelecimentos de ensino, concessionários auto, agências de viagens e companhias aéreas, permitindo o acesso dos colaboradores a bens e serviços em condições de mercado mais vantajosas.

ACESSO A SEGUROS COM PREÇOS BONIFICADOS EM ANGOLA

As empresas do setor Automóvel do Grupo em Angola estabeleceram, em 2021, um protocolo com vista a tornar acessível aos seus colaboradores um plano integrado de seguros com preços bonificados não acessíveis ao público em geral, incluindo 50% de bonificação no seguro automóvel e 30% de bonificação nos seguros de saúde, funeral, acidentes pessoais, habitação, entre outros.



Em 2021, o Grupo promoveu, junto das suas empresas em Portugal, a adoção de uma solução complementar no âmbito das parcerias para alargar a rede de descontos acessíveis aos colaboradores e suas famílias – o Portal “Compras.td”.

c) Programa de benefícios flexíveis

Em janeiro de 2021, o Grupo Teixeira Duarte lançou uma nova edição do programa criado em 2019 que oferece aos colaboradores a possibilidade de acederem a um conjunto de benefícios para si e suas famílias de acordo com as suas preferências.

Dirigido a todos os colaboradores do quadro permanente das empresas participadas em Portugal, a adesão ao programa é voluntária e permite aceder a vantagens, como reembolso de despesas de Saúde, Vales Infância, Formação Profissional, Aquisição de Tecnologia e Aquisição de Viatura.

d) Política de Acompanhamento Familiar

O Grupo Teixeira Duarte tem em vigor uma Política de Acompanhamento Familiar que inclui apoio administrativo, logístico e financeiro com vista à legalização, deslocação e alojamento de elementos do agregado familiar de colaboradores que, mediante determinados critérios, sejam deslocados para fora do seu país.

6.4. Qualificação para a expressão do talento: desenvolvimento e formação

No universo de empresas do Grupo Teixeira Duarte, e ao longo da sua história centenária, sempre se promoveu uma forte cultura de ética, de trabalho e de mérito, amplamente reconhecida e sistematicamente aplicada a todos os níveis.

Perante a velocidade das transformações que caracterizam o mundo de hoje, e que foi fortemente acelerada pela pandemia COVID-19, a par da volatilidade, complexidade e ambiguidade dos contextos em que vivemos, é crítico que as organizações se adaptem rapidamente às alterações do seu ambiente e das expectativas dos *stakeholders*.

Sempre guiadas pelos Valores do Engenho, Verdade e Compromisso e pela Missão “Fazer, contribuindo para a construção de um mundo melhor”, as empresas do Grupo estão cientes do papel das suas Pessoas na capacidade de adaptação e resiliência das mesmas neste mundo cada vez mais não-linear. O desenvolvimento e qualificação dos colaboradores são pois essenciais para direcionar as empresas para novos modelos de crescimento e para ultrapassar os constantes desafios.

Apesar da diversidade de atividades que hoje existe dentro do Grupo Teixeira Duarte e a dispersão geográfica por diversos países, o Grupo desenvolveu, e tem vindo fazer evoluir, um modelo robusto para transmissão eficaz de valores e práticas que constituem a sua visão corporativa no que toca ao desenvolvimento e formação de colaboradores. O Grupo estimula as suas empresas participadas na prossecução dos seguintes objetivos:

- Potenciar o talento dentro da organização, atraindo as Pessoas mais qualificadas, desenvolvendo-as e promovendo a sua evolução por mérito e pelo seu desempenho;
- Fomentar lideranças fortes, melhorando a capacidade para promoverem o desempenho e o alinhamento das Pessoas com a estratégia empresarial;
- Comunicar eficazmente as suas identidades organizacionais, criando propostas de valor fortes, quer interna, quer externamente;
- Construir Culturas Aprendentes de forte impacto, com oportunidades de crescimento para todos, delineadas em diferentes áreas de conhecimento (técnicas e não-técnicas), em diferentes níveis (operacional, tático e estratégico) e em diferentes formatos de aprendizagem (no dia-a-dia, na observação e interação com outros, na aprendizagem formal através de cursos em sala ou em plataformas *online*).

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS

Em 2021 deu-se continuidade à Política de Desenvolvimento de Competências do Grupo Teixeira Duarte conforme modelo definido em 2018 e devidamente adaptado, desde 2020, a outros formatos de aprendizagem resultante das circunstâncias causadas pela pandemia COVID-19. Esta Política assenta numa matriz que integra uma componente comum/transversal a todas as áreas de negócio e uma componente específica, sendo desta forma adaptável a qualquer setor, mercado e categoria profissional em que o colaborador se encontrar.

As áreas de negócio, por sua vez, definem, implementam e avaliam os Planos de Desenvolvimento de Competências (PDC) dos seus colaboradores. Tratam-se de programas de formação contínua que possibilitam perspetivar a formação de cada colaborador ao longo do tempo, nomeadamente com vista à atualização de competências e progressão na carreira.

Em 2021, a Comissão de Coordenação da Qualificação Profissional prosseguiu com o trabalho de apoio contínuo a processos transversais e com a promoção de projetos-chave nestas áreas. Um dos projetos especialmente relevantes foi a adoção de uma plataforma comum de *e-learning* que globalizou o desenvolvimento pessoal e profissional independente da localização física das pessoas e operações. Na plataforma “OK – Online Knowledge | Powered by Grupo Teixeira Duarte” é possível aceder a formações e informações *online*, através da partilha de conteúdos externa e internamente desenvolvidos por cada empresa do Grupo.

Alinhadas com a necessidade de desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores como forma privilegiada de resposta aos desafios atuais e futuros, as empresas incluídas no perímetro de consolidação da Teixeira Duarte, S.A. realizaram, em 2021, uma média global de 24 horas de formação por colaborador (+30% que em 2020), sendo de salientar positivamente o desempenho das atividades em Angola e Brasil em particular, não obstante os constrangimentos que a situação de pandemia COVID-19 impôs nos formatos da formação profissional.



Colaboradores em formação prática nas lojas “Maxi” em Angola

As atividades qualificantes abrangeram, em 2021, 58.991 formandos (número de colaboradores que estiveram presentes numa atividade) e totalizaram 222.205 horas de volume de formação (total de horas de formação frequentadas por todos os formandos), o que, comparando com 2020, representa um acréscimo de 67% e de 68% respetivamente. O crescimento destes indicadores foi transversal às empresas do Grupo nos diferentes mercados e é revelador da sua capacidade de superação face às necessidades de adaptação – em metodologias e formatos - impostos pela pandemia COVID-19. Para a contabilização destes indicadores do ponto de vista geográfico, o Grupo Teixeira Duarte considera o mercado da empresa a que o colaborador está afeto, podendo, em situações pontuais, o colaborador estar deslocado do mesmo.

58.991
FORMANDOS (+67%)

222.205
HORAS VOL. FORMAÇÃO (+68%)

DIA MUNDIAL DA ENGENHARIA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PODCASTS

OPORTUNIDADES E DESAFIOS DE UMA INDÚSTRIA MAIS SUSTENTÁVEL

SÉRIE DE 4 ENTREVISTAS
A ESPECIALISTAS CONVIDADOS



MARÇO 2021
NOVO PODCAST ÀS QUINTAS-FEIRAS

TEIXEIRA DUARTE
ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A.

04
MARÇO



Por ocasião do Dia Mundial da Engenharia para o Desenvolvimento Sustentável, que se assinala anualmente a 4 de março, a Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. promoveu a realização de uma série de *podcasts* sobre as “Oportunidades e desafios de uma indústria mais sustentável”, divulgada durante o referido mês nos seus canais internos de comunicação, em todos os mercados. Contando com a participação de especialistas convidados, o objetivo da iniciativa foi sensibilizar os colaboradores para as estratégias de crescimento assentes em novas políticas e legislação com vista a transformar profundamente a economia e sociedade e colocá-las numa trajetória mais sustentável.

Em Portugal, a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. manteve a certificação como entidade formadora concedida pela DGERT - Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, que habilita a empresa a ministrar formação certificada em diversas áreas, incluindo Segurança e Higiene no Trabalho, Construção Civil e Engenharia Civil, Metalúrgica e Metalomecânica, entre outras.

FORMAÇÃO ESPECIALIZADA EM BIM

Tendo a metodologia “Building Information Modeling” (BIM) como um pilar para alavancar a transformação digital do seu setor, a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções promove consistentemente a qualificação de colaboradores em BIM, incluindo Engenheiros Cívicos, Arquitetos, Desenhadores e Preparadores. Em 2021, foram ministradas nesta matéria mais de 60 horas de formação por entidades externas, sendo a formação ajustada a casos reais da Empresa por forma a preparar os formandos para as necessidades do seu dia-a-dia.

Em outubro de 2021, o Grupo Teixeira Duarte deu início a uma nova edição do Programa de “Trainees” Academia Teixeira Duarte, em Portugal. Integrados na Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. e na SOMAFEL – Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A., oito jovens recém-licenciados de várias áreas da Engenharia, foram selecionados para integrar este programa de 9 meses, com vista a contactar com cada uma das áreas das Empresas e aprender metodologias de trabalho, com a possibilidade de obter *mentoring* e *coaching* de pessoas-chave da organização.



Sessão de boas-vindas aos "trainees" da Academia Teixeira Duarte, promovida dia 11 de outubro na sede do Grupo Teixeira Duarte, com a presença do Presidente do Conselho de Administração, Dr. Manuel Maria Teixeira Duarte

Angola é um dos mercados que se destaca em número médio de horas de formação por ano por colaborador. As atividades qualificantes levadas a cabo ao longo de 2021 abrangeram 21.292 formandos e totalizaram um volume de formação de 76.376 horas, o que representou um aumento de 22% e 4% respetivamente face a 2020.

O Centro de Desenvolvimento Profissional (CDP) Teixeira Duarte em Angola continua a ser um pilar estruturante para as empresas do Grupo Teixeira Duarte na construção de um ecossistema de aprendizagem ao longo da vida dos colaboradores, pois concentra grande parte das atividades qualificantes desenvolvidas neste mercado. Em 2021, o CDP retomou as atividades formativas presenciais depois de terem sido suspensas em março de 2020 devido à pandemia COVID-19.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL TEIXEIRA DUARTE

- 1.500 m² de área total de construção aproximada.
- 6 salas para formações teóricas.
- 1 sala de informática.
- 2 laboratórios (Eletricidade e Eletrónica e Engenharia Civil).
- 2 oficinas para formações práticas na área Automóvel e na área da Distribuição.
- 1 auditório e um refeitório com capacidade para mais de 100 pessoas.

Destaque:

- 7 negócios com atividades formativas: Construção, *Facilities Management*, Educação, Imobiliária, Hotelaria, Distribuição e Automóvel.
- 33 cursos de formação certificados pelo INEFOP.
- 1º Centro Certificado pela Renault na África Subsariana.



Nos âmbitos da empregabilidade, qualificação profissional e da responsabilidade social do Grupo em Angola, em 2021 reiniciou-se o Projeto "Fazer Pescar", suspenso em 2020 devido à situação de emergência resultante da pandemia, tendo sido concluída a formação de 3 turmas.

FAZER PESCAR

Principais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Âmbito(s)

- Empregabilidade
- Qualificação Profissional
- Responsabilidade Social

Destinatários

Jovens que vivem em situação de carência social.

Desafio

Tirar partido dos meios e instrumentos focados na formação e desenvolvimento profissional dos trabalhadores das várias empresas participadas do Grupo Teixeira Duarte para formar os destinatários, dando-lhes também a oportunidade de se iniciarem no mercado de trabalho.

Caracterização

“Ensina um Homem a pescar e estarás a alimentá-lo para o resto da vida”, Lao Tzu

O “Fazer Pescar” é uma iniciativa que tem como objetivo criar oportunidades para jovens, formando-os para, autonomamente, serem uma parte fundamental no desenvolvimento das comunidades onde estão inseridos. Trata-se de um programa educativo criado em 2013 pelo Grupo Teixeira Duarte em Angola, atualmente com duração de 3 meses, que inclui uma componente de integração social, de integração na empresa e de integração no trabalho. A frequência é gratuita e os formandos beneficiam de refeições diárias, subsídio diário de transporte, seguro de acidentes pessoais, uniformes e roupa para uso individual, material escolar e vigilância médica regular. Terminado o curso, os formandos com avaliação positiva são integrados em empresas do universo do Grupo.



Setores/empresas do Grupo envolvidos

Todos os setores a operar em Angola.

Impactos

- 38 turmas formadas em 15 edições realizadas desde 2013 (3 turmas em 2021);
- 485 jovens formados desde 2013, tendo 450 jovens sido integrados nas empresas do Grupo;
- A 31 de dezembro de 2021 encontravam-se a trabalhar no Grupo cerca de 160 jovens integrados através deste Programa.

No Brasil, a melhoria dos procedimentos e do acesso à formação por parte dos colaboradores resultante das adaptações desencadeadas pela pandemia COVID-19 influenciou de forma muito positiva a capacidade formativa das empresas do Grupo. Em 2021, foram desenvolvidas atividades que abrangeram 22.893 formandos, totalizando 90.367 horas de volume de formação, o que revela, face a 2020, acréscimos de 57% e 97% respetivamente. O número médio de horas de formação por colaborador aumentou de 18 para 29 horas.

No Brasil, salientam-se adicionalmente dois programas no âmbito da qualificação profissional e emprego jovem. A Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. tem em vigor, há vários anos, um programa de formação de profissionais recém-licenciados, com duração mínima de 12 meses e cujo objetivo é desenvolver os jovens através de formação “on the job” para futura integração na empresa. Em 2021 foram integrados 24 “trainees” – o maior número dos últimos anos - tendo 6 jovens sido promovidos na empresa após período de estágio e 18 integrados numa fase de acompanhamento entre 1 a 2 anos. O “Jovem Aprendiz” é outro programa

importante, destinado a jovens do ensino médio que, em 2021, integrou 42 jovens, tendo 3 sido absorvidos pela empresa. Esta iniciativa tem duração de 16 meses e visa proporcionar aos jovens experiência em contextos de trabalho.



Formandos do Programa "Fazer Pescar" em apresentação de sessão de encerramento de curso em Angola

EMPA APOIA PROJETO "CANTEIRO ESCOLA" PARA CAPACITAR E EMPREGAR MORADORES DE ILHÉUS, NO BRASIL



No âmbito das obras do Porto Sul, em que participa a EMPA, empresa do Grupo Teixeira Duarte, foi criado, em 2021, o Projeto "Canteiro Escola". A iniciativa é da BAMIN, dona de obra, e visa oferecer formação profissional teórica e prática aos moradores de Ilhéus com vista à sua capacitação e empregabilidade na área da construção civil.

Até ao final do ano foram formados 200 novos profissionais para serem absorvidos, não só pela EMPA, mas também por outras construtoras na região.

As aulas eram asseguradas por professores do SENAI, cabendo à EMPA a logística para o funcionamento dos cursos (eletricidade, climatização, internet, sanitários) e os equipamentos para as aulas práticas.

Para além da componente de qualificação profissional, o Projeto "Canteiro Escola" distingue-se como boa prática para promover a criação de emprego e fazer face à escassez de mão-de-obra especializada local.

7. DESEMPENHO SOCIOECONÓMICO

As atividades das empresas participadas do Grupo Teixeira Duarte, independentemente do setor de atuação, têm impactos no desenvolvimento socioeconómico dos locais onde operam.

Para potenciar os seus impactos positivos e, por outro lado, mitigar os negativos, o Grupo promove, junto das participadas, uma cultura de ética, de qualidade, de aposta na contratação local e no desenvolvimento de subcontratados e fornecedores locais, de fortalecimento das suas capacidades tecnológicas e da responsabilidade social, sobretudo em países em desenvolvimento, que contribuem para o desenvolvimento sustentável das comunidades.

A Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., em Portugal, é uma empresa certificada em responsabilidade social de acordo com o referencial SA 8000.

7.1. Combate à corrupção e suborno, ao branqueamento de capitais e ao financiamento de terrorismo

A corrupção e suborno são riscos inerentes a qualquer atividade económica. A ferramenta que norteia a gestão das empresas participadas do Grupo neste domínio é um programa de *compliance* que estabelece e implementa um conjunto de medidas e procedimentos assentes na Política de *Compliance*, no Código de Ética e Conduta e na Missão e Valores da Teixeira Duarte com vista a assegurar com maior eficácia e evidência o cumprimento da lei e das normas internas, contribuindo para um efetivo clima de integridade e de cultura ética no desenvolvimento das atividades das empresas do Grupo Teixeira Duarte.

O sistema de *compliance* também assegura o cumprimento e avaliação da eficácia do Código de Ética e Conduta, segundo o qual os colaboradores devem agir por forma a avaliar e evitar eventuais situações de conflitos de interesse, bem como impedir quaisquer comportamentos corruptivos, na forma ativa ou passiva, incluindo pagamentos ou recebimentos de facilitação, ou a criação, manutenção ou promessa de situações irregulares ou de favor.

Cabe aos colaboradores a obrigação de reportar informação sobre quaisquer ações que constituam comportamento incorreto, incluindo aquelas que configurem possíveis práticas ilegais ou ilícitas em matérias financeiras e contabilísticas, fraude, corrupção e branqueamento de capitais, bem como quaisquer atuações relacionadas, direta ou indiretamente, com entidades terroristas ou que possam visar ou apoiar práticas de terrorismo.

Cabe-lhes ainda promover que os destinatários indiretos deste Código também o façam.

Os colaboradores devem pautar a sua atuação de forma a combater ativamente eventuais tentativas de branqueamento de capitais, recusando participar em qualquer ato que como tal possa ser considerado, ao abrigo das normas legais e regulamentares em vigor, bem como em qualquer tentativa, cumplicidade, facilitação ou aconselhamento à sua prática.

De igual modo, devem agir de forma a impedir que a atividade de qualquer empresa do Grupo Teixeira Duarte possa, de alguma forma, fornecer, recolher ou deter fundos ou bens que possam vir a ser usados para o financiamento e apoio de atividades criminosas, nomeadamente terroristas.

As práticas e procedimentos para prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo instituídas pelas empresas participadas do Grupo Teixeira Duarte nos vários mercados têm acompanhado a respetiva evolução legislativa. No caso particular da atividade imobiliária, esta evolução tem-se traduzido, designadamente, no reforço da avaliação de riscos e no aumento das diligências pré-contratuais.

No âmbito do sistema de *compliance* do Grupo Teixeira Duarte destaca-se, em 2021, a nomeação de um *Chief Compliance Officer*.

O sistema de *compliance* do Grupo Teixeira Duarte, aplicável a todas as suas empresas participadas, contempla os seguintes mecanismos:

- Processos de avaliação de risco e procedimentos de controlo interno financeiros e não financeiros, que incluem diligências prévias de terceiros e de quadros de elevada responsabilidade, relacionamento com concorrentes, confidencialidade, conflito de interesses, entre outros;
- Monitorização do desempenho deste sistema, tais como auditorias internas, externas, investigação de denúncias e de outras violações de conformidade e formação constante;
- Um Canal de Ética para onde todos os colaboradores e entidades terceiras devem comunicar eventuais irregularidades identificadas relativamente a quaisquer normativos externos ou internos, entre outras medidas. O Canal de Ética da Teixeira Duarte pode receber denúncias através de:
 - Correspondência dirigida à empresa em seus endereços respetivos;
 - Mensagem de correio eletrónico para o endereço compliance@teixeiraduarte.com;
 - Mensagem enviada a partir do *site* Teixeira Duarte (www.teixeiraduarte.com);
 - Mensagem enviada a partir do Portal do Colaborador da Teixeira Duarte.

7.2. Relações com pessoas e organizações impactadas pelas atividades das empresas do Grupo

a) Clientes

O foco na qualidade, em melhorar continuamente o desempenho global e a intenção de satisfazer as necessidades e expectativas dos seus clientes, têm levado empresas do Grupo Teixeira Duarte a apostar na implementação e certificação de Sistemas de Gestão da Qualidade de acordo com a norma ISO 9001, enquanto fator de fortalecimento e sustentabilidade do negócio, contribuindo para o pilar económico, o que por sua vez permite ter a capacidade e os meios para outras iniciativas de sustentabilidade.

Setores e mercados onde as empresas do Grupo Teixeira Duarte tinham, a 31 de dezembro de 2021, Sistemas de Gestão da Qualidade (ISO 9001) implementados:

- **Construção:** Portugal, Brasil e Moçambique;
- **Concessões e Serviços:** Portugal, Angola, Brasil e Moçambique;
- **Imobiliária:** Portugal e Brasil;
- **Distribuição:** Angola.

Pela heterogeneidade de negócios que compõem o Grupo Teixeira Duarte, cabe a cada área estabelecer os seus próprios mecanismos de auscultação de clientes e de receção, tratamento e resolução de reclamações, avaliando os seus níveis de satisfação de acordo com os critérios específicos mais adequados.

b) Parceiros, fornecedores e subcontratados

Ciente da importância de terceiros no desenvolvimento das atividades do Grupo Teixeira Duarte, os princípios subjacentes à sua política de *compliance* devem estar sempre presentes no relacionamento entre as empresas do Grupo Teixeira Duarte e os seus parceiros de negócio, bem como em relação às interações com agentes públicos.

A Teixeira Duarte também incentiva os seus parceiros de negócios a adotarem sistemas de *compliance* compatíveis com as suas atividades, com o objetivo de promover e manter um ambiente ético de negócios.

A Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. sustentada pela Norma SA 8000 que implementou em Portugal, promove o respeito pelos direitos laborais e ambientes de trabalho seguros e saudáveis para todos os trabalhadores junto de fornecedores e subempreiteiros, exigindo o cumprimento de requisitos no âmbito da responsabilidade social, onde se salientam:

- Não utilização ou apoio à utilização de trabalho infantil, de trabalho forçado ou compulsório;
- Proporcionar um ambiente seguro e saudável para a prestação do trabalho;
- Não obstar à liberdade de associação e direito de negociação coletiva;
- Não praticar ou apoiar atos discriminatórios sob qualquer forma;
- Não exercer ou apoiar o exercício de práticas disciplinares rudes ou desumanas;
- Agir em conformidade com as leis aplicáveis e com os padrões da respetiva área de atividade, em matérias relacionadas com o horário de trabalho;
- Remuneração considerada adequada pelo trabalho efetivamente prestado, respeitando sempre o legalmente estipulado.

Em 2021, 100% dos contratos estabelecidos pela Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. com os seus fornecedores incluíram cláusulas específicas sobre os requisitos a assegurar no que respeita à responsabilidade social, à ética, integridade e transparência, em alinhamento com o Código de Ética e Conduta da Teixeira Duarte, garantindo-se desta forma que os princípios aí referidos são difundidos por toda a cadeia de fornecedores.

No caso particular dos subempreiteiros, as empresas do Grupo que operam na Construção, têm instituídas disposições contratuais específicas obrigatórias, para além das legais, em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho, incluindo seguros de acidentes de trabalho, equipamentos de proteção individual, sinistralidade, formação e informação, prevenção e controlo do alcoolismo, entre outros.

COMPRAS RESPONSÁVEIS

A Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. reestruturou o processo de qualificação e avaliação de risco de fornecedores, de modo a reforçar os critérios de sustentabilidade, nomeadamente no âmbito do ambiente, da responsabilidade social, da saúde e segurança no trabalho e da gestão de *compliance* e, desta forma, privilegiar a contratação de fornecedores que apliquem as melhores práticas de sustentabilidade.

Com base na zona geográfica onde se enquadra o fornecedor, no tipo de atividade que desenvolve e na capacidade de influência da Empresa quanto ao mesmo, a Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. avalia o potencial risco social dos fornecedores face ao risco expetável, sendo depois selecionados para monitorização os casos de maior risco. Em 2021, foram efetuadas 10 monitorizações a fornecedores em Portugal, dentro do universo de empresas com as quais a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. manteve relações de fornecimento.

Já no setor da Distribuição, em Angola, a participada CND tem em curso, desde 2012, um programa direcionado para fornecedores, que visa apoiar as atividades produtivas agrícolas e pecuárias, a criação de emprego e o empreendedorismo, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas. Através do Programa “Fazenda Maxi”, a CND estabelece parcerias com produtores nacionais, apoiando-os e assegurando a compra e distribuição das suas produções, ao mesmo tempo que coloca nas suas lojas, e à disposição da população, produtos nacionais seguros e de qualidade.

Originalmente de caráter agrícola, o “Fazenda Maxi” é hoje um programa no âmbito da agropecuária que reúne uma comunidade de fazendeiros experientes e autônomos, e onde a automatização e mecanização dos processos de produção serão o próximo passo.

Em 2021, o número de membros do Programa “Fazenda Maxi” subiu para 40 produtores expandindo a cobertura do programa a 11 províncias de Angola. A quantidade de produtos adquiridos pela CND a esta rede tem vindo a aumentar consistentemente nos últimos anos, tendo crescido 27% de 2020 para 2021.



Apresentação e promoção de produtos com origem nos membros da “Fazenda Maxi” em loja “Maxi” em Angola

FAZENDA MAXI

Principais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Âmbito(s)

- Empregabilidade
- Economia inclusiva
- Qualidade e Segurança Alimentar
- Qualificação Profissional
- Práticas responsáveis na cadeia de valor

Destinatários

Produtores agropecuários, com ênfase nos de pequena e média dimensão.

Consumidores em geral.

Desafio

Reduzir as dificuldades do negócio de retalho alimentar da CND na obtenção de produtos agropecuários de qualidade, a preços acessíveis a todos, de forma consistente e sustentável, tirando partido dos seus meios e instrumentos focados na formação e desenvolvimento profissional dos trabalhadores direta e indiretamente ligados a esta atividade.

Caracterização

Programa criado em 2012 e promovido pela CND através da sua insígnia “Maxi”, que estabelece parcerias com produtores, com o objetivo de desenvolver a produção nacional e tornar acessíveis os melhores produtos agrícolas nacionais a toda a população.

O programa “Fazenda Maxi” garante aos produtores o escoamento dos produtos para as lojas da Maxi, recolhendo-os e transportando-os, prestando também aconselhamento técnico durante todo o processo produtivo e formação especializada com vista à melhoria da qualidade e regularidade da sua produção.

As poupanças obtidas por via da redução da cadeia distribuidora são repassadas para o cliente final.



No âmbito deste programa, a CND garante o acompanhamento técnico dos produtores, aprovisionamento, logística e Qualidade e Segurança Alimentar dos produtos, alocando-lhe uma frota de viaturas refrigeradas com capacidade para 8 toneladas, caixas de transporte especialmente desenvolvidas e suporte operacional da sua estrutura central, incluindo do moderno centro de distribuição da empresa localizado em Morro Bento.

Setores/empresas do Grupo envolvidos

Setor da Distribuição em Angola.

Impactos

- 3.600 toneladas compradas em 2021 (+ 1.000 toneladas do que 2020);
- Em 2021 representou 67% do volume da categoria de Frutas & Legumes das lojas “Maxi”, continuando a contribuir para a redução da taxa de importações na categoria;
- 4.500 empregos permanentes e sazonais em média por ano;
- Transferência de conhecimento e “*know-how*”;
- Fortalecimento das capacidades técnicas dos produtores para avançar no sentido de padrões de produção mais sustentáveis;
- Desenvolvimento profissional de pequenos empresários agrícolas;
- Criação de emprego e consequente promoção da fixação de pessoas em zonas rurais;
- Oferta de produtos nacionais mais diversificada e de alta qualidade.

Também na vertente do apoio a fornecedores locais, a CND em Angola manteve, em 2021, o Programa “Raízes”. Através da insígnia de retalho especializado em mobiliário e decoração “Dakaza”, a empresa estabelece parcerias com artistas e artesãos angolanos, promovendo a aproximação destes com o cliente particular, através da exposição, promoção e dinamização dos seus artigos nas lojas e demais canais de comunicação da insígnia. Naquele que foi o quarto ano da iniciativa, realizaram-se 15 novas exposições, tendo sido vendidos mais de 5.000 artigos.

RAÍZES

Principais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Âmbito(s)

- Empreendedorismo
- Economia inclusiva
- Reforço da identidade cultural nacional

Destinatários

Artistas e pequenos e médios artesãos nacionais.

Consumidores em geral.

Desafio

Aumentar os fatores de diferenciação do negócio de retalho especializado da CND através da inclusão da oferta de artigos originais manufaturados localmente, integrando artistas e artesãos nacionais no retalho organizado.

Caracterização

Programa criado em 2018 e promovido pela CND através da sua insígnia “Dakaza”, que estabelece parcerias com artistas e artesãos angolanos, com o objetivo de promover a criatividade, inovação e empreendedorismo dos criadores nacionais.

Aos clientes da “Dakaza”, o Programa “Raízes” torna acessível a aquisição de peças de arte e de artesanato nacionais.



Aos artistas e artesãos, é concedido espaço nas lojas da insígnia para exposição dos artigos e realização de demonstrações e *workshops* com participação dos clientes. A “Dakaza” promove também a notoriedade dos criadores, para além da venda dos seus artigos.

Setores/empresas do Grupo envolvidos

Setor da Distribuição em Angola.

Impactos

- 55 artistas e/ou exposições promovidas desde 2018 (15 realizadas em 2021);
- 8.580 artigos vendidos desde 2018 (5.080 vendidos em 2021);
- 28.000 visitantes impactados, em média, por ano;
- Oferta de produtos nacionais mais diversificada.

c) Apoios às comunidades

A Missão e Valores do Grupo, particularmente o valor “Compromisso”, espelham a preocupação da Teixeira Duarte para com a Responsabilidade Social que é reforçada também pelos princípios e regras estabelecidos no Código de Ética e Conduta aplicáveis sobretudo ao capital humano e pela visão e modelo de sustentabilidade que afirma o desígnio de contribuir para o desenvolvimento das comunidades.

No âmbito do apoio a projetos sociais e organizações de solidariedade social, refira-se que a Teixeira Duarte tem entendido adotar uma posição institucionalizada através de iniciativas não exclusivas nem centralizadas na decisão do Conselho de Administração, mas antes que envolvam todos os colaboradores numa ação direta.

Foi com este desígnio que em 2015 se promoveu pela primeira vez o Programa “Todos Damos”, um projeto dirigido às pessoas que permite às empresas deste Grupo reforçar as doações que os seus colaboradores pretendam fazer a projetos e instituições de solidariedade social que apoiem pessoas.

A Teixeira Duarte disponibiliza uma quantia anual para este efeito, sendo que os colaboradores escolhem as instituições que querem apoiar e, nessa sequência, as empresas do Grupo doam o dobro do valor doado pelos mesmos, triplicando, assim, o valor do donativo entregue às instituições.

Em 2021, foram deferidas 64 candidaturas, envolvendo colaboradores de 15 empresas do Grupo em Portugal, Angola e Brasil.

No total, entre donativos dos colaboradores e donativos das empresas do Grupo Teixeira Duarte, foram reunidos 59.103,00€, distribuídos por 40 instituições.

TODOS DAMOS

Principais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Âmbito(s)

- Responsabilidade Social

Destinatários

Colaboradores.

Instituições de cariz social que apoiam pessoas nos mercados de atuação das empresas participadas do Grupo Teixeira Duarte.

Desafio

Apoiar projetos e instituições de solidariedade social através de iniciativas que envolvam os colaboradores numa ação direta e não exclusivas nem centralizadas na decisão do Conselho de Administração.

Caracterização

O Programa “Todos Damos” é um programa de Responsabilidade Social de carácter anual criado em 2015 pelo Grupo Teixeira Duarte, que permite que as empresas do Grupo reforcem as doações que os seus colaboradores pretendam fazer a projetos e instituições de solidariedade social que apoiem pessoas.

A Teixeira Duarte disponibiliza uma quantia anual para este efeito e são os colaboradores que escolhem as instituições que querem apoiar. A empresa doa o dobro do valor doado pelos mesmos, triplicando, assim, o valor do donativo recebido pelas instituições.

Qualquer colaborador das empresas do Grupo pode candidatar-se ao Programa, indicando uma instituição de cariz social sediada num país em que o Grupo opere para a qual pretende contribuir ou já contribuiu com um donativo.



O Programa “Todos Damos” relativo a 2021 esteve em vigor entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2021. O orçamento para o programa foi de 150.000,00€, no total entre os donativos máximos dos colaboradores e das empresas.

Setores/empresas do Grupo envolvidos

Todas as empresas incluídas no perímetro de consolidação da Teixeira Duarte podem aderir ao Programa.

Impactos

- 64 candidaturas em 2021 (+ 8 que em 2020);
- 40 instituições apoiadas em Portugal, Angola e Brasil em 2021 (- 1 que em 2020);
- Entre donativos dos colaboradores e donativos das empresas do Grupo Teixeira Duarte foram reunidos 59.103,00€ em 2021 (- 18.782,00€ que em 2020).

As instituições apoiadas financeiramente através das candidaturas dos colaboradores no âmbito do Programa “Todos Damos” são por vezes identificadas para outro tipo de apoios por parte das empresas participadas, nomeadamente como beneficiárias de ações de angariação de bens junto dos respetivos colaboradores, incluindo alimentos, vestuário, livros, brinquedos, entre outros.

ASSOCIAÇÃO ACOSIDA (MOÇAMBIQUE)

Em 2021, a Associação de Apoio a Crianças Orfãs de Sida, em Moçambique, foi apoiada com oferta de bens pelos colaboradores das empresas do Grupo neste país, depois de ter sido identificada, em 2020, através do Programa “Todos Damos”. Durante o ano foram promovidas campanhas de recolha de bens por ocasião do Dia Internacional da Criança (brinquedos e vestuário), do Dia Internacional da Alfabetização (livros) e do Natal (alimentos).



Em Angola, o Programa “MaxiSaúde”, lançado em 2016 pela empresa CND, e que tem como objetivo promover a saúde da população através de ações de sensibilização, prevenção, rastreio e tratamento nas comunidades envolventes das lojas “Maxi”, encontra-se suspenso desde 2020 devido à situação de pandemia que se instaurou.

CAMPANHA ANUAL DE SENSIBILIZAÇÃO PARA PREVENÇÃO DOS ACIDENTES NA ESTRADA

Em 2021, a TDA, participada do Grupo Teixeira Duarte que atua no setor Automóvel em Angola, deu continuidade ao seu programa de sensibilização para a prevenção de acidentes na estrada. Sendo os acidentes rodoviários a segunda maior causa de morte em Angola, a TDA tem, na prevenção rodoviária, um dos principais eixos da sua responsabilidade corporativa. A campanha, que se manterá em 2022, inclui formação aos colaboradores e informação interna e externa, nomeadamente através das redes sociais da TDA e das marcas representadas.



Apesar dos constrangimentos impostos pelas normas de saúde para combate à pandemia COVID-19, várias empresas mantiveram em funcionamento, em 2021, o Programa “Dar Vida”. Criado pelo setor da Construção do Grupo em Angola em 2019, o Programa visa fomentar a doação voluntária regular de sangue dos colaboradores, contribuindo para o aumento da reserva de sangue das instituições sanitárias que se associem.

Em 2021, foram realizadas, em parceria com o Instituto Nacional de Sangue e a Clínica Sagrada Esperança, 12 ações de recolha de sangue junto das empresas do Grupo em Angola, que reuniram 175 colaboradores voluntários.

Também neste ano, e conforme era objetivo do Grupo Teixeira Duarte, o Programa “Dar Vida” estendeu-se a Moçambique, onde várias empresas participadas conseguiram implementar ações de recolha de sangue que mobilizaram 88 colaboradores voluntários.

Assim, em 2021, os colaboradores destes países fizeram 260 doações de sangue, o que, tendo em conta que cada doação pode ajudar a salvar até 3 vidas, possibilitou ajudar a salvar a vida de quase 800 pessoas.

DAR VIDA

Principais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Âmbito(s)

- Saúde pública
- Informação
- Responsabilidade Social

Destinatários

Colaboradores.

Instituições de saúde.

Desafio

Contribuir para o fortalecimento do sistema de doação voluntária de sangue que permita o acesso universal a suprimentos oportunos de sangue e hemocomponentes seguros e de qualidade garantida. Em países onde o Grupo opera, como Angola e Moçambique, a percentagem de doações de sangue voluntárias são bastante baixas, pelo que muitos colaboradores se deparam direta ou indiretamente com esta potencial indisponibilidade de sangue em alguma altura das suas vidas.

Caracterização

Programa de responsabilidade social criado em 2019 em Angola pelo setor da Construção do Grupo e atualmente promovido por várias participadas em Angola e Moçambique. Visa fomentar a doação voluntária regular de sangue dos colaboradores, contribuindo para o aumento da reserva de sangue no sistema de saúde. Consciencializando os seus colaboradores para a importância da doação voluntária de sangue e proporcionando condições para a doação efetiva, através de parcerias técnicas, o Grupo visa contribuir para a redução da carência atual de *stock* de sangue nas instituições sanitárias e estimular um maior sentimento de solidariedade junto dos colaboradores e suas esferas pessoais.



Setores/empresas do Grupo envolvidos

Vários setores em Angola e Moçambique.

Impactos

- 15 ações de recolha realizadas em Angola desde 2019 (12 em 2021) que totalizaram 227 dádivas de sangue dos colaboradores;
- 2 ações de recolha realizadas em Moçambique em 2021 que totalizaram 88 dádivas de sangue dos colaboradores;
- Em média, em cada doação, são recolhidos 450ml de sangue, o que pode ajudar a salvar a vida de até 3 pessoas;
- Desde o início do Programa, nestes dois países, foram efetuadas recolhas de sangue que possibilitaram ajudar a salvar a vida de cerca de 1.000 pessoas;
- Estreitamento das relações com instituições de saúde.

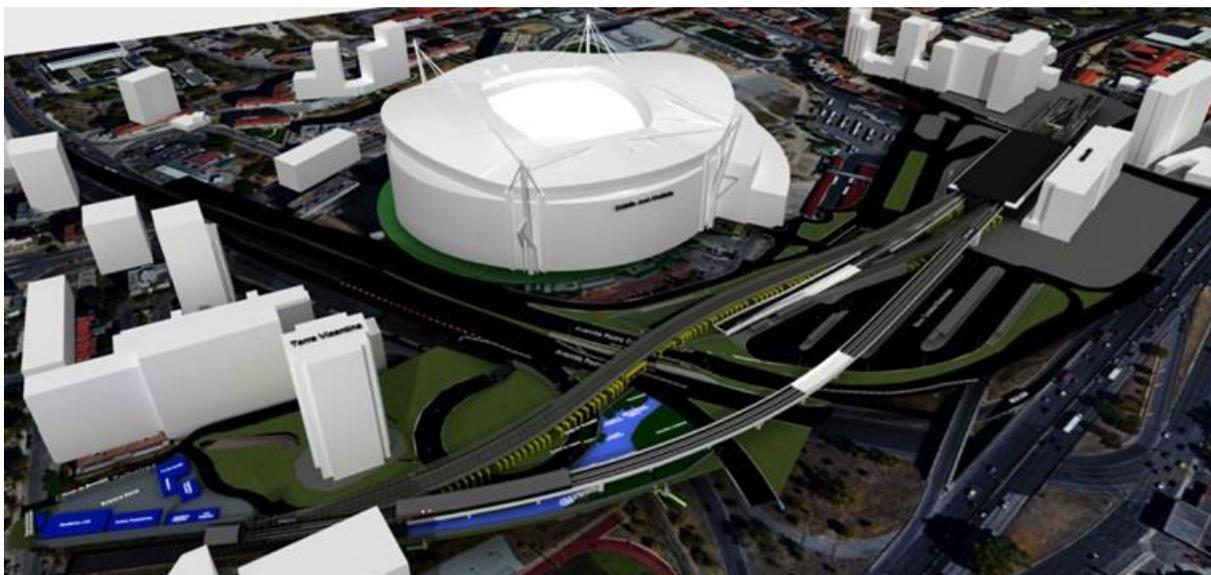
7.3. Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI)

Com o objetivo de, junto das suas empresas participadas, promover a criação de soluções inovadoras, fomentar sinergias e estimular os colaboradores enquanto agentes de inovação, o Grupo Teixeira Duarte constituiu, em 2021, um Comité de Inovação que envolve a Administração e representantes das suas áreas de negócio e áreas corporativas. Esta equipa trabalha no sentido de:

- Promover a inovação dentro do Grupo Teixeira Duarte;
- Motivar os negócios e desenvolver uma cultura de inovação;
- Introduzir metodologias, ferramentas de gestão e melhores práticas entre negócios e o mercado;
- Medir, analisar e divulgar a atividade de inovação no Grupo Teixeira Duarte;

- Ajudar a transformar as ideias em resultados reais e com aplicação prática;
- Melhorar processos, gestão e organização, inovar em produtos e serviços;
- Aumentar a competitividade dos negócios no mercado.

Ciente da importância da transformação digital para o setor da Construção como chave para o tornar mais competitivo e sustentável, a Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. definiu, em 2021, um novo plano para desenvolvimento interno da metodologia “Building Information Modeling” (BIM). Contando com experiência em BIM em vários projetos anteriores, esta nova estratégia pretende posicionar a Empresa num novo patamar de competências em todas as dimensões do BIM e torná-la uma referência no mercado nesta matéria. Em 2021, foram feitos progressos significativos na formação de colaboradores, na produção de *standards* e *templates* BIM ajustados à realidade Teixeira Duarte e no desenvolvimento de *plug-ins* para equipas de projeto e de obra, para além de terem sido iniciados dois projetos-piloto no âmbito desta nova abordagem da Empresa.



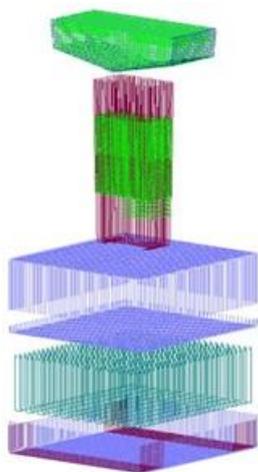
Projeto-piloto: Viadutos do Campo Grande em Lisboa



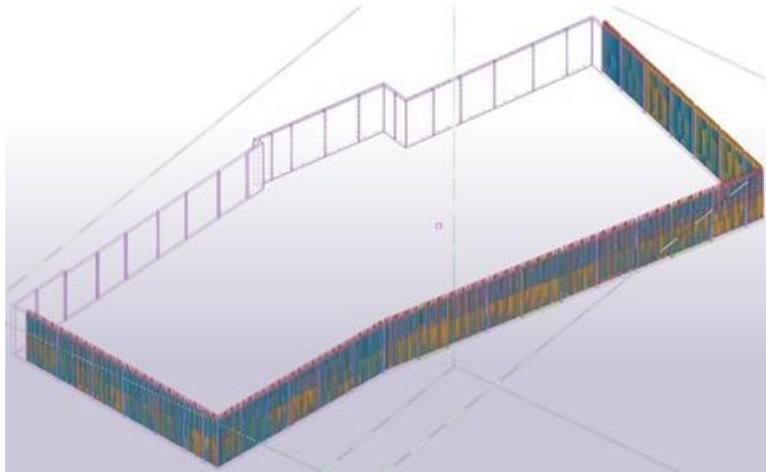
Projeto-piloto: Edifício D. Luís em Lisboa

Em junho de 2021, a Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. colocou em funcionamento uma nova área de apoio à produção com o objetivo de industrializar as atividades de preparação, corte e moldagem de aço para montagem de armaduras, libertando grande parte do trabalho manual associado a estas atividades e contribuindo para o aumento da eficiência e produtividade, especialmente em contexto de obra.

Localizado no Polo Operacional Teixeira Duarte no Montijo, em Portugal, o Centro de Produção de Armaduras (CPA) dispõe de diferentes equipamentos e soluções tecnológicas que automatizam os diversos processos construtivos. O CPA permite igualmente à Empresa realizar processos de fabricação digital de várias componentes para os projetos, através da ligação dos seus modelos BIM às máquinas de produção.



Esquema de montagem de pilar no projeto dos Viadutos do Campo Grande, em Lisboa



Modelação 3D de paredes moldadas do projeto Fábrica 1921 (lote 33), em Lisboa

TDGI CRIA CENTRO TÉCNICO DE APOIO ÀS EQUIPAS DE CAMPO COM RECURSO A REALIDADE AUMENTADA

Com o objetivo de melhor responder a contextos de elevada expansão de equipas e tornar mais eficiente a integração de novos colaboradores nas suas atividades, a TDGI, cuja atuação se caracteriza pela necessidade de meios humanos tecnicamente muito especializados, criou, em 2021, um centro técnico de apoio às equipas de campo assente numa ferramenta digital com funcionalidades colaborativas de Realidade Aumentada. Desta forma, a TDGI passa a poder assegurar a sua *expertise* técnica em qualquer parte do mundo de forma remota e independente de deslocação às instalações físicas dos clientes.

Ainda no âmbito da Inovação, nomeadamente com os objetivos de aumento da rapidez de construção e da construção modular, as áreas da Construção, *Facilities Management* e Imobiliária têm desenvolvido e/ou participado em vários projetos, entre os quais se salientam:

Projeto Digital Construction Revolution - REV@CONSTRUCTION

O projeto tem um investimento global de cerca de 8.5 milhões de Euros, sendo o valor correspondente ao Grupo Teixeira Duarte de cerca de 1.3 milhões de Euros. Conta com 20 participantes, entre empresas, academia e associações do setor, sendo liderado pela Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.. Produtos, processos e serviços a desenvolver no âmbito deste projeto:

- DIGI4Construction - desenvolvimento de uma plataforma digital nacional para a construção, com aplicação piloto BIM4Bridges, envolvendo a Infraestruturas de Portugal, S.A.;
- Digital Twin para a AEC - tratamento de dados de projeto/construção, com aplicações piloto, nomeadamente pavimentação 4.0 (Mota-Engil) e betonagem 4.0 (Teixeira Duarte);
- RCM4Assets - Digital Twin para a Operação e Manutenção/Gestão de Ativos, manutenção preditiva (Coordenação Teixeira Duarte e TDGI);
- Integração de todas as soluções com projetos demonstradores à escala real (“Living Lab”), incluindo o BIM4Bridges utilizando os conceitos do RCM4Assets;
- Gestão e Comunicação do Projeto.

O projeto financia a fundo perdido estas atividades.

Projeto “OMICRON”

O “OMICRON” é um projeto europeu financiado pelo *Horizon 2020*, no âmbito das candidaturas *Mobility for Growth*, com duração de 42 meses, no qual a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. participa com outros 15 parceiros de 7 países europeus. Este projeto visa desenvolver soluções inovadoras para a manutenção e regeneração de infraestruturas rodoviárias, recorrendo a soluções mais automatizadas e otimizadas por meio de tecnologias robotizadas e ferramentas inteligentes de apoio à decisão.

À Teixeira Duarte cabe a coordenação do principal demonstrador do projeto que pretende desenvolver soluções modulares para a realização de passagens superiores (para situações de alargamentos de autoestradas, passagens de fauna e substituição de existentes), de forma rápida, segura e sustentável. Na equipa portuguesa, por indicação da Teixeira Duarte, encontra-se também envolvida a empresa Armando Rito. A Brisa também irá participar como parte interessada, facultando acessos, sinalização e segurança durante os ensaios a realizar no demonstrador.

O financiamento é de 100% a fundo perdido, tendo sido atribuídos 268.500,00€ à Teixeira Duarte.

Projeto SHELTER - Structural Hyper-resisting Element for Life Threatening Earthquake Risk (Abrigo estrutural salva-vidas para proteção em sismos severos)

Este projeto teve início em 2019, mantendo-se em curso em 2021. Destina-se a desenvolver um produto inovador a nível mundial, passível de ser instalado num local central em qualquer apartamento, com custos muito reduzidos, que permitirá salvar as vidas dos ocupantes em caso de ocorrência de um sismo intenso.

É um projeto de 1.1 milhões de Euros copromovido pelo Instituto Superior Técnico (IST), financiado pelo Programa Portugal 2020, com duração total de 3 anos. O projeto envolve, por parte da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., as áreas da Metalomecânica, no desenvolvimento dos protótipos, e das Edificações, na construção de modelos parciais de edifícios de alvenaria. Externamente, participam o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), para a realização de ensaios em mesa sísmica, o IADE – Universidade Europeia, no *design* e integração arquitetónica do abrigo, e o SPI, em regime de prestação de serviços.

SOLUÇÕES DE DESINFEÇÃO POR RADIAÇÃO UV-C

Perante as necessidades dos clientes, sobretudo da área hospitalar, e que, devido à pandemia COVID-19, se generalizaram em outros setores de atividade, a TDGI tem vindo a desenvolver diferentes soluções de desinfeção/esterilização com base em luz ultravioleta. A radiação UV-C é um conhecido desinfetante de superfícies e ambientes, que elimina 99,9% de vírus, bactérias e outros microrganismos, incluindo os vírus da família Coronavírus, de forma automática, segura e eficaz, deixando os espaços esterilizados e desinfetados. A TDGI oferece serviços de engenharia para instalação de soluções de desinfeção fixas e, mais recentemente, soluções próprias móveis, cuja certificação europeia foi obtida em 2021.



Robot de desinfeção por radiação UV-C

a) Propriedade intelectual

Para garantir a proteção de todos os direitos de propriedade intelectual gerados no âmbito da Investigação, Desenvolvimento e Inovação, a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. tem concedidas várias patentes em Portugal, com destaque para os seguintes sistemas e métodos pioneiros:

- Sistema de montagem de tabuleiros de pontes e/ou viadutos por avanço incremental, com reação nas vigas de apoio provisórias no encontro e deslizamento sobre material plástico;
- Método de proteção da fixação da borracha-caleira nas juntas de dilatação de pontes/viadutos e sua montagem;
- Bailéu suspenso nos cabos funiculares de uma ponte suspensa dotado de meios que permitem a sua deslocação e a transposição das braçadeiras existentes nos cabos pendurais da referida ponte.

No exercício de 2021, não foram submetidas para registo novas patentes de invenção.

Já no que diz respeito a marcas, no universo das empresas do Grupo Teixeira Duarte há um vasto número de marcas protegidas de uso exclusivo das mesmas em diversos países. O somatório de marcas protegidas por estas empresas é, desde 2017, superior a 500 marcas.

b) Contribuição para a atividade normativa do setor da Construção

A contribuição para a normalização dos setores de atividade constitui para as empresas um meio de diferenciação concorrencial, pois privilegia o desenvolvimento das atividades em consonância com as regras de arte e com as normas nacionais e internacionais.

Neste âmbito, destaca-se que, em 2021, a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. manteve a sua participação nos grupos de trabalho da *European Federation of Foundation Contractors (EFFC)* e *CO2 Foundations – Geotechnical Carbon Calculator* orientados para o cálculo da pegada de carbono nas obras geotécnicas, assim como na *Technical Working Group (TWG)* que visa a cooperação e desenvolvimento de guias e normas de execução de obras geotécnicas.

A Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. participa também nas atividades de normalização da Comissão Técnica Portuguesa de Normalização CT156 - Geotecnia em Engenharia Civil, presidindo a subcomissão SC10, órgão técnico responsável pela emissão de pareceres normativos e tradução de normas europeias da CEN e ISO no domínio de Ensaios de Estruturas Geotécnicas e Execução de Obras Geotécnicas Especiais, integrando ainda o grupo de trabalho WG11 da Comissão Técnica TC182 da ISO, responsável pela elaboração das normas ISO 22477-2 *Geotechnical investigation and testing - Testing of geotechnical structures - Part 2: Testing of piles: Static tension load testing* e ISO 22477-6 *Geotechnical investigation and testing - Testing of geotechnical structures - Part 6: Testing of soil nails and rock bolts*.

c) Parcerias com entidades do sistema científico e tecnológico do setor da Construção

No âmbito do setor onde se insere, a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. promove a inovação e desenvolvimento tecnológico desenvolvendo também atividades de IDI em parceria com instituições do sistema científico e tecnológico e com outras empresas congéneres.

Principais parcerias em Portugal:

PTPC - Plataforma Tecnológica Portuguesa da Construção



A PTPC reúne empresas, projetistas, universidades, entidades públicas e outras entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN), com a missão de promover a reflexão sobre o setor da Construção, implementar iniciativas e projetos de Investigação, Desenvolvimento e Inovação, contribuir para o incremento da respetiva competitividade no quadro geral da economia e promover a cooperação entre os *stakeholders* do setor da Construção e Obras Públicas ou a ele ligadas.

A Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. detém a Presidência da PTPC desde a sua constituição, em 2011.

Cluster AEC – Arquitetura, Engenharia e Construção



Constituído em 2016, o Cluster AEC é gerido pela PTPC. Tem como objetivo a atuação no setor económico da Arquitetura, Engenharia e Construção e respetiva fileira ou cadeia de valor, favorecendo a obtenção de níveis elevados de inovação, desenvolvimento tecnológico e capacidade competitiva, a cooperação e o funcionamento em rede e a promoção da internacionalização do cluster através, nomeadamente, da participação em redes internacionais.

Built CoLAB - Laboratório Colaborativo para o Ambiente Construído do Futuro



Em 2020, a PTPC viu ser aprovada a candidatura a um Laboratório Colaborativo que se destina à prestação de serviços, por recursos humanos altamente qualificados, que promovam o desenvolvimento de competências empresariais cooperativas ou internas. O valor global do financiamento a fundo perdido, a 5 anos, é de 3,4 milhões de Euros.

São elegíveis, ao abrigo deste Laboratório Colaborativo, as seguintes áreas de desenvolvimento de competências empresariais:

- Produtividade e Competitividade;
- Transformação Digital;
- Edifícios e Infraestruturas Inteligentes;
- Edifícios e Infraestruturas Sustentáveis e Resilientes.

Em 2021, o Built CoLAB tinha no seu portefólio vários projetos relevantes do ponto de vista da Sustentabilidade do setor, tais como o projeto “PAQGreen”, “Towards Green Construction Facility”, “Edifícios Circulares”, “Built 4 People”, “Future of Construction”, entre outros.

A Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. detém a Presidência do Conselho de Administração do Built CoLAB.

Associação Portuguesa de Engenharia de Estruturas (APEE), que constitui o grupo português da *International Association for Bridge & Structural Engineer (IABSE)*



A Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., por via da PTPC, participa nesta associação que visa o desenvolvimento e a promoção da engenharia de estruturas, a nível internacional. Tem a cargo a organização de grandes congressos e conferências internacionais.

A Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. tem ainda protocolos estabelecidos com as seguintes entidades do sistema científico e tecnológico nacional: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP), Instituto Superior Técnico (IST), Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) e Universidade do Minho (UM).

Principais parcerias internacionais:

ENCORD - European Network of Construction for Research and Development



A Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. foi admitida no ENCORD em 2014. O ENCORD é a associação de contacto com a Comissão Europeia, em matéria de inovação na construção, e supervisiona a atividade da ECTP - *European Construction Technology Platform*. Participam no ENCORD as maiores empresas de Construção da Europa na promoção da inovação e competitividade.

A Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. é membro do Conselho Estratégico do ENCORD e participa, entre outros, no grupo de “Foresight”.

ECTP – European Construction Technology Platform



A ECTP é uma associação semelhante à PTPC mas com âmbito europeu. Na qualidade de Presidente da PTPC, a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. participa no *Steering Comité* da ECTP, no *Vision Group* e no *Working Group Heritage and Regeneration*.

8. GESTÃO AMBIENTAL

A gestão dos aspetos ambientais no Grupo Teixeira Duarte está diretamente relacionada com os impactes ambientais das atividades das empresas suas participadas e com o desempenho ambiental dos edifícios e infraestruturas que estas constroem e, muitas vezes mantêm, para os seus clientes, nomeadamente no setor da Construção e Imobiliária.

Destaca-se, nesse âmbito, a obrigação de cumprimento dos requisitos legais aplicáveis e de outros requisitos associados aos aspetos ambientais identificados, bem como a minimização dos impactes ambientais decorrentes das atividades nas diversas áreas de negócio, de forma a garantir um desenvolvimento sustentado das atividades das empresas.

No âmbito do Código de Ética e Conduta, extensível a todas as entidades integradas no seu perímetro de consolidação e âmbito de gestão, o Grupo manifesta que a preservação e o respeito pelo ambiente devem constituir princípios essenciais na atuação dos colaboradores das participadas, que os deverão transmitir também aos destinatários indiretos deste instrumento.

DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE

Anualmente, as empresas do Grupo Teixeira Duarte promovem múltiplas iniciativas com vista ao reforço da sensibilização dos colaboradores para o papel de cada um na ação sobre o ambiente. O dia 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, é um marco que as empresas procuram assinalar no âmbito deste objetivo. Em 2021, foram assim realizadas diversas atividades em vários mercados procurando, uma vez mais, aumentar a consciência dos colaboradores sobre a importância de preservar os recursos naturais e incentivá-los a concentrarem esforços em torno de temas ambientais prementes.



Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, Brasil



EPOS, Portugal



EMPA, Brasil



TD Hotels, Angola

Dada a grande diversidade de atividades destas empresas, bem como o facto de a atividade mais representativa – Construção – estar sujeita a fortes flutuações nos impactos causados consoante as obras em curso (tipo, quantidade e fase) - o que limita a comparabilidade anual de dados -, a escolha de um painel de indicadores e de uma abordagem de relato adequada para refletir o desempenho das várias atividades do Grupo encontra-se em parte condicionada.

8.1. Sistemas de gestão ambiental

Os transversais princípios da atuação dos colaboradores das empresas participadas em relação ao ambiente, que se encontram consagrados no Código de Ética e Conduta, materializam-se em várias destas empresas através da adoção de sistemas de gestão ambiental, que permitem uma gestão eficaz dos riscos ambientais e contribuem para os objetivos das áreas de atividade.

A ISO 14001 é uma referência mundial para sistemas de gestão ambiental, na qual várias empresas do Grupo Teixeira Duarte apoiam as suas práticas com vista à melhoria contínua do seu desempenho ambiental, incorporando processos específicos para identificar e gerir os principais riscos ambientais.

Várias empresas do setor da Construção e *Facilities Management* detinham, em 2021, sistemas de gestão ambiental certificados de acordo com o referencial ISO 14001, em diferentes países:

- **Construção:** Portugal (Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., EPOS, Somafel) e Brasil (Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., EMPA);
- **Concessões e Serviços:** Portugal (TDGI) e Angola (TDGI).

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL NAS OBRAS DE ACESSO AO PORTO SUL NO BRASIL



As empreitadas desenvolvidas pela EMPA, no Brasil, para implantação do Projeto Porto Sul, situado no litoral norte de Ilhéus - Bahia, constituíram, em 2021, um importante caso de estudo no âmbito da responsabilidade ambiental no setor da Construção. As atividades da EMPA incluíam a execução de vários programas, visando, entre outros, o controlo da erosão e assoreamento e da supressão ambiental, com vista à preservação dos ecossistemas das áreas de instalação das estruturas.

Estes programas ambientais determinavam procedimentos técnicos com base na caracterização qualitativa e quantitativa das zonas, procurando assegurar, por exemplo, o aproveitamento económico da lenha e da madeira de valor comercial contidas na biomassa vegetal e o direcionamento da migração da fauna terrestre para as áreas florestais remanescentes, antes da implantação do empreendimento, reduzindo, assim, a mortalidade e o “stress” causados pela manipulação dos animais durante o resgate.

Nas restantes realidades das empresas do Grupo, os riscos ambientais parametrizados e salvaguardados estão indexados aos aspetos legais e, quando aplicável, a requisitos contratuais. Do ponto de vista da eficiência operacional, são também implementadas medidas e investimentos que se refletem em ganhos, nomeadamente no que respeita ao consumo de energia, consumo de materiais, gestão de resíduos, entre outros.

A título exemplificativo, e no que concerne à análise da sustentabilidade ambiental da cadeia de abastecimento de bens no setor da Construção, em 2021, deu-se continuidade à identificação de indicadores relevantes aplicáveis aos fornecedores das principais categorias de materiais. De destacar a categoria do aço em varão para a produção de armaduras de betão armado, pelo facto de contar com mais de 80% dos fornecimentos assegurados por fabricantes que têm implementado um sistema de gestão ambiental.

PRODUÇÃO CERTIFICADA DE ESTRUTURAS METÁLICAS

Em 2021, a Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. manteve a sua certificação no âmbito da produção de estruturas metálicas de acordo com a norma EN 1090-1. Esta norma contém os requisitos técnicos para a execução das estruturas e constitui a base para a marcação CE. De salientar que, neste exercício, a Empresa alcançou a Classe de Execução EXC4, que constitui o nível mais elevado de Certificação de Controlo de Produção em Fábrica ao abrigo da referida norma.

8.2. Provisões e garantias financeiras sobre riscos ambientais

No decurso normal das suas atividades, as empresas do Grupo que operam no setor da Construção e áreas complementares, estão expostas a riscos ambientais. A este propósito, refira-se que, de forma a dar cumprimento às obrigações legais no âmbito da responsabilidade por danos ambientais, decorrentes do Decreto-Lei n.º 147/2008 e alterações subsequentes, as empresas do Grupo Teixeira Duarte abrangidas por esta legislação optaram, em Portugal, por constituir garantias financeiras que totalizavam 96.812,00€ a 31 de dezembro de 2021, valor que se manteve inalterado em relação ao ano anterior.

Considera-se assim que o risco da ocorrência de eventuais danos ambientais originados nas atividades daquelas empresas se encontra devidamente acautelado.

8.3. Energia

Com a eficiência operacional como foco, particularmente no seio das empresas ambientalmente certificadas, onde esta eficiência se agrega à procura contínua pela melhoria do desempenho ambiental, as empresas participadas do Grupo Teixeira Duarte têm atuado com vista a minimizar os consumos energéticos e, conseqüentemente, a emissão de gases com efeito de estufa.

Têm sido implementadas medidas de racionalização energética para proporcionar a redução do consumo específico por utilizador nas instalações fixas das empresas, nomeadamente nos escritórios e polos operacionais, que incluem a sensibilização dos colaboradores para a utilização regrada da energia e boas práticas a ter em conta.

Também nos projetos em desenvolvimento no âmbito da atividade imobiliária das empresas do Grupo, são escolhidas soluções energéticas cada vez mais eficientes, no sentido da otimização dos consumos nas fases de exploração dos empreendimentos.

TDGI PROMOVE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA JUNTO DOS CLIENTES

Através da sua área de “Análise e Diagnóstico e Soluções de Energia”, a TDGI oferece aos seus clientes serviços que permitem a redução dos consumos energéticos nas suas instalações, com a conseqüente redução de emissões de gases com efeito de estufa.

Em 2021, as medidas propostas aos clientes da TDGI neste âmbito representaram uma potencial poupança energética na ordem dos 3.000.000 kWh/ano, equivalente a uma redução de quase 1.000 ton CO₂e/ano, valores que se têm tornado cada vez mais expressivos a par da evolução das tecnologias de auditoria e das soluções de eficiência energética disponíveis no mercado.

8.4. Recursos hídricos

No âmbito dos sistemas de gestão ambiental, várias empresas do Grupo Teixeira Duarte avaliam os impactes ambientais resultantes da utilização de recursos hídricos, procurando atuar na redução do consumo e na minimização da carga poluente descarregada em solo ou meio hídrico.

No desenvolvimento das atividades de Construção das empresas participadas, os recursos hídricos podem ser consumidos a partir de diversas origens - rede de abastecimento público, captação de águas subterrâneas, recolha da chuva, cisterna abastecida a partir do exterior e embalada - estando esse consumo sujeito a significativas flutuações em função do tipo, quantidade e fase de cada obra. É prática comum, nas atividades de construção, a reutilização de água para atividades paralelas como rega/aspersão sobre superfícies pulverulentas, lavagem de rodados à saída do estaleiro, na lavagem de betoneiras, entre outras. Esta temática é amplamente divulgada em ações de formação e sensibilização junto das equipas de trabalho, com o objetivo de eliminar desperdícios e maximizar os recursos disponíveis em obra. Ainda assim, a água consumida é maioritariamente aquela que provém da rede de abastecimento.

As atividades que por norma decorram junto a linhas de água são alvo de monitorização dos recursos hídricos superficiais com o objetivo de identificar qualquer alteração a nível quantitativo ou qualitativo. Paralelamente são efetuadas monitorizações das captações e descargas de água em solo ou meio hídrico, sempre que se verifiquem potenciais impactes no meio envolvente.

No desenvolvimento de projetos das empresas do setor imobiliário do Grupo, está cada vez mais enraizada a preocupação na escolha de equipamentos que permitam a redução do consumo de água e que proporcionem consumos mais eficientes ao longo do ciclo de vida dos mesmos.



Ação de sensibilização sobre preservação dos recursos hídricos realizada no âmbito do Dia Mundial da Água, em 2021, pela Teixeira Duarte – Engenharia e Construções em Moçambique

8.5. Consumo de Materiais

Também o consumo de materiais no setor da Construção está diretamente relacionado com a quantidade, dimensão e tipo de obras executadas. Entre as matérias-primas mais utilizadas neste setor, destacam-se o betão, cimento e agregados.

LABORATÓRIO DE BETÕES E AGREGADOS EM PORTUGAL

A Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. mantém um Laboratório de Materiais em Portugal com o objetivo de dar apoio no fabrico e controlo do betão a ser aplicado nas suas obras. Acreditado pelo IPQ - Instituto Português da Qualidade desde 1996, e tendo sido um dos primeiros laboratórios a obter esta Acreditação no domínio dos betões e agregados no país, o Laboratório de Materiais manteve, em 2021, a sua acreditação no âmbito da Norma NP EN ISO/IEC17025.

Em 2021, o Grupo Teixeira Duarte deu continuidade à sua estratégia de transformação digital de processos, consolidando vários projetos que vem implementando nos últimos dois anos, e desenvolvendo novos instrumentos que visam a desmaterialização de processos e, conseqüentemente, a redução do consumo de papel nas várias instalações fixas e temporárias das suas empresas.

8.6. Ruído

Na atividade de Construção, o ruído pode constituir um fator de risco ambiental e social, em algumas fases e tipos de obra. Deste modo, as atividades mais ruidosas que sejam realizadas na proximidade de recetores sensíveis são planeadas de modo a minimizar o respetivo impacto - sempre que possível as atividades ruidosas são planeadas para serem realizadas em período diurno e fora de sábados, domingos e feriados. Caso tal não seja de todo possível, é solicitada uma licença especial de ruído para a realização das mesmas.

No âmbito da atividade imobiliária está patente a preocupação com o ruído nos projetos em que existam fontes próximas de ruído elevado. Nestes casos os projetos são elaborados no sentido de que haja a menor transmissão de ruído para o interior dos edifícios.

8.7. Emissões

Seja nos escritórios, nas instalações operacionais ou na cadeia de abastecimento, as empresas do Grupo Teixeira Duarte trabalham para reduzir a sua pegada ecológica, através da redução das emissões de CO₂e inerentes às suas atividades.

Em 2021, em Portugal, 95% das compras da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. foram realizadas a fornecedores de Portugal, reduzindo os seus impactes a nível ambiental, decorrentes de menores distâncias percorridas em transportes e conseqüentemente emissões menores de CO₂e.

A Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., no âmbito da sua certificação em gestão ambiental, recolhe dados relativos às emissões de CO₂e em Portugal, Brasil e Angola, sendo possível extrapolar os resultados obtidos para a generalidade das suas

operações. As emissões são obtidas a partir de duas grandes fontes: deslocações feitas ao serviço da Empresa (avião, comboio e carro) e consumo de energia (eletricidade, combustíveis gasosos e líquidos).

A fonte de energia que maior peso representa nas emissões produzidas pela Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. são os combustíveis líquidos, de origem fóssil, utilizados para a realização das obras.

Relativamente às emissões de CO₂e provenientes de deslocações relacionadas com a exploração dos empreendimentos imobiliários, as empresas do Grupo Teixeira Duarte têm apostado em soluções de mobilidade inovadoras, designadamente com recurso a redes de parcerias e ao diálogo com as autoridades locais.

8.8. Resíduos



Ação realizada por colaboradores voluntários da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções para limpeza de praia em Luanda, Angola

A produção de resíduos é um dos aspetos ambientais com maior relevância ao nível do setor da Construção. As empresas do Grupo Teixeira Duarte nesta área têm desenvolvido nos últimos anos campanhas de sensibilização e formação, com o objetivo de promover a segregação de resíduos e, conseqüentemente, a sua valorização. Estas campanhas são direcionadas não só para os colaboradores do Grupo, como também para todas as partes interessadas e intervenientes na gestão de resíduos, nomeadamente subempreiteiros e fornecedores.

Quando não é possível garantir soluções de reciclagem e/ou valorização os resíduos são encaminhados para locais devidamente autorizados e licenciados no quadro da realidade de cada geografia.

LAGOAS PARK HOTEL RECONHECIDO COM SELO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL PELO 2º ANO CONSECUTIVO

Em 2021, o Lagoas Park Hotel, unidade hoteleira pertencente ao Grupo Teixeira Duarte, localizada em Oeiras, voltou a ser reconhecido pela Associação da Hotelaria de Portugal (AHP) com o selo “We Care”, no âmbito da adesão desta unidade ao Programa HOSPES.

O selo “We Care” reconhece a implementação de boas práticas, concretamente na recolha, tratamento e reciclagem de vários tipos de resíduos dos hotéis.



Árvore de Natal construída a partir de madeira reciclada por colaboradores da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções em 2021

8.9. Parcerias na investigação ambiental

Em 2021, Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. manteve a sua participação nos grupos de trabalho da *European Federation of Foundation Contractors* (EFFC) para disponibilização de uma ferramenta que calcula as emissões de CO₂ dos trabalhos de fundações e geotecnia: a “eCO₂ Foundations – Geotechnical Carbon Calculator”. Trata-se da primeira ferramenta padronizada para calcular as emissões de CO₂ para estes tipos de obras, permitindo comparar diferentes abordagens técnicas ao mesmo projeto e as respetivas emissões de CO₂. Adicionalmente, pode ser usada durante todo o desenvolvimento de um projeto para comparar o desempenho real com o previsto.

8.10. Taxonomia Europeia

Com a aprovação do Regulamento (UE) 2020/852 a 22 de junho de 2020 - Regulamento da Taxonomia - as empresas sujeitas à obrigação de publicar uma demonstração não financeira consolidada nos termos do Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho, passam a ter que divulgar a proporção de volume de negócios, despesas de capital (CapEx) e despesas operacionais (OpEx) que deriva de atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental. Este Regulamento procura direcionar os investimentos para projetos e atividades sustentáveis, contribuindo para a materialização do Pacto Ecológico Europeu como parte da resposta da UE aos desafios climáticos e ambientais.

Para cada atividade económica considerada no âmbito da Taxonomia, os critérios técnicos de avaliação especificam os requisitos de desempenho ambiental que garantem que a atividade contribui substancialmente para o objetivo ambiental em questão e que, simultaneamente, não prejudica significativamente nenhum dos restantes objetivos ambientais. Os critérios técnicos de avaliação para dois dos seis objetivos ambientais - mitigação das alterações climáticas e adaptação às alterações climáticas - foram publicados a dezembro de 2021, nos Anexos I e II do Regulamento Delegado (UE) 2021/2139, e são aplicáveis desde janeiro de 2022. A publicação dos critérios técnicos relativos aos restantes objetivos ambientais encontra-se prevista para o ano de 2022.

A exigência de divulgação da Taxonomia por parte das organizações é gradual. Durante o ano de 2022, as organizações devem divulgar primeiramente, para o ano financeiro de 2021, a elegibilidade das suas atividades em relação aos dois objetivos climáticos. Uma atividade é considerada elegível quando se encontra incluída nas atividades listadas na Taxonomia, independentemente do respetivo alinhamento com os critérios técnicos de avaliação. Em 2023, além da elegibilidade, exige-se a divulgação deste alinhamento das atividades com a Taxonomia.

Neste contexto, a Teixeira Duarte divulga o seu primeiro exercício no âmbito da Taxonomia Europeia, tendo em conta os requisitos de reporte definidos no artigo 8.º do Regulamento da Taxonomia.

8.10.1. Elegibilidade

Para a análise de elegibilidade das atividades das empresas do Grupo, a Teixeira Duarte suportou-se no Regulamento da Taxonomia, em particular, nos Anexos I e II do Regulamento Delegado do (UE) 2021/2139. Neste contexto, é importante relevar que, pelas características dinâmicas da Taxonomia Europeia, a avaliação realizada pela Teixeira Duarte em exercícios futuros pode estar sujeita a variações, em concordância com as diretrizes do Regulamento.

Em termos metodológicos, a Teixeira Duarte iniciou o exercício de implementação da Taxonomia com o mapeamento das atividades económicas elegíveis e não elegíveis das empresas incluídas no seu perímetro de consolidação. Deste mapeamento, foram identificadas as seguintes atividades elegíveis nos setores da Construção, Concessões e Serviços e Imobiliária:

		Objetivos	
		Mitigação das alterações climáticas	Adaptação às alterações climáticas
Atividades elegíveis			
5.2	Renovação de sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água	✓	✓
5.3	Construção, ampliação e exploração de sistemas de recolha e de tratamento de águas residuais	✓	✓
6.14	Infraestruturas de transporte ferroviário	✓	✓
6.15	Infraestruturas para transporte rodoviário e transporte público		✓
7.1	Construção de edifícios novos	✓	✓
7.2	Renovação de edifícios existentes	✓	✓
7.3	Instalação, manutenção e reparação de equipamentos dotados de eficiência energética	✓	✓
7.4	Instalação, manutenção e reparação de postos de carregamento de veículos elétricos montados em edifícios (e lugares de estacionamento associados a edifícios)	✓	✓
7.5	Instalação, manutenção e reparação de instrumentos e de dispositivos de medição, regulação e monitorização do desempenho energético dos edifícios	✓	✓
7.6	Instalação, manutenção e reparação de tecnologias de energia de fontes renováveis	✓	✓
9.3	Serviços profissionais relacionados com o desempenho energético dos edifícios	✓	
11	Ensino		✓

8.10.2. Indicadores-chave de desempenho (ICD)

Relativamente ao ano de 2021, a proporção das atividades económicas elegíveis e não elegíveis do Grupo para a Taxonomia, com base no total consolidado do seu volume de negócios, despesas de capital e despesas operacionais, é a que a seguir se apresenta:

ICD	Total (Milhares de euros)	Total elegível (Milhares de euros)	Atividades económicas elegíveis (%)	Atividades económicas não elegíveis (%)
Volume de negócios	539 236	305 757	57%	43%
Despesas de Capital (CapEx)	65 092	48 545	75%	25%
Despesas Operacionais (OpEx)	30 714	9 776	32%	68%

ICD volume de negócios

Para o cálculo da proporção do volume de negócios elegível, a Teixeira Duarte considerou as receitas consolidadas referentes às atividades elegíveis (numerador). Quanto ao denominador do ICD volume de negócios, foi considerado o volume de negócios consolidado, apresentado com mais detalhe na Nota 8 das Demonstrações Financeiras.

ICD CapEx

O ICD CapEx (despesas de capital) define-se como a percentagem do total do CapEx das empresas do Grupo Teixeira Duarte, em referência às atividades taxonómicas elegíveis. É importante realçar que o CapEx elegível para Taxonomia consiste principalmente em investimentos relacionados com aquisição e propriedade de edifícios. O denominador inclui adições a ativos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento durante o ano fiscal 2021, antes da depreciação, amortização e possíveis novas avaliações, incluindo as resultantes de reavaliações e imparidades, correspondentes ao ano em questão, excluindo as alterações do justo valor. As adições a ativos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento resultantes de combinações de negócios também estão incluídas.

ICD OpEx

O ICD OpEx (despesas operacionais) define-se como o total do OpEx das empresas do Grupo Teixeira Duarte, segundo a definição mencionada na Taxonomia, em referência às atividades taxonómicas elegíveis. Do total dos custos operacionais para 2021 (395,1 milhões de euros), o denominador OpEx, como especificado no Regulamento, representa 7,8% (30,7 milhões de euros). Para o cálculo do denominador OpEx, foram considerados todos os custos diretos do Grupo relacionados com a manutenção e reparação e custos de *leasing* a curto prazo, cujas contas contabilísticas ao nível do consolidado se encontram alinhadas com a definição de OpEx da Taxonomia. Para o cálculo do numerador foram considerados todos os custos do denominador relacionados com as atividades elegíveis.

TABELA DE CORRESPONDÊNCIAS COM NORMAS GRI: OPÇÃO ESSENCIAL

Norma	Indicador	Resposta	Localização	ODS
GRI 102 - CONTEÚDOS GERAIS: 2016				
PERFIL ORGANIZACIONAL				
102-1	Nome da organização.	Teixeira Duarte, S.A.		
102-2	Principais atividades, marcas, produtos e serviços.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap.I.1 "Perfil"	Pág. 12	
102-3	Localização da sede da organização.	Lagoas Park, Edifício 2, 2740-265 Porto Salvo. Portugal		
102-4	Localização das operações.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap.I.1 "Perfil"	Pág. 12	
102-5	Tipo e natureza jurídica de propriedade.	A Teixeira Duarte, S.A. é uma sociedade aberta, com sede no Lagoas Park, Edifício 2, 2740-265 Porto Salvo, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais (Oeiras). A Teixeira Duarte, S.A. está cotada na Bolsa de Valores de Lisboa (Euronext Lisboa)		
102-6	Mercados em que opera.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap.I.1 "Perfil"	Pág. 12	
102-7	Dimensão da organização.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap.I.1 "Perfil"	Pág. 12	8
102-8	Informação sobre colaboradores.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap. III. "6.1. Os Recursos Humanos em 2021"	Pág. 37	8 10
102-9	Cadeia de valor.	A Teixeira Duarte, S.A. integra no seu perímetro empresas que operam em 6 setores de atividade com cadeias de valor que diferem significativamente		
102-10	Principais alterações à organização ou cadeia de valor.	Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade, C. "Organização Interna", III. "Controlo interno e Gestão de Riscos", N° 53 "Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade"	Pág. 162	
102-11	Abordagem ao princípio da precaução.	Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade, C. "Organização Interna", III. "Controlo interno e Gestão de Riscos"	Pág. 160	
102-12	Iniciativas externas.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap. III. "7.3. Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI)"	Pág. 57	
102-13	Participação em associações.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap. III. "7.3. Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI)"	Pág. 57	
ESTRATÉGIA E ANÁLISE				
102-14	Declaração do Presidente.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap. I.2. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	Pág. 20	
102-15	Principais impactos, riscos e oportunidades.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap. I.4 Gestão de Riscos	Pág. 22	
ÉTICA E INTEGRIDADE				
102-16	Valores, princípios, padrões e normas de comportamento.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap.I.1 "Missão e Valores" e "Código de Ética e Conduta". Cap. III. "5. Ética e Conduta" e "7.1. Combate à Corrupção e Suborno, ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo"	Pág. 18 Págs. 36 e 50	16
102-17	Mecanismos para aconselhamento e preocupações sobre ética.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap. III "7.1. Combate à Corrupção e Suborno, ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo"	Pág. 50	16

Relatório de Gestão do Conselho de Administração 2021

Norma	Indicador	Resposta	Localização	ODS
GOVERNAÇÃO				
	102-18 Estrutura do governo de sociedade.	Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade, B. "Órgãos Sociais e Comissões"	Pág. 141	
	102-19 Delegação de autoridade.	Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade, B. "Órgãos Sociais e Comissões"	Pág. 141	
	102-20 Responsabilidades a nível executivo por temas económicos, ambientais e sociais.	Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade, B. "Órgãos Sociais e Comissões"	Pág. 141	
	102-21 Consulta a <i>stakeholders</i> sobre temas económicos, ambientais e sociais.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "3. Alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável"	Pág. 33	16
	102-22 Composição do mais alto órgão de governo e seus comités.	Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade, B. "Órgãos Sociais e Comissões"	Pág. 141	5 16
	102-23 Presidente do órgão de governação hierarquicamente mais elevado.	Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade, B. "Órgãos Sociais e Comissões"	Pág. 141	16
	102-24 Nomeação e seleção do órgão de governação hierarquicamente mais elevado.	Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade, B. "Órgãos Sociais e Comissões"	Pág. 141	5 16
	102-25 Conflitos de interesse.	Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade, E. "Transações com Partes Relacionadas"	Pág. 178	16
	102-26 Papel do mais alto órgão de governo na definição da missão, valores e estratégia.	Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade, B. "Órgãos Sociais e Comissões"	Pág. 141	
	102-27 Conhecimentos de sustentabilidade do órgão de governação hierarquicamente mais elevado.	Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade, B. "Órgãos Sociais e Comissões"	Pág. 141	
	102-28 Avaliação do desempenho do órgão de governação hierarquicamente mais elevado	Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade, D. "Remunerações"	Pág. 168	
	102-29 Identificação e gestão dos impactos económicos, ambientais e sociais.	Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade, C. "Organização Interna", III. "Controlo interno e Gestão de Riscos"	Pág. 160	16
	102-30 Eficácia dos processos de gestão de risco.	Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade, C. "Organização Interna", III. "Controlo interno e Gestão de Riscos"	Pág. 160	
	102-31 Revisão dos tópicos económicos, ambientais e sociais.	Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade, C. "Organização Interna", III. "Controlo interno e Gestão de Riscos"	Pág. 160	
	102-32 Órgão máximo de <i>governance</i> responsável pela aprovação do Relatório de Sustentabilidade.	A responsabilidade pela aprovação do Relatório de Informação Não Financeira, incluído no Relatório e Contas é da Assembleia Geral de Acionistas.		
	102-33 Comunicação de assuntos críticos.	Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade, C. "Organização Interna", III. "Controlo interno e Gestão de Riscos"	Pág. 160	

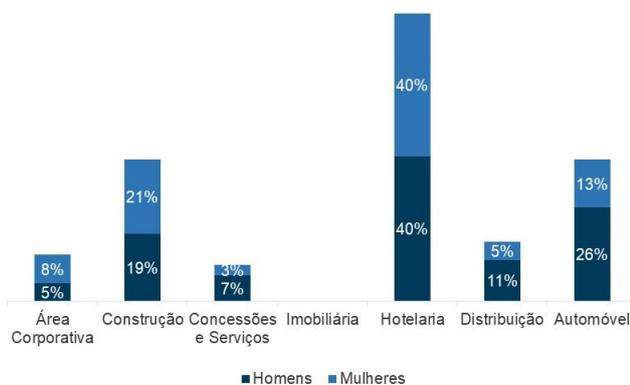
Norma	Indicador	Resposta	Localização	ODS
	102-34 Natureza e comunicação de assuntos críticos.	Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade, C. "Organização Interna", III. "Controlo interno e Gestão de Riscos"	Pág. 160	
	102-35 Políticas de remuneração.	Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade, D. "Remunerações"	Pág. 168	
	102-36 Processos para determinação da remuneração.	Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade, D. "Remunerações"	Pág. 168	
	102-37 Envolvimento de <i>stakeholders</i> em questões de remuneração.	Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade, D. "Remunerações"	Pág. 168	16
	102-38 Rácio de remuneração total anual.	Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade, D. "Remunerações"	Pág. 168	
	102-39 Rácio do aumento percentual na remuneração total anual.	Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade, D. "Remunerações"	Pág. 168	

ENVOLVIMENTO COM STAKEHOLDERS

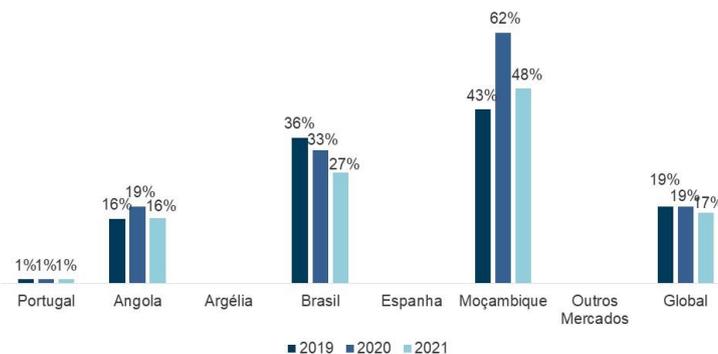
102-40 Lista dos grupos de <i>stakeholders</i> .	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "2. Comunicação com <i>Stakeholders</i> "	Pág. 33
102-41 Acordos de contratação coletiva.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "6.1. Os Recursos Humanos em 2021", "Conformidade com as Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT)"	Pág. 40

8 10

Percentagem de colaboradores sindicalizados por setor de atividade a 31 de dezembro de 2021:



Evolução anual de colaboradores sindicalizados por mercado (%):



Relatório de Gestão do Conselho de Administração 2021

Norma	Indicador	Resposta	Localização	ODS
	102-42 Identificação e seleção de <i>stakeholders</i> .	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "2. Comunicação com <i>Stakeholders</i> "	Pág. 2	
	102-43 Abordagem para o envolvimento com <i>stakeholders</i> .	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "2. Comunicação com <i>Stakeholders</i> "	Pág. 2	
	102-44 Principais questões e preocupações.	Pela diversidade de partes interessadas no âmbito dos diversos setores de atividade, as questões e preocupações dos seus respetivos <i>stakeholders</i> são adereçados no Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap. IV. "Atividade por Setores em 2021"	Pág.91	
PRÁTICA DE RELATO				
	102-45 Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas.	Ver Notas Anexas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de dezembro de 2021, 4 – "Empresas Incluídas no Perímetro de Consolidação"	Pág. 245	
	102-46 Definição do conteúdo do relatório e limites dos temas materiais.	Ver "Introdução", Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap.I.1 "Perfil" e Cap. III "3. Alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável"	Págs. 12 e 33	
	102-47 Lista dos temas materiais.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "3. Alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável"	Pág. 33	
	102-48 Reformulações de informações.	Ver "Introdução"	Pág. 9	
	102-49 Alterações no reporte.	Ver "Introdução"	Pág. 9	
	102-50 Período de reporte.	De 1 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021		
	102-51 Data do último relatório publicado.	Abril de 2021		
	102-52 Ciclo de reporte.	Anual		
	102-53 Contactos para questões sobre o relatório.	representantemercado@teixeiraduarte.com		
	102-54 Alegação da conformidade do reporte com a GRI Standards.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "Introdução"	Pág. 32	
	102-55 Conteúdos do índice GRI.	A presente tabela		
	102-56 Verificação externa.	Ver "Introdução" e Relatórios, Pareceres e Certificações dos Órgãos de Fiscalização 2021	Págs. 9 e 294	

GRI 200 - DIVULGAÇÕES ECONÓMICAS

DESEMPENHO SOCIOECONÓMICO

	103-1 Explicação do tema material e dos seus limites.	Não sendo um tópico material o Grupo Teixeira Duarte realiza a monitorização e avaliação regular de parte dos indicadores associados a este tópico		
	201-3 Obrigações do plano de benefícios e outros planos de reforma.	Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade, D. "Remunerações"	Pág. 168	

IMPACTOS ECONÓMICOS INDIRETOS

103-1 Explicação do tema material e dos seus limites.	O Grupo Teixeira Duarte considera o investimento nas comunidades um tópico material, nomeadamente através da criação de emprego local, promoção do empreendedorismo, da educação e da saúde, monitorizando indicadores associados ao impacto de iniciativas e projetos desenvolvidos neste âmbito								
203-2 Impactos económicos indiretos significativos.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "6.4. Qualificação para a Expressão do Talento: Desenvolvimento e Formação" e "7.2. Relações com Pessoas e Organizações Impactadas pelas Atividades do Grupo"	Págs. 44 e 51	<table border="1"> <tr> <td>1</td> <td>3</td> </tr> <tr> <td>4</td> <td>8</td> </tr> <tr> <td></td> <td>10</td> </tr> </table>	1	3	4	8		10
1	3								
4	8								
	10								

ANTICORRUPÇÃO

103-1 Explicação do tema material e dos seus limites.	O Grupo Teixeira Duarte considera a prevenção e combate à corrupção um tópico material, detendo mecanismos e procedimentos de controlo que emanam do seu Código de Ética e Conduta, cuja aplicação é obrigatória a todos os administradores, trabalhadores e outros representantes		
205-2 Comunicação e formação sobre políticas e procedimentos anticorrupção.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap.I.1 "Missão e Valores" e "Código de Ética e Conduta". Cap. III. "5. Ética e Conduta" e "7.1. Combate à Corrupção e Suborno, ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo"	Pág. 18 Págs. 36 e 50	16

GRI 300 - DIVULGAÇÕES AMBIENTAIS

MATERIAIS

103-1 Explicação do tema material e dos seus limites.	Dada a grande diversidade de atividades das empresas participadas, bem como o facto de a atividade mais representativa – Construção – estar sujeita a fortes flutuações nos impactos causados consoante as obras em curso (tipo, quantidade e fase) - o que limita a comparabilidade anual de dados -, a escolha de um painel de indicadores e de uma abordagem de relato adequada para refletir o desempenho das várias atividades do Grupo encontra-se em parte condicionada	Pág. 63			
103-2 Forma de gestão e suas componentes.	Destaca-se o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis e de outros requisitos associados aos aspetos ambientais identificados, bem como a minimização dos impactos ambientais decorrentes das atividades nas diversas áreas de negócio, de forma a garantir um desenvolvimento sustentado das atividades das empresas. As principais empresas do setor da Construção e <i>Facilities Management</i> (setor das Concessões e Serviços) detinham, em 2021, sistemas de gestão ambiental certificados de acordo com o referencial ISO 14001 em Portugal, Angola e Brasil	Pág. 64			
301-1 Consumo de materiais por peso ou volume.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap. III. "8.5. Consumo de Materiais"	Pág. 66	<table border="1"> <tr> <td>8</td> <td>12</td> </tr> </table>	8	12
8	12				

ENERGIA

103-1 Explicação do tema material e dos seus limites.	Dada a grande diversidade de atividades das empresas participadas, bem como o facto de a atividade mais representativa – Construção – estar sujeita a fortes flutuações nos impactos causados consoante as obras em curso (tipo, quantidade e fase) - o que limita a comparabilidade anual de dados -, a escolha de um painel de indicadores e de uma abordagem de relato adequada para refletir o desempenho das várias atividades do Grupo encontra-se em parte condicionada	Pág. 63	
103-2 Forma de gestão e suas componentes.	Destaca-se o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis e de outros requisitos associados aos aspetos ambientais identificados, bem como a minimização dos impactos ambientais decorrentes das atividades nas diversas áreas de negócio, de forma a garantir um desenvolvimento	Pág. 64	

	sustentado das atividades das empresas. As principais empresas do setor da Construção e <i>Facilities Management</i> (setor das Concessões e Serviços) detinham, em 2021, sistemas de gestão ambiental certificados de acordo com o referencial ISO 14001 em Portugal, Angola e Brasil						
302-4 Redução do consumo de energia.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap.III. "8.3. Energia"	Pág. 65	<table border="1"> <tr> <td>7</td> <td>8</td> </tr> <tr> <td>12</td> <td>13</td> </tr> </table>	7	8	12	13
7	8						
12	13						

BIODIVERSIDADE

103-1 Explicação do tema material e dos seus limites.	Dada a grande diversidade de atividades das empresas participadas, bem como o facto de a atividade mais representativa – Construção – estar sujeita a fortes flutuações nos impactos causados consoante as obras em curso (tipo, quantidade e fase) - o que limita a comparabilidade anual de dados -, a escolha de um painel de indicadores e de uma abordagem de relato adequada para refletir o desempenho das várias atividades do Grupo encontra-se em parte condicionada	Pág. 63					
103-2 Forma de gestão e suas componentes.	Destaca-se o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis e de outros requisitos associados aos aspetos ambientais identificados, bem como a minimização dos impactos ambientais decorrentes das atividades nas diversas áreas de negócio, de forma a garantir um desenvolvimento sustentado das atividades das empresas. As principais empresas do setor da Construção e <i>Facilities Management</i> (setor das Concessões e Serviços) detinham, em 2021, sistemas de gestão ambiental certificados de acordo com o referencial ISO 14001 em Portugal, Angola e Brasil	Pág. 64					
304-1 Instalações operacionais (próprias ou arrendadas) nas áreas adjacentes a áreas protegidas e áreas com alto valor de biodiversidade fora das áreas protegidas.	As infraestruturas do Grupo Teixeira Duarte cumprem os requisitos legais em matéria ambiental e, na sua grande maioria, estão contextualizadas em malha urbana		<table border="1"> <tr> <td>6</td> <td>14</td> </tr> <tr> <td></td> <td>15</td> </tr> </table>	6	14		15
6	14						
	15						

EMISSIONES

103-1 Explicação do tema material e dos seus limites.	Dada a grande diversidade de atividades destas empresas, bem como o facto de a atividade mais representativa – Construção – estar sujeita a fortes flutuações nos impactos causados consoante as obras em curso (tipo, quantidade e fase) - o que limita a comparabilidade anual de dados -, a escolha de um painel de indicadores e de uma abordagem de relato adequada para refletir o desempenho das várias atividades do Grupo encontra-se em parte condicionada	Pág. 63							
103-2 Forma de gestão e suas componentes.	Destaca-se o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis e de outros requisitos associados aos aspetos ambientais identificados, bem como a minimização dos impactos ambientais decorrentes das atividades nas diversas áreas de negócio, de forma a garantir um desenvolvimento sustentado das atividades das empresas. As principais empresas do setor da Construção e <i>Facilities Management</i> (setor das Concessões e Serviços) detinham, em 2021, sistemas de gestão ambiental certificados de acordo com o referencial ISO 14001 em Portugal, Angola e Brasil	Pág. 64							
305-3 Outras emissões indiretas de GEE (âmbito 3).	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap. III. "8.7. Emissões"	Pág. 66	<table border="1"> <tr> <td>3</td> <td>12</td> </tr> <tr> <td>13</td> <td>14</td> </tr> <tr> <td></td> <td>15</td> </tr> </table>	3	12	13	14		15
3	12								
13	14								
	15								

RESÍDUOS E EFLUENTES

103-1 Explicação do tema material e dos seus limites.	Dada a grande diversidade de atividades das empresas participadas, bem como o facto de a atividade mais representativa – Construção – estar sujeita a fortes flutuações nos impactos causados consoante as	Pág. 63	
---	--	---------	--

	obras em curso (tipo, quantidade e fase) - o que limita a comparabilidade anual de dados -, a escolha de um painel de indicadores e de uma abordagem de relato adequada para refletir o desempenho das várias atividades do Grupo encontra-se em parte condicionada							
103-2 Forma de gestão e suas componentes.	Destaca-se o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis e de outros requisitos associados aos aspetos ambientais identificados, bem como a minimização dos impactos ambientais decorrentes das atividades nas diversas áreas de negócio, de forma a garantir um desenvolvimento sustentado das atividades das empresas. As principais empresas do setor da Construção e <i>Facilities Management</i> (setor das Concessões e Serviços) detinham, em 2021, sistemas de gestão ambiental certificados de acordo com o referencial ISO 14001 em Portugal, Angola e Brasil	Pág. 64						
306-3 Derrames significativos.	Em 2021, não se registaram derrames com impactes ambientais significativos	<table border="1"> <tr> <td>3</td> <td>6</td> </tr> <tr> <td>12</td> <td>14</td> </tr> <tr> <td></td> <td>15</td> </tr> </table>	3	6	12	14		15
3	6							
12	14							
	15							

COMPLIANCE AMBIENTAL

103-1 Explicação do tema material e dos seus limites.	Dada a grande diversidade de atividades das empresas participadas, bem como o facto de a atividade mais representativa – Construção – estar sujeita a fortes flutuações nos impactos causados consoante as obras em curso (tipo, quantidade e fase) - o que limita a comparabilidade anual de dados -, a escolha de um painel de indicadores e de uma abordagem de relato adequada para refletir o desempenho das várias atividades do Grupo encontra-se em parte condicionada	Pág. 63
103-2 Forma de gestão e suas componentes.	De forma a dar cumprimento às obrigações legais no âmbito da responsabilidade por danos ambientais, decorrentes da Diretiva n.º 2004/35/CE, alterada pela Diretiva n.º 2006/21/CE, as empresas do Grupo Teixeira Duarte abrangidas por esta legislação optaram, em Portugal, por constituir garantias financeiras que totalizavam 96.812,00€ a 31 de dezembro de 2021	Pág. 65
307-1 Não conformidade com as leis e regulamentos ambientais.	De acordo com a informação disponível a 31 de dezembro de 2021 foi registada uma coima de carácter ambiental	16

GRI 308 - AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE FORNECEDORES

AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE FORNECEDORES

103-1 Explicação do tema material e dos seus limites.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap. III. "7.2. Relações com pessoas e organizações impactadas pelas atividades das empresas do Grupo", "b) Parceiros, fornecedores e subcontratados" e "8.1. Sistemas de gestão ambiental"	Págs. 51 e 64
103-2 Forma de gestão e suas componentes.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap. III. "7.2. Relações com pessoas e organizações impactadas pelas atividades das empresas do Grupo", "b) Parceiros, fornecedores e subcontratados" e "8.1. Sistemas de gestão ambiental"	Págs. 51 e 64
308-1 Novos fornecedores que foram selecionados com base em critérios ambientais.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap. III. "7.2. Relações com pessoas e organizações impactadas pelas atividades das empresas do Grupo", "b) Parceiros, fornecedores e subcontratados" e "8.1. Sistemas de gestão ambiental"	Págs. 51 e 64

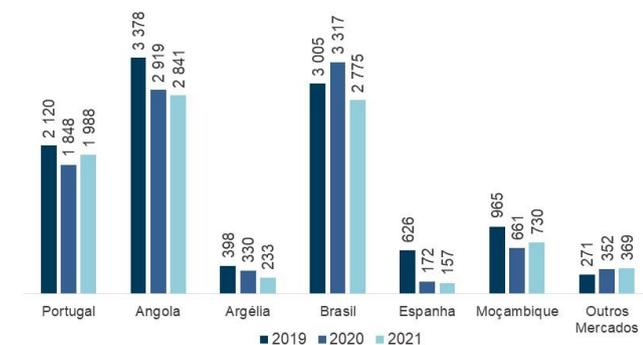
GRI 400 - DIVULGAÇÕES SOCIAIS

EMPREGO

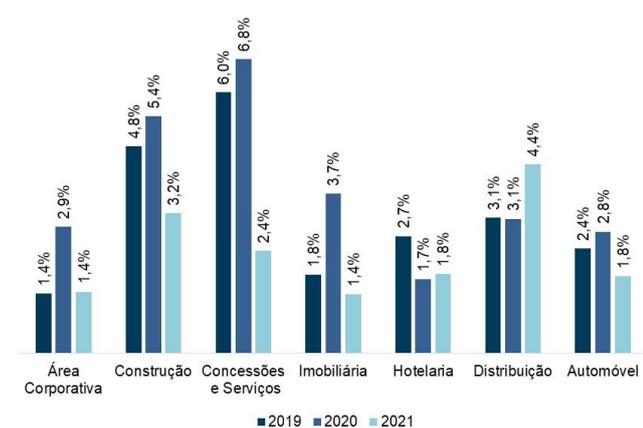
103-1 Explicação do tema material e dos seus limites.	O bem-estar dos colaboradores, incluindo a promoção de boas condições de higiene, saúde e segurança, assim como o desenvolvimento de competências e a retenção do talento, assumem elevada importância na gestão dos recursos humanos das empresas do
---	---

Grupo Teixeira Duarte, e encontram-se devidamente alicerçados numa cultura de tratamento digno e respeito pelos direitos humanos e laborais

Evolução do número de colaboradores a 31 de dezembro por mercado:



Evolução anual da taxa de absentismo a 31 de dezembro por área de atuação:



103-2 Forma de gestão e suas componentes.

Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap. III. "6.1. Os Recursos Humanos em 2021"

Pág. 37

401-3 Licença parental.

Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap. III. "6.1. Os Recursos Humanos em 2021"

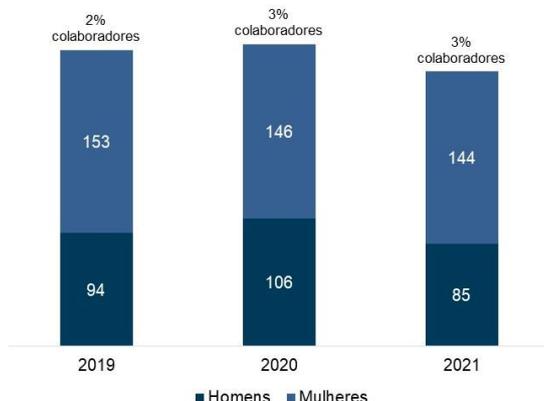
Pág. 37



Número de colaboradores que usufruiu de licença parental (Cobertura 2021 = 96%)

	Área Corporativa	Construção	Concessões e Serviços	Imobiliária	Hotelaria	Distribuição	Automóvel	Total 2021	Total 2020	Total 2019
Portugal	7	30	25	6	5	2		75	88	57
Homens	5	29	21	4	3	1		63	75	48
Mulheres	2	1	4	2	2	1		12	13	9
Angola	5	2	10	1	23	54	5	100	109	130
Homens	1	1						2	9	4
Mulheres	4	1	10	1	23	54	5	98	100	126
Argélia	5	9						14	10	28
Homens	2							2	0	28
Mulheres	3	9						12	10	2
Brasil	1	18	2	2				23	15	11
Homens		6		1				7	8	4
Mulheres	1	12	2	1				16	7	7
Espanha	7	4						11	8	7
Homens	6	3						9	5	7
Mulheres	1	1						2	3	
Moçambique	3	1			2			6	10	7
Homens	2							2	3	1
Mulheres	1	1			2			4	7	6
Outros Mercados	0	0	0	0	0	0	0	n/d	12	7
Homens								n/d	6	4
Mulheres								n/d	6	3
Total	18	69	42	9	30	56	5	229	252	247
Homens	8	44	24	5	3	1	0	85	106	94
Mulheres	10	25	18	4	27	55	5	144	146	153

Evolução do número de colaboradores que usufruiu de licença parental no global das empresas do Grupo:



SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL

103-1 Explicação do tema material e dos seus limites.

O bem-estar dos colaboradores, incluindo a promoção de boas condições de higiene, saúde e segurança, assim como o desenvolvimento de competências e a retenção do talento, assumem elevada importância na gestão dos recursos humanos das empresas do Grupo Teixeira Duarte, e encontram-se devidamente alicerçados numa cultura de tratamento digno e respeito pelos direitos humanos e laborais

403-1 Sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho

As principais empresas participadas, com destaque para as que operam nas áreas da Construção e *Facilities Management* têm em vigor sistemas de gestão de segurança e saúde ocupacional no âmbito da Norma ISO 45001 e OHSAS 18001

Pág. 40

3 8

403-3 Serviços de saúde do trabalho

Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap. III. "6.3. Proteção e Promoção da saúde e segurança"

Pág. 40

3 8

Principais atividades dos Serviços de Medicina do Trabalho das empresas do Grupo a 31 de dezembro de 2021 (Cobertura = 96%):

	Consultas médicas Medicina do Trabalho	Consultas Enfermagem do Trabalho	Consultas Medicina Curativa	Exames complementares de diagnóstico
Portugal	1 310	1 774	277	7 495
Angola	1 626	1 424	904	1 626
Argélia	101	0	0	0
Brasil	5 106			20 500
Espanha	87			
Moçambique	633	423	210	2 211
Total 2021	8 863	3 621	1 391	31 832
Total 2020	7 247	2 852	1 237	25 496

Taxa de cobertura dos colaboradores com exames médicos realizados nas empresas do Grupo (Cobertura = 96%)

	Área Corporativa	Construção	Concessões e Serviços	Imobiliária	Hotelaria	Distribuição	Automóvel	Total 2021	Total 2020	Total 2019
Portugal	90%	94%	91%	90%	97%	93%	63%	93%	95%	100%
Angola	88%	79%	74%	75%	88%	79%	91%	82%	90%	96%
Argélia	59%	46%						57%	61%	70%
Brasil	100%	98%	87%	100%				97%	86%	97%
Espanha		96%	24%					57%	44%	32%
Moçambique	81%	65%	34%	0%	100%			67%	67%	100%

403-4 Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança do trabalho

A Teixeira Duarte - Engenharia e Construção dispõe, no âmbito da Norma ISO 8000, de uma comissão de representantes dos trabalhadores que assegura a consulta e comunicação com os colaboradores na esfera do desempenho social

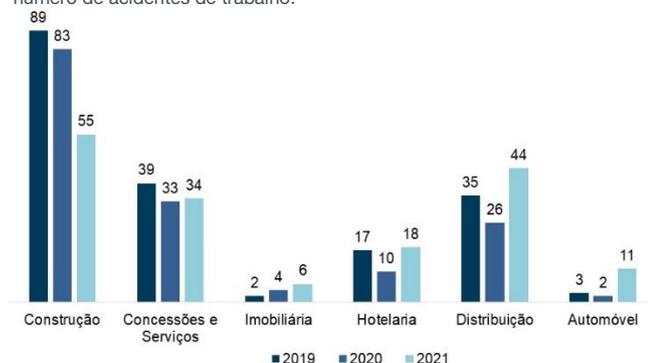
3 8

16

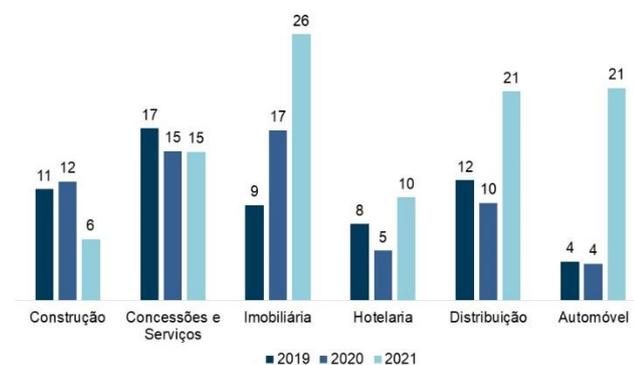
403-5 Capacitação de trabalhadores em saúde e segurança do trabalho	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap. III. "6.3. Proteção e Promoção da saúde e segurança"	Pág. 40	3	8
403-6 Promoção da saúde do colaborador	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap. III. "6.3. Proteção e Promoção da saúde e segurança"	Pág. 40	3	8
403-8 Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança do trabalho	Os colaboradores abrangidos pelos sistemas de gestão de segurança e saúde ocupacional (Normas ISO 45001 e OHSAS 18001) a 31 de dezembro de 2021 representavam 38% do total de colaboradores das empresas participadas pelo Grupo: <ul style="list-style-type: none"> • Portugal: 1.895 colaboradores • Brasil: 1.248 colaboradores • Moçambique: 319 colaboradores 		3	8

403-9 Acidentes de trabalho	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "6.3. Proteção e Promoção da Saúde e Segurança"	Pág. 40	3	8
-----------------------------	--	---------	---	---

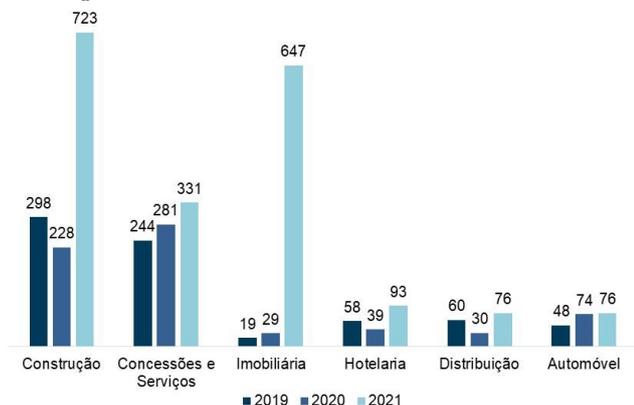
Evolução da Sinistralidade a 31 de dezembro por setor de atividade - número de acidentes de trabalho:



Evolução da Sinistralidade a 31 de dezembro por setor de atividade - índice de frequência:



Evolução da Sinistralidade a 31 de dezembro por setor de atividade - índice de gravidade:



Classificação de Índices de Sinistralidade segundo a Organização Mundial de Saúde:

Classificação	Índice de Frequência	Índice de Frequência
Muito bom	<20	<500
Bom	20 a 40	500 a 1 000
Médio	40 a 60	1 000 a 2 000
Mau	60 a 100	>2 000

Fonte: OMS, referido em DSHS 2012

FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO

103-1 Explicação do tema material e dos seus limites.

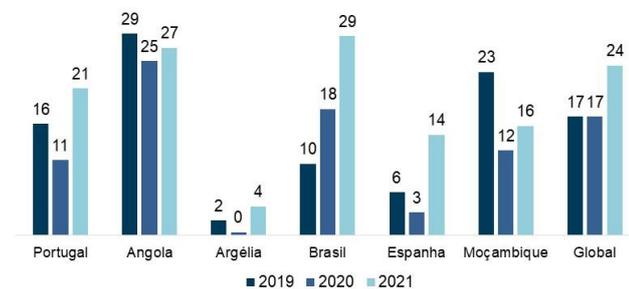
Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap. III. "6.4. Qualificação para a Expressão do Talento: Desenvolvimento e Formação"

Pág. 44

404-1 Número médio de horas de formação por ano por colaborador.

Evolução do número médio de horas de formação por colaborador por ano por mercado e no global do Grupo (Cobertura = 96%):

4	5
8	10



Número de formandos abrangidos por atividades de qualificação por mercado e por área de atuação (Cobertura = 96%):

Mercados	Área Corporativa	Construção	Concessões e Serviços	Imobiliária	Hoteleira	Distribuição	Automóvel	Total 2021	Total 2020	Total 2019
Portugal	799	8198	731	28	200	35	6	9 997	4 822	8 985
Homens	397	7 883	549	23	55	22	6	8 935	4 132	8 146
Mulheres	402	315	182	5	145	13		1 062	690	839
Angola	592	3597	3215	75	6667	6293	853	21 292	17 481	30 006
Homens	440	3 404	2 820	35	4 409	3 745	671	15 524	12 142	21 721
Mulheres	152	193	395	40	2 258	2 548	182	5 768	5 339	8 285
Argélia	822	822						822	131	2 062
Homens		822						822	128	2 020
Mulheres								0	3	42
Brasil	680	19740	1971	502				22 893	14 616	11 351
Homens	237	17 836	1 550	248				19 871	12 363	9 804
Mulheres	443	1 904	421	254				3 022	2 252	1 547
Espanha		1228						1 228	407	789
Homens		1 222						1 222	407	669
Mulheres		6						6	0	120
Moçambique	24	225			2510			2 759	1 841	2 140
Homens	8	165			1 548			1 721	1 322	1 581
Mulheres	16	60			962			1 038	519	559
Total	2 095	33 810	5 917	605	9 377	6 328	859	58 991	39 297	65 333
Homens	1 082	31 332	4 919	306	6 012	3 767	677	48 095	30 494	43 941
Mulheres	1 013	2 478	998	299	3 365	2 561	182	10 896	8 803	11 392

Número de horas de volume de formação por mercado e por área de atuação (Cobertura = 96%):

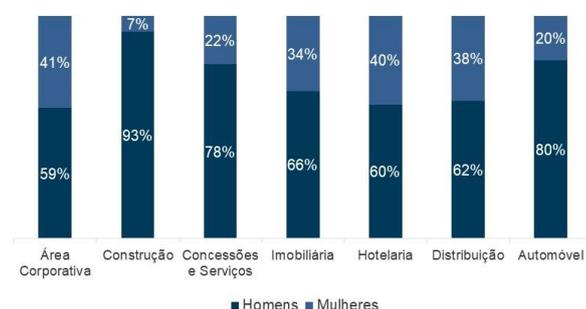
Mercados	Área Corporativa	Construção	Concessões e Serviços	Imobiliária	Hoteleira	Distribuição	Automóvel	Total 2021	Total 2020	Total 2019
Portugal								40 672	21 414	31 853
Homens	1 073	32 695	1 629	277	121	88	13	35 896	18 898	27 672
Mulheres	1 232	1 726	392	34	1 003	289		4 676	2 516	4 181
Angola								76 376	73 216	106 360
Homens	1 037	4 992	2 632	65	9 710	27 368	6 693	52 495	47 230	70 342
Mulheres	176	334	861	81	4 890	15 203	2 336	23 881	25 986	36 018
Argélia								1 300	113	1 887
Homens		1 300						1 300	110	1 815
Mulheres								0	3	72
Brasil								90 367	45 930	33 786
Homens	683	77 515	5 734	315				84 247	41 512	31 054
Mulheres	1 859	2 837	1 109	315				6 120	4 418	2 732
Espanha								2 387	1 090	3 936
Homens		2 360						2 360	1 090	2 962
Mulheres		27						27	0	974
Moçambique								11 204	8 903	17 781
Homens	75	943			6 149			7 167	6 629	13 448
Mulheres	51	515			3 471			4 037	2 274	4 333
Total	6 185	125 244	12 357	1 087	25 344	42 946	9 042	222 205	150 665	195 603
Homens	2 868	119 805	9 995	657	15 980	27 454	6 706	183 464	115 469	147 293
Mulheres	3 318	5 439	2 362	430	9 364	15 492	2 336	38 741	35 196	48 310

404-2 Programas de melhoria de competências dos colaboradores e programas de apoio à transição.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap. III. "6.4. Qualificação para a Expressão do Talento: Desenvolvimento e Formação"	Pág. 44	4	5
			8	10

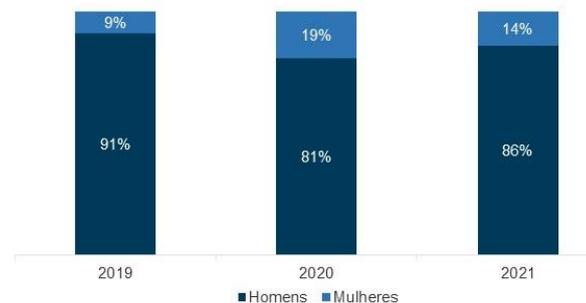
DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

103-1 Explicação do tema material e dos seus limites.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap.III. "6.1. Os Recursos Humanos em 2021"	Pág. 37		
405-1 Diversidade dos órgãos de governação e dos colaboradores.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap.III. "6.1. Os Recursos Humanos em 2021" e Relatório sobre o Governo da Sociedade, B. Órgãos Sociais e Comissões"	Págs. 37 e 141	5	8

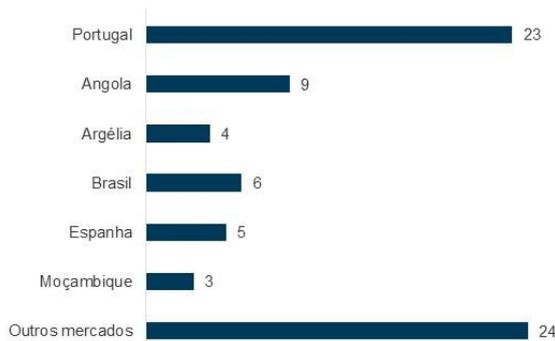
Colaboradores por sexo por área de atuação a 31 de dezembro de 2021:



Evolução da percentagem de Homens e Mulheres na Alta Direção do Grupo Teixeira Duarte:



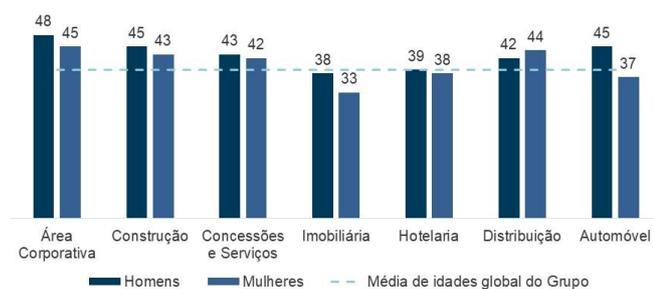
Número de nacionalidades dos colaboradores por mercado a 31 de dezembro de 2021:



Evolução anual da percentagem de colaboradores por faixa etária por área de atuação:

	Área Corporativa	Construção	Concessões e Serviços	Imobiliária	Hotelaria	Distribuição	Automóvel	Total 2021	Total 2020	Total 2019
Até 30 anos	15%	17%	18%	25%	18%	35%	22%	20%	20%	22%
30 a 50 anos	64%	63%	65%	65%	69%	60%	68%	64%	65%	63%
Mais de 50 Anos	21%	20%	17%	10%	13%	5%	10%	16%	15%	15%

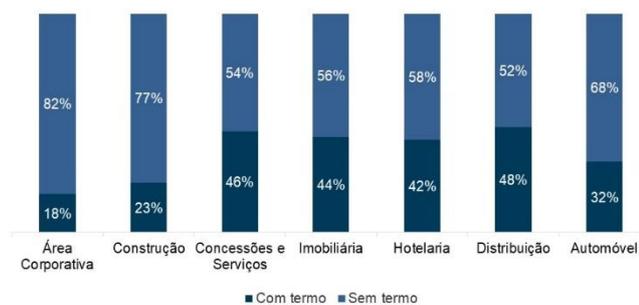
Idade média dos colaboradores por área de atuação a 31 de dezembro de 2021:



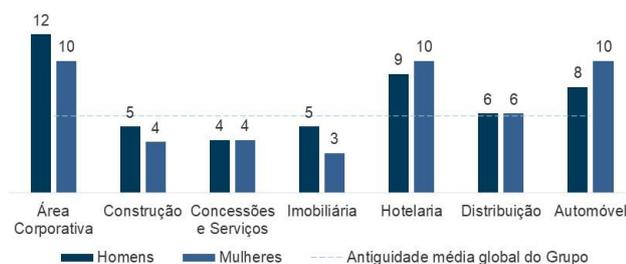
Percentagem de colaboradores por situação contratual por sexo:

	Total 2021	Total 2020	Total 2019
Sem termo	68%	62%	56%
Homens	69%	62%	56%
Mulheres	62%	60%	52%
Com termo	32%	38%	44%
Homens	31%	38%	44%
Mulheres	38%	40%	48%
Total	9 093	9 599	10 763

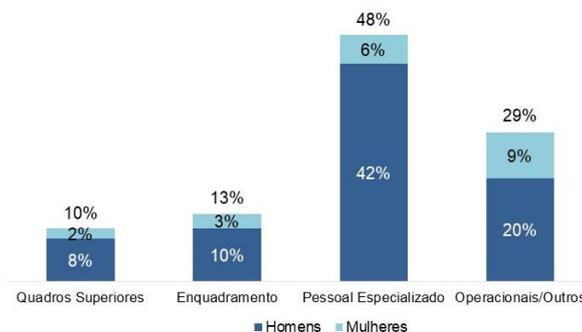
Percentagem de colaboradores por situação contratual por área de atuação a 31 de dezembro de 2021:



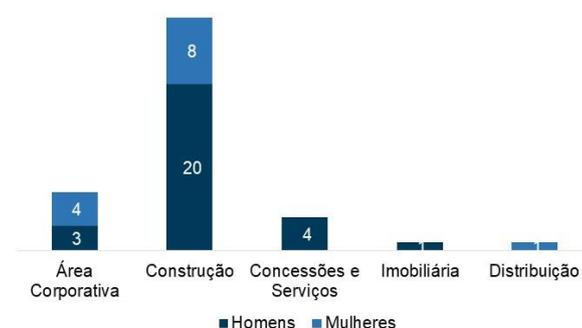
Antiguidade média dos colaboradores por área de atuação a 31 de dezembro de 2021:



Colaboradores por grupo profissional no Grupo a 31 de dezembro de 2021:



Número de colaboradores com deficiência por área de atuação a 31 de dezembro de 2021:



NÃO DISCRIMINAÇÃO

103-1 Explicação do tema material e dos seus limites.

Ver Código de Ética e Conduta em www.teixeiraduarte.com.

Ver Plano para a Igualdade em www.teixeiraduarte.com

406-1 Número total de casos de discriminação e medidas corretivas tomadas.

Não houve casos de discriminação a assinalar

5 8

LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E NEGOCIAÇÃO COLETIVA

103-1 Explicação do tema material e dos seus limites.

A promoção das convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e dos direitos humanos encontra-se consagrada no Código de Ética e Conduta da Teixeira Duarte, S.A., extensível a todas as entidades integradas no seu perímetro de consolidação

407-1 Operações e fornecedores identificados em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva possa estar em risco.

Não foram identificados operações e fornecedores nesta situação

8 16

TRABALHO INFANTIL

103-1 Explicação do tema material e dos seus limites.

Ver Código de Ética e Conduta em www.teixeiraduarte.com

408-1 Operações e fornecedores identificados como de risco para a ocorrência de casos de trabalho infantil.

Não foram identificados operações e fornecedores nesta situação

8 16

TRABALHO FORÇADO OU ANÁLOGO AO ESCRAVO

103-1 Explicação do tema material e dos seus limites. Ver Código de Ética e Conduta em www.teixeiraduarte.com

409-1 Operações e fornecedores com risco significativo de incidentes de trabalho forçado ou análogo ao escravo. Não foram identificados operações e fornecedores nesta situação

8 16

PRÁTICA DE SECURITY

103-1 Explicação do tema material e dos seus limites. Ver Código de Ética e Conduta em www.teixeiraduarte.com

410-1 Percentagem de pessoal de segurança que recebeu formação nas políticas ou procedimentos da organização relativos a direitos humanos que sejam relevantes às operações. As empresas participadas desenvolvem ações de formação sobre este tema no âmbito do Código de Ética e Conduta e da legislação laboral aplicável

16

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

103-1 Explicação do tema material e dos seus limites. Ver Código de Ética e Conduta em www.teixeiraduarte.com

411-1 Número total de casos de violação de direitos de povos indígenas e tradicionais e medidas tomadas a esse respeito. Não foram identificados casos

2

AVALIAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

103-1 Explicação do tema material e dos seus limites. Ver Código de Ética e Conduta em www.teixeiraduarte.com

412-2 Formação em procedimentos e políticas de direitos humanos. As empresas participadas desenvolvem ações de formação sobre este tema no âmbito do Código de Ética e Conduta e da legislação laboral aplicável

10 16

COMUNIDADES LOCAIS

103-1 Explicação do tema material e dos seus limites. As atividades das empresas participadas do Grupo Teixeira Duarte, independentemente do setor de atuação, têm impactos no desenvolvimento socioeconómico dos locais onde operam. Para potenciar os seus impactos positivos e, por outro lado, mitigar os negativos, o Grupo promove, junto das participadas, uma cultura de ética, de qualidade, de aposta na contratação local e no desenvolvimento de subcontratados e fornecedores locais, de fortalecimento das suas capacidades tecnológicas e da responsabilidade social, sobretudo em países em desenvolvimento, que contribuem para o desenvolvimento sustentável das comunidades

413-1 Operações com programas implementados de envolvimento com a comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento local. Todas as operações implementaram e mantêm um ou mais programas de envolvimento com a comunidade local. Impactos descritos na apresentação de cada programa. Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III.: Programa Todos Damos, Programa Fazer Pescar, Programa Fazenda Maxi, Programa MaxiSaúde, Programa Raízes, Programa Dar Vida e em www.teixeiraduarte.com

1 2
3 4
8 10

AVALIAÇÃO SOCIAL DE FORNECEDORES

103-1 Explicação do tema material e dos seus limites. A Teixeira Duarte incentiva os seus parceiros de negócios a adotarem um sistema de *compliance* compatível com as suas atividades, com o objetivo de promover e manter um ambiente ético de negócios. Em Portugal, a Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, e em conformidade com a Norma SA 8000, promove o respeito pelos direitos laborais e ambientes de trabalho seguros e saudáveis para todos os trabalhadores junto de fornecedores e subempreiteiros, exigindo o cumprimento de requisitos no âmbito da responsabilidade social

414-2 Impactos negativos significativos reais e potenciais para as práticas laborais na cadeia de fornecedores e medidas tomadas a esse respeito. Com base na zona geográfica onde se enquadra o fornecedor, no tipo de atividade que desenvolve e na capacidade de influência da Empresa quanto ao mesmo, é avaliado o potencial risco social dos fornecedores face ao risco exetável, sendo depois monitorizados os casos de maior risco. Em 2021, a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. realizou 10 monitorizações a fornecedores em Portugal

5 8
16

PRIVACIDADE DO CLIENTE

103-1 Explicação do tema material e dos seus limites. As empresas participadas pelo Grupo Teixeira Duarte têm implementados Sistemas de Gestão de Proteção de Dados desde 2018 com vista ao cumprimento das determinações do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) e que, periodicamente, são auditados

418-1 Queixas relativas à violação de privacidade e perda de dados de clientes. Não foram registadas queixas

16

COMPLIANCE SOCIOECONÓMICA

103-1 Explicação do tema material e dos seus limites. A atuação das empresas do Grupo Teixeira Duarte tem por base a sua Missão e está em conformidade com as Declarações de Direitos Humanos da ONU, os Princípios Orientadores da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a legislação nacional e internacional e os 10 Princípios do Pacto Global das Nações Unidas nos domínios dos Direitos Humanos, Práticas Laborais, Ambiente e Anticorrupção

419-1 Não conformidade com leis e regulamentos na área social e económica. Não foram registadas não conformidades

16

TABELA DE CORRESPONDÊNCIAS COM MODELO DE RELATÓRIO DE INFORMAÇÃO NÃO FINANCEIRA EMITIDO PELA COMISSÃO DE MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Tema	Informação a prestar	Resposta	Localização
PARTE I - INFORMAÇÃO SOBRE AS POLÍTICAS ADOTADAS			
A. Introdução	1. Descrição da política geral da Sociedade quanto aos temas da sustentabilidade, com indicação das eventuais alterações face à anteriormente aprovada.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. II "1. A Sustentabilidade no Grupo Teixeira Duarte".	Pág. 32
	2. Descrição da metodologia e das razões para a sua adoção no reporte da informação não financeira, bem como quaisquer alterações que tenham ocorrido em relação a anos anteriores e as razões que as motivaram.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "Introdução" e "3. Alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável".	Págs. 32 e 33
B. Modelo Empresarial	Descrição geral do modelo de negócio e forma de organização da Sociedade/Grupo, indicando principais áreas de negócio e mercados em que opera (se possível com recurso a organogramas, gráficos ou quadros funcionais).	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. I.1 "Perfil".	Pág. 12
C. Principais Fatores de Risco	1. Identificação dos principais riscos associados aos temas objeto de reporte e decorrentes das atividades, produtos, serviços ou relações comerciais da Sociedade, incluindo, se for caso disso e sempre que possível, as cadeias de fornecimento e subcontratação.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap. I.4 "Gestão de Riscos".	Pág. 22
	2. Indicação da forma como esses riscos são identificados e geridos pela Sociedade.	Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade, C. "Organização Interna", III. "Controlo interno e Gestão de Riscos", N.º 54 "Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos".	Pág. 165
	3. Explicitação da divisão funcional interna de competências, incluindo os órgãos sociais, comissões, comités ou departamentos responsáveis pela identificação e gestão/accompanhamento dos riscos.	Ver Relatório sobre o Governo da Sociedade, C. "Organização Interna", III. "Controlo interno e Gestão de Riscos", N.º 51 "Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade.	Pág. 161
	4. Indicação expressa dos novos riscos identificados pela Sociedade face ao relatado em anos anteriores, bem como dos riscos que deixaram de o ser.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap. I.4 "Gestão de Riscos".	Pág. 22
	5. Indicação e breve descrição das principais oportunidades que sejam identificadas pela Sociedade no contexto dos temas objeto de reporte.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração. Cap. IV. "Atividade por Setores em 2021".	Pág. 91
D. Políticas Implementadas	Descrição das políticas: i. ambientais, ii. sociais e fiscais, iii. referentes a trabalhadores e igualdade entre género e não discriminação, iv. referentes a direitos humanos e v. referentes ao combate à corrupção e às tentativas de suborno da Sociedade, incluindo as políticas de devida diligência (<i>due diligence</i>), bem como os resultados da sua aplicação, incluindo indicadores de desempenho essenciais não financeiros conexos, e respetiva comparação quanto ao ano anterior.		
Políticas Ambientais	1. Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade e das principais ações a empreender para a sua concretização.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "8. Gestão Ambiental".	Pág. 63

Relatório de Gestão do Conselho de Administração 2021

Tema	Informação a prestar	Resposta	Localização
	2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "8. Gestão Ambiental".	Pág. 63
	3. Indicação, face ao ano anterior, do grau de concretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a:		
	i. Utilização sustentável dos recursos: consumo de água, de outras matérias-primas e de energia; indicação de medidas tomadas para melhorar a eficiência da utilização daqueles recursos; indicação do recurso a medidas de promoção da eficiência energética e utilização de energias renováveis.	Respondido parcialmente em Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "8. Gestão Ambiental", "8.3. Energia"/"8.4. Recursos Hídricos"/"8.5. Consumo de Materiais".	Pág. 63
	ii. Poluição e alterações climáticas: indicação dos valores de emissões de gases com efeito de estufa; indicação de emissões de poluentes para a natureza; indicação de penalizações incorridas e de medidas para prevenir, reduzir ou reparar as referidas emissões.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "8.7. Emissões".	Pág. 63
	iii. Economia circular e gestão de resíduos: medidas de prevenção, reciclagem, reutilização ou outras formas de valorização e eliminação de resíduos.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "8.8. Resíduos".	Pág. 67
	iv. Proteção da biodiversidade: impactos causados por atividades ou operações em áreas protegidas e medidas tomadas para preservar ou restaurar a biodiversidade.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "8.2. Provisões e garantias financeiras sobre riscos ambientais".	Pág. 65
Políticas Sociais	1. Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade e das principais ações a empreender para a sua concretização.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "7. Desempenho Socioeconómico".	Pág. 50
	2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "7.2. Relações com pessoas e organizações impactadas pelas atividades das empresas do Grupo", "a) Clientes", "b) Parceiros, fornecedores e subcontratados" e "c) Apoio às comunidades".	Pág. 51
	3. Indicação, face ao ano anterior, do grau de concretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a:		
	i. Compromisso da empresa com a comunidade: o impacto da atividade da Sociedade no emprego e no desenvolvimento local; o impacto da atividade da Sociedade nas populações locais e no território; as relações mantidas com os agentes da comunidade local e os respetivos meios de diálogo; as ações de parceria ou de patrocínio.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "6.2. Recrutamento, Seleção e Retenção de Pessoas com Potencial Talento", "6.4. Qualificação para a Expressão do Talento", "7.2. Relações com pessoas e organizações impactadas pelas atividades das empresas do Grupo", "b) Parceiros, fornecedores e subcontratados" e "c) Apoio às comunidades"	Págs. 39, 44, 51 e 54
	ii. Subcontratação e fornecedores: a inclusão na política de compras de questões sociais, de igualdade e género e ambientais; a consideração nas relações com os fornecedores e subcontratantes da sua responsabilidade social, ambiental e de <i>governance</i> ; sistemas de controlo e auditoria e respetivos resultados. Sempre que possível, incluir uma referência ao facto de os fornecedores da Sociedade aplicarem políticas coerentes com as que foram estabelecidas pela Sociedade.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "7.2. Relações com pessoas e organizações impactadas pelas atividades das empresas do Grupo", "b) Parceiros, fornecedores e subcontratados"	Pág. 51
	iii. Consumidores: medidas para a saúde e segurança dos consumidores; sistemas de receção de reclamações e respetivo tratamento e resolução,	Respondido parcialmente em Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "7.2. Relações com pessoas e organizações"	Pág. 51

Tema	Informação a prestar	Resposta	Localização
	nomeadamente o número de reclamações recebidas e o número de reclamações pendentes, bem como aquelas em que foi dada razão ao reclamante, inquéritos de satisfação, e indicação do responsável pelas reclamações.	impactadas pelas atividades das empresas do Grupo", "a) Clientes"	
	iv. Investimento responsável: se aplicável, informação sobre o investimento responsável que a Sociedade almejou atrair, incluindo quanto à emissão/aquisição de <i>green bonds</i> ou de <i>SDG-linked bonds</i> .	Não aplicável	
	v. <i>Stakeholders</i> : informação quanto a eventuais formas de auscultação dos <i>stakeholders</i> .	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "2. Comunicação com <i>Stakeholders</i> ".	Pág. 33
	vi. Informação fiscal: informação sobre medidas ou atos com impacto fiscal, incluindo eventuais subsídios ou qualquer tipo de subvenção ou vantagem patrimonial atribuída pelo Estado.	No âmbito do Programa "Todos Damos", as empresas do Grupo Teixeira Duarte disponibilizam uma quantia anual para reforçar os donativos que os seus colaboradores pretendam fazer a projetos de solidariedade social, doando às instituições por estes escolhidas o dobro do valor doado pelos mesmos. Tendo em conta que se trata de um programa assente no espírito da liberalidade e que não existem contrapartidas pecuniárias ou comerciais, os donativos entregues ao abrigo do Programa "Todos Damos", em Portugal, são abrangidos pelo regime fiscal aplicável ao mecenato.	Pág. 55
Trabalhadores e Igualdade entre Género e Não Discriminação	1. Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade e das principais ações a empreender para a sua concretização.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "6. Gestão e Desenvolvimento dos Recursos Humanos".	Pág. 36
	2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "6. Gestão e Desenvolvimento dos Recursos Humanos".	Pág. 36
	3. Indicação, face ao ano anterior, do grau de concretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a:		
	i. Emprego: número total e distribuição dos trabalhadores por género, idade, país e classificação profissional, bem como número total e distribuição das modalidades de vínculo contratual (ex.: contrato de trabalho, prestadores de serviços, trabalho temporário, etc.) por género e idade, duração média dos contratos; percentagem da força de trabalho a receber o salário mínimo nacional, independentemente do vínculo contratual; remuneração para cargos iguais ou médios na empresa, por género; remuneração média dos administradores e gestores, incluindo remuneração variável, subsídios, indemnizações, pagamento a regimes de poupança a longo prazo e qualquer outro pagamento discriminado por género; trabalhadores com deficiência (incluindo indicação da forma como a Sociedade se encontra a cumprir, ou a preparar o cumprimento, da Lei n.º 4/2019 de 10 de janeiro, relativa ao sistema de quotas de emprego para pessoas com deficiência).	Respondido parcialmente em Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "6.1. Os Recursos Humanos em 2021", Relatório do Governo da Sociedade, "D. Remunerações" e Tabela de Correspondências com Normas GRI.	Pág. 37 e 168 Tabela GRI 400 Tabela GRI 405-1
	ii. Organização do trabalho: organização do tempo de trabalho, incluindo medidas destinadas a facilitar o desligamento do trabalho e a vida familiar.	Ver Plano para a Igualdade em www.teixeiraduarte.com .	
	iii. Saúde e segurança: condições de saúde e segurança no trabalho e número de acidentes de trabalho.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "6.3. Proteção e Promoção da Saúde e Segurança" e Tabela de Correspondências com Normas GRI.	Pág. 40 Tabela GRI 403-9

Tema	Informação a prestar	Resposta	Localização
	iv. Relações sociais: organização do diálogo social, incluindo os procedimentos de informação e negociação com o pessoal, nomeadamente o número de interações mantidas com sindicatos e/ou comissões de trabalhadores, caso existentes; novos acordos celebrados ou revisão dos acordos em vigor; número de processos em tribunal e queixas à Autoridade para as Condições do Trabalho; percentagem de trabalhadores abrangidos por convenções coletivas por país; avaliação das convenções coletivas, nomeadamente no domínio da saúde e segurança no trabalho.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "6.1. Os Recursos Humanos em 2021", "Conformidade com as Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT)" e Tabela de Correspondências com Normas GRI.	Pág. 40 Tabela GRI 102-41
Direitos Humanos	1. Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade e das principais ações a empreender para a sua concretização.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "7. Desempenho Socioeconómico".	Pág. 50
	2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "7.2. Relações com pessoas e organizações impactadas pelas atividades das empresas do Grupo", "b) Parceiros, fornecedores e subcontratados".	Pág. 51
	3. Indicação, face ao ano anterior, do grau de concretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a:		
	i. Procedimentos de diligência devida aplicados em matéria de direitos humanos, em especial no que respeita à contratação de fornecedores e prestadores de serviços.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "7.2. Relações com pessoas e organizações impactadas pelas atividades das empresas do Grupo", "b) Parceiros, fornecedores e subcontratados".	Pág. 51
	ii. Medidas de prevenção dos riscos de violação dos direitos humanos e, se for caso disso, medidas para corrigir eventuais abusos; eliminação da discriminação em matéria de emprego (quando não esteja já referido acima); eliminação do trabalho forçado ou obrigatório; abolição efetiva do trabalho infantil.	Obrigatoriedade do Código de Ética e Conduta a todos os colaboradores sendo a sua não aplicação passível de procedimentos e sanções disciplinares.	Pág. 36
iii. Processos judiciais por violação dos direitos humanos.	Não se registaram situações desta natureza.		
Combate à Corrupção e às Tentativas de Suborno	1. Prevenção da corrupção: medidas e instrumentos adotados para prevenção da corrupção e suborno; políticas implementadas para a dissuasão destas práticas junto de trabalhadores e fornecedores; informação sobre o sistema de <i>compliance</i> indicando os respetivos responsáveis funcionais, caso existente; indicação de processos judiciais que envolvam a Sociedade, os seus administradores ou trabalhadores relacionados com a corrupção ou subornos; medidas adotadas em sede de contratação pública, caso relevante.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "7.1. Combate à Corrupção e Suborno, ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo".	Pág. 50
	2. Prevenção do branqueamento de capitais (para sociedades emitentes sujeitas a este regime): informação sobre medidas de prevenção e combate ao branqueamento de capitais.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "7.1. Combate à Corrupção e Suborno, ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo".	Pág. 50
	3. Códigos de ética: indicação de eventual código de ética a que a Sociedade tenha aderido ou implementado; indicação dos respetivos mecanismos de implementação e monitorização do cumprimento do mesmo, se aplicável.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "5. Ética e Conduta" e "7.1. Combate à Corrupção e Suborno, ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo".	Págs. 36 e 50

Tema	Informação a prestar	Resposta	Localização
	4. Gestão de conflitos de interesses: medidas de gestão e acompanhamento de conflitos de interesses, nomeadamente exigência de subscrição de declarações de interesses, incompatibilidades e impedimentos pelos dirigentes e trabalhadores.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "5. Ética e Conduta", "7.1. Combate à Corrupção e Suborno, ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo" e Relatório sobre o Governo da Sociedade, E. "Transações com Partes Relacionadas".	Págs. 36, 50 e 178
PARTE II - INFORMAÇÃO SOBRE OS STANDARDS / DIRETRIZES SEGUIDOS			
1. Identificação de Standards / Diretrizes seguidos no Reporte de Informação Não Financeira	Identificação dos standards / diretrizes seguidos na preparação da informação não financeira, incluindo as respetivas opções, bem como outros princípios considerados na atuação da Sociedade, caso aplicável. No caso de a Sociedade referir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas, incluir identificação daqueles para cujo cumprimento a Sociedade se compromete a contribuir, com indicação das medidas tomadas, em cada ano, no sentido da prossecução dos propósitos traçados relativamente a cada um desses ODS. Ou seja, identificar ações, projetos ou investimentos concretos direcionados ao cumprimento desse ODS.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "Introdução" e "Alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável".	Págs. 32 e 33
2. Identificação do Âmbito e Metodologia de Cálculo dos Indicadores	Descrição do âmbito e metodologia de cálculo (incluindo a fórmula de cálculo) dos indicadores apresentados, bem como das limitações desse reporte. Sempre que possível, apresentação de uma tabela de correspondência entre os indicadores apresentados e os princípios ou objetivos considerados, indicando o sítio onde a informação se encontra detalhada (ex., a página do relatório autónomo de reporte de informação não financeira, do relatório e contas, de outro documento ou do sítio de internet da Sociedade).	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "Introdução".	Pág. 32
3. Explicação em caso de não Aplicação de Políticas	Caso a Sociedade não aplique políticas em relação a uma ou mais questões, o reporte de informação não financeira apresenta uma explicação para esse facto.	A Sociedade aplica políticas em relação a todas as questões.	
4. Outras Informações	Elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidos nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão, enquadramento e justificação da relevância da informação não financeira divulgada, designadamente quanto a redes/consórcios de entidades ligadas a temas de sustentabilidade e responsabilidade das organizações que integra/a que pertence, seja a nível nacional ou internacional, e compromissos de sustentabilidade que a Sociedade voluntariamente assumiu, de âmbito local ou global.	Ver Relatório de Gestão do Conselho de Administração, Cap. III "7.3. Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI)", " c) Parcerias com Entidades do Sistema Científico e Tecnológico do Setor da Construção" e "8. Gestão Ambiental", "8.9. Parcerias na Investigação Ambiental".	Págs. 61 e 68

IV. ATIVIDADE POR SETORES

De seguida, será feito o relato da atividade desenvolvida pelas empresas do Grupo Teixeira Duarte nos diversos setores, seguindo-se, para todos eles, uma estrutura semelhante, ou seja, começando por contextualizar o respetivo setor dentro do Grupo Teixeira Duarte, depois apresentando as Vendas e Prestações de Serviços, o EBITDA e os Resultados Operacionais (EBIT) consolidados, o contributo dessa área de negócio para o Grupo e concluindo com uma exposição sobre a atuação durante 2021, acompanhada de indicadores não consolidados que permitem uma análise e perspetiva sobre o total da atividade e não só o seu contributo final para os números consolidados.



Mina de Cuiabá - Brasil

IV.1 Construção

A Construção é a atividade de referência e génese das empresas do Grupo Teixeira Duarte que, neste setor, atuam nas áreas da Geotecnia e Fundações, das Edificações (incluindo um Centro de Produção de Betões), das Infraestruturas (incluindo Obras Marítimas), da Metalomecânica, das Obras Subterrâneas e das Obras Ferroviárias.

De destacar que ao longo do exercício de 2021 se concretizou uma reorganização interna com vista a otimizar a prestação das equipas das diferentes áreas, tendo as obras marítimas passado a estar integradas na área das Infraestruturas, a Reabilitação a ser uma atuação transversal a todas as áreas e permitindo às equipas que operam nas áreas da Geotecnia e Fundações um maior foco operacional no seu âmbito de atuação.

Todas as referidas áreas operacionais dividem as valências de produção e comerciais em estruturas que são essenciais na formação de quadros dirigentes e no acompanhamento da sua carreira e que integram Centros de Exploração e Direções, dispondo também de um conjunto de Estruturas de Apoio específicas para este setor da Construção, em particular nas áreas das Cofragens e Pré-Esforço (incluindo um Centro de Produção de Armaduras), de Projetos, de Gestão do Equipamento e da Logística das Propostas e de um Laboratório de Materiais.

O Grupo conta também, neste Setor, com uma importante Direção de Projetos, através da qual se desenvolvem e executam Estudos e Projetos Técnicos de Engenharia, para todo o Grupo Teixeira Duarte que se têm revelado de grande importância na apresentação tecnicamente fundamentada de propostas e projetos. Cabe ainda a esta estrutura a coordenação e implementação do BIM (*Building Information Modeling*) no âmbito de todo o Grupo Teixeira Duarte, com a consolidação da formação interna e externa, desenvolvimento de projetos com esta metodologia e criação de procedimentos internos.

Igualmente integradas nas estruturas da Construção existem outras Estruturas que embora mais focadas para essa atividade, apoiam também outros setores do Grupo na vertente dos Sistemas de Gestão e dos Aprovisionamentos, sendo que dispõe ainda de um Polo Operacional instalado no Montijo, numa área superior a 100.000 m² e que constitui uma enorme valia adicional para o Grupo e para os serviços prestados aos seus clientes.

Para além de todas aquelas estruturas mais diretamente ligadas à área operacional, existe um conjunto de Estruturas Centrais e Serviços com especiais responsabilidades de apoio transversal, que constituem a denominada Área Corporativa.

O seu fundador, Eng.º Ricardo Esquível Teixeira Duarte, que concluiu o primeiro curso de Engenharia Civil ministrado no Instituto Superior Técnico e que desempenhou funções de bastonário da Ordem dos Engenheiros, desde sempre foi reconhecido pelos seus pares pela sua valia técnica e de inovação.

A Teixeira Duarte prosseguiu a sua atuação marcada por esse cunho, assumindo-se sempre como uma verdadeira Casa de Engenharia. Desde grandes infraestruturas como pontes, barragens, estradas e outras obras públicas, bem como hospitais e grandes edifícios que constituem marcos históricos, a Teixeira Duarte é reconhecida como um sinónimo de conhecimento e experiência, sendo uma presença constante no mercado da construção.

Para além da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." - que é a principal sociedade do Grupo - existem também outras sociedades participadas, que operam em áreas específicas da Construção, nomeadamente nas obras Subterrâneas e nas Ferroviárias, bem como diversos Agrupamentos Complementares de Empresas e outras estruturas semelhantes afetas a projetos específicos.

Em 2021, as empresas do Grupo Teixeira Duarte que atuam neste setor da Construção operaram nos mercados de Portugal, Angola, Argélia, Brasil, Cabo Verde, Colômbia, Equador, Espanha, Gabão, Kuwait, Moçambique e Perú e mantiveram ação comercial nos mercados de França, Marrocos, e Reino Unido.

Em todos estes mercados, a atividade da Teixeira Duarte foi afetada pela situação de pandemia COVID-19, ainda que em circunstâncias e alcances distintos conforme os países, as medidas oficiais aí implementadas e as assumidas também pelos demais *stakeholders*, designadamente clientes, fornecedores e parceiros.

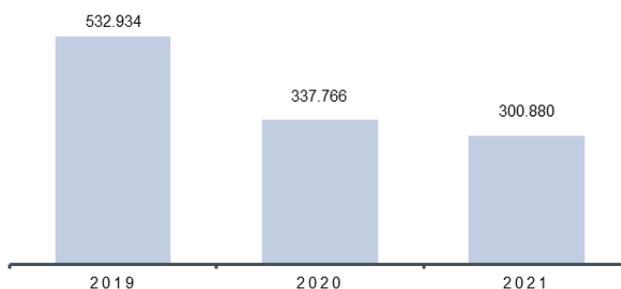
Desde o início desta realidade, que a Teixeira Duarte implementou, em todas as obras que tiveram condições para prosseguir, um vasto conjunto de medidas que variaram conforme os mercados e os clientes, tais como, aumentar balneários e refeitórios, medições de temperatura, equipamentos de proteção, logísticas para evitar contactos com zonas de possível contaminação, procedimentos regulares de higienização dos locais, regras de utilização e lotação de espaços e de entradas e saídas dos locais, em muitos casos em articulação específica com as próprias autoridades de saúde e demais entidades das obras (dono de obra, fiscalização e autoridades).

Este esforço e cooperação de todos os intervenientes, com destaque para os próprios colaboradores, permitiu que se tivessem criado medidas de contingência e de prevenção para cumprimento das orientações das autoridades e para mitigação e contenção do risco de saúde pública, atingindo esse desígnio e promovendo as diligências necessárias à salvaguarda da continuidade do negócio e do impacto que o mesmo tem em todos os seus *stakeholders*.

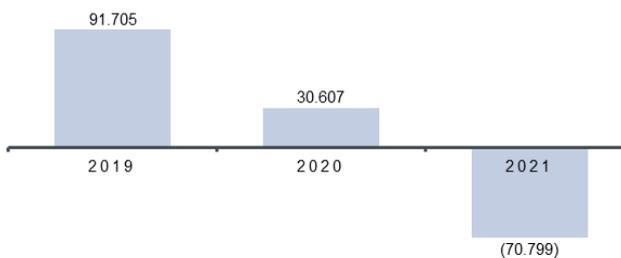


Aeroporto Internacional João Pessoa – Presidente Castro Pinto - Brasil

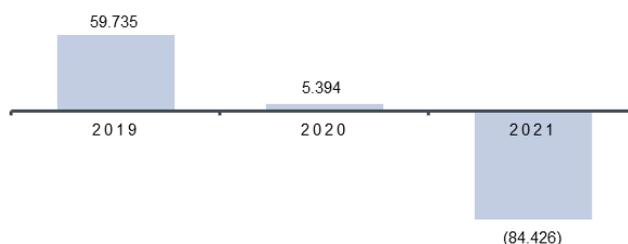
CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO



Evolução das Vendas e Prestações de Serviços da Construção
(Valores em milhares de euros)



Evolução do EBITDA da Construção
(Valores em milhares de euros)



Evolução dos Resultados Operacionais (EBIT) da Construção
(Valores em milhares de euros)

As Vendas e Prestações de Serviços da Construção diminuíram, na sua globalidade, 10,9% face ao ano anterior.

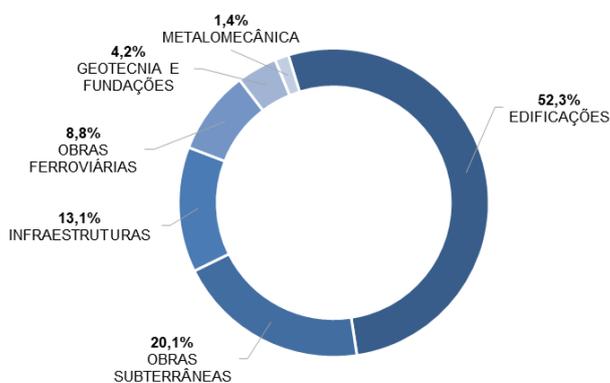
Portugal registou um incremento de 16,9% face a 2020, devido essencialmente ao bom desempenho do setor privado.

Os mercados externos tiveram numa diminuição de 28,2% face ao período homólogo, que corresponde a uma redução de 58.698 milhares de euros, influenciado pela suspensão de seis empreitadas na Argélia e o reconhecimento de perdas de acréscimos de rendimentos de 73.123 milhares de euros.

Para além da redução na Argélia acima referida, Angola apresenta uma diminuição de 16,8% face ao ano anterior, enquanto que os mercados Brasileiro e Moçambicano apresentaram aumentos de 28,6% e 89,3%, respetivamente.

Os mercados externos passaram a representar 49,7% das Vendas e Prestações de Serviços da Construção, em vez dos 61,7% que representava em 2020.

Relativamente às diferentes áreas de negócio em que as empresas do Grupo Teixeira Duarte operaram em 2021, refira-se que os contributos, em termos consolidados, de cada uma foram os seguintes:



Peso das Áreas de Atuação nas Vendas e Prestações de Serviços da Construção

O EBITDA na Construção registou uma quebra de 101.406 milhares de euros face ao ano passado, tendo atingido um EBITDA negativo de 70.799 milhares de euros em 2021.

A redução do EBITDA foi fortemente influenciada pela suspensão das seis empreitadas na Argélia com um impacto de 88.569 milhares de euros e pela variação negativa de 6.040 milhares de euros das diferenças de câmbio operacionais, bem como pela redução da atividade em Angola e Argélia, em parte afetados pela pandemia COVID-19.

O Resultado Operacional atingiu o montante negativo de 84.426 milhares em finais de 2021, uma redução de 89.820 milhares de euros face a igual período, para o qual contribuiu o impacto da Argélia acima referido de 76.455 milhares de euros e a variação negativa de 6.040 milhares de euros das diferenças de câmbio operacionais.

ATIVIDADE EM 2021

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2021, informa-se que os rendimentos operacionais alcançados pelas empresas do Grupo no setor da Construção atingiram o valor global de 388.277 milhares de euros, uma diminuição de 14% face a 2020.

GEOTECNIA E FUNDAÇÕES

Na vertente da Geotecnia e Fundações concebem-se e executam-se soluções técnicas de engenharia de fundações, estudos geológicos, prospeção mineira, paredes moldadas, estacas, microestacas, pregagens, ancoragens, consolidações, injeções, *jet-grouting*, betão projetado, entre outros trabalhos da especialidade.

No global, a atividade desenvolvida nesta área da Geotecnia e Fundações decresceu em relação a 2020, continuando Portugal a ser o principal mercado de atuação, representando cerca de 40% do total, estando o remanescente da atividade distribuída pelas empreitadas em curso Angola, Argélia, Brasil, Colômbia e Moçambique.

Em **Portugal** destacam-se os seguintes trabalhos:

- Escavação geral em solo e rocha, contenções periféricas tipo “berlim” ancoradas e trabalhos com betão projetado e ancoragens, no âmbito da construção do empreendimento “GRAND BAY RESIDENCES”, em Cascais;
- Para o cliente “BIG CITY” executou-se no Porto uma contenção periférica circular com uma cortina de estacas e betão projetado;
- No âmbito da ampliação das instalações da “TRYBA/CAIXIAVE” desenhou-se e construiu-se uma solução de fundações indiretas com microestacas para as novas naves industriais da ampliação da fábrica existente;
- Integrados na empreitada de “ESTABILIZAÇÃO DE TALUDES NO IP3 (KM48+650 e 55+600)”, executaram-se trabalhos de movimentação de terras, cortinas de microestacas, estruturas de betão armado, drenagens e reposição do pavimento;
- Executaram-se trabalhos para a contenção do talude do Rio Jamor, em Queluz de Baixo, para a Câmara Municipal de Oeiras. A solução passou pelo reperfilamento do talude, instalação de redes de contenção pregadas com recurso a trabalhos de alpinismo, finalizando com a reposição do coroamento da rua adjacente ao talude restabelecendo as necessárias condições de segurança ao tráfego;
- Execução de uma parede moldada de contenção periférica à escavação com ancoragens provisórias e posterior execução de estacas de fundação do “EDIFÍCIO PRÉSTIMO”, no Porto;
- Contenção periférica através de uma parede moldada com diversos níveis de ancoragens provisórias, instalação de todo o sistema de monitorização e posterior escavação geral no lote 33 do empreendimento imobiliário do Grupo Teixeira Duarte “FÁBRICA 1921”;
- Construção das contenções periféricas e fundações indiretas de dois empreendimentos residenciais, na Alta de Lisboa, tendo executado as respetivas paredes moldadas, ancoragens provisórias, sistema de monitorização, estacas de fundação e escavação geral;
- Executou-se também ao longo do exercício diversos trabalhos de prospeção e reconhecimento geológico-geotécnico, incluindo sondagens à rotação com recolha contínua de amostras e posteriores ensaios laboratoriais.

Em **Angola** destaca-se a conclusão da empreitada “Fundações e Betão Armado dos Silos e Fábrica de Moagem”, realizada para “HIGITEC”, bem como a realização das fundações indiretas e laje de fundo do “Edifício MFINDA” e ainda a execução das fundações indiretas e trabalhos de betão armado em fábrica para a “INDUVE – Indústrias Alimentares, S.A.”.



Hospital Geral do Cacuaco, Luanda – Angola

Na **Argélia** e em função da conclusão das empreitadas em curso nesta área, procedeu-se, em 2021, à desmobilização dos equipamentos desta especialidade que o Grupo destacara para tais trabalhos.

O **Brasil** assumiu-se como o segundo mercado com maior expressão nesta área de atuação, com cerca de 20% do total, destacando-se:

- A conclusão dos trabalhos no âmbito das empreitadas rodoviárias “BR373 e BR376, em Ponta Grossa, estado do Paraná, contemplando os serviços de fundações em estacas moldadas com utilização de polímeros e estacas raiz, além de contenções de taludes com ancoragens definitivas, pregagens, telas de revestimento para taludes e aplicação de betão projetado;
- Execução, para a “BAMIN”, das “Fundações da ponte rodoviária sobre o rio Almada”, na cidade de Ilhéus no estado da Bahia, contemplando a cravação de estacas metálicas tubulares, com diâmetro de 800mm, instaladas com vibrocavador e martelo de impacto, com auxílio de plataforma construtiva provisória do tipo “Cantitravel”, que foi especialmente concebida e desenvolvida para o efeito, permitindo avanços sucessivos em vãos de 26 metros;
- Execução, para a “VALE”, das fundações profundas, pela solução de trado contínuo monitorado, para a “Instalação do Memorial de Brumadinho” no estado de Minas Gerais, com diâmetros variando entre 500mm e 800mm, num total de 10.361 metros;
- Para a “Camargo Corrêa Infra”, concluiu-se a fundação do empreendimento de “Implantação do Tramo III da Linha 1 do Sistema Metroviário de Salvador”, no estado da Bahia, contemplando a execução de estacas de grande diâmetro (1800mm), com encastramento em matriz rochosa;
- Para a “Engetec” iniciou-se a execução de estacas de fundação profundas de grandes diâmetros (1600mm e 1200mm), num total de 809 metros, com encastramento em matriz rochosa, para a Obra de Arte Especial OAE-402, integrada na “Construção e implantação do Contorno de São Sebastião”, localizada no litoral norte do estado de São Paulo;
- Realçar ainda no segmento de obras prediais o empreendimento “Reserva Alta Vista”, localizado na cidade de Jundiá, estado de São Paulo, contemplando a execução das fundações de duas torres residenciais em estacas moldadas, com diâmetros variando de 800mm a 1600mm, num total de 3.866 metros.

Na **Colômbia**, o Grupo participou em algumas das empreitadas públicas mais relevantes com a realização de trabalhos de fundações indiretas por estacas e contenções de taludes com betão projetado, drenos californianos, pregagens e ancoragens definitivas, entre as quais “CONCESSION FERROCOL – UNIDADE FUNCIONAL 7 Y 8” para o consórcio FERROVIAL/COLPATRIA e “PROYECTO MAR 2” para a CHEC.

Em **Moçambique**, foram concluídos os trabalhos de “Construction of Port Facilities for Nacala Port Development Project Phase I & II”, em Nacala, concretizados no âmbito da subempreitada para o consórcio japonês “Penta Ocean/Toa”, Construção do Porto de Nacala,

Fases I e II, para o Ministério dos Transportes e Comunicações de Moçambique e atendendo à contração económica que o país vem atravessando, foram realizados apenas alguns trabalhos de prospeção geotécnica.

EDIFICAÇÕES

Na área das Edificações, tem-se mantido uma atuação importante na construção e reabilitação de todo o tipo de edifícios, nomeadamente de grande dimensão e complexidade, públicos ou privados e destinados às mais variadas utilizações. Em 2021, o Grupo atuou nesta área em Portugal, Angola, Brasil, Moçambique e no Kuwait.

No global, em 2021 assistimos a um crescimento de 36% da atividade face ao registado em 2020, acontecendo o mesmo relativamente aos principais indicadores económicos.

Este crescimento do volume de faturação foi suportado pelos mercados de Portugal, Kuwait, Brasil e Moçambique, que registaram importantes aumentos da atividade face ao ano de 2020.

Em Angola manteve-se a tendência de redução do volume de trabalho que se vem acentuando desde 2018.

Portugal continuou a assumir-se como o principal mercado na área das Edificações com um contributo de cerca de 60% do total da atuação nesta área.

Em **Portugal**, em 2021 registou-se um crescimento atividade de 25% face a 2020, retomando-se deste modo o ciclo de crescimento iniciado em 2017.

Não obstante esta situação, em 2021 e à semelhança do já observado no ano anterior, a atividade continuou a sofrer fortes constrangimentos decorrentes da pandemia COVID-19 e também da falta de mão-de-obra que se verifica no setor da construção civil em Portugal, situações estas que impediram um aumento ainda mais expressivo do volume de trabalho em 2021.

O ano ficou também marcado pela subida anómala dos preços das matérias-primas e em particular dos materiais de construção, como consequência das disrupções nas cadeias logísticas e produtivas globais causadas pela pandemia da COVID-19, bem como pelo aumento expressivo do custo da mão-de-obra, situações que impactaram de forma direta nos contratos em curso em 2021.

Ao longo do ano de 2021 continuou a assistir-se a uma forte dinâmica do mercado imobiliário privado, com especial enfoque na construção habitacional nova e construção de escritórios que constituem a grande maioria da nossa carteira atual, a partir da qual se perspetiva, para 2022, um novo crescimento da atividade.

É igualmente esperado um eventual crescimento da atividade na vertente das obras públicas, resultante da implementação do Plano de Recuperação e Resiliência desenhado para os próximos anos.

Neste mercado, no ano de 2021 concluiu-se para empresa imobiliária do Grupo Teixeira Duarte o empreendimento de habitação e comércio “One Living” - Lote 2, em Cascais, bem como o empreendimento Amoreiras Garden, para a EMGI por 11,4 milhões de euros e o empreendimento Valrio I, em Lisboa, para a ENIGMACRÓPOLE por 15,2 milhões de euros.

Ainda em 2021 e também para empresa imobiliária do Grupo Teixeira Duarte deu-se continuidade aos empreendimentos de habitação e comércio “One Living” – Lote 1, em Cascais e 1ª fase da “Fábrica 1921”, em Benfica. Iniciou-se também o empreendimento do River Plaza, em Vila Nova de Gaia.

Ao longo do ano de 2021, na continuidade dos contratos assinados em 2019 e 2020 para o Empreendimento na Entrada Nascente de Cascais para a GRAND BAY RESIDENCES - SICAFI, S. A. e a AUCHAN RETAIL PORTUGAL, S. A., foram celebrados, em junho e dezembro, mais dois aditamentos ao contrato, no valor de 17, 5 milhões de euros, correspondentes aos acabamentos e instalações especiais dos Lotes 2 e 3 do Projeto Residencial.

Para a OCM Capital Partners deu-se continuidade à empreitada do empreendimento “Villa Unika”, em Cascais, no valor de 14 milhões de euros, também de cariz residencial, com 16 apartamentos, e iniciou-se, para o mesmo cliente, as empreitadas Lote 14.3 e 14.5 na Alta de Lisboa.

Ainda associado ao empreendimento “Valrio”, para a ENIGMA COLOSSAL deu-se continuidade à empreitada do edifício “Valrio II”, em Lisboa, com um total de 55 apartamentos e um valor de adjudicação de 8,9 milhões de euros.

Para a Reformosa deu-se continuidade às obras dos empreendimentos habitacionais “High Lapa” e “Legacy”, em Cascais.

Para a EMGI iniciou-se uma empreitada de reabilitação de um edifício residencial na Avenida da República 55, em Lisboa, e para o Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Sete Colinas o Edifício “Dom Luís Boavista”, que dará lugar a um hotel.

Em áreas de atuação distintas, ainda em 2021 deu-se continuidade aos projetos do “Palacete Henrique Mendonça”, em Lisboa, para a ISMACO e da Beneficência Familiar no Porto, tendo-se iniciado também as obras do “Hoso Tower” no Porto para a Rational Cipher, do “MUDE – Museu do Design e da Moda”, em Lisboa, para a Sociedade de Reabilitação Urbana, do “iBET – Biofarma”, em Oeiras, para o iBET – Instituto de Biologia Experimental e Tecnologia e a Universidade Sénior no Seixal para a Uniseixal,

No **Brasil**, em 2021 registou-se, como previsto, um aumento da atividade face a 2020 de aproximadamente 40%, resultante da conclusão da empreitada da “Feira da Madrugada” e da empreitada de construção da Fase 2 da “Catedral de Brasília”. Apesar dos condicionalismos impostos pela pandemia COVID-19 ao longo do ano, a situação económica do Brasil apresentou melhorias devido à continuidade da ajuda em 2021, implementada pelo Governo Federal em 2020, aos Estados e Municípios, empresas e população mais desfavorecida, o que promoveu o aumento do consumo de serviços e conseqüentemente da produção industrial.

No decurso do ano 2021, para além das obras já destacadas relativas à “Feira da Madrugada” para o Circuito de Compras São Paulo SPE S.A. e a “Catedral de Brasília” para a Igreja Universal do Reino de Deus, há ainda a registar o início de 4 novos contratos: a construção de Templo para os Mórmons, na cidade de Salvador, no Estado da Bahia, com um valor de aproximadamente 253 milhões de reais; as obras de reforma de centro comercial, na cidade de Franca, no interior do Estado de São Paulo, para a Aliance Sonae, com valor de 17 milhões de reais; as obras do Hospital Regional de Ourilandia do Norte, no Estado do Pará, para a Vale, com valor total de 101,85 milhões de reais; e as obras de reforma e ampliação do Aeroporto Internacional de João Pessoa – Presidente Castro Pinto – e do Aeroporto de Campina Grande – Presidente João Suassuna – ambos no Estado do Paraíba, para a AENA Brasil, em consórcio com liderança da Teixeira Duarte e valor correspondente de 145,5 milhões de reais.

Para 2022, perspetiva-se novo crescimento da atividade decorrente das obras em carteira e também do aumento expectável do investimento privado motivado pelos estímulos à economia promovidos pelo Governo Central na área das concessões.

Em **Angola**, o débil desempenho da economia durante o ano de 2021 pelo processo de vacinação contra a Covid-19, condicionaram fortemente o ambiente da Construção, retardando o início de novos projetos tanto públicos como privados, cujos investimentos se mantiveram em níveis historicamente baixos.

Por outro lado o aumento da inflação teve um impacto muito significativo na indústria da construção, atingindo-se níveis excecionalmente baixos de atividade.

Contudo, o aumento significativo da importação de cimento e de clínquer, que se verificou durante o último trimestre do ano, constitui um sinal positivo que permite antever um moderado crescimento da atividade para o ano de 2022.

Neste âmbito, é de salientar a contratualização, ocorrida no último trimestre de 2021, dos trabalhos da 1ª Fase da empreitada de construção do Hospital Geral do Cacucaco para a Alkra Technologies FZ-LLC, projeto enquadrado num financiamento estruturado pela VAMED Engineerig Desutschland GmbH, com um valor de 9,5 milhões de euros, cujos principais trabalhos se centram na execução das fundações indiretas e estrutura de betão armado. A empreitada, realizada em consórcio com a Alves Ribeiro, tem data prevista de conclusão para setembro de 2022.

Com uma área bruta de construção de 28.000 m², distribuída por 6 edifícios de 3 pisos, o hospital irá contar com um total de 302 camas, das quais 272 em internamentos e 30 em cuidados intensivos, 4 blocos operatórios, 4 salas de parto e uma unidade de oncologia.

Deste modo, e tendo em conta a carteira de obras, nomeadamente na área hospitalar, antevê-se para 2022, um aumento moderado do volume de faturação da área das Edificações.

Em **Moçambique** a atividade manteve-se em níveis reduzidos, em resultado da difícil conjuntura económica e financeira que o País atravessa nestes últimos anos, agravada com o impacto do 2º ano de pandemia COVID-19.

Neste contexto, a que se juntam os efeitos dos desastres climáticos e a instabilidade provocada pelo conflito armado que tem assolado o norte do País, não se antevê para 2022 uma alteração significativa dos baixos níveis de atividade para a área da construção.

Ao longo do ano de 2021, no âmbito do contrato de Construção do Porto de Nacala, Fases I e II, para o consórcio japonês “Penta Ocean/Toa”, deu-se continuidade aos trabalhos de construção de edifícios de apoio.

No segundo semestre há a registar a contratualização da empreitada de conceção/construção de um Edifício Administrativo no Porto Maputo, para a DP World, por um valor de aproximadamente 3,5 milhões de euros.

No **Kuwait**, a Teixeira Duarte deu continuidade à empreitada de construção da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Umm Al Hayman, para a WTE Wassertechnik GmbH – Kuwait Branch, no valor correspondente a cerca de 166 milhões de euros. À semelhança do ocorrido no ano de 2020, em 2021 a atividade da construção continuou a estar fortemente condicionada pelos efeitos decorrentes da pandemia da COVID-19.

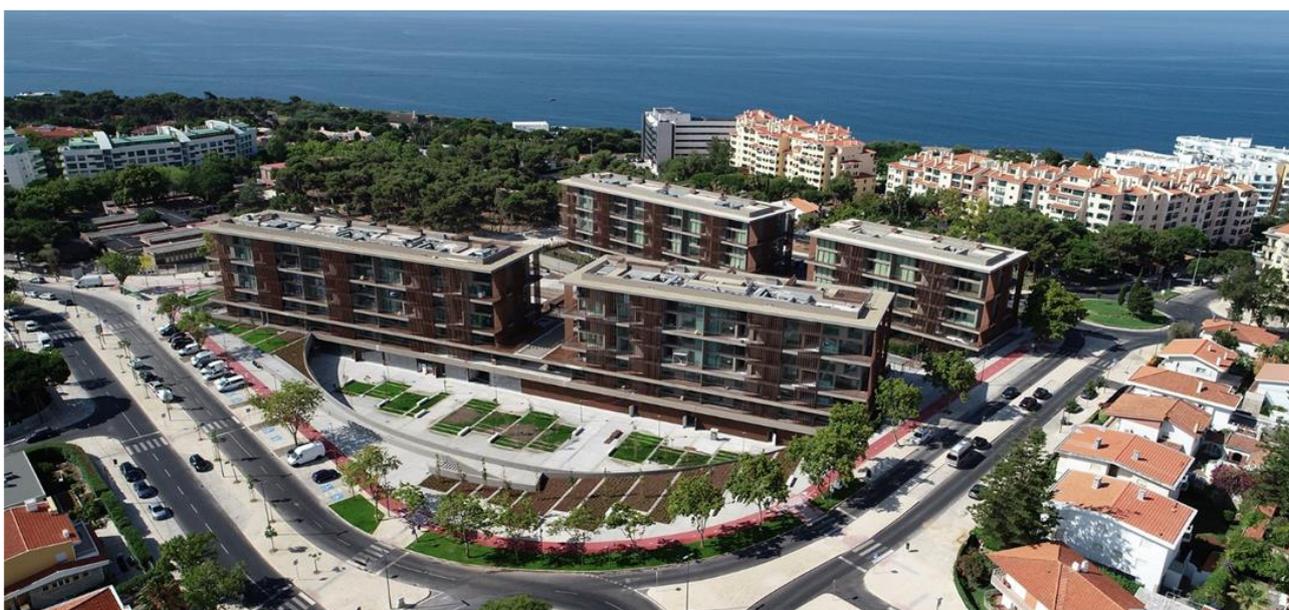
As medidas decretadas pelas autoridades locais limitaram, durante grande parte do ano, a entrada e circulação de pessoas, bens e serviços no estado do Kuwait, o que afetou severamente a adequada mobilização dos recursos humanos, equipamentos e de materiais para este projeto, o que motivou uma progressão dos trabalhos muito inferior ao previsto e, conseqüentemente, provocou a prorrogação do prazo da empreitada para dezembro de 2023.

No último trimestre de 2021, com o aliviar das restrições relacionadas com a pandemia COVID-19, foi possível reunirem-se as condições necessárias ao normal desenvolvimento do plano de trabalhos da empreitada.

Deste modo, para 2022, mantendo-se as condições atuais, iremos assistir a um aumento significativo dos níveis de produção nesta empreitada e consequente de faturação, face ao ocorrido em 2021.



Ponte da Barra do Cuieté, Minas Gerais - Brasil



Empreendimento One Living, Cascais - Portugal



ETAR UMM Al Hayman, UMM Al Hayman - Kuwait

INFRAESTRUTURAS

Na área das Infraestruturas, as empresas do Grupo Teixeira Duarte reúnem um vasto e diversificado conjunto de obras executadas, nomeadamente, estradas e autoestradas, pontes e viadutos, barragens, túneis, ferrovias, gares ferroviárias e interfaces, obras e trabalhos marítimos, fluviais e portuários, construção ambiental e ainda infraestruturas de água e gás natural.

Em 2021, o Grupo tinha empreitadas em Portugal, Argélia, Brasil, Colômbia, Equador, Moçambique e na Venezuela, tendo também prosseguido a atividade técnica e comercial em alguns países da América Latina, de África e da Europa, o que permite antever, a curto ou médio prazo, a atribuição de alguns contratos nestas geografias.

Em **Portugal** a atividade cresceu, destacando-se as seguintes empreitadas:

- Continuação dos trabalhos para a empresa imobiliária do Grupo, das infraestruturas da urbanização do empreendimento “Vila Rio”, na Póvoa Santa Iria;
- Arranque dos trabalhos, para a REN – Rede Elétrica Nacional, de Reabilitação e Reforço de Taludes da Subestação da Carvoeira, em Torres Vedras, que consistem na escavação integral dos aterros existentes com cerca de 66.000 m3, execução de valas drenantes, execução cerca novos aterros em enrocamento e reposição da via de acesso;
- No âmbito do Agrupamento Complementar de Empresas denominado ACE Viadutos do Campo Grande, constituído pela Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. e a sua participada SOMAFEL – Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A., foi concluída a fase de desenvolvimento do projeto de execução da obra Empreitada de Projeto e Construção dos toscos, acabamentos e sistemas no âmbito da concretização do Plano de Expansão do Metropolitano de Lisboa – Prolongamento das Linhas Amarela e Verde – VIADUTOS DO CAMPO GRANDE – LOTE 3. De realçar que o Projeto de execução foi desenvolvido com o recurso à metodologia BIM, constituindo um desafio no âmbito da inovação e desenvolvimento tecnológico da Empresa;
- Para a IP, Infraestrutura de Portugal, S.A., iniciou-se a Empreitada de Modernização da Linha da Beira da Alta, troço Celorico da Beira – Guarda, que é realizada em consórcio no qual está também integrada a empresa do Grupo “SOMAFEL – Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.”. A intervenção contempla as Estações de Celorico da Beira, Vila Franca das Naves, Pinhel e Guarda, bem como cinco apeadeiros: Baraçal, Maçal do Chão, Cerejo, Trajinha e Sobral;
- Para a IP, Infraestrutura de Portugal, S.A., iniciou-se a empreitada de Via e Catenária entre Évora e Elvas/Fronteira e construção civil do sub-troço Évora - Évora Norte, que é realizada em consórcio no qual está também integrada a empresa do Grupo SOMAFEL – Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.. O projeto integra o denominado Corredor Internacional Sul (CIS) e tem como objetivo fazer a ligação entre os Portos do Sul (Sines, Setúbal e Lisboa) e a fronteira espanhola (Caia/Badajoz).

Ainda em Portugal, realçam-se as seguintes empreitadas realizadas na área da Reabilitação:

- Para a Universidade de Coimbra, a “Empreitada para a execução da reabilitação das coberturas e fachadas do Colégio de S. Pedro da Universidade de Coimbra”. O edifício objeto de intervenção designado como Colégio de S. Pedro, encontra-se integrado no Paço das Escolas, classificado como Monumento Nacional, inserindo-se na área da Universidade de Coimbra, também classificada como Património Mundial pela UNESCO. Os trabalhos previstos contemplam a Reabilitação de cobertura do edifício, incluindo chaminé, a recuperação das fachadas, a reparação ou substituição de caixilharias de madeira existentes, a conservação e restauro de cantarias, assim como ações de manutenção ordinária;
- Também para a Universidade de Coimbra, e no mesmo enquadramento patrimonial da obra anterior, a “Empreitada para a execução da reabilitação das coberturas e fachadas da Sala dos Capelos e Palácio Real da Universidade de Coimbra”;
- Para a “CLT - Companhia Logística de Terminais Marítimos, S.A.”, iniciou-se a empreitada de reabilitação e reforço de estruturas no terminal de granéis líquidos de Sines (TGLS). Esta relevante intervenção no Terminal, contempla a reabilitação e reforço de diversas estruturas, e estará condicionada à disponibilidade dos postos do TGLS onde a empreitada decorre, sendo que a GALP pretende manter a operação sem constrangimentos.

Na área das infraestruturas marítimas, em Portugal destacam-se duas empreitadas:

- Continuou em execução pelo consórcio liderado pela Teixeira Duarte, a empreitada de reperfilamento do cais -10m (ZH), repavimentação do terraplano Portuário e beneficiação das redes técnicas nele integradas e dragagem da bacia portuária do porto de Ponta Delgada, na Ilha de São Miguel, para a Portos dos Açores;
- Iniciou-se em 2021 para a APDL - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DO DOURO, LEIXÕES E VIANA DO CASTELO, S.A., a empreitada do prolongamento do quebra-Mar exterior e das acessibilidades marítimas do Porto de Leixões, que integra os trabalhos de prolongamento do quebra-mar exterior numa extensão de 300 m, assim como as acessibilidades Marítimas, contemplando o aprofundamento do canal de acesso e da bacia de rotação, por dragagem de material incoerente e rochoso, para além da demolição parcial do Molhe Norte, numa extensão de 80 m, e reacondicionamento da sua testa em posição mais recuada. Esta empreitada foi adjudicada pelo valor de 130,3 milhões de euros ao consórcio liderado pela Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., e tem um prazo de execução de 900 dias.

Na **Argélia**, após o impacto da pandemia que provocou a suspensão da totalidade das obras durante um largo período de tempo após o fecho das Fronteiras Argelinas, decretado em 19 de março de 2020, a conjuntura política e económica continuou a condicionar o desenvolvimento da atividade, com a maior parte das empreitadas suspensas, com exceção da obra marítima “l’Étude, la réalisation des aires de travail e de transfert, les infrastructures maritimes et génie-civil, les fournitures et l’installation d’un complexe élévateur à bateaux d’une capacité de levage égale ou supérieure à 9000 tonnes et la formation de techniciens”, para o E.C.R.N. “l’Établissement de Construction et de Réparation Navales” (integrado na Ministério da Defesa Nacional da Argélia), sediado na base Naval de Mers-EL-Kebir, que continuou a desenvolver-se dentro da normalidade possível, prevendo-se a sua conclusão no primeiro semestre de 2022.

Em **Moçambique** o consórcio liderado pela Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., prosseguiu a realização dos trabalhos para a “Construction of Port Facilities for Nacala Port Development Project Phase I & II”, em Nacala, concretizados no âmbito da subempreitada para o consórcio japonês “Penta Ocean/Toa”. A obra contempla a reconstrução de um cais com 400 metros de extensão e a construção de parques de contentores, via-férrea, edifícios e múltiplas infraestruturas.

Em **Cabo Verde**, a pandemia COVID-19 continuou a exercer impacto no decorrer da empreitada de expansão e requalificação do Porto Inglês na Ilha do Maio, ainda assim menos significativo que o ano passado, o que permitiu que o volume de negócios tivesse crescido consideravelmente naquele país.

No **Brasil**, apesar dos efeitos negativos sentidos por força da pandemia COVID-19, o Grupo registou um crescimento da sua atividade nesta área da Construção na ordem dos 60% face ao ano anterior, tendo este passado a ser o mercado com maior volume de atividade da área de infraestruturas, com cerca de 40% do total.

Para este crescimento contribuiu, por um lado, um aumento expressivo da atividade e ainda o fato de, pela primeira vez, se ter integrado a atividade de reabilitação dentro da área de infraestruturas.

Em termos de atividade exercida no período em análise destacamos os seguintes contratos:

- Para o DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, prosseguiram a ritmo condicionado pela disponibilidade do orçamento público, os trabalhos de Elaboração de Projetos e Execução das Obras de Duplicação na Rodovia BR-116/BA – Lotes 06, com uma extensão de 40 Km, no Estado da Bahia. Trata-se de um projeto de duplicação de uma das mais importantes rodovias do Brasil, num Estado muito carenciado de infraestruturas e onde a economia tem

crescido a um ritmo mais acelerado que o das infraestruturas disponíveis para o seu desenvolvimento. Este projeto teve um avanço moderado em 2021, tendo, apesar de todos os constrangimentos e com muito esforço por parte do consórcio construtor, permitido a abertura ao tráfego de mais 18Km de via duplicada, com impacto muito positivo para a região;

- Para a VALE do Rio Doce, S.A., deu-se continuidade à execução das obras civis para alteamento do maciço da barragem Itabiruçu até à elevação de 850m, no município de Itabira, Estado de Minas Gerais, prevendo-se que durante o ano 2022 esta obra fique praticamente concluída;
- Ainda para o mesmo cliente contratou-se em junho de 2021, a Empreitada total para a Execução das Obras Civis para Reforço da Barragem de Santana, no Município de Itabira, Estado de Minas Gerais, tratando-se de mais um contrato de reforço por jusante do corpo da barragem, elevando o seu coeficiente de segurança em conformidade com as novas normativas vigentes. Em paralelo far-se-á a adequação e manutenção dos demais órgãos da barragem, nomeadamente o descarregador de cheias e sistemas de drenagem;
- Deu-se continuidade aos serviços de perfuração e desmonte em rocha com explosivos, escavação, carga, transporte, descarga de minério e estéril, conservação dos caminhos de circulação dos equipamentos, espalhamento e deposição do material transportado, para a Atlantic Nickel, S.A., junto à cidade de Ipiaú, no município de Itagibá, no Estado da Bahia. Trata-se de um contrato de pura operação mineira a céu aberto, executado em consórcio com outras quatro empresas, prevendo-se a sua conclusão em junho de 2022;
- Também para a Atlantic Nickel Mineracao, Ltda. concluiu-se com sucesso em maio de 2021, a Execução dos Serviços de Alteamento da Barragem Santa Rita;
- Para a “BAMIN - Bahia Mineração, S.A.” (BAMIN), deu-se continuidade ao contrato de Prestação dos Serviços de Engenharia e Construção Civil em Regime de Empreitada Total, para as “Obras Iniciais Necessárias para a Futura Implantação do Porto Sul”, que consistem na construção da interseção e da via do acesso industrial ao futuro Porto Sul, junto à cidade de Ilhéus, no Estado da Bahia, incluindo a Ponte Sobre o Rio Almada, o Viaduto Sobre a BA-648 e a execução de uma via de acesso com 12Km de extensão;
- Para a RODONORTE - Concessionária de Vias Integradas, S.A. - Grupo CCR, concluiu-se a Empreitada de Implantação das Interseções das Prioridades 05A e 05B Localizada na BR-373, Km173 e Km180 na Avenida Souza Naves e I60 localizada na BR-376, km 499, na Região da Cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, sob concessão da referida RODONORTE. Este obra consistiu na construção de três interseções rodoviárias nas Rodovias BR-373 e BR-376, abrangendo trabalhos de natureza multidisciplinar, destacando-se as atividades de terraplenagens, pavimentação, obras de arte especiais, muros de contenção, trabalhos de estabilização de taludes, fundações especiais e desvio de interferências de natureza vária;
- Em 26 de novembro de 2021 assinou-se, com a Prefeitura do Município de Santo André, o contrato para o Complexo Viário Santa Teresinha e Reforço Estrutural do Viaduto Castelo Branco. Trata-se de uma obra a ser executada em consórcio, e cujo projeto consiste na realização de um complexo viário materializado por uma rede de viadutos num ponto fortemente urbanizado, tendo em vista a melhoria do fluxo de trânsito numa zona de fortes congestionamentos. Faz também parte do objeto do contrato a recuperação estrutural de um viaduto em serviço que apresenta sinais crescentes de deterioração, requerendo por isso uma intervenção imediata;
- Para o DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, assinou-se ainda em dezembro de 2021, o Contrato de Execução das Obras Remanescentes para a Construção da Barragem Fronteiras, no Município de Crateús, no Estado do Ceará. O projeto consiste na execução das obras remanescentes de uma barragem e respetivos órgãos complementares e acessos.

Na área da reabilitação, em 2021 destacam-se as seguintes empreitadas executadas para a VALE:

- Deu-se continuidade aos contratos de manutenção plurianuais na Estrada de Ferro Vitória – Minas;
- Contrato de substituição da Ponte de Cuieté, obra de forte componente de engenharia, na Estrada de Ferro Vitória - Minas, que terminou em novembro de 2021;
- Na região de Mangaratiba, no Estado do Rio de Janeiro, destaca-se o contrato de Recuperação Estrutural do Cais do Terminal da Ilha Guaíba (TIG);
- Contratação de mais uma empreitada de recuperação estrutural do Pier-2 no Porto do Tubarão, Estado do Espírito Santo, cujos trabalhos consistem na reabilitação e reforço estrutural de um cais em Betão Armado.

Para 2022 há sinais encorajadores de retoma no setor da construção no Brasil, com foco na área das infraestruturas, permitindo olhar para os próximos anos com algum otimismo.

No **Equador**, a crise motivada pela Pandemia COVID-19 agravou ainda mais os problemas crônicos com que este país se confronta, situação que levou a uma forte contenção ao nível do investimento em infraestruturas. Não obstante, manteve-se o acompanhamento

deste mercado, onde se concluiu em 2020 um projeto de dimensão relevante (Ponte Daule-Guayaquil, sobre o Rio Daule), com sucesso reconhecido por todos.

Na **Venezuela**, mantiveram-se suspensos os contratos de obras que estão vigentes, sem que se vislumbre a sua retomada nos tempos mais próximos. A atividade do Grupo na Venezuela mantém-se circunscrita à operação do Puerto de La Guaira – cujos desenvolvimentos estão descritos infra neste relatório no âmbito da atividade das participadas que operam na área das Concessões e Serviços.

Na **Colômbia**, registou-se a assinatura do primeiro contrato de infraestruturas neste país, que corresponde à primeira obra a ser realizada no âmbito do mega projeto da primeira linha de Metro em Bogotá, com uma extensão de 18 Km, para a empresa concessionária da Linha-1 do Metro de Bogotá, e os trabalhos consistem na realização de uma passagem inferior à Avenida Caracas, estando prevista a realização de uma contenção faseada em parede moldada, com respetivas escavações e escoramentos, em articulação com os necessários desvios de tráfego, e execução das estruturas definitivas em betão armado.

O ano de 2022 será determinante para a avaliação deste mercado e do posicionamento futuro do Grupo relativamente ao mesmo.



Linha Évora e Elvas/Fronteira e subtroço Évora/Évora Norte – Portugal



Porto de Ponta Delgada, Açores – Portugal



Ponte sobre o Rio Almada, Ilhéus – Brasil

METALOMECÂNICA

A área Metalomecânica tem uma elevada vocação para a construção metálica, especialidade que domina nas suas vertentes de fabrico e montagem, aliada a uma especialização em tecnologias no campo da mecânica e óleo-hidráulica. Esta valência habilita o Grupo ao estudo, desenvolvimento e implementação de soluções técnicas de elevada complexidade e precisão, destacando-se entre elas a movimentação e montagem de estruturas de grande porte.

Nestas atividades, desenvolvidas diretamente para cliente externos, ou de forma integrada com outras áreas do Grupo, incluem-se projetos de reabilitação e construção de pontes e viadutos metálicos ou mistos, edifícios, construções industriais e equipamentos hidromecânicos.

Em 2021 a atividade da Metalomecânica desenvolveu-se com um contributo importante em diversos empreendimentos em Portugal, Argélia e Brasil.

Em termos globais, registou-se um decréscimo do volume de atividade relativamente ao ano anterior.

Em **Portugal**, mercado em que se verificou alguma estagnação e adiamento de tomadas de decisão sobre empreitadas nesta área da construção, manteve-se a atividade sem crescimento.

Nas instalações fabris no Polo Operacional Teixeira Duarte, no Montijo, onde se realiza a produção de estruturas metálicas, deu-se continuidade à produção destinada a obras do Grupo, em projetos como o “MUDE – Museu do Design e da Moda” e a SIDUL Açucares, ou para fornecimento a clientes externos como os Grupos BRISA e EDP.

Na vertente de Mecânica, vocacionada para a reparação e manutenção de equipamentos, manteve-se a colaboração com a Gestão de Equipamento e também com outras empresas do Grupo como a EPOS, S.A. e clientes externos como a “SOMINCOR - Sociedade Mineira de Neves Corvo, S.A.”.

Na área da investigação e desenvolvimento deu-se continuidade à colaboração com o projeto de desenvolvimento de um abrigo antissísmico “SHELTER”, no âmbito do Programa Portugal 2020.

Em 2021 obteve-se, para o fabrico de estruturas metálicas no Polo Operacional Teixeira Duarte, no Montijo, a Certificação na Classe de Execução EXC4 de acordo com a norma “EN 1090-1:2009+A1:2011”. Trata-se do nível mais elevado de Certificação de Controlo de Produção em Fábrica ao abrigo da referida norma.

Na **Argélia** manteve-se a atividade em colaboração com outras áreas de atuação, destacando-se a participação na empreitada “Structures Génie Civil et Maritime pou Installation d’un Complexe élévateur a Bateaux”, na sequência do contrato estabelecido com “ L’Etablissement de Construction et de Réparation Navales (E.C.R.N.). Neste empreendimento de grande dimensão e complexidade

técnica, a participação da Metalomecânica foi de elevada relevância, nomeadamente na instalação dos diversos equipamentos e instalações técnicas, bem como em todo o processo de formação e transferência de conhecimento para o dono de obra.

No **Brasil**, manteve-se a atividade com nível significativo, tendo-se participado em projetos em parceria com as outras áreas.

Na obra da Catedral de Brasília, para a IURD, a Metalomecânica participou no fornecimento e montagem de estruturas metálicas, algumas de grande complexidade, destacando-se a montagem da cobertura com um procedimento utilizando um sistema óleo-hidráulico de elevada precisão.

Com a sociedade de direito brasileiro, participada pelo Grupo a 100%, EMPA, S.A., concluiu-se a construção da ponte sobre o Rio Almada, obra com componente metálica muito significativa, em Ilhéus na Bahia, para a "BAMIN - Bahia Mineração, S.A."

Para a VALE, realizou-se a empreitada denominada "Substituição da Ponte de Cuieté", em Conselheiro Pena (Minas Gerais), consistindo os trabalhos na substituição da ponte ferroviária por uma nova ponte, com o aproveitamento e adaptação da ponte existente para trânsito rodoviário. Para o efeito foi desenvolvida e implementada uma complexa solução de engenharia para a substituição da ponte, tendo os trabalhos decorrido com total sucesso e satisfação do cliente, à semelhança de outros projetos anteriormente executados.

Para o ano de 2022, não obstante as contingências a nível global sobejamente conhecidas, nomeadamente com evolução crescente dos preços e escassez de matérias-primas, e conseqüente elevado grau de incerteza, tem-se mantido uma ação comercial intensa e atenta, com a exploração de oportunidades de negócio e na apresentação de diversas propostas, quer nos mercados onde se tem verificado atividade, quer em outros mercados, nomeadamente na Europa.



Elevador de Barcos Mers El Kebir – Argélia

OBRAS SUBTERRÂNEAS

Nas Obras Subterrâneas, o Grupo Teixeira Duarte é detentor de 100% do capital de uma empresa especialista, a "E.P.O.S. - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A." (EPOS, S.A.), que, desde 1986, atua na área da engenharia civil e na área mineira, com Sucursais com atividade em curso no Brasil, na Colômbia, em Espanha e no Perú.

O ano de 2021 caracterizou-se pela continuidade do estado de pandemia e do inevitável impacto no normal desenvolvimento da atividade. No entanto, os seus efeitos na dinâmica da atividade da empresa não foram tão gravosos como no ano transato.

Neste contexto, o volume de atividade desta área de negócios, foi superior em cerca de 23%.

Foi em **Portugal** onde o crescimento da atividade foi mais expressivo, registando-se um aumento de mais de 50% quando comparado com 2020. O mercado português reforça assim a sua posição de liderança com 49% do total da atividade, fundamentalmente pelo resultado da atividade na Mina de Neves Corvo na execução do contrato de empreitada de desenvolvimento de infraestrutura mineira, perfuração, carregamento, sustimento e remoção de minério, transporte e aplicação de betão projetado para o cliente SOMINCOR -

Sociedade Mineira de Neves Corvo, SA., estando este contrato em fase de conclusão, pelo que se está a negociar com o cliente um possível novo contrato de 3 anos.

O **Brasil** mantém-se como o mercado externo mais importante nesta área de negócio, representando cerca de 30% do total, com o contrato da Mina de Cuiabá para o cliente Anglo Gold Ashanti, Córrego do Sítio – Mineração, S/A, que se prolonga até 2024. A EPOS está comercialmente envolvida em projetos de mineração de grande dimensão, apostada numa estratégia de crescimento e diversificação dos clientes por forma a minimizar a exposição ao risco.

A operação em **Espanha** registou este ano um incremento da ordem dos 8% no volume de negócios, mantendo-se a atividade exclusivamente para o cliente “MATSA – Mina de Aguas Teñidas S.A.U”, com o contrato principal a terminar em 2025, estando até agora executados 20% dos trabalhos.

Na **Colômbia**, foi concluído o único contrato em execução que correspondia à subempreitada do Túnel de La Paz, para o consórcio FERROCOL, tendo durante 2021 sido estudadas propostas comerciais importantes para a futura manutenção da atividade neste país, contando-se que em 2022 se tenha o respetivo retorno desse investimento.

No **Perú**, encontra-se em fase de conclusão a empreitada no metro de Lima, para o “Consortio Constructor M2 Lima”, de “Excavación, Revestimiento Primario Y Revestimiento Secundario de Los Túneles Ramales Natim, de Acceso Al Patio Taller Santa Anita”, tendo-se duplicado os proveitos relativamente ao ano anterior.

Em termos de volume de propostas orçamentado, o mercado mais contributivo em 2021 foi o Brasil com 39%, seguido do Perú com 26%, Espanha com 23%, a Colômbia com 8%, e por fim Portugal com uma representatividade de apenas 5%.

Em parte significativa deste volume de propostas apresentado em 2021, não foi concluído o processo pelas respetivas entidades contratantes, que adiaram a tomada de decisão, havendo uma boa perspetiva que o ano de 2022 traga o respetivo retorno em termos de adjudicações e respetiva contribuição para o aumento da taxa de sucesso da empresa.

Espera-se também que o arranque do Plano Recuperação e Resiliência, bem como a continuação de execução do Portugal 2020, alavanquem o crescimento do país, através do reforço do investimento público na construção e obras públicas, prevenindo-se também um aumento da escassez de mão-de-obra, e a dilatação dos prazos de entregas de serviços, peças de equipamento e equipamentos novos.



Túnel de La Paz – Colômbia

OBRAS FERROVIÁRIAS

Nas Obras Ferroviárias, o Grupo Teixeira Duarte atua através da Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A. e da "SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.", que é uma sociedade, participada pelo Grupo Teixeira Duarte a 67,74% durante o exercício em análise, vocacionada para a construção, renovação e conservação de infraestruturas ferroviárias incluindo a sua eletrificação (catenária), a qual atua diretamente, através das suas sucursais e ainda das suas participadas brasileiras "SOMAFEL - Obras Ferroviárias e Marítimas, Ltda" e gabonesa "SOMAFEL GABON" – todas adiante designadas abreviadamente de SOMAFEL.

Nesta área, a SOMAFEL tem vindo a consolidar a sua atuação operacional na área ferroviária, que atualmente consagra Portugal (50% do total) e Brasil (30% do total) como os seus dois principais mercados, mantendo-se, igualmente, com atividade produtiva na Argélia, Moçambique e Gabão, sendo que estes três mercados juntos representam os restantes 20% da atividade dessa participada.

Em Portugal a sua atividade centrou-se praticamente apenas no contrato de manutenção do Lote 1 e 2 da Rede Ferroviária Nacional, enquanto que no Brasil se executaram trabalhos indiretamente ligados à ferrovia e no Gabão se prosseguiu com a prestação de serviços de ataques mecânicos pesados. Na Argélia foram concluídos os trabalhos no caminho de rolamento da base militar em Oran e em Moçambique iniciados os trabalhos de via no Porto de Nacala.

Realce-se que em Portugal as obras importantes angariadas em 2020 sofreram demoras nos seus processos administrativos na fase de contratação e atrasos na obtenção, pelas Infraestruturas de Portugal, de licenças ambientais IP, com particular destaque para duas obras na Linha da Beira Alta e a ligação ferroviária entre Évora e Elvas, reconhecida como a maior obra de construção de ferrovia nova dos últimos 100 anos em Portugal. Este conjunto de eventos culminaram com a derrapagem no início dos trabalhos para 2022, prejudicando a performance do Grupo nesta área em 2021.

Relativamente à atividade comercial, foram desenvolvidos estudos e propostas para os mercados do centro e norte da Europa e para países da América Latina e África.

O ano de 2021 é marcado pelo investimento num novo grupo de ataque mecânico pesado, formado por uma Atacadeira MATISA B66U-C e uma Regularizadora de Balastro MATISA R21. Trata-se de um grande incremento na capacidade produtiva da SOMAFEL e um importante avanço tecnológico na sua capacidade, já que estes equipamentos estão dotados com os sistemas mais sofisticados do mercado.

As perspetivas para os próximos anos nesta área de atuação, mantêm-se promissoras quer pela carteira de obras já angariadas, em particular, no mercado nacional, quer nas perspetivas mundiais de forte investimento no caminho-de-ferro.

Refira-se a este propósito que os objetivos traçados pelo Acordo de Paris e as metas de redução de 50% de emissões de CO2 até 2030 e de neutralidade de emissões até 2050, só serão possíveis de alcançar com um forte investimento no módulo ferroviário. Sendo que, neste sentido, a Comissão Europeia prevê duplicar, até 2030, as linhas de alta velocidade existentes e aumentar em 50% o transporte de mercadorias.

Também em África e na América Latina, a forte pressão demográfica sobre as grandes cidades irá impulsionar a construção de meios ferroviários de transporte de passageiros e mercadorias.



Operação de carga/descarga de Carris – Portugal



Estrada de Ferro de Carajás - Brasil

IV.2 Concessões e Serviços

O Grupo Teixeira Duarte começou a operar nesta área em 1984, em Macau, através de uma participação na "CPM - Companhia de Parques de Macau, S.A.", que ainda hoje mantém e à qual acrescentou outras em Portugal, Angola, Argélia, Brasil, Bélgica, Espanha, Luxemburgo, Moçambique, Qatar e Venezuela.

No âmbito das Concessões e Serviços, as empresas do Grupo dedicam-se a áreas de negócios de naturezas distintas, tais como o *Facilities Management* e *Facilities Services*, o Meio Ambiente, as Atividades Educativas em Angola, Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCH's) no Brasil, e uma Operação e Gestão de um Porto na Venezuela.

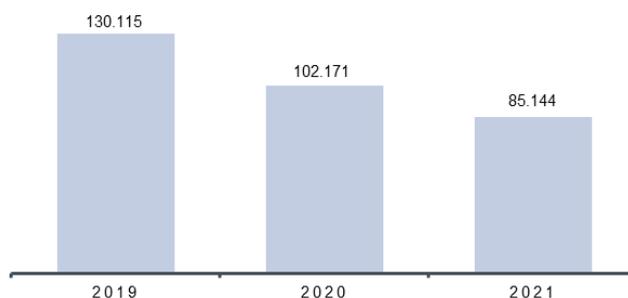
Neste setor, a Teixeira Duarte detém também diversas participações minoritárias noutras entidades cuja gestão não é conduzida pelas estruturas do Grupo e que, em quase todos os casos, não integram o seu perímetro de consolidação. Ainda assim, sobre as mais importantes serão também apresentadas algumas notas no final deste capítulo.

Em todos estes mercados, a atividade da Teixeira Duarte foi afetada pela situação de pandemia COVID-19, ainda que em circunstâncias e alcances distintos conforme as áreas de atuação, a percentagem de capital detida nessas entidades, os países, as medidas oficiais aí implementadas e as assumidas também pelos demais *stakeholders*, designadamente clientes, fornecedores, parceiros e autoridades tutelares do setor, como foi o caso do Ministério da Educação em Angola.

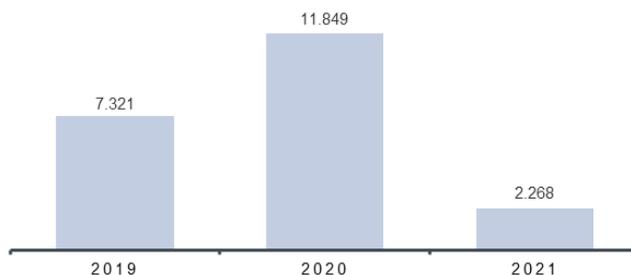
As duas áreas de maior impacto de atuação da Teixeira Duarte neste Setor das Concessões e Serviços são a Educação e o *Facilities Management*, ambas bastante afetadas por esta realidade, ainda que de formas diferentes e que a elas reagiram desde o início: na primeira, através medidas logísticas tomadas nas instalações do Colégio e mediante profunda adaptação a novas metodologias pedagógico-didáticas e, na segunda, com um vasto conjunto de medidas que variaram conforme os mercados e os clientes, tais como, medições de temperatura, equipamentos de proteção, logísticas para evitar contactos com zonas de possível contaminação, procedimentos regulares de higienização dos locais, regras de utilização e lotação de espaços e de entradas e saídas dos locais, em muitos casos em articulação específica com as próprias autoridades de saúde e demais entidades envolvidas na execução dos trabalhos.

Este esforço e cooperação de todos os intervenientes, com destaque para os próprios colaboradores, permitiu que se tivessem criado medidas de contingência e de prevenção para cumprimento das orientações das autoridades e para mitigação e contenção do risco de saúde pública, atingindo esse desígnio e promovendo as diligências necessárias à salvaguarda da continuidade dos negócios e do impacto que o mesmo tem em todos os seus *stakeholders*.

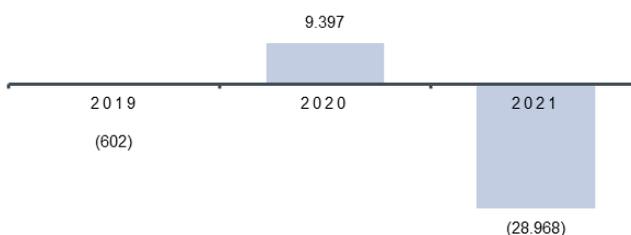
CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO



Evolução das Vendas e Prestações de Serviços das Concessões e Serviços
(Valores em milhares de euros)



Evolução do EBITDA das Concessões e Serviços
(Valores em milhares de euros)



Evolução dos Resultados Operacionais (EBIT) das Concessões e Serviços
(Valores em milhares de euros)

As Vendas e Prestações de Serviços das Concessões e Serviços diminuiu 16,7% face ao mesmo período do ano passado.

Em **Portugal** registaram-se valores semelhantes ao ano anterior, ainda impactado pela situação de pandemia de COVID-19.

Realce-se que em **Angola** onde o Grupo teve uma diminuição de 1,6% face a 2020, desconsiderando a desvalorização do Kwanza Angolano, o Grupo teria registado um crescimento de 10,9% em Angola.

No **Brasil** o Grupo registou um aumento de 18% face ao período homólogo, impactado pela desvalorização do Real Brasileiro, pelo que, sem o efeito da desvalorização e o aumento seria de 27,9% face a 2020.

Em **Moçambique**, o Grupo registou um aumento de 36,8% das Vendas e Prestações de Serviços. Na Venezuela, a exploração do Puerto de La Guaira, registou uma quebra de 29% das Vendas e Prestações de Serviços, atingindo 9.280 milhares de euros, o que corresponde a uma diminuição de 3.795 milhares de euros, fruto da ocupação pela BOLIPUERTOS das instalações afetas ao Puerto La Guaira.

O EBITDA nas Concessões e Serviços fixou-se em 2.268 milhares de euros, que se traduz numa diminuição de 80,9% face ao ano passado, penalizado pela operação do Puerto La Guaira, ainda que penalizado pela conjuntura decorrente da pandemia COVID-19.

O Resultado Operacional nas Concessões e Serviços atingiu o montante negativo de 28.968 milhares de euros, que se traduz numa perda de 38.365 milhares de euros face ao ano passado, penalizado pela operação do Puerto La Guaira, com o reconhecimento de perdas de 33.431 milhares de euros referente à Concessão e também pelo variação negativa das diferenças de câmbio operacionais de 6.018 milhares de euros face a 2020.

ATIVIDADE EM 2021

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2021, informa-se que os rendimentos operacionais do Grupo no setor das Concessões e Serviços atingiram o valor global de 88.736 milhares de euros, 55% dos quais relativos a atividade desenvolvida no estrangeiro sendo que, no global, estes valores refletem uma diminuição de 15% em relação a 2020. Para se ter também uma noção do peso das principais áreas de atuação do Grupo neste Setor, regista-se que dos indicados rendimentos operacionais não consolidados, 77% são da área do *Facilities Management* e 6% da área do Meio Ambiente.

FACILITIES MANAGEMENT / FACILITIES SERVICES

Desde o ano 2000 que o Grupo Teixeira Duarte desenvolve atividade de *Facilities Management / Facilities Services*, tendo hoje um conjunto de entidades que operam, através da marca TDGI, em Portugal, Angola, Argélia, Bélgica, Brasil, Espanha, Luxemburgo, Moçambique e Qatar.

As principais áreas de atuação são hoje a (i) Gestão Integrada de *Hard e Soft Services*, (ii) Manutenção Técnica, (iii) Análise e Diagnóstico e Soluções de Energia e (iv) Gestão de Espaços e Obras.

A engenharia está na génese e na essência da TDGI, que aposta no desenvolvimento de competências técnicas específicas e de soluções tecnológicas adequadas que reforçam a qualidade do serviço, a eficiência das operações e a otimização de custos ao cliente, destacando-se, neste âmbito, o projeto em parceria para o desenvolvimento do Glose EAM.

Em **Portugal**, o ano de 2021 foi, face ao enquadramento económico do país, de estabilização do número de clientes, tendo sido possível renovar vários contratos com clientes já existentes e ainda angariar novos contratos, representando este país mais de 50% da atividade da TDGI.

Nas áreas de Gestão Integrada de *Hard e Soft Services* e de Manutenção Técnica, que representam o *core business*, destaca-se a renovação de alguns contratos como a LUSÍADAS SAÚDE. De referir ainda o arranque de novos contratos com clientes como a UPFIELD, a MINICLIP e o HOTEL RITZ. Assim, num ano de dificuldades, a TDGI foi um parceiro importante para os seus clientes, contribuindo ativamente para a racionalização e eficiência da gestão das suas instalações.

A área de Análise e Diagnóstico / Soluções de Energia registou também um aumento do volume de negócios, particularmente nas áreas de Auditorias Técnicas, Certificação Energética e Instalações Técnicas Especiais. A TDGI tem vindo a posicionar-se junto dos seus clientes como um parceiro técnico e estratégico, prestando um serviço contínuo com enfoque na redução dos consumos energéticos. Em simultâneo o mercado tem vindo a solicitar a realização de *due-diligences* técnicas a edifícios no âmbito de processos de aquisição, com o objetivo de apuramento do real estado das instalações e equipamentos. Também de destacar os trabalhos técnicos especializados que a TDGI tem vindo a realizar, quer para os clientes já existentes, quer para outros futuros clientes, fruto da crescente especialização técnica que tem vindo a desenvolver.

A área de Gestão de Espaços e Obras continuou a desenvolver processos de relevância no âmbito da remodelação de espaços interiores, quer na área dos edifícios, como foi o caso da Universidade Europeia, ou do BBVA, quer em ambiente industrial, na Philip Morris, respondendo a novos conceitos de local de trabalho e de bem-estar que têm vindo a criar novas tendências e estilos de arquitetura de espaços. Ainda assim, esta foi uma das áreas mais afetadas pela pandemia já que fruto da reduzida ocupação dos espaços e da incerteza sobre como será o mercado dos escritórios no futuro, os clientes de uma forma geral adiaram as intervenções que tinham perspetivado.

De destacar a Área Industrial, que tem sido uma forte aposta nos últimos anos, com o reforço da relação contratual com a OZ ENERGIA através do arranque da operação no Porto de Aveiro. Ainda nesta área de salientar o Project Management das obras de expansão das diversas instalações deste cliente. De referir também o trabalho de desenvolvimento de uma nova solução de abastecimento de açúcar da principal linha de produção da fábrica da SIDUL Açucares, em Santa Iria, com vista à futura expansão e modernização dessa linha, que culminou com a adjudicação à TDGI do próprio Projeto de Obra Industrial da SIDUL.

Em **Angola**, que continua a ser um dos maiores mercados da TDGI a nível global, o ano de 2021 destacou-se pela manutenção dos principais contratos, com clientes de referência na área da banca e *Oil&Gas*. Num ano em que muitas empresas reduziram as suas equipas em Angola, a TDGI manteve sempre a sua capacidade operacional, tendo assim tido capacidade de responder a diversas solicitações dos clientes, reduzindo desta forma o impacto da pandemia. De destacar os trabalhos de manutenção realizados para a TOTAL em *offshore* nas suas plataformas Dália e Girassol. Do mesmo modo, manteve-se a aposta na formação das equipas, tendo efetuado diversas formações técnicas para qualificação dos colaboradores.

A atividade da TDGI na **Argélia** durante o ano de 2021 foi essencialmente de acompanhamento do final de execução da obra do novo edifício sede do Banco AGB, em Argel e arranque do contrato de manutenção que será da responsabilidade da TDGI por um período de dois anos após a conclusão da obra, ou seja até 2023.

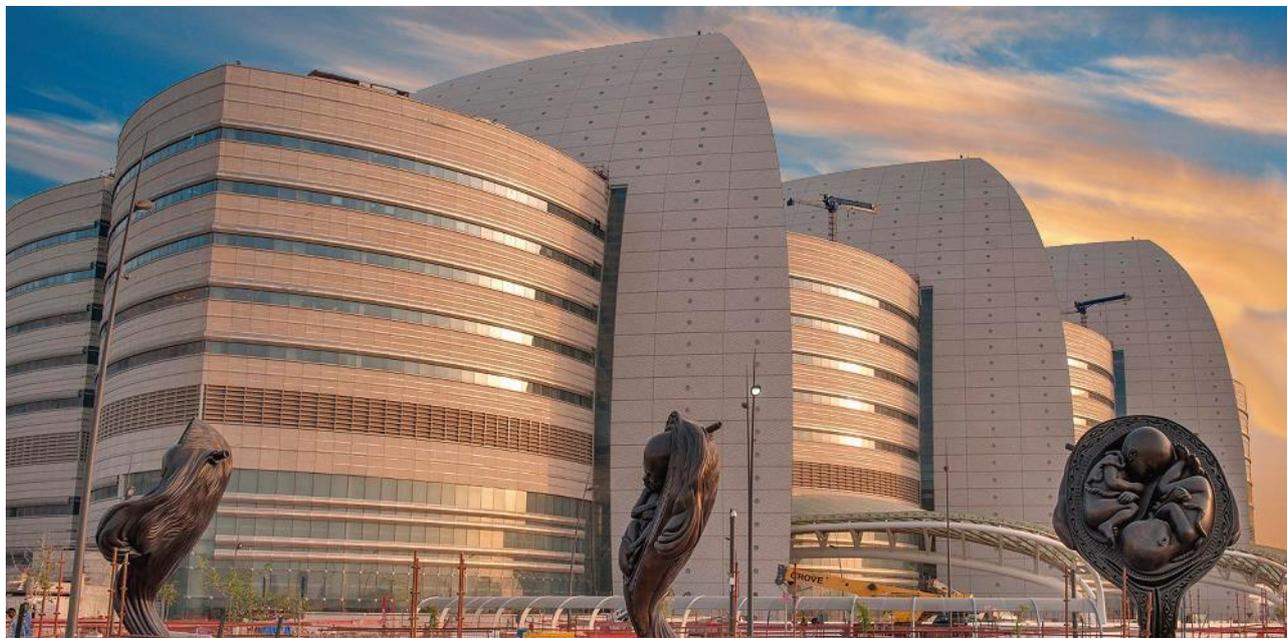
Na **Bélgica**, a TDGI reforçou as suas operações em curso nas lojas da H&M, iniciando ainda um contrato de manutenção com a Apple. Este novo contrato reflete a aposta da TDGI no mercado privado neste país. De referir também que este mercado foi muito afetado pela pandemia, já que a maioria das instituições europeias, lojas e escritórios acabaram por ter ocupação muito reduzida ao longo de todo o ano.

No **Brasil**, apesar do impacto negativo da situação de Pandemia COVID-19, foi possível aumentar o volume de faturação dos anos anteriores em resultado, essencialmente, do aumento de trabalho nos clientes já existentes e também por novos contratos e trabalhos de remodelações de interiores.

Em **Espanha**, o ano de 2021 acabou ainda por ser também bastante impactado pela pandemia. Vários dos clientes da TDGI tiveram as suas instalações encerradas ou com ocupações muito reduzidas, o que acabou por reduzir também a atividade da TDGI. Ainda assim foi possível celebrar novos contratos, fruto do trabalho comercial que tem vindo a ser efetuado, como é disso exemplo as prestações de serviços para a Dräger, e o início das relações com a Percassi que permitiu a celebração de um contrato para manutenção de quatro lojas de marcas globalmente reconhecidas como a Lego, a Victoria Secret e a Nike.

Em **Moçambique**, a TDGI continuou a desenvolver a sua atividade de forma sustentada, procurando cada vez mais criar valor e assim diferenciar-se como empresa de referência na área da Manutenção e *Facilities Management*. Na área do *Oil & Gas* que tem sido uma forte aposta da TDGI, foi possível manter os contratos com diversas entidades, como a BAKER HUGHES, SCHLUMBERGER e ainda reforçar o contrato com a ENI. Na área da Indústria de destacar a continuidade do contrato de manutenção da fábrica das CERVEJAS DE MOÇAMBIQUE. Na área da banca de referir o novo contrato de *Facilities Management* com o Banco ABSA e ainda o aumento de abrangência contratual com o Banco BCI. A TDGI tem vindo a consolidar a sua atividade e equipa, apostando na formação e qualificação, de modo a poder estar preparada para os desafios que irão surgir. Apesar das dificuldades do país a atividade da TDGI aumentou neste mercado em 2021, tendo inclusivamente reforçado a sua presença em todo o território nacional.

No **Qatar**, a TDGI atua através da entidade de direito local "TDGISERV", detida em conjunto com a empresa local "PETROSERV" – que aí atua há mais de 30 anos na área dos serviços associados ao setor do *Oil & Gas* – essencialmente com um contrato de grande dimensão e projeção referente a instalações da Qatar Foundation, contrato esse cujo prazo terminou em setembro de 2020, tendo-se celebrado, com a mesma Qatar Foundation, um novo contrato de manutenção, para os próximos cinco anos, para as instalações daquele que é o maior hospital do Médio Oriente: o Sidra Medical & Research Centre. Em 2021, a TDGISERV ganhou ainda três contratos com o Hamad Medical Center, na área da Saúde. Estes novos contratos refletem a aposta que a TDGI continua a fazer na Saúde nos diversos mercados em que atua e como o mercado vai reconhecendo a TDGI como um importante *player* nesta área tão técnica e especializada.



Sidra Medical & Research Centre, Doha - Qatar

MEIO AMBIENTE

A "RECOLTE - Servicios y Medioambiente, S.A.U" (RECOLTE), detida a 100% pelo Grupo Teixeira Duarte, dedicou-se durante vários anos à prestação de diversos serviços relacionados com o meio ambiente em Espanha, sendo que em setembro de 2019 foi celebrado, entre a RECOLTE e a URBASER S.A.U., um acordo tendo em vista a cessão da posição contratual da RECOLTE em todos os Contratos Administrativos e Privados na Área do Meio Ambiente, em Espanha, o que se foi realizando ao longo de 2020 e 2021, à medida que se

foram verificando os requisitos necessários para cada uma dessas cessões se concretizasse, com o propósito de confirmar a saída da Teixeira Duarte desta área de negócio.

No final do período e depois de diversas reuniões e diligências com a URBASER e as entidades municipais, haviam-se transferido 17 dos 20 contratos e adicionalmente encerrado 3 dos 9 UTEs (Sindicatos Temporários de Empresas) existentes.

Neste enquadramento, a RECOLTE focou-se também na redução de custos de estrutura, designadamente de redução de equipas centrais de apoio aos contratos de que era titular.

Para 2022 dar-se-á continuidade ao processo de cessões das posições contratuais acima referidas com o objetivo de encerrar a atividade nesta área de atuação.

EDUCAÇÃO

A “EDUCARE – Atividades Educativas e Culturais, Lda” é uma sociedade detida a 100% pelo Grupo Teixeira Duarte, que foi constituída em 2007 e desde a sua génese teve como finalidade o desenvolvimento do “Colégio S. Francisco de Assis Luanda Sul”, sediado em Talatona/Luanda Sul, em Angola.

Reconhecido pelo Ministério da Educação Português, trata-se de um estabelecimento educativo que faculta um ensino de referência desde a Educação Pré-Escolar até ao Ensino Secundário.

O seu Projeto Educativo, sustentado numa sólida missão e valores, justifica que seja agraciado com diversas distinções e que as famílias o elejam como espaço e ambiente privilegiado para a educação dos seus filhos.

Neste ano e neste setor que, em mais um ano, foi muito penalizado pela situação de pandemia COVID-19 e pelas medidas de confinamento implementadas, a EDUCARE manteve a sua atuação em conformidade com as recomendações que foram sendo emitidas pela Organização Mundial de Saúde, pelas entidades públicas responsáveis pela área da saúde onde a empresa opera e, ainda pela sua tutela, equilibrando esse desígnio com as diligências necessárias à salvaguarda da continuidade da atividade (garantiu a disponibilização de equipamentos digitais e a formação de docentes em competências que lhes permitissem o uso adequado de emergentes modelos pedagógicos).

Para se ter uma noção dos fatores que, decorrentes da crise sanitária vivida, mais diretamente impactaram no desenvolvimento da atividade do “Colégio S. Francisco de Assis Luanda Sul”, regista-se o tempo de suspensão das atividades letivas presenciais na educação pré-escolar, a redução efetiva da lotação alunos/sala (pela obrigatoriedade de se estabelecer distanciamento social) com subsequente aumento do número de salas e de docentes como estratégia de resposta à procura registada e, ainda, a manutenção de encargos fixos com estruturas que deixaram de produzir receitas (decorrentes das restrições de horários e de uso de espaços).

Os resultados escolares obtidos em provas de avaliação externa, realizadas apenas ao nível dos Exames Nacionais por determinação do Ministério da Educação Português, foram superiores à média nacional em todas as disciplinas, à exceção da disciplina de História A (a média foi inferior apenas em 6 pontos percentuais).

Todos os alunos que concluíram o 12º ano ingressaram nos cursos e em universidades Portuguesas e Estrangeiras, a que se candidataram como primeira opção.

Em setembro de 2021 o ano letivo iniciou com uma taxa de reinscrições na ordem dos 83%.

O ensino secundário continuou a disponibilizar os Cursos de Ciências e Tecnologias (CT), de Línguas e Humanidades (LH) e de Ciências Socioeconómicas (CS).

De realçar que se diferencia pela forte componente digital associada a projetos e plataformas educativas e, ainda, pelo uso corrente das Tecnologias de Informação aplicadas quer em ferramentas de gestão escolar quer em dispositivos móveis, que permitem acesso dos Pais/Encarregados de Educação a informação integrada dos seus educandos.

Para o ano de 2022, dar-se-á ênfase à renovação do Plano Tecnológico e ao desenvolvimento de novas competências em TIC por parte dos professores a fim de potenciar práticas de ensino e de avaliação inovadoras em ambientes digitais de aprendizagem, bem como manter-se-á a gestão criteriosa das diversas áreas e recursos do “Colégio S. Francisco de Assis Luanda Sul” prosseguindo-se o sólido trabalho que faz deste Colégio uma referência educativa a nível nacional e internacional.



Colégio S. Francisco de Assis Luanda Sul - Angola

PEQUENAS CENTRAIS HIDROELÉTRICAS

"PAREDÃO DE MINAS ENERGIA, S.A.", "GONGOJI MONTANTE ENERGIA, S.A." são duas sociedades de direito brasileiro detidas diretamente pela Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. que são titulares de projetos para a construção de Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCH's), sendo que corresponde a uma área de atuação entendida pelo Grupo como não estratégica. No exercício de 2021 foi concretizada a alienação da sociedade "TABOQUINHA ENERGIA, S.A.", também titular de projeto no mesmo ramo, e prosseguiram as diligências tendo em vista a alienação dos projetos ou a extinção das sociedades "PAREDÃO DE MINAS ENERGIA, S.A.", "GONGOJI MONTANTE ENERGIA, S.A." sendo que os preços de venda de energia e a situação de pandemia configuram uma conjuntura desfavorável à venda desses projetos.

OPERAÇÃO PORTUÁRIA NA VENEZUELA

Através da licença atribuída à Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, o Grupo vinha procedendo à comercialização, conservação, operação, administração, construção e aproveitamento do "terminal especializado de contentores (Muelles 27 y 28- Sector Oeste) del Puerto de la Guaira". Com efeito, foi em 30 de março de 2017 que esta empresa do Grupo recebeu tal autorização no âmbito da "Alianza Estratégica para la operación y gestión portuária del terminal especializado de contentores del Puerto de la Guaira" celebrada com a entidade Venezuelana "Bolivariana de Puertos (BOLIPUERTOS), S.A.".

Com esta Aliança pretendeu-se otimizar o desenvolvimento e crescimento da atividade do terminal, convertendo-o num porto de transbordo do mar do Caribe e da América Latina, tendo a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., assumido, por um período de 20 anos, a comercialização, conservação, operação, administração, construção e aproveitamento do já referido terminal especializado de contentores do porto de La Guaira, que tem capacidade de pátio para movimentar 1.200.000 TEUS/ano e uma área de 17 ha, dispõe de 693 m de cais acostável e fundos a profundidade de 15,2 m. Está dotado de equipamentos de operação portuária de última geração - 6 gruas STS pórtico de cais, 15 gruas RTG's pórticos de parque, 2 reach-stackers, 6 empilhadores frontais, 32 tratores de terminal e 40 plataformas, além de instalações administrativas e técnicas e de espaços de manutenção e reparação de equipamentos, em áreas que totalizam mais de 5 ha.

Este investimento, em 2021, apresentava um desempenho em linha com os de períodos anteriores, mantendo o porto operacional 24h/dia, 7 dias por semana que, considerando as circunstâncias socioeconómicas e políticas deste país, agravadas pela situação de pandemia provocada pela COVID-19, traduz o esforço e compromisso da Teixeira Duarte nesta operação.

Não obstante, contrariando todas as expetativas e numa fase em que se tinham estabelecido mesas de trabalho com a Bolipuertos e a conseguir ultrapassar um conjunto de assuntos que se estavam a arrastar e impactar no desempenho da Aliança, fomos surpreendidos, no dia 15 de outubro de 2021, com a notificação formal da Bolipuertos em rescindir unilateralmente o contrato de Aliança.

Desconhecendo até hoje quais as razões que motivaram esta decisão unilateral e extemporânea por parte da Bolipuertos, em violação clara aos acordos bilaterais vigentes e aos direitos e expetativas da Teixeira Duarte enquanto empresa investidora na Venezuela há mais de 40 anos, a Teixeira Duarte promoveu as diligências necessárias para reclamar os seus direitos, o que decorre atualmente em fase negocial.

Das sociedades que atuam no setor das Concessões e Serviços e que são apenas participadas indiretamente pela "Teixeira Duarte, S.A.", ou seja, cuja gestão direta não é conduzida pelo Grupo Teixeira Duarte, destacam-se aqui as seguintes entidades:

A "**TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.**" (TDHOSP), na qual a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. tem atualmente 10% do respetivo capital social, é uma sociedade que tem por objeto a gestão do Hospital de Cascais por um período de 30 anos, compreendendo as atividades de conceção, projeto, construção, financiamento, conservação e manutenção.

A partir da conclusão da construção do Edifício do Hospital de Cascais, em fevereiro de 2010, a atividade da TDHOSP concentrou-se na gestão e manutenção do edifício hospitalar, bem como na gestão e exploração do respetivo parque de estacionamento.

O exercício em apreciação, o décimo segundo ano civil de atividade da TDHOSP, voltou a pautar-se pelo cumprimento dos diversos parâmetros de avaliação do Contrato de Gestão, nomeadamente: Serviço, Disponibilidade e Satisfação.

Ao longo do exercício foram emitidos relatórios regulares com caráter mensal que evidenciam um bom desempenho por parte desta sociedade, pelo que é expectável o recebimento de uma avaliação positiva de "Muito Bom" para o ano de 2021. Contudo, esta expectativa só se tornará efetiva no final de abril de 2022, após análise e validação pela Entidade Gestora do Estabelecimento LUSÍADAS - Parcerias Cascais, S.A. e Entidade Pública Contratante - ARSLVT, do relatório anual de atividade.

No âmbito das atividades previstas no Contrato de Gestão, a TDHOSP realizou pequenos trabalhos de alteração ao edifício, solicitados e custeados pela Entidade Gestora do Estabelecimento e aprovados pela Entidade Pública Contratante. De destacar, que este tipo de trabalhos sofreu um incremento excepcional, decorrente da necessidade de adaptar o Hospital ao aumento significativo do número de doentes COVID-19. De resto, com exceção de uma redução das receitas do parque de estacionamento, a pandemia COVID-19 não teve outras consequências assinaláveis na atividade da TDHOSP.

A "**AEBT - Auto-Estradas do Baixo Tejo, S.A.**", constituída em 15 de janeiro de 2009, é uma sociedade na qual a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções é titular de uma participação de 9% do respetivo capital social e que é subconcessionária para as atividades de conceção, projeto, construção, aumento do número de vias, financiamento, exploração e conservação de lanços de autoestrada, estrada regional e conjuntos viários associados no distrito de Setúbal. A AEBT concluiu as atividades de construção dos seus lanços em novembro de 2012, com uma extensão de 25,6 km, encontrando-se desde então a operar uma rede de 60,2 km. A Subconcessão tem, à data de 31 de dezembro de 2021, por objeto:

- (i) Construção, exploração, operação e manutenção de dois lanços de autoestrada, A33/IC32 – Palhais / Coina e A33/IC32 – Casas Velhas / Palhais (que inclui a Ligação à Trafaria e a Ligação ao Funchalinho), com cobrança de portagem aos utentes, exceto para o tráfego local, no que se refere ao último lanço da A33. A extensão destas vias totaliza cerca de 25,6 km;
- (ii) Exploração, operação e manutenção dos lanços à data em serviço, IC32 – Coina / Montijo (IP1), IC3 – Montijo (IP1) / Alcochete, IC20 – Via Rápida da Caparica e IC21 – Via Rápida do Barreiro, perfazendo esta rede cerca de 34,6 km.

Para além das atividades normais de operação da rede subconcessionada, a atividade da AEBT em 2022 estará focada na atividade de investimento, especialmente nos projetos de aumento de número de vias da A33 e IC20, e manutenção de infraestruturas, pela sua natureza e relevância.

Trata-se de uma participação já classificada como Ativo para Venda, relativamente à qual se têm realizado diversas diligências com vista à sua alienação.

A "**CPM - COMPANHIA DE PARQUES DE MACAU, S.A.**" é uma entidade na qual a Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. mantém uma participação indireta de 15% do capital social desde a sua fundação em meados dos anos 80, após concurso público internacional, foi pioneira e continua como empresa de referência na construção e exploração de parques de estacionamento e atividades conexas, na Região Administrativa Especial de Macau.

Em 2021, prosseguiu-se a gestão e operação dos 19 parques de estacionamento públicos de que esta participada é concessionária, em Macau, sendo que a receita total atingiu um valor correspondente a cerca de 16,3 milhões de euros, que refletem um aumento de cerca de 1,4 milhões de euros em relação a 2020.

Esta participada distribui regularmente dividendos e lidera um projeto sólido e que acompanha a evolução que o governo e as novas tecnologias estão a trazer a este negócio naquela região, nomeadamente em relação às obras de reabilitação de oito parques de estacionamento – que se contam que estejam quase concluídas no final de 2022 – e o plano para instalação de equipamentos de carregamento de veículos elétricos nos estacionamentos públicos de Macau.

IV.3 Imobiliária

A atuação das empresas do Grupo Teixeira Duarte neste setor remonta ao início da década de setenta e atualmente engloba um vasto conjunto de empresas que, em 2021, atuaram em Portugal, Angola, Brasil, Espanha, Estados Unidos e Moçambique.

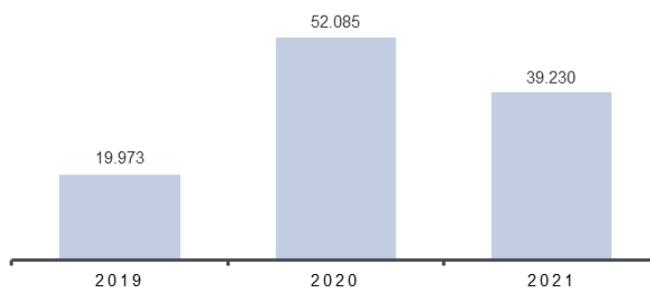
Em todos estes mercados, a atividade da Teixeira Duarte foi afetada pela situação de pandemia COVID-19, ainda que em circunstâncias e alcances distintos conforme os países, as medidas oficiais aí implementadas e as assumidas também pelos demais *stakeholders*, designadamente autoridades municipais e licenciadoras, clientes, fornecedores e parceiros.

Este esforço e cooperação de todos os intervenientes, com destaque para os próprios colaboradores, permitiu que se tivessem criado medidas de contingência e de prevenção para cumprimento das orientações das autoridades e para mitigação e contenção do risco de saúde pública, atingindo esse desígnio e promovendo as diligências necessárias à salvaguarda da continuidade dos negócios e do impacto que o mesmo tem em todos os seus *stakeholders*.

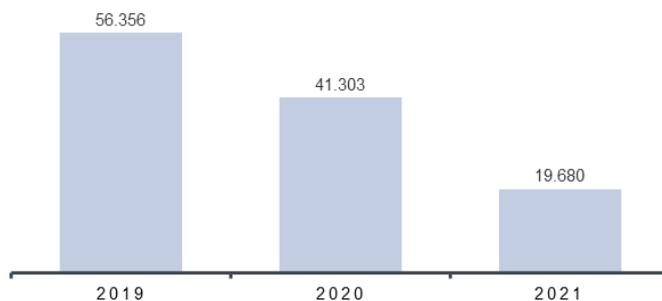


Empreendimento Fábrica 1921, Lisboa - Portugal

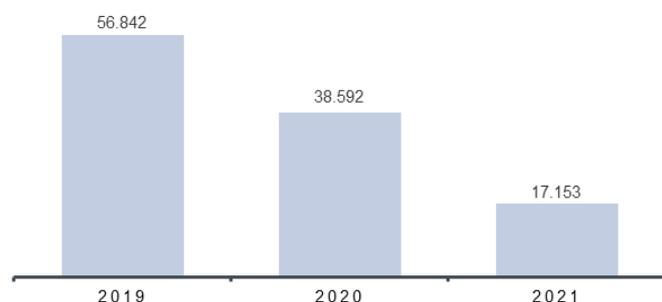
CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO



Evolução das Vendas e Prestações de Serviços da Imobiliária
(Valores em milhares de euros)



Evolução do EBITDA da Imobiliária
(Valores em milhares de euros)



Evolução dos Resultados Operacionais (EBIT) da Imobiliária
(Valores em milhares de euros)

O Grupo diminuiu as Vendas e Prestações de Serviços no setor da Imobiliária em 24,7% face ao período homólogo.

Em Portugal, o Grupo atingiu 2.817 milhares de euros, refletindo uma diminuição de 13.046 milhares de euros face a 2020.

O Grupo tem em desenvolvimento, em Portugal, a primeira e segunda fases do empreendimento "Fábrica 1921" e em conclusão o empreendimento "One Living", já com 31% de escrituras de compra e venda realizadas. À data de 31 de dezembro de 2021, tinham sido celebrados contratos promessa de compra e venda no montante global de 261.711 milhares de euros e recebidos sinais e valores de escrituras no montante de 131.936 milhares de euros.

No Brasil, o Grupo atingiu o montante de 30.743 milhares de euros, registando um aumento de 3.221 milhares de euros face ao período homólogo, que resulta do andamento dos empreendimentos situados em São Paulo.

O EBITDA da Imobiliária registou uma diminuição de 21.623 milhares de euros, o que corresponde a uma redução 52,4% face ao ano passado.

O Resultado Operacional da Imobiliária atingiu em 2021, 17.153 milhares de euros, o que corresponde uma diminuição de 21.439 milhares de euros face ao período de 2020.

ATIVIDADE EM 2021

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2021, informa-se que os rendimentos operacionais do Grupo no setor Imobiliário atingiram o valor global de 125.856 milhares de euros, o que corresponde a um incremento de 3% face a 2020. Os mercados externos passaram a representar 35% da atividade e Portugal 65% que comparam com 38% e 62% em 2020, respetivamente.

Neste setor, em 2021, o Grupo prosseguiu com sucesso a promoção, desenvolvimento e comercialização de empreendimentos nos seus dois principais mercados – Portugal e Brasil – enquanto em Angola se centrou na gestão dos ativos ali detidos e Moçambique teve uma atuação mais residual, acompanhando a quebra global da economia naquele país. Nos Estados Unidos o Grupo concretizou, em 2021, a saída desse mercado com a alienação do último ativo que ali detinha.

Em **Portugal**, o ano de 2021 foi novamente marcado por um bom desempenho do mercado imobiliário em praticamente todos os seus segmentos, com especial enfoque no residencial, onde o ritmo de vendas se têm mantido nos níveis dos anos anteriores.

No período em análise, realça-se a continuação do desenvolvimento e início das entregas do empreendimento de matriz residencial “ONE Living”, localizado em Cascais, destinado ao segmento alto do mercado residencial, que se encontra totalmente comercializado e com 40% das escrituras públicas de compra e venda realizadas.

Na cidade de Lisboa, destaque para a continuação da primeira fase e arranque da segunda fase do empreendimento de matriz residencial “Fábrica 1921”, projeto de grande visibilidade que contribuirá de forma muito positiva para a regeneração de um quarteirão na freguesia de Benfica e para a renovação do respetivo bairro. A primeira fase, que inclui 162 frações residenciais, encontra-se totalmente comercializada. A segunda fase, com 82 unidades, conta igualmente com um acelerado ritmo de vendas, com 90% das unidades comercializadas.

Igualmente na cidade de Lisboa, destaca-se a aprovação do loteamento e a conclusão do processo de aquisição da “Quinta das Garridas”, onde se prevê a construção de um empreendimento maioritariamente de matriz residencial com cerca de 33.000 m² de área de construção.

Ainda na área metropolitana de Lisboa, foi dada continuidade às obras de infraestruturas do empreendimento “Vila Rio”, localizado na Póvoa de Santa Iria, concelho de Vila Franca de Xira. Neste empreendimento “mixed use”, que dispõe de uma frente direta para o rio Tejo com cerca de 500 m, prevê-se a construção de cerca de 600 fogos de habitação e de 30.000 m² de área destinada a comércio e serviços.

No segmento de retalho, o ano foi marcado pela aprovação do projeto de arquitetura do Retail “Figueira Parque”, pelas ações comerciais com vista à instalação de uma grande superfície de retalho alimentar no empreendimento Lezíria Park e pela manutenção dos bons níveis de desempenho no Shopping Cidade do Porto. Apesar do forte impacto negativo provocado pela pandemia neste tipo de comércio nos últimos dois anos, foi possível manter boas taxas de ocupação com uma dinâmica comercial positiva, que culminou com a abertura de uma loja Decathlon em outubro de 2021.

Em Oeiras, foi dada continuidade ao suporte aos consultores no desenvolvimento de elementos técnicos para o Plano de Pormenor do Norte de Caxias, muitos destes de apoio à realização de reuniões de concertação pelo Município de Oeiras, tendo em vista a sua aprovação. Neste empreendimento está previsto um projeto constituído por diversos edifícios de escritórios, habitação e comércio, integrados num grande parque verde, num modelo que se pretende que seja uma referência internacional de inovação e sustentabilidade, em parceria com a empresa “CSEEC – China Construction Portugal, S.A.”.

Na cidade de Vila Nova de Gaia, prosseguiu-se a construção do edifício multifamiliar “River Plaza”, bem como a comercialização das 39 frações que o compõem, tendo sido celebrados, até ao final do período, 36 contratos-promessa de compra e venda.

Também em Vila Nova de Gaia, foi iniciada a construção do edifício de habitação multifamiliar Q19, que conta com 50 frações residenciais, tendo sido comercializadas no período 26 frações.

Ainda nesta cidade, de realçar o desenvolvimento de dois projetos de matriz residencial no empreendimento “Santa Marinha Design District” e a venda de dois lotes na “Quinta de Cravel”.

Em **Angola**, apesar do quadro macroeconómico difícil, com o conseqüente impacto também no mercado imobiliário – que se traduziu inclusivamente na desvalorização significativa de propriedades de investimento de Grupo –, foi possível durante o período manter bons níveis de ocupação nos imóveis em exploração, sobretudo nos segmentos residencial e retalho, num contexto de controlo rigoroso dos custos de exploração.

No **Brasil**, em 2021, o cenário foi de recuperação do PIB, acompanhado do aumento dos custos de construção e da subida das taxas de juro na reta final do ano. Por outro lado, foram atingidos níveis recordes de lançamentos e de comercialização de imóveis novos no mercado imobiliário da cidade de São Paulo.

De realçar neste âmbito:

- A entrega do empreendimento “Quartier Brooklin” e a continuação da construção dos empreendimentos “Loomi Klabin” e “Loomi Paulista”, com um global de mais de 62.000 m² de área de construção, todos em bairros nobres da cidade de São Paulo, apresentando um grau de comercialização de 97%;
- O início da construção do quarto e último empreendimento residencial do condomínio Alta Vista, o “Reserva Alta Vista”, localizado no melhor bairro da cidade de Jundiaí, com aproximadamente 58.000 m² de área de construção;
- O início, em agosto de 2021, das vendas das unidades do empreendimento “Insígnia” – localizado no bairro do Campo Belo, um projeto com cerca de 20.000 m² de área de construção, constituído por 96 apartamentos de alto padrão, situado num dos melhores bairros da cidade – e que até dezembro de 2021 já tinham atingido 50% do total de unidades deste empreendimento.

Nos **Estados Unidos da América**, na cidade de Dallas, Texas, de realçar a venda do projeto “Lee Park”, em Turtle Creek, consumando a saída do mercado imobiliário deste mercado.

Em **Moçambique**, o ano iniciou com algum ânimo mas foi, desde cedo, marcado negativamente pela paragem da atividade de um dos principais players do Oil&Gas, no seguimento da crise vivida em Cabo Delgado. Também a instabilidade na vizinha África do Sul terá gerado um clima de maior prudência e consequente retração por parte investidores. Manteve-se, assim, a difícil situação macroeconómica no país, agravada pelas restrições associadas à crise pandémica mundial, traduzindo-se numa redução da atividade do mercado imobiliário. Apesar do contexto desfavorável, destaca-se a alienação de quatro unidades residenciais avulsas e a contratação de novos tenants no Polana Shopping, com o consequente aumento da taxa de ocupação.

Em 2022 será dado seguimento, nos vários mercados, ao desenvolvimento dos empreendimentos em carteira, assim como à gestão do património imobiliário do Grupo.

Em **Portugal** e na Área Metropolitana de Lisboa, perspectiva-se a conclusão da entrega do empreendimento “One Living” em Cascais, a conclusão da construção da primeira fase e a continuação da construção da segunda fase do empreendimento “Fábrica 1921”.

Em paralelo, prevê-se o lançamento comercial e início de construção dos primeiros edifícios do empreendimento “Vila Rio”, na Póvoa de Santa Iria, num total de 68 unidades.

Dar-se-á, igualmente, continuidade ao apoio para o desenvolvimento do Plano de Pormenor do Norte de Caxias, havendo a expectativa da sua aprovação e publicação durante o ano de 2022.

Na Área Metropolitana do Porto, na cidade de Vila Nova de Gaia, perspectiva-se a conclusão da construção do “River Plaza”, no Santa Marinha Design District e, ainda neste empreendimento, o lançamento comercial de mais um lote residencial.

Ainda na mesma cidade, no empreendimento “Quinta de Cravel”, dar-se-á continuidade à construção do edifício de habitação multifamiliar “Q19”.

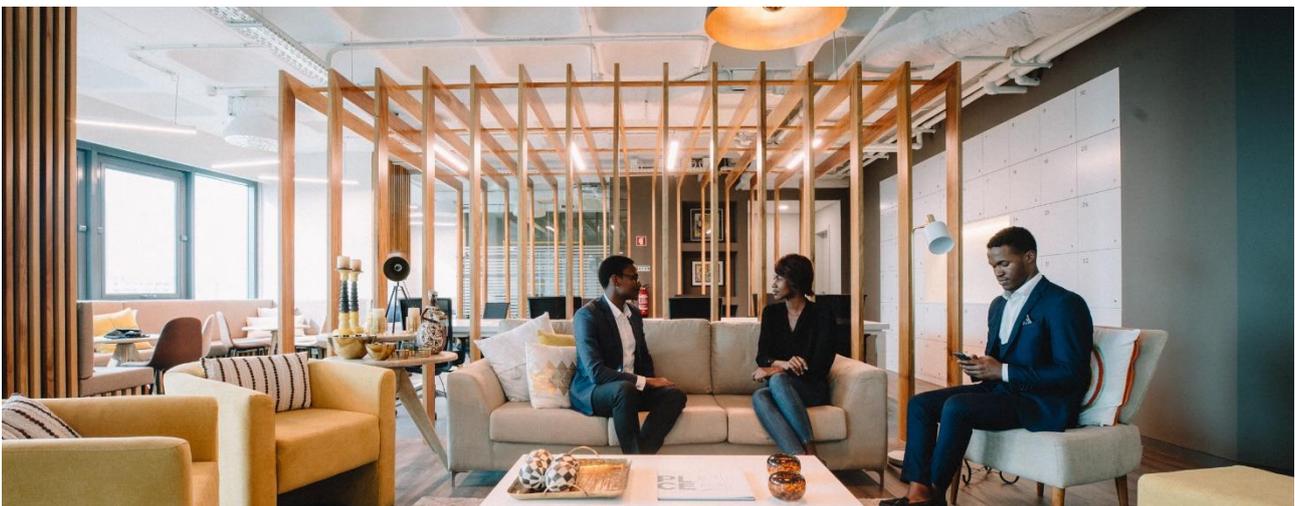
Em **Angola**, dar-se-á continuidade à exploração dos imóveis de rendimento e ao suporte à gestão do património de outros setores do Grupo.

No **Brasil**, na cidade de São Paulo, prevê-se a entrega do “Loomi Paulista” no primeiro semestre e do “Loomi Klabin” no segundo semestre, ambos já quase totalmente comercializados, num total de 147 apartamentos e, ainda, a continuação da construção do “Reserva Alta Vista” bem como o início da construção do empreendimento “Insígnia Campo Belo”. Em paralelo, prevê-se o lançamento comercial de um novo projeto, o “Infinity”, no Brooklin, com um total de 268 unidades.

Em **Moçambique**, prosseguir-se-á um atuação focada na alienação de ativos avulsos e na otimização do desempenho dos seus imóveis de rendimento, assim como no suporte à gestão de património de outros setores do Grupo.



Empreendimento Quinta de Cravel, Q19, Vila Nova de Gaia - Portugal



Focus Workplace Solutions, Luanda - Angola



Empreendimento Quartier Brooklin, São Paulo - Brasil

IV.4 Hotelaria

O Grupo Teixeira Duarte atua neste setor através de oito unidades hoteleiras, duas sítas em Portugal, três em Angola e três em Moçambique, que totalizam 2.452 camas e 1.228 quartos, todas elas a operarem sob a insígnia TD Hotels.

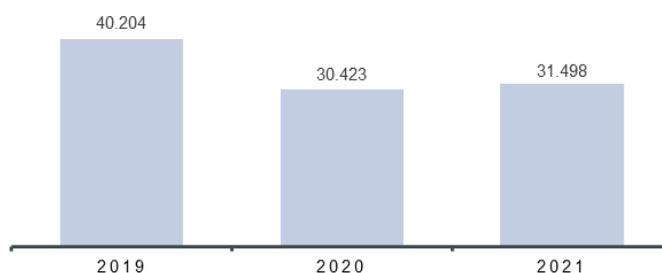
A Teixeira Duarte desenvolve também negócios na área da restauração em Angola.

Em todos estes mercados, a atividade da Teixeira Duarte continuou a ser afetada pela situação de pandemia COVID-19, ainda que em circunstâncias e alcances distintos conforme os países, as medidas oficiais aí implementadas e as assumidas também pelos demais *stakeholders*, designadamente autoridades da tutela do turismo, clientes, fornecedores e parceiros.

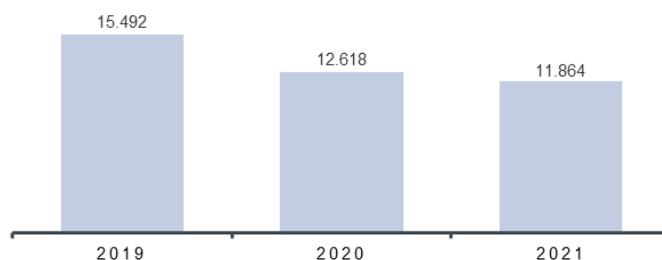
Face à natureza da atividade, mantiveram-se as medidas de contingência e prevenção para mitigação e contenção do risco de saúde pública em todos os mercados onde o Grupo opera, nomeadamente a aplicação do plano de contingência e respetivo manual de procedimentos adotado pela TD Hotels em todas as suas unidades e que se revelou não só muito eficiente quanto aos objetivos primordiais de saúde pública, como de reconhecimento pelos clientes da confiança no mesmo e da possibilidade de utilização em segurança das unidades nos períodos e condições permitidas pelas autoridades dos diferentes mercados em que o Grupo opera neste Setor.

Acresceu o esforço e cooperação de todos os intervenientes, com destaque para os próprios colaboradores, que permitiu que se tivessem criado medidas de contingência e de prevenção para cumprimento das orientações das autoridades e para mitigação e contenção do risco de saúde pública, atingindo esse designio e promovendo as diligências necessárias à salvaguarda da continuidade dos negócios e do impacto que o mesmo tem em todos os seus *stakeholders*.

CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO



Evolução das Vendas e Prestações de Serviços da Hotelaria
(Valores em milhares de euros)



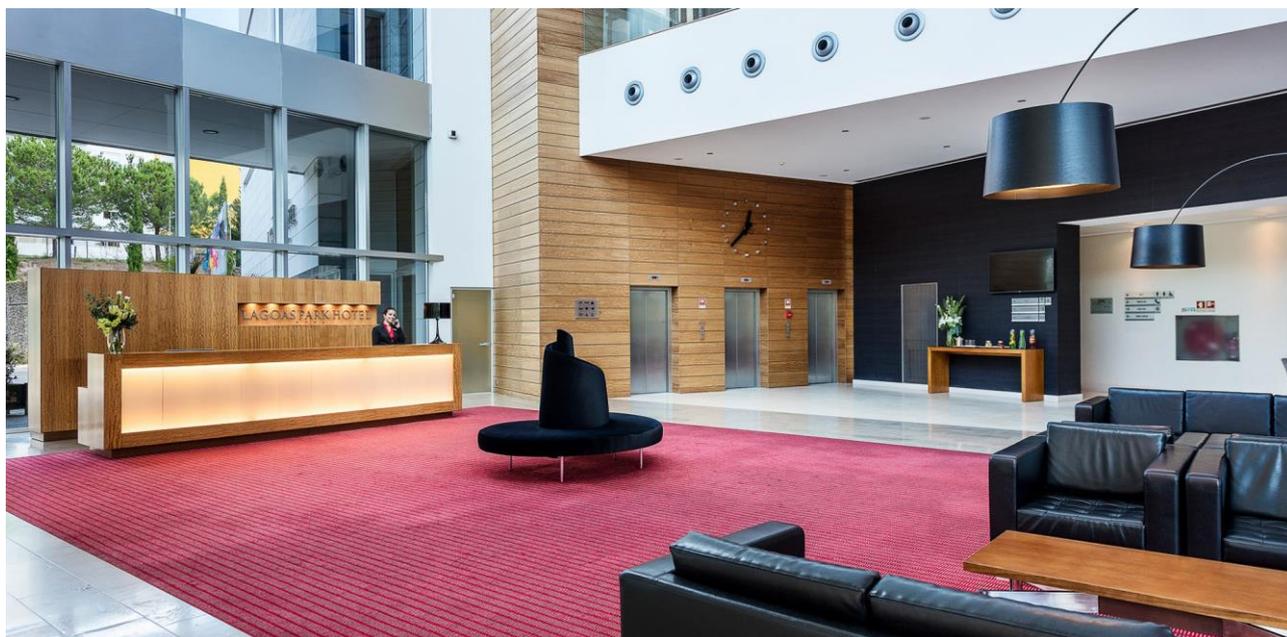
Evolução do EBITDA da Hotelaria
(Valores em milhares de euros)



As Vendas e Prestações de Serviços da Hotelaria registaram um acréscimo de 3,5% face ao período homólogo de 2020, com crescimentos em todos os mercados em que o Grupo opera, Portugal de 9,3%, Angola de 2,3% e em Moçambique de 6,6%, apesar da forte desvalorização do Kwanza. Este setor de atividade está a sofrer um maior impacto com a situação atual de pandemia COVID-19 e das medidas de contingência e de prevenção para mitigação e contenção do risco de saúde pública, bem como com a desvalorização do Kwanza que não tem permitido relevar em euros a resiliência da atuação das empresas do Grupo neste setor em Angola.

O EBITDA da Hotelaria registou uma diminuição de 6% face ao ano passado, penalizado pela desvalorização do Kwanza.

O Resultado Operacional da Hotelaria fixou-se em 3.890 milhares de euros em 2021, registando uma redução de 982 milhares de euros face ao período de 2020.



Lagoas Park Hotel, Oeiras - Portugal

ATIVIDADE EM 2021

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2021, informa-se que os rendimentos operacionais do Grupo no setor da Hotelaria atingiram o valor global de 37.936 milhares de euros, sendo que nesta área de negócio os mercados externos representam 84% da atividade e Portugal 16%.

Em **Portugal**, o Grupo atua neste setor com duas unidades hoteleiras:

LAGOAS PARK HOTEL	Unidade de quatro estrelas	Oeiras	182 quartos
SINERAMA	Unidade de três estrelas	Sines	105 quartos

Relatório de Gestão do Conselho de Administração 2021

O ano de 2021 foi marcado pela situação de pandemia COVID-19, em que o turismo foi um dos setores mais afetados.

No global, verificou-se nestas duas unidades um aumento de 13,9 p.p na taxa de ocupação, sendo que se registou um decréscimo de cerca de 8% no preço médio, resultante da adaptação do preço à procura existente, coincidente com os sucessivos estados de emergência declarados e consequente encerramento temporário das unidades.

Em **Angola**, as sociedades do Grupo que atuam neste setor totalizam 1.236 camas e 620 quartos distribuídos por três unidades hoteleiras, conforme se refere:

HOTEL TRÓPICO	Unidade de quatro estrelas	Luanda	280 quartos
HOTEL ALVALADE	Unidade de quatro estrelas	Luanda	202 quartos
HOTEL BAÍA	Unidade de quatro estrelas	Luanda	138 quartos

Em 2021, à semelhança do que sucedera no ano anterior, manteve-se o abrandamento da atividade económica no mercado angolano, sendo que a crise pandémica mundial viria a ter influência determinante na atividade.

Das medidas tomadas neste âmbito e face àquela que é a área de atuação do Grupo, destaca-se a adaptação das unidades hoteleiras, neste país, às exigências das entidades oficiais angolanas para fazer face às necessidades de quarentenas institucionais e isolamentos sociais.

A atividade dos hotéis neste mercado, tendo em consideração a procura para as referidas quarentenas e isolamentos, atingiu níveis superiores aos de 2020, tendo-se registado um aumento da taxa de ocupação de 5,6 p.p com rendimentos operacionais acima do ano anterior.

Refira-se ainda que para este desempenho contribuiu também uma estratégia comercial desenvolvida ao longo de todo o período anterior e que conduziu à contratação de grandes clientes *corporate*, nomeadamente no setor petrolífero e aviação comercial.

Na área da restauração prosseguiu-se a exploração dos refeitórios do Grupo, também aqui em termos e medidas necessariamente adaptadas à realidade de pandemia COVID-19.

Em Moçambique, as sociedades do Grupo que atuam neste setor totalizam 642 camas e 321 quartos distribuídos por três unidades hoteleiras, conforme se refere:

HOTEL AVENIDA	Unidade de cinco estrelas	Maputo	159 quartos
HOTEL TIVOLI MAPUTO	Unidade de três estrelas	Maputo	88 quartos
HOTEL TIVOLI BEIRA	Unidade de três estrelas	Beira	74 quartos

A atividade económica de Moçambique prosseguiu em desaceleração em 2021, o que, associado à crise pandémica mundial, veio a afetar definitivamente o desempenho das unidades neste mercado. Verificaram-se sucessivos estados de emergência declarados, seguidos de estados de calamidade, bem como a limitação temporária do espaço aéreo e das fronteiras terrestres.

Não obstante este contexto verificou-se a manutenção da taxa de ocupação das unidades face ao período homólogo, com um aumento significativo dos rendimentos operacionais, consequência da retoma de eventos *corporate*, resultantes da tímida evolução das medidas de restrição impostas pelas entidades oficiais.

Para 2022 perspetiva-se em Portugal uma retoma progressiva da atividade, a partir do segundo trimestre, função da evolução positiva da pandemia, esperando-se um aumento considerável da procura associada às viagens de negócios e lazer, bem como do mercado de congressos e eventos.

Em Angola, perspetiva-se, na atual conjuntura, uma diminuição da procura de alguns clientes *corporate*, designadamente nas áreas de *Oil & Gas*, consequência do fim da obrigatoriedade de quarentenas institucionais em hotéis decretada pelas entidades competentes, esperando-se contudo um aumento da procura por parte das companhias áreas com a expectável retoma dos voos, bem como da retoma gradual do fluxo de turismo de negócios.

Em **Moçambique**, a possível retoma dos projetos de *Oil & Gas* no norte do país, bem como as ações comerciais que se encontram em desenvolvimento dirigidas aos grandes clientes *corporate*, deverão contribuir para um desempenho consideravelmente melhor no ano de 2022.



Hotel Sinerama, Sines - Portugal



Lagoas Park Hotel, Oeiras - Portugal

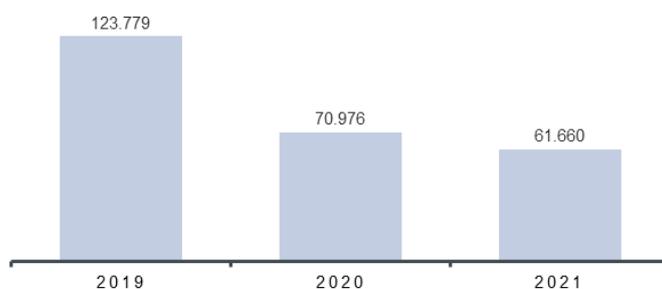
IV.5 Distribuição

A atuação do Grupo Teixeira Duarte neste setor teve início em 1996 e atualmente é realizada por diversas operações internacionais, atuando em Portugal através da "Teixeira Duarte Distribuição, S.A." e em Angola através das participadas "CND - Companhia Nacional de Distribuição (SU), Lda.", "DCG - Distribuição e Comércio Geral (SU), Lda.", "OCC - Operador Central de Comércio, Lda." e "COM 1 - Comércio e Distribuição (SU), Lda.".

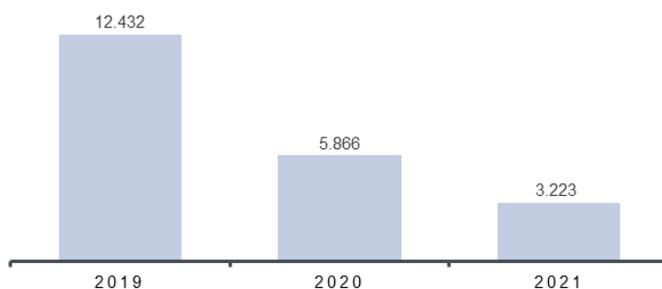
Ao longo de 2021, o Grupo foi sempre acompanhando o desenvolvimento da situação de pandemia COVID-19 e atuando em conformidade com as recomendações que foram sendo emitidas pela Organização Mundial de Saúde e pelas entidades públicas responsáveis pela área da saúde onde as empresas operam.

Neste enquadramento foram tomadas medidas de contingência e de prevenção para cumprimento das orientações daquelas entidades e para mitigação e contenção do risco de saúde pública, equilibrando esse desígnio com as diligências necessárias à salvaguarda da continuidade do negócio e do impacto que o mesmo tem em todos os seus *stakeholders*.

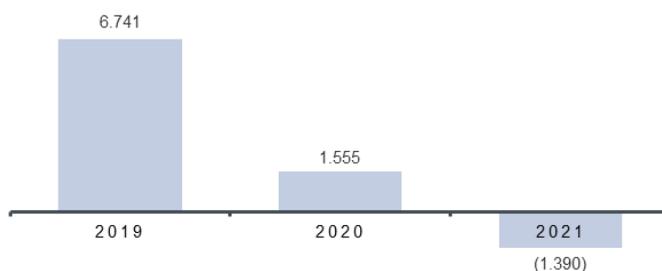
CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO



Evolução das Vendas e Prestações de Serviços da Distribuição
(Valores em milhares de euros)



Evolução do EBITDA da Distribuição
(Valores em milhares de euros)



Evolução dos Resultados Operacionais (EBIT) da Distribuição
(Valores em milhares de euros)

As empresas do Grupo a operar no setor da Distribuição tiveram uma diminuição de 13,1% nas Vendas e Prestações de Serviços face ao período homólogo.

O EBITDA da Distribuição diminuiu 45,1% face ao ano passado e o Resultado Operacional da Distribuição diminuiu 2.945 milhares de euros face ao ano passado, atingindo um Resultado Operacional negativo de 1.390 milhares de euros.

ATIVIDADE EM 2021

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2021, informa-se que os rendimentos operacionais do Grupo no setor da Distribuição atingiram o valor global de 88.656 milhares de euros, o que corresponde a uma diminuição de 11% face a 2020.

O ano de 2021 ficou marcado por uma relativa estabilização da atividade do Setor, verificando-se inclusivamente alguma melhoria no segundo semestre.

Mantiveram-se algumas restrições devidas à pandemia de COVID-19, nomeadamente ao nível da cadeia de abastecimento, afetando a disponibilidade de fornecimento e os prazos e custos dos transportes. Destaca-se a retoma da disponibilidade de carga aérea, ainda que com preços muito elevados, na ordem do dobro dos valores normalmente praticados antes da pandemia.

Em **Portugal**, a participada "Teixeira Duarte Distribuição, S.A.", que tem como mercado principal o angolano, assinalou um ano com rendimentos semelhantes a 2020. Como exportadora de produtos para este mercado, é de destacar a regularização na disponibilização de divisas por parte do BNA, mantendo-se, contudo, algumas restrições legais e de contexto no licenciamento das importações por parte das autoridades angolanas.

Na área de "Procurement", foram prosseguidos os esforços com vista a identificar e obter as mercadorias mais adequadas ao perfil atual de consumidores.

No âmbito das tecnologias de informação destaque para a introdução de novas soluções tecnológicas e processos que permitiram melhorar a comunicação dentro da estrutura e a gestão de tarefas e reportes em algumas áreas operacionais, nomeadamente com a utilização das ferramentas Bitrix24 e Power BI.

Em **Angola**, o Grupo Teixeira Duarte atua neste setor através de diversas Unidades de Negócio e pontos de venda ao público integrados nas seguintes entidades:

Através da "CND - Companhia Nacional de Distribuição (SU), Lda.":

- Retalho Alimentar, através da insígnia Maxi;
- Retalho Especializado, na área de Mobiliário e Decoração, através da insígnia Dakaza;
- Retalho Especializado, na área de Saúde e Bem-estar, através da insígnia Farmácia Popular.

Através da "DCG - Distribuição e Comércio Geral, Lda (SU) ", na Representação e Distribuição de Marcas.

Para a Maxi, 2021 foi um ano de foco no programa de evolução das lojas para um conceito mais qualitativo, com destaque para a diversificação do "cardex", através de um "procurement" exaustivo de novas gamas de produtos e pela continuação do aprofundamento da qualidade dos serviços de produtos frescos em loja, com destaque para a padaria, talho, peixaria e charcutaria, bem como, na simplificação da operação e na otimização de processos. Merece especial realce as intervenções realizadas nas lojas do Morro Bento, Maianga e Zango, cujas remodelações foram bem aceites pelos clientes, o que se traduziu numa consistente subida nas vendas.

Foram encerradas três unidades de venda durante o presente ano (Maxi Ginga Shopping, Maxi Congolenses e Maxi Golfe), por desadequação destas localizações para o novo formato de loja pretendido.

Destaque para as medidas tomadas nos últimos anos pelo governo angolano no sentido da dinamização da produção nacional, que têm promovido um intenso desenvolvimento dos setores da agricultura e indústria, tornando cada vez menor a dependência de produtos importados e criando as condições para os operadores de retalho trabalharem uma ampla gama de mercadorias de produção local.

A par das operações nas lojas, foi dado forte enfoque às vendas B2B (*Business to Business*) que mantiveram o seu bom desempenho, com especial destaque para a angariação de novos clientes.

Os rendimentos na Maxi cresceram 20,4% "like-for-like" em Kwanzas, apesar do tráfego de clientes ter decrescido cerca de 5% também "like for like", evidenciando um incremento do talão médio.

Na área de Mobiliário e Decoração, a Dakaza atingiu bons níveis de desempenho, muito por força da boa receptividade aos novos produtos apresentados, em linha com o plano de transformação desta insígnia. No mês de dezembro foi inaugurada a quinta loja Dakaza, no Shopping Xyami Kilamba, situado na maior centralidade da área metropolitana de Luanda.

Regista-se o crescimento dos rendimentos nesta insígnia em 4,2% em Kwanzas, apesar do tráfego de clientes ter decrescido cerca de 20%.

No retalho especializado, na área de Saúde e Bem-estar, a Farmácia Popular manteve o foco na excelência no atendimento e na qualidade dos produtos farmacêuticos. Manteve-se em 2021 um controlo rigoroso das quebras, à semelhança de anos anteriores.

Na Farmácia Popular os rendimentos cresceram 13% “like-for-like” em Kwanzas, apesar do tráfego de clientes só ter crescido cerca de 6%.

Na DCG, e em especial na Unidade de Bebidas, assistiu-se a uma retração dos rendimentos de cerca de 21%, mantendo-se esta tendência já registada no exercício anterior. As taxas aduaneiras impostas, aliadas à redução do poder de compra da população e às medidas de contenção contra a pandemia COVID-19, nomeadamente proibição de ajuntamentos e redução de horários de laboração na restauração, resultaram num cenário muito penalizador para a comercialização destes produtos.

A Unidade Alimentar da DCG cresceu cerca de 10% “like for like”, muito por força da regularidade nas importações dos produtos Matutano, que tiveram as fábricas fechadas durante alguns meses em 2020.

Apesar dos desafios do ano de 2021, não se prescindiu da aposta na formação dos diversos colaboradores do setor, com destaque para mais um curso de Diretores de Loja e um curso para Chefias Intermédias, confirmando a “Maxi” como uma grande “escola” de construção de bons quadros de retalho em Angola.

Para 2022, perspectiva-se que Angola continue o seu movimento de ajustamento da economia, continuando a promover políticas viradas para a redução da dependência do sector petrolífero, prosseguindo a aposta estratégica na diversificação da produção nacional, com destaque para a indústria e agricultura, estando estes identificados como eixos prioritários do desenvolvimento do País.

Espera-se um ano de consolidação das diversas atividades, onde se continuará a privilegiar a qualidade, diversidade e preços competitivos dos produtos comercializados, a par da fidelização dos clientes de retalho final e corporativos, com uma oferta mais alargada de mercadorias, novos serviços em loja e na excelência do atendimento.

Prosseguir-se-á com o rigoroso controlo de custos, nomeadamente das quebras, e na otimização dos processos através da contínua simplificação dos procedimentos e do investimento em ferramentas informáticas.

Continuará também a aposta constante e regular que o Grupo tem feito na área da Qualificação Profissional, estando previstos vários planos de formação que abrangem todos os trabalhadores das diversas insígnias, com programas específicos por funções, bem como novas edições de programas no âmbito da Academia Maxi com o objetivo de promover a evolução profissional e o *know-how* de todo o quadro de colaboradores.



Lojas Dakaza, Luanda - Angola



Farmácia Popular, Luanda - Angola

IV.6 Automóvel

As sociedades do Grupo Teixeira Duarte atuam há mais de trinta anos no setor Automóvel, prosseguindo hoje a sua atividade através da comercialização de produtos de diversos fabricantes internacionais nos seguintes segmentos de mercado:

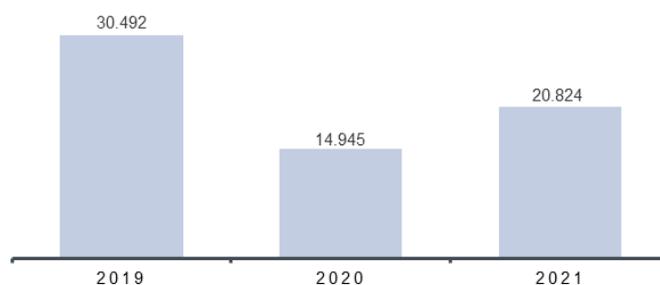
- Ligeiros: Nissan, Renault, Chevrolet, Mahindra, JMC, Ssangyong, Suzuki;
- Pesados: Renault Trucks e Randon;
- Motociclos: Honda;
- Equipamentos: Denyo.

A atividade da Teixeira Duarte foi afetada pela situação de pandemia COVID-19, ainda que em circunstâncias e alcances distintos conforme os países, as medidas oficiais aí implementadas e as assumidas também pelos demais *stakeholders*, designadamente clientes, fornecedores e parceiros.

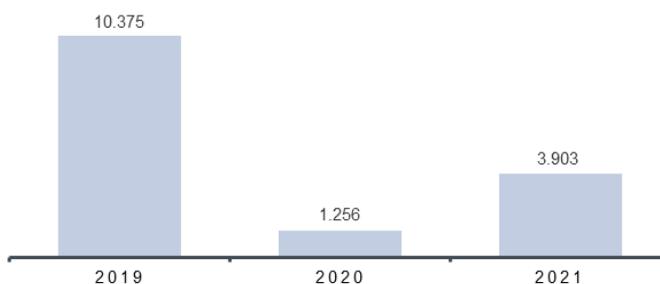
Face à natureza da atividade, foram adotadas medidas de contingência e prevenção para mitigação e contenção do risco de saúde pública com maior alcance em Angola, onde as empresas do Grupo têm as operações de venda e as lojas abertas aos clientes, sendo que o esforço e cooperação de todos os intervenientes, com destaque para os próprios colaboradores, permitiu que se tivessem criado medidas de contingência e de prevenção para cumprimento das orientações das autoridades e para mitigação e contenção do risco de saúde pública, atingindo esse desígnio e promovendo as diligências necessárias à salvaguarda da continuidade dos negócios e do impacto que o mesmo tem em todos os seus *stakeholders*.

Entre outras medidas, foram adaptadas as instalações de prestação de serviços de pós-venda e de vendas de peças e otimizados os processos, reduzidas algumas equipas, incluindo nas operações centrais de apoio à atividade em Angola, o que se revelou essencial à continuidade do negócio ao longo do ano. Estas mudanças, juntamente com a expectativa da recuperação da economia angolana e a retoma do poder de compra para o setor automóvel, que foi sendo adiada no último ano, permite assumir-se boas perspectivas para o desempenho no ano de 2022.

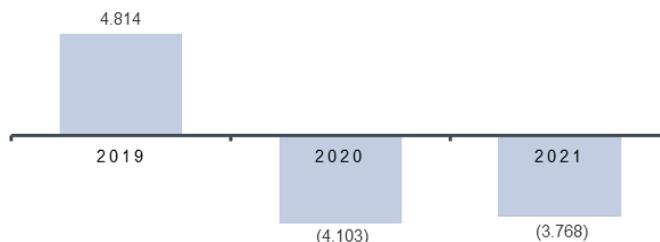
CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO



Evolução das Vendas e Prestações de Serviços do Automóvel
(Valores em milhares de euros)



Evolução do EBITDA do Automóvel
(Valores em milhares de euros)



Evolução dos Resultados Operacionais (EBIT) do Automóvel
(Valores em milhares de euros)

O setor Automóvel registou um aumento das Vendas e Prestações de Serviços de 39,3% relativamente a 2020, ainda que fortemente impactado pela desvalorização do Kwanza.

Em Portugal, este indicador teve uma diminuição de 25,3% face ao período homólogo.

Em Angola, mercado principal onde o Grupo opera neste setor e que representa 97,1% do total das Vendas e Prestações e Serviços, verificou-se um aumento de 43% face ao período homólogo. Desconsiderando o efeito da desvalorização cambial do Kwanza esta variação teria sido de 61,3%.

O EBITDA do Automóvel registou um aumento de 2.647 milhares de euros face ao ano anterior, o que corresponde a um aumento de 210,7% face ao período homólogo.

O Resultado Operacional apresenta uma ligeira melhoria face ao ano 2020, ainda assim, atingiu um Resultado Operacional negativo de 3.768 milhares de euros.



Stand Nissan no Polo TDA Talatona, Luanda - Angola

ATIVIDADE EM 2021

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2021, informa-se que os rendimentos operacionais do Grupo no setor do Automóvel atingiram o valor global de 37.573 milhares de euros, o que corresponde a um acréscimo de 77% face a 2020.

Em Portugal, a sociedade SMOTORS, S.A. terminou o contrato de representação da marca Suzuki para o distrito de Lisboa, no dia 14 de novembro de 2021, sendo que até essa data manteve a atividade de comercialização de viaturas, assistência técnica pós-venda e comercialização de peças ao balcão.

Em Angola, o ano foi marcado por um aumento no volume de viaturas vendidas, verificando-se um acréscimo de cerca de 62%, passando de 2.390 unidades vendidas em 2020 para 3.876 viaturas comercializadas em 2021.

A atividade foi, também em 2021, fortemente impactada pela pandemia COVID-19, quer pela reduzida atividade económica, quer pela continuação dos condicionamentos à circulação entre províncias e entre países, quer pela interrupção drástica das cadeias logísticas de abastecimento de viaturas e peças por parte dos operadores internacionais.

A situação de Pandemia COVID-19 implicou limitações ao normal funcionamento das operações, com destaque para as regras aplicadas ao regime de funcionamento das oficinas, nomeadamente na carga máxima de pessoal admissível por estabelecimento.

Neste contexto desafiante, manteve-se o enfoque numa gestão rigorosa dos custos de exploração e na contínua otimização dos processos e intensificou-se a atividade comercial junto do segmento corporativo, consolidando as relações de parceria e reforçando a fidelização de clientes através de um serviço próximo e de uma Assistência Técnica de reconhecida qualidade.

Manteve-se a aposta na qualificação do quadro de pessoal, com a promoção de vários cursos de formação seguindo os modelos de evolução profissional em vigor para as várias equipas técnicas.

Para 2022 dar-se-á continuidade à gestão criteriosa dos *stocks*, à otimização de recursos e ao reforço e digitalização dos processos de organização nas diversas áreas deste negócio.

Será dada especial atenção ao aprofundamento das relações institucionais com as principais marcas representadas, igualmente impactadas pela pandemia, e cujas reestruturações nas organizações resultaram em alguns casos em novas equipas de acompanhamento deste mercado.

Manter-se-á o foco no segmento corporativo e na proximidade junto dos principais clientes, promovendo ações que promovam a melhoria dos serviços prestados.

Dar-se-á continuidade à formação contínua de todos os colaboradores, com particular incidência na área técnica.



Stand Renault no Polo TDA Talatona, Luanda - Angola

V. PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO FUTURA

FACTOS OCORRIDOS APÓS A CONCLUSÃO DO PERÍODO

A deliberação do Conselho de Administração de reconhecer nas contas do exercício de 2021 os efeitos decorrentes da suspensão da atividade de seis empreitadas públicas na Argélia, tomada na sequência de uma sentença judicial de última instância proferida, no dia 17 de fevereiro de 2022, por tribunal argelino no âmbito de um processo respeitante a um parceiro da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., cujas consequências e impactos se expuseram *supra* no capítulo Avaliação Económica e Financeira.

A situação de guerra na Ucrânia, que tem importado efeitos disruptivos no normal funcionamento das cadeias de abastecimento de produtos, quer ao nível da disponibilidade, quer dos preços.

PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO FUTURA

A Teixeira Duarte prevê a continuidade das operações nos diferentes setores e mercados em que tem vindo a atuar, ainda que influenciada pelos impactos da situação de pandemia mundial COVID-19 e do facto das desvalorizações de moedas de países onde o Grupo opera diminuir a relevância em euros da atividade, bem como da mais recente situação de guerra na Ucrânia e das diversas consequências daí resultantes, designadamente as acima referidas.

Sem prejuízo disso e tendo presente a relevância da Construção nos rendimentos operacionais do Grupo, recorda-se que a Carteira de Encomendas da Construção se fixou em 31 de dezembro de 2021 no valor global de 1.024.297 milhares de euros.

Do mesmo modo, entende-se relevante informar a este propósito que, após 31 de dezembro de 2021, foram adjudicadas / contratadas obras no montante global de 21.854 milhares de euros, o qual acresce ao da Carteira de Encomendas apurado em 31 de dezembro de 2021.

Para 2022, a Teixeira Duarte prevê atingir rendimentos operacionais consolidados de cerca de 700 milhões de euros.

VI. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS A MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E A COLABORADORES

O Grupo Teixeira Duarte prossegue o propósito de proceder à distribuição de resultados aos membros do Conselho de Administração e colaboradores.

Este ano de 2021 tal não sucedeu na Teixeira Duarte, S.A., tendo esse objetivo sido realizado em sociedades suas subsidiárias que apresentaram resultados individuais positivos que, para esse efeito, registou como gasto do período um total de 4.850.000,00€ (quatro milhões oitocentos e cinquenta mil euros).

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que os resultados líquidos da “TEIXEIRA DUARTE, S.A.” apurados no período de 2021, negativo no montante de 125.858.431,74€ (cento e vinte e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e trinta e um euros e setenta e quatro cêntimos) seja levado a resultados transitados.

Lagoas Park, 22 de abril de 2022

O Conselho de Administração,

Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

Carlos Gomes Baptista

Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte

Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo

Isabel Maria Nunes Correia Teixeira Duarte

Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

VII. ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NÚMERO DE VALORES MOBILIÁRIOS DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Em cumprimento dos deveres de informação a que está vinculada pelos diversos normativos em vigor, a Teixeira Duarte, S.A. apresenta, de seguida, a lista de valores mobiliários emitidos pela Sociedade e por sociedades com as quais esteja em relação de domínio ou de grupo, detidas por titulares dos órgãos sociais, bem como todas as aquisições, onerações ou transmissões durante o exercício de 2021, especificando o montante, a data do facto e a contrapartida paga ou recebida:

I. Número de ações detidas pelos Membros dos Órgãos Sociais a 31 de dezembro de 2020:

Nome	Sociedade	Qualidade	Nº de ações
José Luciano Vaz Marcos	Teixeira Duarte, S.A	Presidente da Mesa da Assembleia Geral	-
José Mário Ferreira de Almeida	Teixeira Duarte, S.A	Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral	3.000
José Pedro Poiares Cobra Ferreira	Teixeira Duarte, S.A	Secretário da Mesa da Assembleia Geral	-
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A	Presidente do Conselho de Administração	42.000
Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A	Vogal do Conselho de Administração	5.030.575
Carlos Gomes Baptista	Teixeira Duarte, S.A	Vogal do Conselho de Administração	62.671
Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A	Vogal do Conselho de Administração	3.967.473
Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo	Teixeira Duarte, S.A	Vogal do Conselho de Administração	31.160
Óscar Manuel Machado de Figueiredo	Teixeira Duarte, S.A	Presidente do Conselho Fiscal	-
Ana Cristina Louro Ribeiro Doutor Simões	Teixeira Duarte, S.A	Vogal do Conselho Fiscal	-
João Salvador dos Santos Matias	Teixeira Duarte, S.A	Vogal do Conselho Fiscal	10
Rui Pedro Ferreira de Almeida	Teixeira Duarte, S.A	Suplente do Conselho Fiscal	-
Moore Stephens & Associados, SROC, S.A.	Teixeira Duarte, S.A	Revisor Oficial de Contas	-

II. Operações com ações detidas, direta e indiretamente, pelos Membros dos Órgãos Sociais durante o período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2021:

Não foram realizadas operações com ações detidas, direta e indiretamente, pelos Membros dos Órgãos Sociais durante o período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2021.

III. Número de ações detidas pelos Membros dos Órgãos Sociais a 31 de dezembro de 2021:

Nome	Sociedade	Qualidade	Nº de ações
José Luciano Vaz Marcos	Teixeira Duarte, S.A	Presidente da Mesa da Assembleia Geral	-
José Mário Ferreira de Almeida	Teixeira Duarte, S.A	Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral	3.000
José Pedro Poiares Cobra Ferreira	Teixeira Duarte, S.A	Secretário da Mesa da Assembleia Geral	-
Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A	Presidente do Conselho de Administração	5.030.575
Carlos Gomes Baptista	Teixeira Duarte, S.A	Vogal do Conselho de Administração	62.671
Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A	Vogal do Conselho de Administração	3.967.473
Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo	Teixeira Duarte, S.A	Vogal do Conselho de Administração	31.160
Isabel Maria Nunes Correia Teixeira Duarte	Teixeira Duarte, S.A	Vogal do Conselho de Administração	50.000
Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte (a)	Teixeira Duarte, S.A	Vogal do Conselho de Administração	49.673.026

Relatório de Gestão do Conselho de Administração 2021

Nome	Sociedade	Qualidade	Nº de ações
Óscar Manuel Machado de Figueiredo	Teixeira Duarte, S.A	Presidente do Conselho Fiscal	-
Ana Cristina Louro Ribeiro Doutor Simões	Teixeira Duarte, S.A	Vogal do Conselho Fiscal	-
João Salvador dos Santos Matias	Teixeira Duarte, S.A	Vogal do Conselho Fiscal	10
Rui Pedro Ferreira de Almeida	Teixeira Duarte, S.A	Suplente do Conselho Fiscal	-
Moore Stephens & Associados, SROC, S.A.	Teixeira Duarte, S.A	Revisor Oficial de Contas	-

(a) 1.408.416 ações detidas diretamente pelo Administrador e 48.264.610 ações detidas pela Sociedade por si dominada diretamente "MIDINVEST - Gestão e Investimentos, Sociedade Unipessoal, Lda."

IV. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias.

Não existem ações próprias.

LISTA DOS TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS À DATA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Dando cumprimento às disposições legais e regulamentares aplicáveis, é com base nos registos da Sociedade e nas informações recebidas que a TEIXEIRA DUARTE, S.A. divulga aqui a lista dos titulares de participações qualificadas no seu capital social à data de 31 de dezembro de 2021, com indicação do número de ações detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, calculada nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

TEIXEIRA DUARTE 1886, S.A. (anteriormente denominada TEIXEIRA DUARTE - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.)	N.º ações em 31.12.2021	% Capital social com direito de
Diretamente	168 550 000	40,13%
Através dos membros do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte 1886, S.A." (a)	53 248 164	12,68%
TOTAL IMPUTÁVEL	221 798 164	52,81%

(a) 3.575.138 ações detidas pelo Administrador António Carlos Calainho de Azevedo Teixeira Duarte; 1.408.416 ações detidas diretamente pelo Administrador Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte e 48.264.610 ações detidas pela Sociedade por si dominada diretamente "MIDINVEST - Gestão e Investimentos, Sociedade Unipessoal, Lda."

Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	N.º ações em 31.12.2021	% Capital social com direito a voto
Diretamente	1 408 416	0,34%
Através da sociedade por si dominada diretamente "MIDINVEST - Gestão e Investimentos, Sociedade Unipessoal, Lda."	48.264.610	11,49%
TOTAL IMPUTÁVEL	49.673.026	11,83%

Esta operação foi realizada pela sociedade por si dominada PACIM – Gestão e Investimentos, Lda. (b) Esta operação foi realizada entre a sociedade "MIDINVEST - Gestão e Investimentos, Sociedade Unipessoal, Lda." e a "Teixeira Duarte – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A." (na qual, à data, eram Administradores Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte e Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte), a qual, por cada 35 ações TEIXEIRA DUARTE, S.A. adquiridas, alienou 1 ação representativa do seu próprio capital social. (c) Esta operação foi realizada pela sociedade por si dominada PACIM – Gestão e Investimentos, Lda., a qual, por cada 35 ações TEIXEIRA DUARTE, S.A. alienadas, recebeu 1 ação representativa do capital social da TEIXEIRA DUARTE - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A



Q. QUARTIER BROOKLIN 133

Empreendimento Quartier Brooklin, São Paulo - Brasil

Relatório sobre o Governo da Sociedade 2021

I. INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

A. ESTRUTURA ACIONISTA

I. ESTRUTURA DE CAPITAL

1. Estrutura de capital (capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc), incluindo indicação das ações não admitidas à negociação, diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (Art. 245.º-A, n.º 1, al. a)).

O capital social da "Teixeira Duarte, SA" (adiante abreviadamente designada por TD,SA), no valor global de 210.000.000,00€ (duzentos e dez milhões de Euros) encontra-se totalmente realizado e é representado por 420.000.000 ações com o valor nominal de 0,50€ (cinquenta cêntimos) cada uma.

As ações são todas ordinárias, escriturais, nominativas e estão admitidas à negociação em mercado regulamentado (EURONEXT LISBON). As ações pertencem a uma categoria única, a cada uma corresponde um voto, e não existem ações com direitos ou deveres especiais.

De acordo com os elementos apurados, as ações que representam o capital social da TD,SA estavam, ao final do exercício de 2021, distribuídas por um total de 4.166 acionistas da seguinte forma:

- Acionistas titulares de até 42.000 ações: 3.722
- Acionistas titulares de entre 42.001 a 420.000 ações: 384
- Acionistas titulares de entre 420.001 a 4.200.000 ações: 47
- Acionistas titulares de entre 4.200.001 a 42.000.000 ações: 11
- Acionistas titulares de mais de 42.000.000 ações: 2

2. Restrições à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de ações (Art. 245.º-A, n.º 1, al. b)).

Não existem quaisquer restrições à transmissibilidade das ações, nomeadamente cláusulas de consentimento para a alienação ou limitações à titularidade de ações.

3. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias (Art. 245.º-A, n.º 1, al. a)).

Não existem ações próprias.

4. Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respetivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, exceto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais (Art. 245.º-A, n.º 1, al. j)).

A TD,SA não é parte de acordos significativos que podem cessar em caso de mudança de controlo da Sociedade, excetuando as situações previstas em contratos de financiamento, de acordo com a prática normal do mercado, alguns dos quais preveem, em caso de mudança de controlo da Sociedade, a possibilidade de a instituição financeira solicitar o reembolso antecipado.

Os referidos contratos de financiamento não são suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações, devido às suas condições e características.

Refira-se, adicionalmente, que a TD,SA não adota quaisquer medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela Sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, nem medidas que se afigurem suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.

5. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

A TD,SA não prevê estatutariamente nem adota quaisquer medidas defensivas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

6. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto (Art. 245.º-A, n.º 1, al. g).

Tanto quanto seja do conhecimento da Sociedade, a 31 de dezembro de 2021 não existiam quaisquer acordos parassociais, nomeadamente os que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

II. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

7. Identificação das pessoas singulares ou coletivas que, direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas (Art. 245.º-A, n.º 1, al. c) e d) e Art. 16.º), com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação.

Informa-se que, a 31 de dezembro de 2021, os titulares de participações qualificadas, calculadas nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, em cumprimento do artigo 8.º n.º 1, al. b), do Regulamento da CMVM n.º 05/2008, eram os seguintes:

TEIXEIRA DUARTE 1886, S.A. (anteriormente denominada TEIXEIRA DUARTE - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.)	N.º ações em 31.12.2021	% Capital social com direito de
Diretamente	168 550 000	40,13%
Através dos membros do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte 1886, S.A." (a)	53 248 164	12,68%
TOTAL IMPUTÁVEL	221 798 164	52,81%

(a) 3.575.138 ações detidas pelo Administrador António Carlos Calainho de Azevedo Teixeira Duarte; 1.408.416 ações detidas diretamente pelo Administrador Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte e 48.264.610 ações detidas pela Sociedade por si dominada diretamente "MIDINVEST - Gestão e Investimentos, Sociedade Unipessoal, Lda."

Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	N.º ações em 31.12.2021	% Capital social com direito a voto
Diretamente	1 408 416	0,34%
Através da sociedade por si dominada diretamente "MIDINVEST - Gestão e Investimentos, Sociedade Unipessoal, Lda."	48.264.610	11,49%
TOTAL IMPUTÁVEL	49.673.026	11,83%

IDS Value, Lda.	N.º ações em 31.12.2021	% Capital social com direito a voto
Diretamente	10 999 820	2,62%
TOTAL IMPUTÁVEL	10 999 820	2,62%

João Afonso Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	N.º ações em 31.12.2021	% Capital social com direito a voto
Diretamente	10 266 363	2,44%
TOTAL IMPUTÁVEL	10 266 363	2,44%

8. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização. [NOTA: a informação deve ser prestada de forma a dar cumprimento ao disposto no n.º 5 do Art. 447.º CSC]

A TD,SA apresenta de seguida a lista de valores mobiliários emitidos pela Sociedade e por sociedades com as quais esteja em relação de domínio ou de grupo, detidas por titulares dos órgãos sociais, bem como todas as aquisições, onerações ou transmissões durante o exercício de 2021, especificando o montante, a data do facto e a contrapartida paga ou recebida.

I. Número de ações detidas pelos Membros dos Órgãos Sociais a 31 de dezembro de 2020:

Nome	Sociedade	Qualidade	Nº de ações
José Luciano Vaz Marcos	TD, SA	Presidente da MAG	-
José Mário Ferreira de Almeida	TD, SA	Vice-Presidente da MAG	3.000
José Pedro Poiares Cobra Ferreira	TD, SA	Secretário da MAG	-
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	TD, SA	Presidente do CA	42.000
Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	TD, SA	Vogal do CA	5.030.575
Carlos Gomes Baptista	TD, SA	Vogal do CA	62.671
Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte	TD, SA	Vogal do CA	3.967.473
Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo	TD, SA	Vogal do CA	31.160
Óscar Manuel Machado de Figueiredo	TD, SA	Presidente do CF	-
Ana Cristina Louro Ribeiro Doutor Simões	TD, SA	Vogal do CF	-
João Salvador dos Santos Matias	TD, SA	Vogal do CF	10
Rui Pedro Ferreira de Almeida	TD, SA	Suplente do CF	-
Moore Stephens & Associados, SROC, SA	TD, SA	Revisor Oficial de Contas	-

II. Operações com ações detidas, direta e indiretamente, pelos Membros dos Órgãos Sociais durante o período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2021:

Não foram realizadas operações com ações detidas, direta e indiretamente, pelos Membros dos Órgãos Sociais durante o período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2021.

III. Número de ações detidas pelos Membros dos Órgãos Sociais a 31 de dezembro de 2021:

Nome	Sociedade	Qualidade	Nº de ações
José Luciano Vaz Marcos	TD, SA	Presidente da MAG	-
José Mário Ferreira de Almeida	TD, SA	Vice-Presidente da MAG	3.000
José Pedro Poiares Cobra Ferreira	TD, SA	Secretário da MAG	-
Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	TD, SA	Presidente do CA	5.030.575
Carlos Gomes Baptista	TD, SA	Vogal do CA	62.671
Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte	TD, SA	Vogal do CA	3.967.473
Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo	TD, SA	Vogal do CA	31.160
Isabel Maria Nunes Correia Teixeira Duarte	TD, SA	Vogal do CA	50.000
Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte (a)	TD, SA	Vogal do CA	49.673.026
Óscar Manuel Machado de Figueiredo	TD, SA	Presidente do CF	-
Ana Cristina Louro Ribeiro Doutor Simões	TD, SA	Vogal do CF	-
João Salvador dos Santos Matias	TD, SA	Vogal do CF	10
Rui Pedro Ferreira de Almeida	TD, SA	Suplente do CF	-
Moore Stephens & Associados, SROC, SA	TD, SA	Revisor Oficial de Contas	-

9. Poderes especiais do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital (Art. 245.º-A, n.º 1, al. i), com indicação, quanto a estas, da data em que lhe foram atribuídos, prazo até ao qual aquela competência pode ser exercida, limite quantitativo máximo do aumento do capital social, montante já emitido ao abrigo da atribuição de poderes e modo de concretização dos poderes atribuídos.

Ao abrigo dos Estatutos da TD,SA são conferidos poderes especiais ao Conselho de Administração para:

- Deliberar que a Sociedade participe na constituição, subscreva capital, assuma interesses ou tome parte em outras sociedades, empresas, agrupamentos complementares ou associações de qualquer espécie e coopere, colabore ou se consorcie com quaisquer outras entidades, bem como preste serviços técnicos de administração e gestão ou apoio em recursos humanos e financeiros a sociedades participadas ou com as quais tenha celebrado contrato de subordinação (Artigo 4.º); e

- Emitir quaisquer modalidades ou tipos de obrigações, bem como quaisquer outros instrumentos ou valores mobiliários, designadamente representativos de dívida, nas modalidades e nos termos que lhe sejam permitidos pela lei, e nas condições que forem determinadas pelo órgão que decidir a emissão (Artigo 8.º).
- Os Estatutos da TD,SA não conferem quaisquer poderes especiais ao órgão de administração sobre eventuais deliberações de aumento de capital social da Sociedade.

10. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade.

Não existem relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade.

B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

I. ASSEMBLEIA GERAL

a) Composição da Mesa da Assembleia Geral

11. Identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato (início e fim).

Nos termos do artigo 14.º dos Estatutos da TD,SA a Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente, um Vice-Presidente e pelo Secretário da Sociedade, sendo atualmente constituída pelos seguintes membros:

Presidente: José Luciano Vaz Marcos

Vice-Presidente: José Mário Ferreira de Almeida

Secretário: José Pedro Poiars Cobra Ferreira

Todos os identificados membros da Mesa da Assembleia Geral foram eleitos em Assembleia Geral de 27 de maio de 2019, para exercerem funções nesse órgão durante o quadriénio 2019/2022.

b) Exercício do direito de voto

12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial (Art. 245.º-A, n.º 1, al. f)).

Não existem restrições em matéria de direito de voto, nomeadamente limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, sendo que, quanto aos prazos impostos para o exercício do direito de voto, as únicas limitações são as indicadas infra para o caso de voto por correspondência.

A TD,SA não estabeleceu qualquer tipo de sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial ou de mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária.

Convocatória e Informações Preparatórias em Assembleia Geral

De referir, ainda, que a TD,SA divulga, dentro dos prazos legais aplicáveis, e em todos os locais impostos por Lei, a convocatória das Assembleias Gerais, juntamente com as propostas de deliberação e informações preparatórias, tudo no sentido de garantir, promover e incentivar a participação dos acionistas, por si ou por representantes por si designados, nas Assembleias Gerais.

Participação em Assembleia Geral

De acordo com o teor do artigo 13.º do Pacto Social, poderá participar na Assembleia Geral e aí discutir e votar quem, na data de registo, correspondente às 0 horas (GMT) do 5.º dia de negociação anterior ao da Assembleia, for titular de ações que lhe confirmem pelo menos um voto.

A cada ação, nas condições supra referidas, corresponde um voto. Embora os Estatutos prevejam no seu artigo 7.º a possibilidade de existirem ações sem o direito de voto, estas não existem.

Voto por Correspondência

Para o exercício do direito de voto por correspondência e para a execução dos demais procedimentos constantes dos Estatutos, a Sociedade implementou os meios indispensáveis para o efeito, disponibilizando no seu sítio da Internet e na sede social todos os formulários necessários, nomeadamente minutas de cartas e do boletim de voto, bem como as instruções para o respetivo preenchimento.

Voto por Meios Eletrónicos

Embora reconheça que a utilização das novas tecnologias potencia o exercício dos direitos dos acionistas a TD,SA entende que as específicas exigências de segurança inerentes ao processo de voto por meios eletrónicos são muito significativas, nomeadamente no que se refere aos meios técnicos necessários para verificar a autenticidade das correspondentes declarações de voto e à garantia da integridade e confidencialidade dos respetivos conteúdos, do mesmo modo que reconhece o elevado nível de segurança e de fiabilidade operacional necessários na receção das mencionadas declarações.

Adicionalmente, a TD,SA nunca recebeu qualquer solicitação de implementação deste sistema, nem qualquer reparo a eventual dificuldade de participação nas Assembleias Gerais ou no exercício dos direitos de voto.

A ponderação do quanto acima se refere e o facto de as Assembleias Gerais da TD,SA terem tradicionalmente uma muito alta representação de capital social constituem a razão pela qual a Empresa não considerou vantajosa a implementação a possibilidade de exercício do direito de voto por meios eletrónicos.

Assembleias Gerais

Em 2021 a TD, SA realizou duas Assembleias Gerais: a Assembleia Geral Anual da Sociedade, dia 24 de maio de 2021, e uma Assembleia Geral Extraordinária, de 8 de outubro de 2021, para deliberar sobre a recomposição do Conselho de Administração, incluindo a designação de novo Presidente do Conselho de Administração, bem como para deliberar sobre a substituição de um membro da Comissão de Remunerações.

Ambas as Assembleias Gerais foram realizadas de forma presencial e por meios telemáticos. Com efeito, devido ao ambiente de emergência de saúde pública, gerada pela doença COVID-19, a sociedade decidiu disponibilizar um acesso áudio e vídeo, através da internet, para visualização remota dos trabalhos. Cumpre assinalar que em ambas as Assembleias Gerais, nenhuma pessoa solicitou a utilização deste meio, tendo todos os acionistas e seus representantes, optado por estar presentes fisicamente na reunião, como habitualmente.

Neste contexto, a TD,SA considera que a participação dos acionistas nas Assembleias Gerais tem sido plenamente assegurada mesmo no caso de estes não poderem estar presentes, quer através do voto por correspondência, quer através dos mecanismos de representação existentes, sendo que o modelo adotado promove e incentiva a participação dos acionistas em Assembleia Geral, estando a Sociedade preparada para, em situações que tal se justifique, promover a participação à distância, utilizando meios telemáticos para o efeito.

13. Indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do Art. 20.º.

Os Estatutos da TD,SA não fixam uma percentagem máxima ou número máximo de direitos de voto que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista (de forma individual ou em concertação com outros acionistas) ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações previstas no n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

14. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.

Não existem disposições estatutárias que imponham quóruns de maiorias qualificadas para deliberações sobre determinados temas por parte dos acionistas, sem prejuízo das disposições legais que, para certos casos, possam exigir maiorias qualificadas ou estabelecer outras formas de vencimento das propostas.

II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

(Conselho de Administração, Conselho de Administração Executivo e Conselho Geral e de Supervisão)

a) Composição

15. Identificação do modelo de governo adotado.

Desde a sua constituição, em 30 de novembro de 2009, a TD,SA adotou um modelo de Governo da Sociedade conhecido por latino reforçado, tendo como órgãos sociais, além da Assembleia Geral e respetiva Mesa, um Conselho de Administração e dois Órgãos de Fiscalização autónomos: o Conselho Fiscal e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Entende-se importante referir aqui a colaboração existente entre todas essas estruturas do Grupo, bem como as vantagens resultantes dessas sinergias, traduzidas no meio privilegiado e eficaz de se alcançarem objetivos por todos assumidos como coletivos.

O modelo societário adotado dá integral cumprimento aos objetivos que lhe serviram de base, ou seja, manter a TD,SA com bons níveis de funcionamento e eficiência no desempenho das funções de cada órgão social, autonomamente e na interligação entre eles, revelando-se portanto este modelo societário adequado ao *modus operandi* da TD,SA, das suas estruturas e dos membros que compõem os órgãos sociais, nomeadamente os membros do Conselho de Administração.

16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão (Art. 245.º-A, n.º 1, al. h).

Os membros do órgão de administração da TD,SA são eleitos em Assembleia Geral pelo sistema de listas, por quatro anos, coincidindo com os exercícios sociais, podendo ser reconduzidos uma ou mais vezes, nos termos e com os limites legalmente estabelecidos, e consideram-se empossados logo que eleitos, sem dependência de outras formalidades.

Ao abrigo das regras especiais de eleição previstas na Lei, a TD,SA adotou o sistema que permite que um dos Administradores possa ser eleito entre pessoas propostas em listas que sejam subscritas e apresentadas por grupos de acionistas, desde que nenhum desses grupos possua ações representativas de mais de vinte por cento e menos de dez por cento do capital social. Em conformidade com tal opção, o Administrador assim eleito substitui automaticamente aquele que figurar em último lugar na lista que faça vencimento na eleição dos Administradores.

Os Estatutos fixam em cinco o número de faltas a reuniões por mandato, seguidas ou interpoladas, sem justificação aceite pelo Conselho de Administração, que conduzem à situação de falta definitiva de um Administrador, com as demais consequências previstas na Lei.

Os Estatutos não preveem a existência de qualquer Administrador suplente e não fixam qualquer regra específica para a substituição dos membros do Conselho de Administração, pelo que será aplicável o regime geral previsto no Código das Sociedades Comerciais sobre esta matéria, ou seja, o Conselho de Administração poderá proceder à substituição do Administrador que deixe de desempenhar funções por qualquer uma das causas previstas na Lei, nomeadamente por renúncia ou acumulação de faltas, procedendo, se assim o entender e nos termos e condições aplicáveis, à correspondente cooptação, a qual deverá ser ratificada na primeira Assembleia Geral seguinte.

Os requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros quanto à composição do Conselho de Administração salvaguardam a diversidade de género, a diversidade etária, a diversidade de habilitações e a diversidade de antecedentes profissionais, nos termos previstos na alínea q) do artigo 29-H do Código dos Valores Mobiliários, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 99-A/2021, de 31 de janeiro.

Com efeito, a TD,SA reconhecendo as vantagens decorrentes da diversidade na composição dos seus Órgãos de Administração e Fiscalização, nomeadamente em termos de idade, sexo, habilitações e antecedentes profissionais aprovou em Assembleia Geral de 26 de maio de 2018, a Política de Diversidade da TD,SA, que se encontra em vigor e que define critérios para a seleção e nomeação dos órgãos sociais da Sociedade (onde se inclui o Conselho de Administração) e que é aqui divulgada, em conformidade com o disposto no artigo 29-H do Código de Valores Mobiliários, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 99-A/2021, de 31 de Dezembro.

INTRODUÇÃO:

A TEIXEIRA DUARTE, SA reconhece as vantagens decorrentes da diversidade na composição dos seus Órgãos de Administração e Fiscalização, nomeadamente em termos de idade, sexo, habilitações e antecedentes profissionais.

Tais benefícios resultam, principalmente, no enriquecimento dos modelos de gestão, numa maior eficiência nos processos de avaliação e decisão através da ponderação de diferentes perspetivas, tirando proveito da pluralidade de conhecimentos, experiências, capacidades e competências dos membros daqueles órgãos sociais.

Paralelamente, o respeito de tais diferenças vem evidenciar a consolidação da estrutura de Recursos Humanos do Grupo empresarial liderado pela TEIXEIRA DUARTE, SA, através da valorização de aptidões e de competências diversas, tornando a própria Empresa um reflexo da comunidade em que se insere e dos diversos mercados e setores em que atua.

A presente “Política de Diversidade dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Teixeira Duarte, SA” foi elaborada tendo em conta, para além das disposições legais aplicáveis, a realidade histórica da sociedade e de todo o Grupo TEIXEIRA DUARTE, que lidera.

Exposto isto, esclarece-se que embora a diversidade nos termos acima indicados seja um critério importante, não é um critério absoluto, nem sobreposto a outros que se consideram também adequados ao sustentável desenvolvimento da atividade da Sociedade e do Grupo e ao simultâneo cumprimento dos normativos legais aplicáveis.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

O critério privilegiado para a seleção e nomeação dos membros do Conselho de Administração da sociedade de topo do Grupo Teixeira Duarte – atualmente a Teixeira Duarte, SA – tem sido o de apostar (i) em membros executivos e por isso ligados à atividade do Grupo; e, dentro destes (ii) naqueles que se têm designado internamente como “pessoas da casa”; uma aposta de confiança na identificação com os mesmos valores, com uma história partilhada e que privilegia essa ligação mais idiossincrática do que a escolha de um perito exterior em qualquer setor de atividade, mercado de atuação, ou área corporativa.

Daí que agora todos os membros dos órgãos de administração tenham, mais de vinte cinco anos ao serviço do Grupo Teixeira Duarte, o mesmo sucedendo com muitos dos membros da Alta Direção do Grupo.

Por esse motivo, entende-se que todos os compromissos a assumir e medidas a implementar deverão ter em consideração aquele que tem vindo a ser o critério privilegiado para a seleção e nomeação dos membros do Conselho de Administração, bem como a respetiva adequação às atividades desenvolvidas pelo Grupo Empresarial que a Teixeira Duarte, SA lidera, e às realidades dos mercados e setores em que atua.

É pois neste enquadramento que a Teixeira Duarte, SA se compromete a envidar os seus melhores esforços no sentido da promoção da diversidade na composição do Conselho de Administração, designadamente através de:

- Cumprimento das disposições normativas em vigor em matéria de diversidade, nomeadamente de não discriminação e de igualdade de oportunidades, que decorram da Lei e demais normativos aplicáveis, bem como das regras constantes do “Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte” e dos demais documentos nele fundados e aplicáveis a todo o Grupo;
- Assegurar a igualdade de oportunidades e de tratamento, nomeadamente em função da idade, sexo, habilitações e antecedentes profissionais;
- Não exercer qualquer tipo de ação discriminatória em função de ascendência, idade, sexo, orientação sexual, identidade de género, estado civil, situação familiar, situação económica, instrução, origem ou condição social, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica ou raça, território de origem, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical, em cumprimento do disposto no “Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte” sobre esta matéria;
- Continuar a apostar na diversidade de idades, privilegiando o equilíbrio resultante da conjugação dos conhecimentos e experiência dos mais velhos com a perspetiva inovadora dos mais novos;
- Garantir o cumprimento das normas legais relativas à diversidade de géneros, assegurando uma representação adequada entre mulheres e homens no Conselho de Administração, tendo sempre por base as suas competências, aptidões, experiência e qualificações;
- Assegurar que o Conselho de Administração continue a integrar pessoas com diversas habilitações de base, desde que apropriadas ao cargo a exercer e em consonância com as características, a dimensão e as atividades desenvolvidas pelo Grupo Empresarial liderado pela Teixeira Duarte, SA;
- Manter a aposta nas “pessoas da casa” como critério privilegiado, valorizando contudo a combinação de pessoas com experiência em diferentes setores, países e áreas corporativas.

ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO:

Em função do modelo societário em vigor na Teixeira Duarte, SA, os órgãos de fiscalização são o Conselho Fiscal e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Não sendo a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas um órgão colegial por natureza, e portanto não integrando uma pluralidade de membros, fica este órgão excluído da presente "Política de Diversidade dos Órgãos de Administração e Fiscalização da "Teixeira Duarte, SA".

Relativamente ao Conselho Fiscal, atualmente composto por três membros efetivos e um suplente, assume-se os seguintes compromissos, na promoção da diversidade da respetiva composição:

- O cumprimento das disposições normativas em matéria de diversidade, nomeadamente de não discriminação e de igualdade de oportunidades, que decorram da Lei e demais normativos que venham a ser aplicáveis, bem como das regras constantes do "Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte" e dos demais documentos nele fundados e aplicáveis a todo o Grupo;*
- Assegurar a igualdade de oportunidades e de tratamento nomeadamente em função da idade, sexo, habilitações e antecedentes profissionais;*
- Não exercer qualquer tipo de ação discriminatória em função de ascendência, idade, sexo, orientação sexual, identidade de género, estado civil, situação familiar, situação económica, instrução, origem ou condição social, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica ou raça, território de origem, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical, em cumprimento do disposto no "Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte" sobre esta matéria;*
- Continuar a apostar na diversidade de idades, privilegiando o equilíbrio resultante da conjugação dos conhecimentos e experiência dos mais velhos com a perspetiva inovadora dos mais novos;*
- Desenvolver esforços tendentes a promover uma representação adequada entre mulheres e homens no Conselho Fiscal, tendo sempre por base as suas competências, aptidões, experiência e qualificações;*
- Assegurar que o Conselho Fiscal continue a integrar pessoas com diversas habilitações de base, desde que apropriadas ao cargo a exercer e em consonância com as características, a dimensão e as atividades desenvolvidas pelo Grupo Empresarial liderado pela Teixeira Duarte, SA;*
- Prosseguir a aposta na valorização da diversidade de antecedentes profissionais dos membros do Conselho Fiscal, promovendo a nomeação de pessoas com experiências profissionais diferenciadas, desde que enquadradas no âmbito da atividade do Grupo e adequadas às funções a exercer.*

17. Composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro.

Ao abrigo do disposto no artigo 17.º dos Estatutos, o Conselho de Administração da TD, SA será composto por um número mínimo de cinco e máximo de onze membros.

Ao eleger tal Conselho, a Assembleia Geral da TD,SA determinará o número de Administradores que, dentro desses limites, o deverá preencher em cada mandato e designará, de entre eles, o membro que exercerá as funções de Presidente.

Nos termos do número 2 do artigo 10.º dos Estatutos, os membros dos Órgãos Sociais são eleitos por períodos de quatro anos, conforme já acima foi referido.

No início de 2021, o Conselho de Administração era composto por cinco membros, todos efetivos, contando com um Presidente e quatro vogais:

Presidente:

Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Administradores:

Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

Carlos Gomes Baptista

Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte

Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo

Na sequência da carta de renúncia apresentada por Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte em 31 de maio de 2021 e da realização da Assembleia Geral Extraordinária a 8 de outubro de 2021, foram eleitos como Administradores Isabel Maria Nunes Correia Teixeira Duarte

e Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte e designado como Presidente do Conselho de Administração da Sociedade Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte, para exercerem tais funções até ao final do mandato em curso (2019/2022).

O atual Conselho de Administração é, assim, composto por 6 membros, todos efetivos, contando com um Presidente e cinco vogais:

Presidente:

Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

Administradores:

Carlos Gomes Baptista

Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte

Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo

Isabel Maria Nunes Correia Teixeira Duarte

Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

O anterior Presidente do Conselho de Administração, Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte, foi designado pela primeira vez aquando da constituição da Sociedade, em 30 de novembro de 2009, para exercer funções no mandato 2009/2010. Foi depois sucessivamente reeleito para os mandatos 2011/2014, 2015/2018 e 2019/2022, tendo, em 30 de junho de 2021, cessado funções na sequência da renúncia ao cargo por si apresentada.

O atual Presidente do Conselho de Administração Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte e o Administrador Carlos Gomes Baptista foram designados pela primeira vez aquando da constituição da Sociedade, em 30 de novembro de 2009, para exercerem funções durante o mandato 2009/2010. Foram depois sucessivamente reeleitos para os mandatos 2011/2014, 2015/2018 2019/2022. Sendo que, em 8 de outubro de 2021, Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte foi designado Presidente do Conselho de Administração para exercer funções até ao final do mandato em curso.

A Administradora Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte foi eleita pela primeira vez na Assembleia Geral de 27 de maio de 2019, para exercer funções durante o mandato de 2019/2022.

O Administrador Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo foi eleito pela primeira vez na Assembleia Geral de 20 de maio de 2011, para exercer funções durante o mandato 2011/2014 e foi eleito na Assembleia Geral de 26 de junho de 2015 para o mandato de 2015/2018, tendo sido depois reeleito, em Assembleia Geral de 27 de maio de 2019, para exercer funções durante o mandato de 2019/2022.

A Administradora Isabel Maria Nunes Correia Teixeira Duarte foi eleita pela primeira vez em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de outubro de 2021, para exercer funções até ao final do mandato de 2019/2022.

O Administrador Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte foi eleito pela primeira vez em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de outubro de 2021, para exercer funções até ao final do mandato de 2019/2022.

O atual Conselho de Administração da TD,SA, resultante da recomposição deliberada na referida Assembleia Geral de 8 de outubro de 2021, integra na sua composição duas mulheres, que representam 33,33 % dos membros do Conselho de Administração em exercício de funções, pelo que a TD,SA se encontra a cumprir, neste órgão colegial, os critérios e requisitos de equilíbrio de género relativamente aos membros do Conselho de Administração.

18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão.

18.1. A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente e, quanto aos demais membros do Conselho de Administração, considera-se independente quem não esteja associado a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:

- a. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;
- b. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;
- c. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;

- d. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;**
- e. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participação qualificada.**

Os membros do Conselho de Administração da TD, SA têm neste âmbito funções executivas, considerando-se que não existem administradores não executivos, uma vez que todos desempenham funções inerentes ao cargo numa sociedade que, sendo de topo do Grupo, gere as suas participações e aprecia as respetivas atuações, não tomando decisões diretas nem exercendo poderes de gestão sobre o desenvolvimento da atividade dessas entidades.

Sendo de topo, faz gestão de investimentos, a coordenação e supervisão de outras sociedades integradas com o seu Grupo Empresarial, atuando essencialmente nos domínios do planeamento estratégico e organizativo.

Cumpra a este propósito referir que alguns membros do Conselho de Administração têm funções e cargos sociais em outras entidades do Grupo, relativamente às quais exercem a direção e os poderes de gestão com proximidade e responsabilidade direta na atuação das mesmas, o que facilita ao Conselho de Administração da TD,SA ter conhecimento tempestivo da realidade do Grupo Económico, possibilitando a este Conselho a intervenção no apoio à gestão dessas participadas, incluindo a definição de políticas transversais, nomeadamente no âmbito financeiro, o que é concretizado de forma global atendendo às valências complementares de cada um dos membros deste Conselho.

A TD, SA tem optado por manter todos os seus Administradores com funções executivas uma vez que aquelas funções que seriam atribuídas a eventuais Administradores não executivos - nomeadamente de supervisão, fiscalização e avaliação da atividade dos membros executivos - são desenvolvidas adequadamente pelo Conselho Fiscal, pela Comissão de Remunerações e pela Assembleia Geral atendendo ao objeto social da TD, SA.

No que se refere à independência dos seus membros, ainda que nos termos da lei o Administrador Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte não seja considerado independente, O Conselho de Administração considera que nenhum dos seus membros se encontra em circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão.

Acresce que, a total independência e ausência de incompatibilidades dos membros do Conselho Fiscal permite uma intervenção isenta e útil na fiscalização da atividade da Sociedade, não só do ponto de vista contabilístico - onde conta com a intervenção regular da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas - mas também na perspetiva política, neste caso com os limites e alcance adequados à essencial salvaguarda do cumprimento dos normativos legais e regulamentares em vigor, tudo com vista a assegurar uma constante transparência e o cumprimento de níveis adequados de divulgação de informação ao mercado, em geral, e aos acionistas, em especial, em sede de Assembleia Geral.

Com efeito, o Revisor Oficial de Contas colabora com o Conselho Fiscal, prestando-lhe imediatamente informação sobre quaisquer irregularidades relevantes detetadas, bem como quaisquer dificuldades com que se tenha deparado no exercício das suas funções.

Do supra dito resulta que existe uma adequada interligação entre todos os órgãos sociais, não só entre a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e o Conselho Fiscal, que reúnem periodicamente, mas também entre estes e o Conselho de Administração, uma vez que os Administradores prestam sempre, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações solicitadas pelos outros membros dos órgãos sociais e a todos são disponibilizados os elementos e documentos essenciais para análise e decisão sobre matérias que lhe competem no exercício do respetivo cargo.

Refira-se ainda que, no respeito pelo princípio da estreita colaboração entre os órgãos sociais, o Presidente do Conselho Fiscal e o representante do Revisor Oficial de Contas são convocados para todas as reuniões periódicas e de aprovação dos documentos de prestação de contas do Conselho de Administração, a eles lhes sendo remetidas cópias das convocatórias e das atas de todas aquelas reuniões deste órgão.

Essas tarefas são desempenhadas, por indicação do Presidente do Conselho de Administração, pelo Secretário da Sociedade, que entrega ao Presidente do Conselho Fiscal as cópias das convocatórias e das atas das reuniões do Conselho de Administração, depois de devidamente assinadas.

Face ao modelo adotado e à composição e modo de funcionamento dos seus órgãos sociais - nomeadamente o carácter executivo do Conselho de Administração nos moldes acima definidos e a independência do Conselho Fiscal e da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, sem que, entre eles ou para outras Comissões existam delegações de competências - a TD, SA considera - tendo presente a Recomendações n.º III.2. e III.3 - que a designação de membros não executivos para exercerem funções no Conselho de Administração não traria valias significativas para o bom funcionamento do modelo adotado, o qual se tem vindo a revelar adequado e eficiente.

Assim se justifica a opção da TD, SA de não ter no Conselho de Administração membros não executivos para acompanhamento, supervisão e avaliação da atividade dos restantes membros do órgão, conforme consta das Recomendações n.º III.2. e III.3., encontrando-se garantida a efetiva capacidade de os órgãos de fiscalização acompanharem, supervisionarem e avaliarem de forma crítica e imparcial a atividade dos administradores executivos.

Acrescente-se que, embora o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, uma vez que não existem Administradores não executivos, não é aplicável à TD, SA o disposto na Recomendação n.º III.1. que prevê que, tendo o presidente do órgão de administração funções executivas, este órgão deverá indicar, de entre os seus membros, um administrador independente que assegure a coordenação dos trabalhos dos demais membros não executivos e as condições para que estes possam decidir de forma independente e informada ou encontrar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.

19. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.

Presidente do Conselho de Administração: Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da "Universidade de Lisboa", em 1989.

Designado a primeira vez para o cargo em 2009, aquando da constituição da sociedade, foi eleito em 2019 para exercer funções para o mandato 2019/2022.

Refira-se, adicionalmente, que desde 2005 que é Administrador da sociedade cotada de topo do Grupo (que até 2010 era a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, SA").

Foi advogado/consultor jurídico em escritório próprio de 1989 a 1996.

Foi Administrador da "TDF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA", de 30.06.1992 a 22.04.2005, com funções de supervisão e controlo e em matéria de decisões de investimento, no âmbito das competências que aos membros do Conselho de Administração são atribuídas pelo Código das Sociedades Comerciais e pelos Estatutos da Sociedade, bem como no que respeita a relações com a CMVM.

Desde 1993 que passou a integrar os quadros do Grupo Teixeira Duarte, atuando como consultor jurídico e gestor em várias empresas, nomeadamente no setor imobiliário.

Integrou os corpos sociais de múltiplas sociedades do Grupo Teixeira Duarte, sendo que desde abril de 2005 passou também a ser membro do Conselho de Administração da sociedade cotada de topo do Grupo - àquela data a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, SA" e atualmente a TD, SA.

Desde 6 de maio de 2019 que é Presidente do Conselho de Administração das duas sociedades sub-holdings do Grupo Teixeira Duarte, a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, SA e a Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, SA. Sendo que, desde 8 de outubro de 2021, que foi designado para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da TD, SA.

Por diversas vezes e desde 1991, cumpriu mandatos como membro do Conselho de Administração da sociedade atualmente denominada Teixeira Duarte 1886, SA – sociedade detida por membros da família Teixeira Duarte à qual é imputada uma participação superior a 50% no capital da TD, SA – e da qual foi Administrador desde 2011 a 11 de abril de 2019.

Administrador: Carlos Gomes Baptista

Bacharel em Engenharia pelo "Instituto Industrial de Lisboa", em 1973.

Designado pela primeira vez para o cargo em 2009, aquando da constituição da sociedade, foi a última vez eleito em 2019 para exercer funções para o mandato 2019/2022.

Refira-se, adicionalmente, que desde 2005 que era Administrador da sociedade cotada de topo do Grupo (que até 2010 era a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, SA").

Em novembro de 2013, deixou de ser membro do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, SA", cargo para o qual voltou a ser eleito em 2018.

Destaca-se na sua carreira profissional a passagem pela "M.S.F., SA", onde esteve de 1975 a 1979 como Chefe de Serviços, colaborando em diversas obras, nomeadamente de natureza hidráulica (conduta e barragem).

Em fevereiro de 1980 entrou para a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, SA", como Diretor de Obras, na área das edificações, então designada de "Construção Civil".

Nos anos de 1982 e 1983 esteve destacado na Venezuela, onde acompanhou várias empreitadas de edifícios de habitação e escritórios.

Já de novo em Portugal, assumiu em 1984 as funções de Diretor de Zona, com responsabilidades em múltiplos empreendimentos nas áreas de turismo, estradas, habitação, edifícios, com especial destaque para as entidades bancárias.

Em 1989, passou a Diretor de Centro de Produção e em 1992 a Diretor de Centro de Exploração da então designada área da "Construção Civil", da qual foi coordenador de 1998 a 2005, altura em que passou a administrador da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, SA", cargo que exerceu até novembro de 2013.

Não desempenha qualquer atividade profissional, nem desempenha qualquer cargo social fora do Grupo Teixeira Duarte.

Administradora: Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte

Licenciada em Agronomia, especialidade de Fitopatologia, do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa (1981).

Mestre em Produção Vegetal do Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa (1989).

Designada pela primeira vez para o cargo de Administradora da TD, SA por deliberação da Assembleia Geral de 27 de maio de 2019, para exercer funções para o mandato 2019/2022.

Refira-se, adicionalmente, que exerceu o cargo de Vogal do Conselho de Administração da sociedade atualmente denominada Teixeira Duarte 1886, SA, durante vários mandatos e até abril de 2020.

De maio de 2011 a maio de 2019 foi Vogal da Comissão de Remunerações da "Teixeira Duarte, SA" e da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, SA".

Administrador: Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo

Licenciatura em Engenharia Civil pelo "Instituto Superior Técnico", em 1992.

Designado a primeira vez para o cargo em 2011, por deliberação da Assembleia Geral, foi a última vez eleito em 2019 para exercer funções para o mandato 2019/2022.

Trabalhou na "PROFABRIL, SA" como Engenheiro Projetista na Divisão de Edifícios, participando em projetos de Estruturas de betão armado - Outubro 1992 a Maio 1993.

Já no Grupo Teixeira Duarte:

De outubro de 1993 a novembro de 1999, integrou as equipas da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, SA" no Centro de Exploração das Edificações - então denominado Construção Civil -, tendo desempenhado as funções de Diretor Adjunto de Obra e Diretor de Obra de várias empreitadas em Portugal.

De novembro de 1999 a maio de 2011, integrou as equipas do setor imobiliário do Grupo Teixeira Duarte, sendo responsável pela área técnica com funções no desenvolvimento de projetos imobiliários, nomeadamente análise de viabilidade, conceção das soluções imobiliárias, coordenação dos projetos, licenciamento, coordenação das empreitadas, definição dos produtos de marketing associados, gestão do património sobre arrendamento, coordenação das equipas de vendas.

A sua responsabilidade incluiu todos os segmentos do setor, desde o residencial, a escritórios, a espaços comerciais, hotelaria, saúde e lazer, indústria/logística e parques de estacionamento, bem como a dedicação à expansão de espaços afetos a outras atividades do Grupo, com destaque para a Construção, a Hotelaria, a Distribuição e o setor Automóvel.

Em 2010 começou também a coordenar a atuação do Grupo nos setores da Distribuição e Automóvel (este último até julho de 2021) e a partir de maio de 2011 foi eleito Administrador da sociedade cotada de topo do Grupo Teixeira Duarte - a TD, SA.

Não desempenha qualquer atividade profissional, nem desempenha qualquer cargo social fora do Grupo Teixeira Duarte.

Administradora: Isabel Maria Nunes Correia Teixeira Duarte

Licenciada em Direito, Faculdade de Direito - Escola de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa desde 2010.

LL.M. Law in a European and Global Context, Faculdade de Direito, Universidade Católica Portuguesa, com intercâmbio na *Duke University School of Law*, Carolina do Norte, E.U.A. (2011).

Mestre em Direito Privado, Faculdade de Direito – Escola de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa (2015).

Doutoranda em Direito Privado, Faculdade de Direito – Escola de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa (desde 2017).

Destaca-se o facto de ter exercido advocacia na sociedade de advogados Cuatrecasas, Gonçalves Pereira & Associados entre 2013 e 2016, bem como o facto de ser docente na Faculdade de Direito – Escola de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa desde 2016, e vogal do Conselho de Coordenação do Católica Research Centre for the Future of Law desde 2018.

É autora de diversos artigos científicos publicados em obras e revistas de especialidade.

Administrador: Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

Licenciatura em Engenharia de Sistemas Decisionais – Cocite – Cooperativa de Ensino Superior de Técnicas Avançadas de Gestão e Informática C. R. L. em 1995, posteriormente denominada de Instituto Superior de Informática e Gestão.

Pós-Graduação em Finanças – Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa em 2005.

Conclusão da Pós-graduação do programa de mestrado em contabilidade do ISCTE em 2006.

Programa de Direção de Empresas (PDE) – AESE em junho de 2002.

No Grupo Teixeira Duarte: de 1988 a 1992 foi responsável pela informatização nos sectores da imobiliária e hotelaria. Entre janeiro de 1992 e março de 2002 assumiu o cargo de diretor comercial do sector da imobiliária.

Em março de 1998 e até março de 2002 assumiu o cargo de Administrador da “Gedoisis – Sociedade de Investimento Imobiliário SA.

Entre janeiro de 2002 e junho de 2013 assumiu o cargo de administrador da “Cimile – Sociedade Gestora de Participações Sociais SA” e em abril de 2014 foi eleito administrador da “Verdobjectiva SA”, cargo que mantém até à presente data;

É também administrador da “Ramo Verde – Exploração Florestal, Ltda” desde março de 2018 até à presente data.

É gerente da sociedade “Midinvest, Gestão e Investimentos, Sociedade Unipessoal Lda.” desde Janeiro de 2009 até à presente data, tendo sido administrador da “Midinvest Brasil Ltda.” de setembro de 2017 até novembro de 2019.

É Vogal do Conselho de Administração da Noronha Sanches – Investimentos Imobiliários SA desde novembro de 2020 até à data.

Em outubro de 2021 foi eleito Administrador da sociedade cotada de topo do Grupo Teixeira Duarte - a "Teixeira Duarte, SA", continuando a exercer tais funções ao abrigo do mandato que termina em 2022.

Em abril de 2019 foi eleito Vogal do Conselho de Administração da sociedade atualmente denominada Teixeira Duarte 1886, SA” – sociedade detida por membros da família Teixeira Duarte à qual é imputada uma participação superior a 50% no capital da TD, SA – continuando a exercer tais funções ao abrigo do mandato que termina em 2022.

20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.

O Presidente do Conselho de Administração Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte é primo do acionista Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte e primo do acionista João Afonso Calainho de Azevedo Teixeira Duarte.

A Administradora Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte é prima do acionista Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte e prima do acionista João Afonso Calainho de Azevedo Teixeira Duarte.

A Administradora Isabel Maria Nunes Correia Teixeira Duarte é sobrinha do acionista Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte e sobrinha do acionista João Afonso Calainho de Azevedo Teixeira Duarte.

O Administrador Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte detém 100% do capital social da acionista “MIDINVEST – Gestão e Investimentos, Sociedade Unipessoal Lda.”, é membro do Conselho de Administração da “Teixeira Duarte 1886, SA” e é irmão do acionista João Afonso Calainho de Azevedo Teixeira Duarte.

Relativamente aos restantes membros do Conselho de Administração, informa-se que nenhum deles mantém relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.

21. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade.

Os Estatutos da Sociedade definem as competências de cada um dos órgãos sociais, designadamente nos seus artigos 12.º (Assembleia Geral) 19.º (Conselho de Administração) e 23.º (Conselho Fiscal e Sociedade de Revisores Oficiais de Contas).

Não existe repartição ou delegação de competências por nenhum dos órgãos sociais, nomeadamente pelo Conselho de Administração, em quaisquer comissões específicas, em particular numa Comissão Executiva.

Os membros do Conselho de Administração respeitam os deveres gerais de zelo, cuidado e lealdade, tomando decisões de gestão, de forma crítica, imparcial e sempre no interesse da Sociedade.

Cabe, pois, ao Conselho de Administração assegurar que a Sociedade atue de forma consentânea com os seus objetivos, pelo que este órgão não delega poderes no que respeita a i) definição da estratégia e das principais políticas da sociedade; ii) organização e coordenação da estrutura empresarial; iii) matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco e características especiais.

As estruturas organizacionais do Grupo, identificadas no organograma que se segue, encontram-se integradas nas sociedades principais sub-holdings do Grupo: a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, SA (TD-EC) e Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, SA (TDGPII), cujas respetivas supervisões caberão aos administradores dessas duas sub-holdings, sem prejuízo da articulação direta com o Conselho de Administração da Teixeira Duarte, SA quanto às matérias relevantes nos âmbitos da Área Corporativa.

ÁREA CORPORATIVA	SETORES DE ATIVIDADE	
Auditoria Interna	Construção	
Contabilidade	Concessões e Serviços	
Finanças	Geotecnia e Fundações	Cofragens e Pré-Esforço
Inovação	Edificações	Projetos
Jurídicos	Infraestruturas	Aprovisionamentos
Processos Partilhados	Metalomecânica	Gestão de Equipamento
Recursos Humanos	Obras Subterrâneas	Sistemas de Gestão
Societário e Corporativo	Obras Ferroviárias	Logística das Propostas
Sustentabilidade		Laboratório de Materiais
Tecnologias de Informação		Imobiliária
		Hotelaria
		Distribuição
		Automóvel

b) Funcionamento

22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.

Considerando o modelo societário escolhido, a composição do Conselho de Administração e o seu âmbito de atuação descritos no ponto 18., o facto de as competências e responsabilidades deste órgão não serem delegáveis em quaisquer outros, nem em comissões especializadas ou departamentos, o modo de funcionamento do Conselho de Administração ser bastante simplificado e, ainda, o facto de o número de membros que integram esse órgão não ser alargado o suficiente para justificar a estipulação, em regulamento, de regras

adicionais de operacionalidade, não foi adotado, pela TD, SA qualquer regulamento de funcionamento, para além das disposições relativas ao funcionamento e organização do Conselho de Administração que resultam dos Estatutos da Sociedade.

As competências individuais de cada um dos seus membros são fixadas por deliberação do próprio Conselho de Administração e a sua interligação é mantida de forma regular nos termos legalmente estipulados e considerados bastantes para o efeito.

São sempre elaboradas atas detalhadas das reuniões do Conselho de Administração e dos demais órgãos sociais da TD, SA.

Embora tal não esteja estabelecido nos Estatutos ou noutros mecanismos específicos para o efeito, garante-se que, dentro dos limites da legislação aplicável, seja permanentemente assegurado aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização o acesso a toda a informação e colaboradores da Sociedade para a avaliação do desempenho, da situação e das perspectivas de desenvolvimento da sociedade, incluindo, designadamente, as atas, a documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões do Conselho de Administração, sem prejuízo do acesso a quaisquer outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos.

Sem prejuízo do acima referido, a TD, SA tem em vigor um “Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte”, de aplicação obrigatória a todos os respetivos Administradores - sem que, contudo, em parte alguma deste código existam disposições regulamentares de funcionamento dos órgãos sociais ou outras relevantes neste âmbito - que se encontra disponível em: <https://www.teixeiraduarte.pt/codigo-de-etica/>

23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, às reuniões realizadas.

Durante o exercício de 2021, o Conselho de Administração da TD, SA reuniu 23 vezes.

Para os devidos efeitos, informa-se que a assiduidade de cada um dos membros daquele órgão foi a seguinte:

O anterior Presidente do Conselho de Administração, Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte, participou em todas as 12 reuniões realizadas até à data em que apresentou carta de renúncia ao cargo de Presidente do Conselho de Administração.

O atual Presidente do Conselho de Administração Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte participou em todas as 23 reuniões deste órgão.

O Administrador Carlos Gomes Baptista participou em todas as 23 reuniões deste órgão.

A Administradora Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte participou em todas as 23 reuniões deste órgão.

O Administrador Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo participou em 22 das 23 reuniões deste órgão, tendo sido representado pelo Presidente do Conselho de Administração na única reunião em que não esteve presente.

A Administradora Isabel Maria Nunes Correia Teixeira Duarte participou em todas as 9 reuniões do Conselho de Administração realizadas após a sua eleição (em Assembleia Geral de 8 de outubro de 2022).

O Administrador Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte participou em todas as 9 reuniões do Conselho de Administração realizadas após a sua eleição (em Assembleia Geral de 8 de outubro de 2022).

24. Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

O órgão competente para a avaliação do desempenho dos Administradores da Sociedade é a Assembleia Geral a qual, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, procede anualmente à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade.

O Conselho Fiscal acompanha, nos termos previstos e descritos neste documento, a atuação do Conselho de Administração, acautelando o cumprimento de uma série de matérias e emitindo parecer anual sobre o relatório e contas que submete à apreciação dos Senhores acionistas em Assembleia Geral.

Adicionalmente, a Comissão de Remunerações procede à avaliação da atividade desenvolvida por cada um dos Administradores, para efeitos de fixação da respetiva remuneração, tendo por base a política de remunerações aprovada em Assembleia Geral.

Mais se informa que, em função do modelo organizativo e funcional estabelecido entre os diversos órgãos sociais, se entendeu que não se justifica criar outra Comissão, para além da Comissão de Remunerações, para efeitos de assegurar uma competente e independente avaliação de desempenho dos Administradores e do seu próprio desempenho global.

Com efeito, atendendo ao modelo adotado e à estrutura e composição dos membros dos Órgãos Sociais, tais funções encontram-se expressamente cometidas à Assembleia Geral, ao Conselho Fiscal e à Comissão de Remunerações, nos termos acima indicados.

Do mesmo modo e pelas mesmas razões, se entendeu que não se justifica criar outra Comissão para refletir sobre o sistema, estrutura e as práticas de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.

Estas atribuições são desempenhadas por cada um dos Órgãos Sociais, que conseguem identificar eventuais constrangimentos e dificuldades com que se tenham deparado, do mesmo modo que vão colaborando entre si na avaliação do modelo de governo da sociedade adotado, reportando e ultrapassando eventuais dificuldades de funcionamento e interligação.

Em última análise, a avaliação global da atuação dos órgãos sociais caberá sempre aos Senhores acionistas em Assembleia Geral.

25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

Não existem critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos Administradores Executivos.

Com efeito, todos os Administradores são avaliados de acordo com a respetiva prestação durante o exercício, tendo por base os objetivos fixados e atingidos em cada exercício, os resultados da Empresa e diversos outros parâmetros que, pela sua diversidade e variação ao longo dos anos, se entende que não deverão ser taxativos mas sim adaptáveis às circunstâncias de cada período e de cada situação concreta, tendo por base a Política de Remunerações que é anualmente aprovada em Assembleia Geral.

A este propósito, remete-se para a Política de Remunerações dos órgãos sociais reproduzida *infra* no ponto 69.

26. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.

Todos os membros do Conselho de Administração têm a disponibilidade adequada ao exercício das funções inerentes ao cargo que exercem na TD, SA, enquanto sociedade de topo do Grupo, que gere as suas participações e aprecia as respetivas atuações, não tomando decisões diretas nem exercendo poderes de gestão sobre o desenvolvimento da atividade dessas entidades.

Cumpra a este propósito referir que:

- Alguns membros do Conselho de Administração têm funções e cargos sociais em outras entidades do Grupo, relativamente às quais exercem a direção e os poderes de gestão com proximidade e responsabilidade direta na atuação das mesmas.
- O Administrador Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte desempenha cargos sociais noutras entidades fora do Grupo Teixeira Duarte sem auferir remuneração e a Administradora Isabel Maria Nunes Correia Teixeira Duarte tem vínculo profissional numa entidade fora do Grupo, sem que em ambos os casos estejam sujeitos a qualquer situação que obste à sua disponibilidade total para o desempenho do cargo de membro do Conselho de Administração da TD, SA.

Administrador: Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

- Presidente do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, SA";
- Presidente do Conselho de Administração da "C+P.A. - Cimento e Produtos Associados, SA";
- Presidente do Conselho de Administração da "IMOTD - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA";
- Presidente do Conselho de Administração da "TD VIA - Sociedade Imobiliária, SA";
- Presidente do Conselho de Administração da "TDE - Empreendimentos Imobiliários, SA";
- Presidente do Conselho de Administração da "TDH - Sociedade Gestora de Participações, SA";
- Presidente do Conselho de Administração da "TDO - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA";
- Presidente do Conselho de Administração da "TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA";
- Presidente do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, SA";
- Administrador da "CPM - Companhia de Parques de Macau, SA";
- Administrador da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Macau), Limitada";
- Administrador de Macau CPM Holdings

Administradora: Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte

Em 31 de dezembro de 2021 não desempenhava nenhum cargo noutras sociedades.

Administrador: Carlos Gomes Baptista

Em 31 de dezembro de 2021 não desempenhava nenhum cargo noutras sociedades.

Administrador: Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo

Em 31 de dezembro de 2021, desempenhava os seguintes cargos noutras sociedades do Grupo Teixeira Duarte:

- Vogal do Conselho de Administração da "TDE - Empreendimentos Imobiliários, SA";
- Presidente do Conselho de Administração da "TDO - Investimento e Gestão, SA";
- Presidente do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Distribuição, SA";
- Presidente do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte Real Estate, SA";
- Presidente do Conselho de Administração da "TEDAL II - Distribuição e Investimentos, SA";
- Presidente do Conselho de Administração da "TEDAL III - Automóveis e Investimentos, SA";
- Presidente do Conselho de Administração da "TEDAL IV - Participações e Automóveis, SA";
- Presidente do Conselho de Administração da "TEDAL - Participações e Distribuição, SA";
- Vogal do Conselho de Administração da "IMOTD - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA";
- Vogal do Conselho de Administração da "TD VIA - Sociedade Imobiliária, SA";
- Vogal do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, SA";
- Gerente da "Malanga - Investimentos Imobiliários, Unipessoal Lda.";

Administradora: Isabel Maria Nunes Correia Teixeira Duarte

Em 31 de dezembro de 2021, desempenhava os seguintes cargos fora do Grupo Teixeira Duarte:

- Investigadora do Católica Research Centre for the Future of Law.
- Vogal do Conselho de Coordenação do Católica Research Centre for the Future of Law.

Administrador: Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

Em 31 de dezembro de 2021, desempenhava os seguintes cargos noutras sociedades fora do Grupo Teixeira Duarte:

- Administrador da sociedade "Verdadobjectiva SA";
- Administrador da sociedade "Ramo Verde – Exploração Florestal, Ltda";
- Gerente da sociedade "Midinvest, Gestão e Investimentos, Sociedade Unipessoal Lda.";
- Vogal do Conselho de Administração da sociedade "Teixeira Duarte 1886, SA";
- Vogal do Conselho de Administração da Noronha Sanches – Investimentos Imobiliários SA.

c) Comissões no seio do órgão de administração ou supervisão e administradores delegados

27. Identificação das comissões criadas no seio, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento.

Considerando o número de membros do Conselho de Administração e o facto de não existirem administradores não executivos, uma vez que todos desempenham funções inerentes ao cargo numa sociedade que, sendo de topo do Grupo, gere as suas participações e aprecia as respetivas atuações, não tomando decisões diretas nem exercendo poderes de gestão sobre o desenvolvimento da atividade dessas entidades, dispensa-se neste caso, a criação de quaisquer comissões, nomeadamente para acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes, conforme sugerido na Recomendação V.3.2..

Por não estar constituída qualquer comissão de nomeações, não se aplica à TD, SA a Recomendação V.3.4.

28. Composição, se aplicável, da comissão executiva e/ou identificação de administrador(es) delegado(s).

Considerando que não existe uma Comissão Executiva nem Administradores Delegados, a presente regra não é aplicável à TD,SA.

29. Indicação das competências de cada uma das comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.

Considerando que não existem comissões criadas no seio do Conselho de Administração, conforme referido em 27. supra, a presente regra não é aplicável à TD,SA..

III. FISCALIZAÇÃO

(Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria ou Conselho Geral e de Supervisão)

a) Composição

30. Identificação do órgão de fiscalização (Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria ou Conselho Geral e de Supervisão) correspondente ao modelo adotado.

O modelo societário adotado é o habitualmente designado por latino reforçado, tendo-se optado, nessa medida, pela designação de um Conselho Fiscal, como órgão de fiscalização.

31. Composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação, e data do termo de mandato de cada membro, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº18.

Ao abrigo do disposto no artigo 24.º dos Estatutos da TD, SA, o Conselho Fiscal é constituído, necessariamente, por três membros efetivos e um suplente, os quais deverão obedecer aos requisitos e disporão dos poderes estabelecidos na lei. A Assembleia Geral, ao eleger tal Conselho, designará obrigatoriamente, de entre eles, o membro que exercerá as funções de Presidente.

À semelhança dos demais membros dos órgãos sociais e nos termos do n.º 2 do artigo 10.º do Pacto Social, os membros do Conselho Fiscal são eleitos pela Assembleia Geral, pelo sistema de listas, por períodos de quatro anos, coincidindo com os exercícios sociais, podendo ser reconduzidos uma ou mais vezes, nos termos e com os limites legalmente estabelecidos.

Atualmente, o Conselho Fiscal é composto pelos seguintes membros:

Presidente:

Óscar Manuel Machado de Figueiredo

Vogais:

Ana Cristina Louro Ribeiro Doutor Simões

João Salvador dos Santos Matias

Suplente:

Rui Pedro Ferreira de Almeida

Todos os identificados membros do Conselho Fiscal foram eleitos em Assembleia Geral de 27 de maio de 2019, para exercerem funções nesse órgão durante o quadriénio 2019/2022.

O Presidente do Conselho Fiscal foi eleito pelos Senhores Acionistas em 31 de maio de 2014 como Suplente desse órgão, tendo vindo a ocupar, na sequência da renúncia apresentada pelo anterior Presidente, a posição de membro efetivo em 7 de novembro de 2014 e sido designado como Presidente do Conselho Fiscal em reunião desse Órgão de 5 de dezembro de 2014. Em 30 de maio de 2015, na Assembleia Geral Anual, foi eleito Presidente do Conselho Fiscal para exercer funções durante o mandato 2015/2018, tendo sido reconduzido no respetivo cargo, na Assembleia Geral de 27 de maio de 2019, para exercer funções durante o mandato agora em curso, 2019/2022.

Os Vogais do Conselho Fiscal, Ana Cristina Louro Ribeiro Doutor Simões e João Salvador dos Santos Matias, foram designados pela primeira vez na Assembleia Geral Anual de 27 de maio de 2019, para exercerem funções durante o quadriénio agora em curso 2019/2022.

O membro Suplente do Conselho Fiscal, Rui Pedro Ferreira de Almeida, foi eleito pela primeira vez para o cargo na Assembleia Geral de 30 de maio de 2015, para o mandato 2015/2018, tendo sido reconduzido no respetivo cargo na Assembleia Geral de 27 de maio de 2019, para exercer funções durante o mandato 2019/2022, agora em curso.

Acrescente-se que todos eles possuem as competências adequadas para o exercício das respetivas funções, conforme *infra* descrito em 33.

O atual Conselho Fiscal da TD, SA, eleito em Assembleia Geral que se realizou em 27 de maio de 2019, integra na sua composição uma mulher, que representa 33,33% dos membros efetivos do Conselho Fiscal em exercício de funções, pelo que a TD, SA se encontra a cumprir os critérios e requisitos de equilíbrio de género relativamente aos membros do Conselho Fiscal.

Não foram eleitos desde então quaisquer outros membros do Conselho Fiscal ou dos demais órgãos sociais.

É, ainda, de referir que a TD, SA reconhecendo as vantagens decorrentes da diversidade na composição dos seus Órgãos de Administração e Fiscalização, nomeadamente em termos de idade, sexo, habilitações e antecedentes profissionais aprovou em Assembleia Geral de 26 de maio de 2018, a Política de Diversidade da TD, SA, que se encontra em vigor e que define critérios para a seleção e nomeação dos órgãos sociais da Sociedade (onde se inclui o Conselho Fiscal).

32. Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do Art. 414.º, n.º 5 CSC, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º19.

Todos os atuais membros do Conselho Fiscal cumprem integralmente os requisitos de independência, sendo que não se verifica qualquer incompatibilidade para o exercício do respetivo cargo por cada um deles, nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais.

Os factos referidos no parágrafo anterior são objeto de averiguação periódica em relação a cada um dos membros do Conselho Fiscal.

33. Qualificações profissionais, consoante aplicável, de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros elementos curriculares relevantes, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no n.º21.

As qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes dos membros do Conselho Fiscal são os que se descrevem de seguida:

Óscar Manuel Machado de Figueiredo (Presidente do Conselho Fiscal)

- Licenciatura em Contabilidade e Administração pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra.
- Curso Avançado de Gestão da Escola de Pós-Graduação em Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa.
- É Vogal do Conselho de Auditoria do Banco de Portugal.
- É Presidente do Conselho Fiscal do Centro Hospitalar e Universitário do Algarve.
- Foi Vogal e Vice-Presidente do Conselho Diretivo da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (2009-2020).
- Foi Vice-Presidente da Comissão Executiva da Comissão de Normalização Contabilística de Portugal (2015-2017).
- Foi consultor em vários projetos em Angola e Moçambique relativos a matérias de contabilidade e auditoria e formador nas mesmas áreas em Portugal e nos PALOP.
- Integrou a *Ernst & Young* em janeiro de 1979 tendo feito parte do *Partnership* entre 1992 e 2006.

Ana Cristina Louro Ribeiro Doutor Simões (Vogal do Conselho Fiscal)

Formação académica em Organização e Gestão de Empresas, tendo desenvolvido a sua atividade profissional desde 1987, na área de auditoria financeira.

Da sua experiência profissional podem destacar-se duas grandes áreas de atuação:

Auditoria financeira externa: desenvolvida como colaboradora da *Ernst & Young Limitada* até 1997, no exercício da Revisão de Contas em nome individual até 2004 e como sócia fundadora da Ana Gomes & Cristina Doutor, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. até 2018.

Formação: tem lecionado a matéria de auditoria financeira e outras matérias relacionadas, em diferentes cursos superiores (incluindo a colaboração com o Instituto Militar dos Pupilos do Exército e a colaboração com a Universidade Católica Portuguesa) e em diversas ações de formação profissionais, onde se destaca a sua colaboração com a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

João Salvador dos Santos Matias (Vogal do Conselho Fiscal)

- Licenciatura em Gestão e Organização de Empresas pelo Instituto Superior de Economia (1978)
- Atualmente está aposentado.

Rui Pedro Ferreira de Almeida (Suplente do Conselho Fiscal)

- Licenciatura em Gestão pelo Instituto Superior de Economia e Gestão – Lisbon School of Economics and Management (Universidade de Lisboa) (1997);

- Formação Executiva em *Business Management pela BPP University (Reading) (2001)*;
- Formação Executiva em *Human Behaviour in Organisations (AESE) (2007)*;
- Pós-graduação em Fusões e Aquisições (EGP-UPBS) (2009);
- É CEO e Membro do Conselho de Administração de MONERIS, SGPS, SA;
- É Presidente da *British-Portuguese Chamber of Commerce*;
- É membro do Conselho Fiscal da Associação Grace – Empresas Responsáveis;
- É membro do Conselho Fiscal do ITREN – Instituto para a Transição Energética;
- É Suplente do Conselho Fiscal da EDP Ventures - Sociedade de Capital de Risco, SA;
- É *Co-Chair do Special Interest Group* em M&A da EMEA na associação internacional MSI Global Alliance; e
- É membro do Conselho Consultivo da Start-Up Portimão.

b) Funcionamento

34. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº24.

Conforme acima descrito no n.º 22 do presente Relatório, não existe qualquer regulamento de funcionamento dos órgãos sociais.

Sem prejuízo do acima referido, informa-se que por deliberação do Conselho de Administração da TD,SA, se encontra em vigor o "Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte", de aplicação obrigatória todos os membros dos órgãos de fiscalização - sem que, contudo, em parte alguma deste código existem disposições regulamentares de funcionamento dos órgãos sociais ou outras relevantes neste âmbito.

35. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas, consoante aplicável, de cada membro do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão e da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº25.

Durante o exercício de 2021, o Conselho Fiscal reuniu cinco vezes, contando, em todas elas, com a participação de todos os seus membros efetivos.

36. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº 26.

Todos os membros do Conselho Fiscal têm a disponibilidade adequada para o desempenho das suas funções na TD, SA, nomeadamente para participação nas reuniões periódicas do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e para o acompanhamento da atividade da Sociedade e da elaboração e publicação dos documentos de prestação de contas, em articulação com atuação da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

De seguida, indica-se os cargos exercidos por cada um dos membros do Conselho Fiscal, em sociedades dentro e fora do Grupo:

Óscar Manuel Machado de Figueiredo (Presidente do Conselho Fiscal)

Em 31 de dezembro de 2021, exercia os seguintes cargos:

- Presidente do Conselho Fiscal do Centro Hospitalar e Universitário do Algarve;
- Vogal do Conselho de Auditoria do Banco de Portugal.

Ana Cristina Louro Ribeiro Doutor Simões (Vogal do Conselho Fiscal)

Em 31 de dezembro de 2021, exercia os seguintes cargos:

- Presidente do Conselho Fiscal da Novartis Farma – Produtos Farmacêuticos, SA
- Presidente do Conselho Fiscal da Glintt – Global Intelligent Technologies, SA

João Salvador dos Santos Matias (Vogal do Conselho Fiscal)

Em 31 de dezembro de 2021, não exercia funções em quaisquer outras sociedades.

Rui Pedro Ferreira de Almeida (Suplente do Conselho Fiscal)

Em 31 de dezembro de 2021, exercia os seguintes cargos:

- *Chief Executive Officer* e Membro do Conselho de Administração de MONERIS, SGPS, SA;
- Presidente da *British-Portuguese Chamber of Commerce*;
- Suplente do Conselho Fiscal da EDP Ventures - Sociedade de Capital de Risco, SA;
- É *Co-Chair do Special Interest Group* em M&A da EMEA na associação internacional MSI Global Alliance; e
- Membro do Conselho Consultivo da *Start-Up* Portimão.

c) Competências e funções

37. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo.

Não são contratados serviços ao auditor externo que não os de revisão legal de contas e auditoria pelo que a presente norma não é aplicável à realidade da TD, SA.

38. Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras.

Os órgãos de fiscalização não exercem outras funções que não as acima descritas e legalmente definidas.

IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

39. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa.

O cargo de revisor oficial de contas é exercido pela "Moore Stephens & Associados - SROC", representada por António Gonçalves Monteiro.

40. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo.

A referida "Moore Stephens & Associados – SROC, SA", representada por António Gonçalves Monteiro, foi eleita pela primeira vez para o cargo de Revisor Oficial de Contas da TD, SA na Assembleia Geral de 30 de maio de 2015, para exercer as respetivas funções durante o quadriénio 2015/2018. Na Assembleia Geral de 27 de maio de 2019 esta entidade foi novamente eleita para exercer o mesmo cargo durante o quadriénio 2019/2022, agora em curso, na sequência da aprovação de proposta apresentada pelo Conselho Fiscal.

41. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à sociedade.

O revisor oficial de contas não presta outros serviços que não os de revisão legal de contas e auditoria à TD,SA.

V. AUDITOR EXTERNO

42. Identificação do auditor externo designado para os efeitos do Art. 8.º e do sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM.

O auditor externo designado, nos termos do artigo 8.º do Código dos Valores Mobiliários, é a sociedade de revisores oficiais de contas "Moore Stephens & Associados - SROC", representada por António Gonçalves Monteiro e registada na OROC sob o número 173 e na CMVM sob o número 20161476.

43. Indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo.

O auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem este cargo na TD,SA desde a sua primeira eleição na Assembleia Geral de 30 de maio de 2015, ou seja, há sete anos.

44. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções.

Não existe uma política definida sobre a rotatividade do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções.

Não obstante, a TD,SA segue as regras de rotação previstas no artigo 17.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e, ainda, no n.º 2 e 3 do artigo 54.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 7 de Setembro, que preveem que o período máximo para o exercício de funções do sócio responsável pela revisão legal de contas é de sete anos (prorrogável por mais 3 anos, nos termos do n.º 4 do supra citado artigo), sendo que a sociedade de revisores oficiais de contas poderá, nos termos do n.º 3 do supra citado artigo, ser nomeada como Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, para o exercício máximo de dois mandatos com a duração de quatro anos cada.

Refira-se, a este propósito, que o auditor externo em exercício de funções, foi designado pela primeira vez para o mandato de 2015/2018 e reeleito, por uma segunda vez, em Assembleia Geral de 27 de maio de 2019 para o mandato 2019/2022, agora em curso.

45. Indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita.

A atuação do auditor externo tem vindo a ser avaliada pelo Conselho Fiscal – que obtém do auditor externo e da sua equipa as informações e elementos que entende necessários para o exercício das suas funções – e por todos os demais órgãos sociais da TD, SA numa base anual, sem nunca se ter verificado qualquer circunstância que pudesse motivar a sua destituição ou resolução do contrato de prestação dos seus serviços com justa causa.

O Conselho de Administração da TD, SA e os serviços dele dependentes têm vindo a assumir o compromisso de zelar para que sejam asseguradas as condições adequadas à prestação dos serviços por parte do auditor externo, dentro da Empresa, uma vez que estes se enquadram diretamente na estrutura operacional da TD, SA e dispõem dos meios físicos e da informação e documentação necessária para proporcionarem ao auditor externo as condições adequadas para o exercício das suas funções.

O interlocutor principal e primeiro destinatário dos relatórios do auditor externo é o Conselho Fiscal.

46. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.

Informa-se que nem o auditor externo, nem quaisquer outras entidades que com ele se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, prestam à TD,SA serviços diversos dos serviços de auditoria.

47. Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços (Para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente da Recomendação da Comissão Europeia n.º C (2002) 1873, de 16 de Maio):

A retribuição paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede é determinada em função do volume e qualidade dos serviços prestados no âmbito das atribuições que lhe são conferidas nos termos da Lei e dos Estatutos.

Pela Sociedade*

Valor dos serviços de revisão de contas	61 000,00	100,00%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade	-	-
Valor dos serviços de consultoria fiscal	-	-
Outros serviços que não de revisão legal de contas	-	-
Por entidades que integram o Grupo*		
Valor dos serviços de revisão de contas	315 135,00	100,00%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade	-	-
Valor dos serviços de consultoria fiscal	-	-
Outros serviços que não de revisão legal de contas	-	-

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. ESTATUTOS

48. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade (Art. 245.º-A, n.º 1, al. h)).

Não existem regras específicas para eventuais alterações dos Estatutos da Sociedade, aplicando-se o regime geral previsto no Código das Sociedades Comerciais, em especial os termos constantes dos seus artigos 85.º, 383.º, n.º 2 e 386.º.

II. COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade.

Em 2018, com a aprovação do “Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte” a política de comunicação de alegadas irregularidades foi ajustada, no âmbito do reforço do sistema de *compliance* que já vinha sendo desenvolvido pela Sociedade.

O referido Código tem como objetivo orientar a conduta profissional e pessoal de todos os colaboradores, independentemente do cargo ou função que desempenhem e vem definir os princípios e valores do Grupo Teixeira Duarte, bem como o procedimento atualmente aplicável à comunicação de irregularidades ocorridas, nas relações internas e externas estabelecidas entre todas as empresas do grupo com os seus *stakeholders*.

Com efeito, encontra-se disposto naquele Código que, a propósito da monitorização da aplicação das suas normas, cabe aos Colaboradores – e aos Destinatários Indiretos, nos termos e âmbitos acima enunciados – zelar pelo cumprimento deste Código de Ética e Conduta, divulgando-o, invocando-o em sua defesa, aplicando-o e reclamando junto das hierarquias a sua aplicação, incluindo pelas próprias, bem como proceder à comunicação de eventuais irregularidades identificadas através dos meios e procedimentos próprios, desenvolvidos por cada Empresa para esse efeito e tendencialmente definidos como Canal de Ética.

Sem prejuízo desses meios, assume-se também neste Código que tais eventuais irregularidades identificadas relativamente a quaisquer normativos externos ou internos deverão ser reportadas através dos seguintes meios:

- Correspondência dirigida ao órgão de gestão ou de fiscalização da Empresa;
- Correspondência dirigida ao Conselho de Administração ou ao Conselho Fiscal da "Teixeira Duarte, SA";
- Mensagem de correio eletrónico dirigida a um órgão independente constituído no âmbito do Grupo Teixeira Duarte cujo endereço é compliance@teixeiraduarte.com.

A Empresa garante a confidencialidade das comunicações recebidas, a ausência de quaisquer represálias aos denunciantes por denúncias de boa-fé e a proteção dos dados pessoais do denunciante e do suspeito da prática da infração. As represálias praticadas contra os denunciantes são condenadas pela Empresa e poderão dar lugar a processos disciplinares levantados aos seus autores e às pessoas que permitiram estas represálias."

Acresce que se encontra em vigor o Procedimento Geral para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho, no qual se estabelecem os princípios de atuação e os procedimentos que se consideram adequados à prevenção e ao combate ao assédio em contexto laboral dentro do Grupo Teixeira Duarte, a observar por todas as pessoas que dele fazem parte, tornando o Procedimento um instrumento autorregulador e a expressão de uma política ativa que visa evitar, identificar, eliminar e/ou punir situações suscetíveis de consubstanciar a prática de assédio no local de trabalho. O Procedimento Geral para a Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho é complementar ao Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte.

Daqui resulta que a TD, SA dispõe de mecanismos de deteção e prevenção de irregularidades, em linha com a Recomendação I.2.4., tendo adotado uma política de comunicação de irregularidades que garante meios adequados para a comunicação e tratamento das mesmas, com salvaguarda a confidencialidade das informações transmitidas e da identidade do transmissor, sempre que seja solicitada.

III. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno.

O Conselho de Administração é o órgão responsável pelo apuramento e avaliação dos mais relevantes riscos a que a Sociedade se encontra sujeita, bem como pela promoção das iniciativas necessárias para a respetiva prevenção, competindo-lhe conceber e projetar os sistemas de controlo interno e de gestão de riscos que se revelem necessários e adequados para as diversas situações identificadas,

bem como monitorizar a respetiva implementação e acompanhar e avaliar o seu funcionamento, devidamente suportado pelas demais áreas corporativas de controlo que prestam apoio à Sociedade.

Os Serviços de Auditoria Interna do Grupo Teixeira Duarte têm vindo a desempenhar um papel fundamental em matéria de implementação de sistemas de controlo interno.

A 31 de dezembro de 2021, estes serviços contavam com cinco colaboradores de empresas do Grupo e encontravam-se na dependência hierárquica e funcional do Presidente do Conselho de Administração Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte, sendo que a coordenação destes trabalhos foi também articulada em reuniões com a participação dos demais membros do Conselho de Administração e dos Órgãos de Fiscalização.

Destaque-se ainda no âmbito do Sistema de *Compliance* implementado no Grupo Teixeira Duarte, a nomeação, em 2021, de um *Chief Compliance Officer* que tem como missão desenvolver um Programa de *Compliance* para promover, dentro do Grupo Teixeira Duarte (i) o cumprimento dos normativos legais, regulamentares e internos, (ii) a correta identificação e avaliação dos respetivos riscos inerentes às atividades desenvolvidas pelas empresas do Grupo e (iii) o desenvolvimento de medidas eficientes para cumprimento dos aludidos normativos e para mitigação dos respetivos riscos, estabelecendo diretrizes para análise da realidade, tratamento e reporte das informações, definir âmbitos de atuação e respetivos meios e posterior monitorização dos resultados e promover as necessárias revisões de tais medidas.

Complementarmente, contribui também para o controlo interno, a Direção de Sistemas de Gestão, que inclui nas suas funções assegurar que as Políticas do Grupo são cumpridas, implementando, neste âmbito, também critérios de supervisão, efetivando a correspondente formação, respetiva auditoria interna e apresentando propostas de melhoria.

51. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade.

Auditoria Interna

Desde a sua criação e até 2019, no âmbito da orgânica do Grupo Teixeira Duarte, os Serviços de Auditoria Interna sempre se encontraram na dependência hierárquica do Conselho de Administração e sempre reportaram funcionalmente ao Administrador titular do pelouro da área financeira.

No entanto, em 2021 o Responsável pela Auditoria Interna passou a reportar funcionalmente e administrativamente ao seu Presidente do Conselho de Administração, assegurando a independência do departamento de Auditoria Interna da TD, SA.

O Conselho Fiscal procede ao acompanhamento dos trabalhos efetuados pelos Serviços de Auditoria, realizando as reuniões que entende necessárias para o efeito e procedendo à análise dos trabalhos realizados ou em curso com a profundidade e na forma que considere adequado nas circunstâncias. Em consequência, delibera a emissão de recomendações formais sempre que julgue haver matéria para o efeito.

Em consonância com a alteração referida quanto ao reporte ao Conselho de Administração, foi também revisto o sistema de comunicação com o Conselho Fiscal, que passou a ter acesso a uma plataforma interna direta do Serviço de Auditoria Interna onde são disponibilizados, numa periodicidade mensal, todos os relatórios emitidos pelo departamento, para que o Conselho Fiscal possa fazer um *follow up* dos trabalhos, como resulta das Recomendações n.º VI.4 e VI.5.

Tal modelo tem-se vindo a revelar adequado uma vez que é facilitada a comunicação, colaboração e troca de informações entre os aludidos Serviços enquadrados na estrutura organizativa da empresa, sem que, reitere-se, a isenção de nenhum deles seja alguma vez posta em causa.

Chief Compliance Officer

Em 2021 o Conselho de Administração da TD, SA deliberou sobre a designação de um Chief Compliance Officer, que responde funcionalmente ao Conselho de Administração e que tem como missão desenvolver um Programa de *Compliance* para promover, dentro do Grupo Teixeira Duarte (i) o cumprimento dos normativos legais, regulamentares e internos, (ii) a correta identificação e avaliação dos respetivos riscos inerentes às atividades desenvolvidas pelas empresas do Grupo e (iii) o desenvolvimento de medidas eficientes para cumprimento dos aludidos normativos e para mitigação dos respetivos riscos, estabelecendo diretrizes para análise da realidade, tratamento e reporte das informações, definir âmbitos de atuação e respetivos meios e posterior monitorização dos resultados e promover as necessárias revisões de tais medidas.

52. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.

Não existem quaisquer outras áreas com competências exclusivas no âmbito do controlo de risco, sendo que, face àquele que é modelo em vigor no Grupo sobre esta matéria, todas as áreas têm essa quota-parte de responsabilidade nos termos acima descritos e a todas se aplica o Sistema de *Compliance* implementado no Grupo Teixeira Duarte.

53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade.

Para além do impacto direto e indireto que a atual situação de pandemia COVID-19 pode ter no desenvolvimento da atividade do Grupo – ainda que com âmbitos e dimensões distintas consoante os países e os setores em causa – os principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a sociedade se expõe no exercício da atividade são os seguintes:

- Alterações nas condições económicas e de negócio em Portugal, bem como nas condições económicas e de negócio nas operações do Grupo no estrangeiro, nomeadamente em Angola, Argélia, Brasil, Moçambique e Venezuela;
- Flutuações e volatilidade das taxas de juro, dos *spreads* de crédito e das taxas de câmbio, bem como disponibilidade de divisas convertíveis nos mercados em que o Grupo opera;
- Alterações nas políticas governamentais;
- Enquadramento regulamentar e financeiro da atividade bancária; e,
- Alterações no ambiente competitivo dos setores de atividade em que o Grupo Teixeira Duarte opera.

Acresce que, a atividade do Grupo Teixeira Duarte está dependente do enquadramento económico e das consequências que determinada situação macroeconómica possa vir a ter nos níveis de confiança dos vários agentes económicos, nos volumes de investimento, exportações e comércio global, bem como nos níveis de emprego e padrões de consumo.

A evolução das áreas de atividade onde o Grupo opera, nomeadamente da área da construção, está historicamente correlacionada, de uma forma mais ou menos direta, com o desempenho macroeconómico dos países ou mercados onde o Grupo Teixeira Duarte atua, designadamente, com a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) e dos respetivos preços de mercado. Deste modo, a atividade do Grupo, bem como os seus resultados, podem ser significativamente afetados pelo desempenho das economias onde o Grupo Teixeira Duarte opera, nomeadamente por efeito do crescimento ou retração do mercado da construção, área de negócio com maior representatividade nos proveitos operacionais do Grupo.

Sendo o negócio da construção atividade de referência do Grupo Teixeira Duarte, apresenta-se, de seguida, uma descrição dos principais riscos inerentes ao referido negócio:

O negócio da construção de elevada escala e dimensão envolve uma grande afetação de recursos humanos e materiais, que implica uma estrutura de custos fixos elevada, não só pela necessária aposta nas equipas e na sua formação, mas também pelo investimento significativo que é necessário para a aquisição, manutenção e adaptação de equipamentos.

Os custos associados a muitos dos concursos, tanto na elaboração de propostas, como nos seguros e nas garantias e caucões por vezes necessárias prestar, também constituem outro fator de risco inerente à atividade, sobretudo se atendermos também às penalizações muitas vezes associadas às grandes empreitadas públicas em que o Grupo Teixeira Duarte participa.

Por outro lado, a natureza do serviço prestado implica muitas vezes alterações das circunstâncias inicialmente negociadas, fruto das vicissitudes das empreitadas em causa (alterações climatéricas; descoberta de características de natureza adversas e diferentes do previsto; fenómenos naturais, sociais e económicos resultantes do impacto da obra) e das alterações dos projetos, muitas vezes por novas opções dos donos de obra que obrigam a uma grande agilidade na eficiência da execução das mesmas.

Outro aspeto importante resulta do significativo número de fornecedores de bens e equipamentos e de prestadores de serviços com que a empresa lida nesta área de atuação e que podem implicar riscos por ações ou omissões a eles imputáveis, incluindo interrupções e atrasos no serviço prestado ou no fornecimento de bens.

Do ponto de vista comercial, a globalização tem viabilizado a entrada de outros grandes grupos construtores nos principais e mais antigos mercados de atuação da Teixeira Duarte - nomeadamente em Portugal e Angola - obrigando a um maior esforço na apresentação de soluções e propostas, bem como a uma otimização de custos que permita acompanhar a força da competitividade dessas entidades.

As Concessões são normalmente projetos de longo prazo que envolvem cada vez mais vertentes, como as ligadas a projeto, conceção, construção, financiamento e exploração e que, quer por tal complexidade e necessidade de parcerias, quer pela longevidade dos

processos, implicam um risco forte na avaliação de ativos e projetos a longo prazo, num mundo cada vez mais dinâmico e com alterações inesperadas.

A atividade Imobiliária do Grupo é afetada pelas exigências para novos projetos que aumentam a todos os níveis (administrativo, económico, social, ambiental, entre outros), e por variações da procura decorrentes de efeitos demográficos e da variação das taxas de juro e das disponibilidades de financiamento.

A Hotelaria em Portugal tem sofrido pequenas oscilações, sendo que os hotéis em África estão naturalmente expostos às características dos respetivos países e à concorrência que aumenta numa dimensão nunca antes verificada.

A Distribuição em Angola está muito exposta às características próprias do país e às dificuldades logísticas de abastecimento, de transporte e de deslocação.

O setor Automóvel está atualmente sujeito a forte concorrência, em particular no mercado de Angola, no qual a competitividade está a aumentar bastante e o investimento efetuado pelo Grupo obriga a uma forte otimização de processos e custos, num mercado que está cada vez mais exigente e muito dependente do acesso a divisas necessárias aos processos de importação.

Os riscos descritos, a ocorrerem, poderão vir a ter um impacto negativo sobre os resultados do Grupo Teixeira Duarte e sobre a sua situação financeira.

A TD, SA encontra-se exposta a riscos de estratégia, existindo a possibilidade de tomar decisões estratégicas inadequadas, de ocorrerem falhas na implementação de decisões ou de se verificar a falta de capacidade de resposta face à evolução das condições de mercado.

O negócio internacional do Grupo Teixeira Duarte representa uma fatia significativa do volume de negócios do Grupo (344.447 milhares de euros em 2021). Não é possível garantir o pleno sucesso das operações nos mercados externos nos quais o Grupo opera. Adicionalmente, tais operações estão expostas aos riscos cambiais decorrentes de eventuais desenvolvimentos adversos a nível económico nos países em que estão estabelecidas. Estes fatores poderão afetar de forma adversa a atividade, situação financeira e resultados do Grupo Teixeira Duarte.

O Grupo Teixeira Duarte atua em diversos setores de atividade, dos quais se destaca, pela sua contribuição para os proveitos operacionais do Grupo, o setor da Construção, mas também outros como o Imobiliário, Distribuição e Automóvel que podem descrever-se como sendo setores muito competitivos. Este quadro concorrencial, quando associado a ciclos negativos nas áreas de atividade onde o Grupo opera, pode ter um efeito negativo nas margens de comercialização da empresa e nos seus resultados e, por conseguinte, na sua situação financeira.

A capacidade do Grupo Teixeira Duarte de implementar com sucesso a estratégia delineada depende da sua capacidade de recrutar e reter colaboradores qualificados e competentes para cada função. Apesar de a política de recursos humanos do Grupo Teixeira Duarte estar orientada para atingir estes objetivos, não é possível garantir que, no futuro, não existam limitações nesta área. Tal circunstância poderá limitar ou atrasar a execução da estratégia delineada, o que poderá ter um efeito negativo na atividade, situação financeira e resultados do Grupo.

Um agravamento das condições económicas globais ou das adversidades que afetam as economias a uma escala local podem originar a incapacidade de os clientes do Grupo Teixeira Duarte saldarem as suas obrigações ou atrasar de forma significativa o cumprimento das mesmas, levando a que as linhas de crédito existentes entrem em *default*. Este cenário resultaria em perdas que afetariam a atividade, a situação financeira e os resultados do Grupo Teixeira Duarte.

O Grupo Teixeira Duarte poderá, no futuro, ser parte numa pluralidade de litígios relacionados com a sua atividade, incluindo aqueles cuja sentença lhe tenha sido favorável, total ou parcialmente, e que possam vir a ser objeto de recurso ou ação de anulação pelas contrapartes nos termos das normas processuais aplicáveis e até ao trânsito em julgado dessas mesmas sentenças. O Grupo Teixeira Duarte não pode garantir que venha a ganhar quaisquer ações respeitantes às suas atividades e uma decisão negativa nas mesmas poderá ter um efeito adverso que seja significativo para a atividade, situação financeira e resultados do Grupo Teixeira Duarte.

As atividades da TD, SA exigem investimentos. O Grupo financia uma parte destes investimentos fazendo uso dos fluxos de caixa gerados pelas suas atividades operacionais. No entanto, a TD, SA e as suas participadas financiam uma proporção maior dos investimentos fazendo uso de fontes externas, incluindo empréstimos bancários e ofertas nos mercados de capitais.

O Grupo Teixeira Duarte está exposto a um conjunto de riscos, tal como riscos de liquidez, riscos de taxa de juro ou riscos de taxa de câmbio, entre outros, sendo que, perante a ocorrência de cenários excecionalmente adversos, as políticas e procedimentos utilizados pela TD, SA na identificação, acompanhamento e gestão dos riscos poderão não se revelar totalmente eficazes.

Como qualquer outro grupo económico integrado numa envolvente competitiva, o Grupo Teixeira Duarte encontra-se igualmente sujeito a riscos relacionados com liquidez. O Grupo considera estar adequadamente provido dos meios necessários para um efetivo controlo de risco da sua atividade, considerando eficaz a ação desenvolvida pela administração com reporte de elementos que lhe são facultados pela Auditoria Interna, bem como pela Direção de Contabilidade, a quem, sob supervisão direta do Presidente do Conselho de Administração Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte – que é também Presidente do Conselho de Administração das sociedades sub-holdings do Grupo Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, SA e Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, SA – e acompanhamento pelos Órgãos de Fiscalização, está especialmente cometido o controlo da liquidez do Grupo Teixeira Duarte.

A TD, SA gere o risco de liquidez do Grupo atuando através de duas vias: garantindo que a dívida financeira do Grupo tem uma elevada componente de médio e longo prazo com maturidades adequadas à capacidade esperada de geração de fundos e de negociação de facilidades de crédito.

No decurso normal da atividade, o Grupo está sujeito a determinados riscos operacionais, incluindo interrupções no serviço prestado ou atrasos na prestação de serviços, fraudes, omissões, erros e atrasos na implantação de requisitos para a gestão dos riscos. Estes riscos são acompanhados pelo Grupo de uma forma contínua, através de sistemas administrativos e de informação, entre outros, estando alguns riscos operacionais cobertos por apólices de seguros.

As operações desenvolvidas pelo Grupo Teixeira Duarte estão dependentes do processamento informático. O processamento informático envolve a manutenção de registos, o reporte financeiro e outros sistemas, incluindo sistemas de monitorização e controlo das várias operações do Grupo, nomeadamente na gestão de recursos humanos, contabilística e ainda logística, administrativa e de armazenamento. Apesar da avaliação que tem vindo a ser efetuada aos sistemas computacionais e da convicção de que as suas capacidades são adequadas, não é possível garantir a potenciais investidores a total identificação e correção atempada de todos os problemas relacionados com os sistemas de tecnologias de informação, nem o êxito sistemático na implantação de melhorias tecnológicas.

O custo da grande maioria da dívida financeira contraída pelo Grupo Teixeira Duarte está indexado a taxas de referência variáveis, estando a TD, SA, por essa via, exposta ao risco de taxa de juro.

A variação da taxa de câmbio do Euro face a outras moedas, nomeadamente, o dólar americano, o kwanza angolano, o dinar argelino, o real brasileiro, o metical moçambicano e o bolívar venezuelano, pode ter impacto na situação financeira da TD, SA. O Grupo Teixeira Duarte desenvolve operações em diversos mercados e regista proveitos em moeda estrangeira, tendo igualmente ativos e passivos monetários denominados em moeda que não o Euro, pelo que se encontra, deste modo, exposto a variações nas respetivas divisas.

Em termos indiretos, referem-se ainda as circunstâncias de o Grupo Teixeira Duarte adquirir bens diversos, com relevância nas áreas da construção, da distribuição e do automóvel, em moedas distintas daquela em que os mesmos são posteriormente vendidos, nomeadamente em Angola, sendo que tal facto pode influenciar em parte os resultados obtidos pelo Grupo na atividade que desenvolve nestes setores.

Destaca-se a importação e exportação de materiais para construção e de produtos essencialmente de consumo para as sociedades de direito Angolano que operam na área da distribuição, bem como de veículos automóveis, peças e equipamentos para as diversas participadas locais que atuam no setor automóvel em Angola.

Variações adversas no preço do petróleo e das matérias-primas poderão afetar significativamente os resultados e situação financeira do Grupo Teixeira Duarte.

A volatilidade do preço das matérias-primas constitui um risco para o Grupo Teixeira Duarte, afetando a atividade operacional da área de negócio da construção, embora seja pontualmente mitigado através de contratos com fornecedores com preços fixos e contratos com clientes que permitam repercutir estas alterações no valor pago por estes.

Em particular, o Grupo Teixeira Duarte tem uma exposição indireta ao preço do petróleo. A capacidade do Grupo em fazer refletir nos preços dos bens finais e dos serviços que presta aumentos do preço do petróleo é reduzida, pelo que poderão surgir consequências negativas nas margens diretas dos bens finais vendidos e no contributo líquido dos serviços prestados. Adicionalmente, um aumento do preço do petróleo tem um impacto direto nos custos de transporte associados ao desenvolvimento das atividades do Grupo, pelo

que variações adversas nos preços do petróleo poderão exercer um efeito material negativo na atividade, situação financeira e resultados do Grupo.

Mais concretamente, a evolução do preço do petróleo poderá afetar significativamente os resultados do Grupo Teixeira Duarte por três razões:

- O custo de transporte é uma das rubricas de custos mais importantes nas contas de exploração do Grupo;
- Os custos energéticos têm ainda algum significado no preço dos fornecimentos e serviços externos;
- A evolução do preço do petróleo condiciona o desenvolvimento da própria economia dos mercados em que o Grupo Teixeira Duarte opera, alguns deles de forma bastante significativa, pela força que tal produto representa no PIB desses países.

O aumento de impostos ou a redução de benefícios fiscais poderá ter um efeito adverso na atividade do Grupo Teixeira Duarte.

O Grupo Teixeira Duarte poderá ser afetado por alterações na legislação e demais regulamentação fiscal aplicável em Portugal, na União Europeia e nos diversos países onde desenvolve a sua atividade.

As demonstrações financeiras do Grupo Teixeira Duarte podem ser influenciadas pela valorização das participações financeiras detidas.

A situação líquida, os capitais próprios e até, em certas situações de imparidade, os resultados do Grupo Teixeira Duarte podem ser influenciados pela valorização/desvalorização das participações financeiras detidas.

As entidades do Grupo Teixeira Duarte estão sujeitas aos riscos inerentes a qualquer atividade económica, como é o caso de acidentes, avarias ou catástrofes naturais que possam originar prejuízos nos ativos do Grupo ou interrupções temporárias na respetiva atividade. Da mesma forma, estes riscos podem afetar os principais clientes e fornecedores do Grupo Teixeira Duarte, o que teria um impacto significativo nos níveis de rentabilidade, caso não fosse possível encontrar clientes substitutos de modo a garantir o nível de volume de negócios, ou fornecedores que possibilitassem manter a mesma estrutura de custos.

Acresce que, tanto o Conselho de Administração da TD, SA como os das demais entidades do Grupo Teixeira Duarte continuam a acompanhar o desenvolvimento da situação de pandemia Covid-19, que se iniciou no final de 2019, encontrando-se a atuar em conformidade com as recomendações emitidas pela Organização Mundial de Saúde e pelas entidades públicas responsáveis pela área da saúde nos respetivos países em que as empresas do Grupo operam.

Neste enquadramento têm sido tomadas medidas de contingência e de prevenção, para cumprimento das orientações daquelas entidades e para mitigação e contenção do risco, equilibrando esse desígnio com as diligências necessárias à salvaguarda da continuidade do negócio e do impacto que o mesmo tem em todos os seus *stakeholders*.

Do mesmo modo, prossegue-se o acompanhamento do desenvolvimento da situação geopolítica na Europa e os impactos da mesma nas economias com que o Grupo opera direta e indiretamente, com particular incidência na obtenção de serviços, *commodities* e matérias-primas.

Atualmente, pela natureza direta e indireta dos possíveis impactos e riscos, bem como pela imprevisibilidade da sua dimensão ou duração, não é possível quantificá-los.

54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos.

O processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de risco da TD, SA incorpora diversas avaliações de risco com níveis e complexidade distintos, tendo em consideração as matérias a tratar e após identificação dos tipos de risco subjacentes às diversas áreas de atuação do Grupo. Neste sentido, podem ser utilizados diferentes métodos de identificação, análise, tratamento, controlo e revisão, de modo a ir ao encontro dos objetivos pretendidos para a implementação do sistema de avaliação de riscos, tendo em consideração o tipo de risco que se pretende avaliar.

O Conselho de Administração é o órgão responsável pelo apuramento e avaliação dos mais relevantes riscos a que a Sociedade se encontra sujeita, bem como pela promoção das iniciativas necessárias para a respetiva prevenção, competindo-lhe conceber e projetar os sistemas de controlo interno e de gestão de riscos que se revelem necessários e adequados para as diversas situações identificadas, bem como monitorizar a respetiva implementação e acompanhar e avaliar o seu funcionamento, devidamente suportado pelas demais áreas corporativas de controlo que prestam apoio à sociedade, nomeadamente:

- O Departamento de Auditoria Interna, cujas principais funções são a avaliação e melhoria da efetividade dos processos de gestão de riscos e sistemas de controlo interno, bem como a realização de um exame às atividades desenvolvidas pelo Grupo;

- O *Chief Compliance Officer*, que tem como missão desenvolver um Programa de *Compliance* para promover, dentro do Grupo Teixeira Duarte (i) o cumprimento dos normativos legais, regulamentares e internos, (ii) a correta identificação e avaliação dos respetivos riscos inerentes às atividades desenvolvidas pelas empresas do Grupo e (iii) o desenvolvimento de medidas eficientes para cumprimento dos aludidos normativos e para mitigação dos respetivos riscos, estabelecendo diretrizes para análise da realidade, tratamento e reporte das informações, definir âmbitos de atuação e respetivos meios e posterior monitorização dos resultados e promover as necessárias revisões de tais medidas.
- A Direção de Sistemas de Gestão, que inclui nas suas funções assegurar que as Políticas do Grupo são cumpridas, implementando, neste âmbito, também critérios de supervisão, efetivando a correspondente formação, respetiva auditoria interna e apresentando propostas de melhoria.

A responsabilidade pela avaliação do funcionamento destes sistemas e a apresentação de propostas para o ajustamento às necessidades da TD, SA, cabe ao Conselho de Administração – e não aos Órgãos de Fiscalização conforme resulta da Recomendação VI.2. - uma vez que esta é uma matéria que, pela sua natureza e pelas especificidades acima descritas, se enquadra no âmbito de atuação próprio do Conselho de Administração e no controlo e supervisão deste órgão sobre as diversas Direções das sociedades do Grupo, sistema este que se tem revelado adequado para os respetivos fins.

Por outro lado, não existem dentro do Grupo Teixeira Duarte quaisquer comissões de controlo, uma vez que, da avaliação que se faz da sociedade, da forma como é gerida, da composição dos quadros e gestores das sociedades que integram o Grupo Teixeira Duarte e dos princípios fundamentais que são aplicados, conclui-se que os custos de eficiência e de controlo com a criação de comissões de controlo seriam amplamente superiores aos benefícios que poderiam resultar de um controlo realizado através de tais comissões.

Pese embora o sistema de controlo interno e de gestão de riscos implementado na sociedade não cumpra integralmente todos requisitos enumerados na Recomendação n.º VI.6., - na medida em que não definiu uma Política escrita, mas ainda assim tendo instituído um sistema de gestão de riscos - com a implementação de um Programa de *Compliance* - a TD, SA mantém a sua convicção na opção pelo modelo acima descrito.

55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira (Art. 245.º-A, n.º 1, al. m)).

O processo de divulgação de informação financeira é coordenado pelo Conselho de Administração e acompanhado sempre pelos Órgãos de Fiscalização, nele trabalhando em especial as equipas das Direções de Contabilidade e Societário e Corporativo, respetivamente, na elaboração e apuramento de contas e demais informes contabilísticos e financeiros e na preparação e divulgação do documento final.

Estas duas estruturas acompanham a evolução dos normativos aplicáveis, tanto nas áreas financeiras como jurídicas e interagem com a Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, designadamente por ocasião da atualização de informes e regulamentos complementares sobre estas matérias, reportando ambas diretamente ao Conselho de Administração.

Todos os colaboradores que integram a Direção de Contabilidade e aqueles que na equipa de Societário e Corporativo participam na preparação e divulgação do documento final são integrados na listagem prevista no n.º 7 artigo 248.º-A do Código de Valores Mobiliários e do artigo 18.º do Regulamento (UE) n.º 596/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 - ou seja, de colaboradores com acesso a informação privilegiada -, sendo todos eles notificados, nos termos legalmente definidos, da sua inclusão na referida listagem e das consequências legais decorrentes da divulgação ou utilização abusiva de informação privilegiada.

O órgão de fiscalização acompanha, através de reuniões que programa com o auditor externo e revisor oficial de contas, a adequação do processo de preparação e divulgação de informação financeira pelo órgão de administração, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e a sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada.

IV. APOIO AO INVESTIDOR

56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto.

Em reforço da política de divulgação de informação acima referenciada e com o objetivo de promover o contacto permanente com o mercado e a resposta às solicitações dos investidores em tempo útil, assegurando o rigoroso cumprimento do princípio da igualdade entre os acionistas e no intuito de prevenir eventuais assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores, a Sociedade dispõe de um Gabinete de Apoio ao Investidor, que funciona sob a tutela do Presidente do Conselho de Administração Manuel Maria Calainho

de Azevedo Teixeira Duarte, coordenado por José Pedro Poiares Cobra Ferreira, Representante para as Relações com o Mercado devidamente registado junto da CMVM.

Toda a informação que os investidores entendam necessitar e esteja disponível ao abrigo das normas, regulamentos e demais diretivas aplicáveis é prestada por este Gabinete, podendo o acesso ao mesmo ser feito através dos seguintes meios de comunicação:

Morada:
Lagoas Park, Edifício 2, 2740-265, Porto Salvo, Oeiras
Telefone: + 351 217 912 415
Fax: + 351 217 941 108
E-mail: representantemercado@teixeiraduarte.com

O Gabinete de Apoio ao Investidor assegura ainda a manutenção de um registo dos pedidos apresentados pelos diversos *stakeholders* e do tratamento que lhes foi dado.

Acresce que o aludido Representante para as Relações com o Mercado é também Secretário da Sociedade e, em articulação com o Conselho de Administração promove a divulgação de informação aos membros dos órgãos de gestão e fiscalização.

57. Representante para as relações com o mercado.

Conforme referido em 56. *supra*, o cargo de Representante para as Relações com o Mercado é exercido por José Pedro Poiares Cobra Ferreira.

58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores.

O prazo médio de resposta a pedidos de informação no ano de 2021 foi de 4 dias.

V. SÍTIO DE INTERNET

59. Endereço(s).

O sítio de internet da TD,SA tem o seguinte endereço: www.teixeiraduarte.pt. Neste sítio, a Sociedade disponibiliza, em português e inglês, as informações consideradas relevantes e que permitem o conhecimento sobre a sua evolução e realidade atual em termos económicos, financeiros e de governo.

60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais.

Estes elementos podem ser consultados em: www.teixeiraduarte.pt/investidores/identificacao-da-sociedade.

61. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões.

Os Estatutos da Sociedade podem ser consultados em: www.teixeiraduarte.pt/investidores/estatutos.

Conforme já foi previamente referido, não existem regulamentos de funcionamento dos órgãos sociais e/ou comissões.

62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou estrutura equivalente, respetivas funções e meios de acesso.

A informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais pode ser consultada em: www.teixeiraduarte.pt/investidores/orgaos-sociais.

A informação sobre o representante para as relações com o mercado e o Gabinete de Apoio ao Investidor pode ser consultada em: www.teixeiraduarte.pt/investidores/gabinete-apoio-investidor.

63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da assembleia geral, divulgação de contas anuais, semestrais e, caso aplicável, trimestrais.

Os documentos de prestação de contas desde a constituição da sociedade, em 2009 podem ser consultados em: www.teixeiraduarte.pt/investidores/informacao-financeira.

O calendário semestral de eventos societários pode ser consultado em: www.teixeiraduarte.pt/calendário-do-investidor.

64. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada.

Todos os elementos referentes às Assembleias Gerais da TD,SA podem ser consultados em: www.teixeiraduarte.pt/assembleias-gerais.

65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes.

Todos estes elementos podem ser consultados em: www.teixeiraduarte.pt/assembleias-gerais.

D. REMUNERAÇÕES

I. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO

66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da sociedade.

Ao abrigo do disposto no artigo 11.º dos Estatutos da TD, SA e nos termos fixados na Política de Remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade, compete à Comissão de Remunerações determinar a remuneração dos órgãos sociais.

Refira-se ainda que, conforme já ficou esclarecido, não existe uma comissão executiva ou Administrador Delegado, pelo que, nesta parte, esta questão não é aplicável à realidade da TD, SA.

Contudo e tomando por base o critério fixado na alínea 25) do n.º 1 do artigo 3.º do Regulamento (UE) n.º 596/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, os únicos dirigentes da TD, SA, são os seus próprios Administradores. Porque não existem administradores não executivos, não está prevista qualquer regra sobre esta matéria.

A Comissão de Remunerações é eleita por um período de quatro anos, estando em curso o mandato para o quadriénio 2019-2022.

II. COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores.

Atualmente, a Comissão de Remunerações é composto pelos seguintes membros:

- Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte
- António Carlos Calainho de Azevedo Teixeira Duarte
- Manuel Ferreira

António Carlos Calainho de Azevedo Teixeira Duarte e Manuel Ferreira foram eleitos em Assembleia Geral de 27 de maio de 2019, para exercerem funções nesse órgão durante o quadriénio 2019/2022. Por sua vez Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte foi eleito em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de outubro de 2021.

O membro da Comissão de Remunerações Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte não é considerado independente em relação aos membros do Conselho de Administração, uma vez que é também Administrador daquele órgão de gestão.

Sendo a TD, SA detida maioritariamente por sociedades detidas por membros da família Teixeira Duarte e por membros da família Teixeira Duarte, é natural que estes integrem a respetiva Comissão de Remunerações. Tradicionalmente, e durante décadas, tem sido esta a prática seguida, estando sempre em consonância com as regras e recomendações sobre remunerações dos membros do Órgão de Administração fixadas pela CMVM em cada momento, pelo que não se vislumbram quaisquer motivos para a alterar.

Reitere-se que se trata de uma Sociedade que, seguindo o exemplo da anterior holding do Grupo ("Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, SA"), com a sua peculiar forma de atuação e o seu vincado cunho empresarial, adotou uma muito própria forma de estar e uma saudável política de gestão que, perante o público e o mercado, têm sido reconhecidas como tal.

Acrescente-se que não foram contratadas quaisquer pessoas singulares ou coletivas para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções, por opção da própria Comissão.

Para efeitos do disposto na Recomendação n.º V.2.4., informa-se que tendencialmente os membros da Comissão de Remunerações estão sempre presentes nas Assembleias Gerais Anuais da Sociedade.

68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações.

Os membros da Comissão de Remunerações Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte e António Carlos Calainho de Azevedo Teixeira Duarte têm conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração, tendo em conta que exerceram essas funções durante vários anos noutras sociedades.

III. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho.

A Comissão de Remunerações da TD, SA emitiu a respetiva declaração sobre política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização, a qual foi aprovada por unanimidade em Assembleia Geral daquela sociedade, realizada em 24 de maio de 2021, declaração essa cujo teor aqui se deixa reproduzido:

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO DA “TEIXEIRA DUARTE, SA”

I. ENQUADRAMENTO NORMATIVO

Ao abrigo do artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 11.º dos Estatutos da Sociedade é a esta Comissão quem cumpre submeter à aprovação da Assembleia Geral uma proposta de política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização desta Sociedade, a qual é elaborada nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 26.º-A a 26.º-F do Código de Valores Mobiliários.

II. ÂMBITO DA POLÍTICA:

Em função do modelo societário adotado pela “Teixeira Duarte, SA”, a presente Política abrange todos os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

III. INTRODUÇÃO:

A presente “Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização” foi elaborada tendo em conta, para além das disposições legais aplicáveis, a realidade histórica e o enquadramento do tema no Grupo Teixeira Duarte ao longo dos anos.

Sempre que se refere neste texto ao histórico e à realidade laboral e contratual com o Grupo Teixeira Duarte, entende-se que tal se refere à Teixeira Duarte, SA, à Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, SA e à Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, SA, principais sociedades sub-holdings do Grupo.

Neste enquadramento, determina-se que os Administradores da “Teixeira Duarte, SA” apenas poderão receber remunerações, seja a que título for, pagas por uma das seguintes entidades: “Teixeira Duarte, SA”, “Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, SA” ou “Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, SA”.

IV. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

1. Situação contratual

Não existem contratos nem acordos com os membros dos órgãos de administração, sendo que quatro dos membros do Conselho de Administração têm contrato de trabalho com o Grupo Teixeira Duarte, sem prejuízo da suspensão dos mesmos, nos termos da Lei, aquando das eleições para os cargos sociais que vêm exercendo no Grupo Teixeira e a administradora Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte também não tem contrato de administração escrito, resultando a sua situação contratual apenas do mandato para o qual foi eleita em Assembleia Geral.

Não existem pois quaisquer determinações contratuais específicas para os períodos de pré-aviso aplicáveis, nem quaisquer cláusulas de cessação ou de pagamentos associados à cessação dos mesmos, aplicando-se os termos previstos na Lei que estiver em vigor.

2. Objetivos da Política de Remuneração dos membros do Conselho de Administração

Esta política de remuneração dos membros do Conselho de Administração foi elaborada com o objetivo de que a determinação das remunerações nos termos aqui descritos contribua para a estratégia empresarial da sociedade, para os seus interesses de longo prazo e para a sua sustentabilidade.

a. A remuneração fixa

A remuneração fixa deverá ser determinada atendendo ao trabalho que realizam no Grupo Teixeira Duarte, bem como à compatibilidade com os termos e condições de emprego e de remuneração dos trabalhadores do Grupo Teixeira Duarte, para que se promova um sentido de ownership e interligação entre administradores e colaboradores e de todos com a estratégia global do Grupo Teixeira Duarte, sendo de referir a este propósito que quatro dos membros do Conselho de Administração iniciaram o seu trajeto como colaboradores do Grupo há mais de vinte e cinco anos.

O quantitativo fixo deve ser atribuído e pago em termos enquadrados com as condições de emprego e de remuneração dos trabalhadores da Teixeira Duarte, SA e das principais sociedades sub-holdings do Grupo, a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, SA e a Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, SA, não existindo quaisquer bónus ou benefícios atribuídos especificamente aos membros do Conselho de Administração, devendo os quantitativos e os pagamentos dos seguros, ajudas de custos e despesas em serviço serem efetuados nos termos e condições idênticos aos que vêm sendo aplicados aos colaboradores das referidas sociedades.

b. A remuneração variável

Esta política promove um compromisso dos membros do Conselho de Administração com o projeto empresarial a longo prazo, não só porque os valores da remuneração fixa e demais condições complementares estão integrados num enquadramento global das remunerações dos colaboradores do Grupo Teixeira Duarte, mas também porque existe uma parte da remuneração que é variável e diferida, estando a sua atribuição e pagamentos sujeitos à verificação de condições que reflitam o desempenho positivo da própria sociedade, aferido com indicadores concretos, determináveis e considerados referências para a sustentabilidade e desenvolvimento a longo prazo da sociedade, que em baixo se expõem.

O quantitativo variável deverá ser fixado a cada um dos membros do Conselho de Administração a título de remuneração complementar e de prémio de desempenho, sendo que tal componente nada terá que ver com a cotação das ações da Sociedade, dependendo sim da evolução dos negócios sociais, de indicadores financeiros como o endividamento líquido e a autonomia financeira, do empenho na concretização por cada um dos membros das tarefas e objetivos inerentes às respetivas funções, bem como dos resultados do exercício e da correspondente política de aplicação dos mesmos.

Não assiste a nenhum Administrador qualquer direito à componente variável da sua remuneração até haver atribuições em concreto por esta Comissão de Remunerações, cujas verbas serão pagas em prestações de quantitativos e prazos a definir também por decisão desta Comissão ficando o respetivo pagamento dessas partes diferidas dependente da continuação do exercício de funções por parte de cada um dos membros do Conselho de Administração em causa na própria sociedade ou de prestarem colaboração remunerada no Grupo.

Também não existirão mecanismos de limitação da remuneração variável, no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho da empresa no último exercício apurado ou quando este seja expectável no exercício em curso.

Porém, a Comissão deverá ponderar se uma parte significativa da remuneração variável deverá ser diferida por um período não inferior a três anos e se o seu pagamento deverá ou não ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período, entendendo-se como tal a verificação de pelo menos um dos seguintes factos:

- *Aumento dos capitais próprios;*
- *Média EBITDA nos três exercícios seguintes superior ao EBITDA registado no exercício em causa;*
- *Média de Resultados Líquidos Consolidados nos três exercícios seguintes superior aos resultados líquidos Consolidados no exercício em causa.*

Não está prevista a possibilidade de a sociedade solicitar a restituição de remuneração variável já entregue.

c. Outras formas de remuneração ou benefícios

Não existirá nenhum regime sobre atribuição de ações e/ou direitos de adquirir opções sobre ações e/ou a qualquer outro sistema de incentivos com ações.

Na globalidade da remuneração dos membros do Conselho de Administração, nenhuma verba será paga sob a forma de participação nos lucros.

Não deverão existir quaisquer outros benefícios relevantes, não pecuniários, para além dos fixados por esta Comissão.

Não foram pagas, nem está prevista a exigibilidade de quaisquer pagamentos, de quantias relativas à destituição ou cessação de funções de Administradores.

d. Reformas e regimes complementares de reformas

Em relação a quaisquer ex-Administradores reformados, cabe à Comissão de Remunerações fixar todos os quantitativos pagos nesse âmbito, seja a que título for e rever anualmente os quantitativos atribuídos.

No que se refere à atribuição de regimes complementares de reforma, é o próprio Pacto Social que estabelece, no seu artigo 22.º, que adiante se transcreve, quais os termos e os critérios com que a Comissão de Remunerações deve fixar tais quantitativos:

"ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO

UM - Quando as pessoas que hajam exercido o cargo de administradores cessarem as suas funções, poderá a Sociedade atribuir-lhes uma pensão de reforma vitalícia, sempre que preencham um dos seguintes requisitos:

a) Terem mais de dez anos de exercício do cargo nesta sociedade, contando, para este efeito, os anos de exercício do mesmo cargo na "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, SA";

b) Terem, ainda que com menor duração de tal exercício, um total de mais de vinte e cinco anos de serviços prestados à Sociedade, contando, para este efeito, os anos de serviço na "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, SA".

DOIS - O quantitativo de tal pensão, que será determinado tendo em consideração o tempo ou a relevância dos serviços prestados e a situação do beneficiário, deverá ser anualmente revisto mas nunca poderá ser superior à mais elevada das remunerações em cada momento auferidas pelos administradores efetivos.

TRÊS - Por delegação da Assembleia Geral, desde já estabelecida, competirá à Comissão de Remunerações referida no Artigo Décimo Primeiro, apreciar os casos que lhe sejam expostos e fixar os valores e os demais trâmites de atribuição das pensões."

A supra citada determinação do pacto social não invalida que a Comissão de Remunerações possa vir a submeter tal matéria à Assembleia Geral, o que, não foi feito, por tal nunca se ter revelado necessário ou adequado face à norma estatutária fixada.

Para os devidos efeitos, informa-se que, desde a constituição da sociedade, em 2009, até esta data, não foram aprovados em Assembleia Geral quaisquer sistemas de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais, uma vez que essa competência se encontra expressamente atribuída à Comissão de Remunerações, nos termos das disposições estatutárias acima citadas.

V. CONSELHO FISCAL:

Não existem contratos nem acordos com os membros do Conselho Fiscal, resultando a sua situação contratual apenas do mandato para o qual foram eleitos em Assembleia Geral.

Também não existe qualquer regime de pensão complementar ou de reforma antecipada para nenhum dos membros do Conselho Fiscal.

Todos os membros do Conselho Fiscal deverão, em sintonia com o atual regime fixado no Código das Sociedades Comerciais, auferir uma remuneração fixa pelo desempenho das funções inerentes aos respetivos cargos, determinada por esta Comissão de Remunerações, sendo que nenhum deles deverá receber qualquer outra retribuição da "Teixeira Duarte, SA" ou de outra entidade que com esta esteja em relação de domínio ou de grupo, em especial por quaisquer outros serviços prestados a estas entidades.

Do mesmo modo, e à semelhança do que se referiu em cima sobre o Órgão de Administração, não deverá existir nenhum regime sobre atribuição de ações e/ou direitos de adquirir opções sobre ações e/ou a qualquer outro sistema de incentivos com ações, nem nenhuma verba paga sob a forma de participação nos lucros, nem tão-pouco quaisquer outros bónus ou benefícios relevantes, não pecuniários.

VI. REVISOR OFICIAL DE CONTAS:

A Sociedade deverá, na sequência da deliberação de eleição tomada pela Assembleia Geral para eleição da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, celebrar com tal entidade um contrato de prestação de serviços de revisão legal de contas.

A remuneração da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas deverá ser determinada em função do volume e qualidade dos serviços prestados no âmbito das atribuições que lhe são conferidas nos termos da Lei e dos Estatutos.

No caso da "Teixeira Duarte, SA", compete a esse órgão de fiscalização proceder a todos os exames e verificações necessários à revisão e certificação legal das contas da Sociedade, para o que se deverá fixar uma quantia como valor global anual a ser paga nos termos e

prazos definidos com o Conselho de Administração em função da sua sensibilidade e acompanhamento dos negócios e da atividade deste Órgão de Fiscalização.

De referir, a este propósito, que a mesma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas poderá prestar também serviços, exclusivamente da mesma natureza de Revisão Legal de Contas e Auditoria, a outras entidades integradas no Grupo Teixeira Duarte, delas auferindo as correspondentes retribuições, cujo quantitativo global será divulgado nos termos da Lei.

Uma vez que o Conselho Fiscal tem um papel ativo no acompanhamento do trabalho da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, aquele deverá ser consultado para se pronunciar sobre a fixação das remunerações desta.

Não existe qualquer regime de pensão complementar ou de reforma antecipada para o Revisor Oficial de Contas, nem para nenhum dos representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que seja eleita para este cargo.

VII. O PROCESSO DECISÓRIO

O processo decisório seguido para a determinação, revisão e aplicação desta política consiste na realização de reuniões da Comissão de Remunerações para debate do tema sem a intervenção de qualquer outra comissão, entidade, ou órgão social, sendo os valores e critérios determinados nos termos acima descritos e alinhados com a estratégia de remunerações dos quadros da empresa e da suas sub-holdings de referência – a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, SA e a Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, SA – inexistindo pois quaisquer conflitos de interesse, pois são usados critérios transversais para a fixação dos valores das remunerações fixas e variáveis e contribuem para a estratégia empresarial da sociedade, para os seus interesses de longo prazo e para a sua sustentabilidade.

Será, pois, com base nesta na política de remuneração que esta Comissão deverá proceder à fixação, em concreto, dos quantitativos exatos das remunerações dos membros dos indicados órgãos de administração e fiscalização da sociedade, de acordo com o juízo pessoal dos membros que a integram, expresso em deliberação lavrada em ata e cujo conteúdo será depois comunicado ao Conselho de Administração para implementação, nos estritos termos que ficarem definidos.

VIII. PUBLICAÇÃO DA POLÍTICA E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE REMUNERAÇÕES

Em cumprimento do artigo 26.º-E do Código de Valores Mobiliários a presente Política de Remuneração é publicada no sítio da Internet da sociedade, contendo menção aos resultados da votação e à respetiva data de aprovação em assembleia geral, e permanece disponível ao público, gratuitamente, pelo menos enquanto estiver em aplicação.

A divulgação da informação relativa às remunerações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização deverá ser feita nos termos da legislação em vigor.

IX. DURAÇÃO DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

Para cumprimento da atual legislação em vigor, esta Política de Remunerações deverá ser revista, no mínimo, daqui a quatro anos.

Sem prejuízo disso, referia-se que muitos dos aspetos acima fixados visam o cumprimento dos normativos legais aplicáveis, podendo os mesmos ser suscetíveis de eventuais alterações que tais regras possam sofrer.”

70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos.

A acrescer às obrigações inerentes ao exercício da própria função, a remuneração dos Administradores é determinada de forma a permitir o alinhamento dos interesses destes com os da Sociedade. Com efeito, a remuneração é determinada por uma Comissão eleita em Assembleia Geral, que fixa esses valores segundo orientações relacionadas com o desempenho e os resultados da Empresa no seu todo, bem como com a atividade do órgão de gestão na sua globalidade, face aos objetivos fixados, tendo em conta as condições e quantitativos das remunerações dos seus colaboradores e dos demais colaboradores da sociedade por si detida a 100%, a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, SA".

A fixação das remunerações tem ainda em conta o desempenho de longo prazo da sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da empresa, a contenção na tomada de riscos e o conhecimento do mercado.

Acresce que, para a determinação da remuneração auferida pelos membros do Conselho de Administração é tido em consideração o facto de alguns destes membros terem funções e cargos sociais em outras entidades do Grupo, relativamente às quais exercem a direção e os poderes de gestão com proximidade e responsabilidade direta na atuação das mesmas.

71. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.

Conforme resulta da Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização da “Teixeira Duarte, SA” descrita no ponto 69, a remuneração dos Administradores compreende uma componente variável, - designada de "prémios de desempenho" - cuja atribuição é feita no âmbito e dentro dos limites da distribuição de parte dos resultados do exercício em causa aos colaboradores e aos membros do Conselho de Administração, deliberada nas respetivas Assembleias Gerais Anuais, atribuição essa que se concretiza depois nos termos, condições, quantitativos e prazos a fixar pela Comissão de Remunerações tendo em conta o estabelecido na “Política de Remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade” em vigor.

Tal componente variável da remuneração nada tem a ver com a evolução das cotações das ações da Sociedade, dependendo sim da evolução dos negócios sociais, de indicadores financeiros como o endividamento líquido e a autonomia financeira, do empenho na concretização por cada um dos membros das tarefas e objetivos inerentes às respetivas funções, bem como dos resultados do exercício e da correspondente política de aplicação dos mesmos que vem privilegiando também o reforço dos capitais próprios da Sociedade e assegurando a continuada e equilibrada distribuição de dividendos aos acionistas.

Nessa conformidade, não existe um limite máximo para cada componente, mas sim uma atribuição em conformidade com os parâmetros acima identificados, com a política de remunerações definida para a Sociedade e com a avaliação do desempenho e execução das funções por cada um, sendo que a componente variável da remuneração tem sido sempre globalmente razoável em relação à componente fixa.

Apesar de parte da componente variável atribuída pela Comissão de Remunerações ser diferida no tempo, cumpre referir que não assiste a nenhum Administrador qualquer direito à componente variável da sua remuneração até haver qualquer atribuição em concreto, pela Comissão de Remunerações, nos termos e com os fundamentos por ela fixados.

Mais se informa que os membros do órgão de administração não celebraram contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tivessem por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes foi fixada pela sociedade.

72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.

Conforme deliberado pela Comissão de Remunerações, parte da componente variável será paga a partir de outubro de 2023 em data a determinar pela Comissão de Remunerações, ficando tal pagamento dependente da continuação do desempenho positivo da Sociedade ao longo dos exercícios económicos de 2021 a 2023, entendendo-se como tal a verificação de pelo menos um dos seguintes factos:

- Aumento dos capitais próprios;
- Média EBITDA nos exercícios de 2021 a 2023 superior ao EBITDA registado em 2020;
- Média de Resultados Líquidos Consolidados dos exercícios 2021 a 2023 superior aos resultados líquidos Consolidados no exercício de 2020.

73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, dessas ações, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (*hedging*) ou de transferência de risco, respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual.

Não aplicável. A retribuição variável não é atribuída em ações nem foram celebrados quaisquer contratos com as características supra descritas.

74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício.

Não aplicável. A retribuição variável não é concedida em opções.

75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários.

A atribuição dos prémios - designados "prémios de desempenho" - é feita no âmbito e dentro dos limites da distribuição de parte dos resultados do exercício em causa aos colaboradores e aos membros do Conselho de Administração, deliberada nas respetivas Assembleias Gerais Anuais, atribuição essa que se concretiza depois nos termos, condições, quantitativos e prazos a fixar pela

Comissão de Remunerações tendo em conta o estabelecido na " Política de Remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade " em vigor.

Deste modo, a Comissão de Remunerações tem em consideração, na atribuição de prémios anuais, o desempenho e os resultados da Empresa no seu todo, bem como a atividade do órgão de gestão na sua globalidade, face aos objetivos delineados, tendo em conta as condições e quantitativos das remunerações dos seus colaboradores e dos demais colaboradores.

Os prémios anuais foram fixados tendo em conta ainda o desempenho de longo prazo da Sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da empresa, a contenção na tomada de riscos e o conhecimento do mercado, conforme já havia sido referido.

Acrescenta-se que não foram concedidos quaisquer benefícios não pecuniários relevantes aos Administradores da Sociedade.

76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais.

Em relação a quaisquer ex-Administradores reformados, cabe à mencionada Comissão de Remunerações fixar todos os quantitativos pagos nesse âmbito, seja a que título for. Cabe igualmente à mencionada Comissão de Remunerações rever anualmente os quantitativos atribuídos.

No que se refere à atribuição de regimes complementares de reforma, é o próprio Pacto Social que estabelece, no seu artigo 22.º, que adiante se transcreve, quais os termos e os critérios com que a Comissão de Remunerações deve fixar tais quantitativos:

"ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO

UM - Quando as pessoas que hajam exercido o cargo de administradores cessarem as suas funções, poderá a Sociedade atribuir-lhes uma pensão de reforma vitalícia, sempre que preencham um dos seguintes requisitos:

a) Terem mais de dez anos de exercício do cargo nesta sociedade, contando, para este efeito, os anos de exercício do mesmo cargo na "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, SA";

b) Terem, ainda que com menor duração de tal exercício, um total de mais de vinte e cinco anos de serviços prestados à Sociedade, contando, para este efeito, os anos de serviço na "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, SA".

DOIS - O quantitativo de tal pensão, que será determinado tendo em consideração o tempo ou a relevância dos serviços prestados e a situação do beneficiário, deverá ser anualmente revisto mas nunca poderá ser superior à mais elevada das remunerações em cada momento auferidas pelos administradores efetivos.

TRÊS - Por delegação da Assembleia Geral, desde já estabelecida, competirá à Comissão de Remunerações referida no Artigo Décimo Primeiro, apreciar os casos que lhe sejam expostos e fixar os valores e os demais trâmites de atribuição das pensões. "

À Assembleia Geral reserva-se a atribuição de proceder à eleição dos membros da Comissão de Remunerações que têm a competência exclusiva de decidir sobre estes temas.

A *supra* citada determinação do pacto social não invalida que a Comissão de Remunerações possa vir a submeter tal matéria à Assembleia Geral, o que, não foi feito, por tal nunca se ter revelado necessário ou adequado face à norma estatutária fixada.

Para os devidos efeitos, informa-se que, desde a constituição da sociedade, em 2009, até esta data, não foram aprovados em Assembleia Geral quaisquer sistemas de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais, uma vez que essa competência se encontra expressamente atribuída à Comissão de Remunerações, nos termos das disposições estatutárias acima citadas.

IV. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem.

Relatório Sobre o Governo da Sociedade 2021

No exercício de 2021, as remunerações, em sentido amplo, auferidas individualmente pelos membros do Conselho de Administração foram as seguintes:

Conselho de Administração	Remuneração Fixa	Remuneração Variável			Sub-Total	Compensações por Deslocações	Total
		Atribuída em 2013	Atribuída em 2017	Prémios 2021			
Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	182 220,95	1 500,00	30 000,00	75 000,00	288 720,95	4 379,05	293 100,00
Carlos Gomes Baptista	137 200,00	-	35 000,00	24 000,00	196 200,00	-	196 200,00
Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte	35 000,00	-	-	6 000,00	41 000,00	-	41 000,00
Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo	177 036,26	15 000,00	-	75 000,00	267 036,26	265,00	267 301,26
Isabel Maria Nunes Correia Teixeira Duarte (a)	7 971,28	-	-	-	7 971,28	-	7 971,28
Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte (a)	7 971,28	-	-	-	7 971,28	-	7 971,28
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte (b)	57 818,18	-	-	-	57 818,18	-	57 818,18
	605 217,95	16 500,00	65 000,00	180 000,00	866 717,95	4 644,05	871 362,00

(a) Membros do Conselho de Administração da Teixeira Duarte, S.A. desde 8 de outubro de 2021;

(b) Presidente do Conselho de Administração da Teixeira Duarte, S.A. até 30 de junho de 2021.

Os montantes pagos a título de “Prémios 2021” aos administradores Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte e Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo foram deliberados pelas Comissões de Remunerações da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. e da Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., sociedades diretamente detidas a 100% pela TD, SA. e nas quais estes também são membros dos respetivos Conselhos de Administração.

Refira-se, também a este propósito, que os membros das Comissões de Remunerações da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, SA e Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, SA são os mesmos da Comissão de Remunerações da TD,SA

Em 2021, o montante global das remunerações variáveis pagas pela TD, SA representou 30% do valor total auferido.

Em complemento da informação acima indicada sobre os valores pagos, informa-se que em 2021 foi deliberado pela Comissão de Remunerações atribuir aos membros do Conselho de Administração montantes de remuneração variável, da qual parte foi paga neste mesmo ano - e que está cima indicada no mapa - e parte, foi diferida para 2024, ficando o respetivo pagamento desta parte dependente da continuação do exercício de funções por parte de cada um dos membros do Conselho de Administração em causa e do desempenho positivo da TD, SA ao longo desse período, entendendo-se como tal verificação de pelo menos um dos seguintes factos:

- Aumento dos capitais próprios;
- Média EBITDA nos exercícios de 2021 a 2023 superior ao EBITDA registado em 2020;
- Média de Resultados Líquidos Consolidados dos exercícios 2021 a 2023 superior aos resultados líquidos Consolidados no exercício de 2020.

Os valores atribuídos nos termos acima referidos foram os seguintes:

	Remuneração Variável Atribuída em 2021		
	Para 2021	Para 2024	Total
Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	75 000,00	77 000,00	122 000,00
Carlos Gomes Baptista	24 000,00	26 000,00	50 000,00
Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte	6 000,00	8 000,00	14 000,00
Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo	75 000,00	77 000,00	122 000,00
Isabel Maria Nunes Correia Teixeira Duarte (a)	-	-	-
Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte (a)	-	-	-
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte (b)	-	-	-
	180 000,00	188 000,00	368 000,00

(a) Membros do Conselho de Administração da Teixeira Duarte, S.A. desde 8 de outubro de 2021;

(b) Presidente do Conselho de Administração da Teixeira Duarte, S.A. até 30 de junho de 2021.

Os montantes acima indicados, atribuídos a título de remuneração variável aos administradores Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte e Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo, foram deliberados pelas Comissões de Remunerações da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. e da Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., sociedades diretamente detidas a 100% pela TD,SA e nas quais estes também são membros dos respetivos Conselhos de Administração.

78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

Sem prejuízo do que se referiu em cima no ponto 77. deste Relatório sobre os “Prémios 2021” pagos aos administradores Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte e Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo pelas mencionadas Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. e Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., nenhum dos membros do Conselho de Administração recebeu, em 2021, qualquer remuneração, seja a que título for, paga por outras sociedades que estejam em relação de domínio ou de grupo com a Teixeira Duarte, S.A..

79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e ou participação nos lucros foram concedidos.

Na globalidade da remuneração dos membros do Conselho de Administração, nenhuma verba é paga sob a forma de participação nos lucros.

Com efeito, aos membros do Conselho de Administração é paga uma quantia a título de prémio - designado "prémio de desempenho" - cuja atribuição é feita no âmbito e dentro dos limites da distribuição de parte dos resultados do exercício em causa aos colaboradores e aos membros do Conselho de Administração, deliberada nas respetivas Assembleias Gerais Anuais, atribuição essa que se concretiza depois nos termos, condições, quantitativos e prazos a fixar pela Comissão de Remunerações tendo em conta o estabelecido na " Política de Remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade" em vigor.

Em 2021, a fixação dos prémios pagos foi motivada pelo desempenho e os resultados da Empresa no seu todo, bem como pela atividade do órgão de gestão na sua globalidade, face aos objetivos delineados, tendo tido em conta as condições e quantitativos das remunerações dos seus colaboradores e dos demais colaboradores.

Foi também tido em conta, para a fixação dos prémios, o desempenho de longo prazo da Sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da empresa, a contenção na tomada de riscos e o conhecimento do mercado.

80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Não foram pagas, nem são devidas, quaisquer indemnizações a ex-Administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

81. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de fiscalização da sociedade, para efeitos da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho.

Todos os membros do Conselho Fiscal auferem, ao abrigo do atual regime fixado no Código das Sociedades Comerciais, e conforme determinado pela Comissão de Remunerações da Sociedade, remunerações fixas pelo desempenho das funções inerentes aos respetivos cargos.

Assim, em 2021, as remunerações auferidas pelos membros do Conselho Fiscal da TD, SA foram distribuídas da seguinte forma:

Conselho Fiscal	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração Total
Óscar Manuel Machado Figueiredo	30 000,00	-	30 000,00
João Salvador dos Santos Matias	18 000,00	-	18 000,00
Ana Cristina Louro Ribeiro Doutor Simões	18 000,00	-	18 000,00
	66 000,00	-	66 000,00

O valor global dos honorários anuais da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas "MOORE STEPHENS & ASSOCIADOS, SROC, SA" e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede suportada pela Sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo, respeitante aos serviços por esta prestados, ou seja, os de Revisão Legal de Contas e Auditoria, foi de:

	Remuneração
Serviços de revisão legal de contas ao Grupo	376 135,00
Outros serviços de garantia de fiabilidade	-
Serviços de consultoria fiscal	-
Outros serviços que não de revisão legal de contas	-
	376 135,00

Todos os valores acima enumerados referentes à remuneração dos membros do Conselho Fiscal e da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas foram pagos no decurso do exercício de 2021, pelo que não existem parcelas cujo pagamento seja diferido no tempo.

Acrescente-se ainda que, conforme previsto na Política de Remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade, a remuneração dos membros do órgão de fiscalização não inclui nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.

82. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da assembleia geral.

Com exceção do indicado Secretário da Mesa da Assembleia Geral, os demais membros deste órgão, auferem, ao abrigo do atual regime fixado no Código das Sociedades Comerciais, nomeadamente do disposto no 422.º-A, por remissão do número 3 do artigo 374.º-A, uma remuneração fixa pelo desempenho das funções inerentes aos respetivos cargos, determinada pela Comissão de Remunerações prevista no artigo 11.º dos Estatutos.

Nestes termos, informa-se que a remuneração do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, durante o exercício de 2021, foi de 5.000,00€ (cinco mil euros).

V. ACORDOS COM IMPLICAÇÕES REMUNERATÓRIAS

83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração.

Não existe qualquer limitação contratual prevista para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de um membro do Conselho de Administração, considerando, desde logo, que não é celebrado qualquer contrato para o exercício do cargo de Administrador, nem tão pouco qualquer acordo sobre eventual compensação a pagar por destituição com ou sem justa causa. A existência de uma limitação contratual nos termos acima referidos seria incoerente, tendo em conta as características da relação existente entre a Sociedade e os membros do seu órgão de Administração.

Não estão fixados quaisquer mecanismos jurídicos - para além dos legalmente estabelecidos - para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não seja exigível quando a destituição de Administrador não decorra de violação grave dos seus deveres nem da sua inaptidão para o exercício normal das respetivas funções mas, ainda assim, seja reconduzível a um inadequado desempenho.

Nunca se verificou qualquer situação de destituição de um Administrador desde a sua constituição, nem tão pouco o pagamento de qualquer compensação pela cessão do contrato, pelo que se entende ser desajustada a fixação de quaisquer mecanismos jurídicos no sentido acima descrito.

84. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade. (Art. 245.º-A, n.º 1, al. I).

Não existem quaisquer acordos com estas características. É política da Sociedade a não realização de quaisquer pagamentos ligados à cessação antecipada do exercício das funções pelos Administradores ou demais dirigentes, bem como a não celebração de quaisquer acordos a respeito destas matérias.

VI. PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES OU OPÇÕES SOBRE AÇÕES ("STOCK OPTIONS")

85. Identificação do plano e dos respetivos destinatários.

Não existe nenhum plano de atribuição de ações ou de atribuição de opções de aquisição de ações.

86. Caracterização do plano (condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de ações, critérios relativos ao preço das ações e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das ações ou opções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de ações e ou o exercício de opções).

Conforme descrito em 85. *supra*, não existem planos de atribuição de ações ou opções sobre ações pelo que a presente disposição não é aplicável.

87. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações ("stock options") de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa.

Conforme descrito em 85. *supra*, não existem planos de atribuição de ações ou opções sobre ações pelo que a presente disposição não é aplicável.

88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes (Art. 245.º-A, n.º 1, al. e)).

Não existe qualquer sistema de participação dos trabalhadores no capital, pelo que não se justifica a existência de mecanismos de controlo na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes.

E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

I. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO

89. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas (para o efeito remete-se para o conceito resultante da IAS 24).

Todas as transações entre entidades do Grupo Teixeira Duarte com partes relacionadas são efetuadas a preços de mercado. O conceito é claro e assumido por todos os gestores de negócio das diversas áreas do Grupo que lidam com partes relacionadas.

Esta postura é transversal a todas as transações desta natureza, ou seja, em quaisquer transferências de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver um débito de preço.

Acresce a tais orientações generalizadas, que em 2 de dezembro de 2021 o Conselho de Administração da Teixeira Duarte SA aprovou, em cumprimento dos normativos aplicáveis e com parecer prévio vinculativo do Conselho Fiscal, o Regulamento sobre Transações com Partes Relacionadas, que estabeleceu regras e procedimentos que a TD, SA deve observar sempre que ocorram Transações entre a TD, SA ou qualquer entidade do Grupo Teixeira Duarte e as Partes Relacionadas, cujo texto aqui se transcreve:

REGULAMENTO SOBRE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Artigo 1.º

(Objeto)

- 1. O presente Regulamento sobre Transações com Partes Relacionadas (doravante "Regulamento") visa concretizar o disposto na Lei n.º 50/2020, de 25 de agosto que transpôs para o ordenamento jurídico Português a Diretiva (UE) 2017/828 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de maio de 2017 (doravante Diretiva dos Acionistas II) que, entre vários diplomas, veio alterar o Código de Valores Mobiliários (doravante "CVM"), através do estabelecimento de regras e procedimentos que a Teixeira Duarte SA (doravante "TD,SA") deve observar sempre que ocorram Transações entre a TD,SA ou qualquer entidade do Grupo Teixeira Duarte e as Partes Relacionadas.*
- 2. O Regulamento é complementar aos códigos e regulamentos internos que a "TD,SA" tem em curso para efeitos de cumprimento do regime legal aplicável sobre esta matéria e às demais normas legais e regulamentares em vigor.*

Artigo 2.º

(Definições Relevantes)

Grupo Teixeira Duarte: TD,SA e suas subsidiárias.

Partes Relacionadas: Considera-se "Parte Relacionada" uma parte relacionada com a TD,SA na aceção das normas internacionais de contabilidade adotadas nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, designadamente pela norma internacional de contabilidade (IAS) 24.

Transações com Partes Relacionadas: São Transações com Partes Relacionadas, para efeitos deste Regulamento, as que assim sejam qualificadas pelas normas internacionais de contabilidade adotadas nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, designadamente pela norma internacional de contabilidade (IAS) 24 (doravante "Transações").

Artigo 3.º

(Procedimento)

- 1. As Transações entre a "TD,SA" ou uma entidade do Grupo Teixeira Duarte e qualquer Parte Relacionada devem ser realizados no âmbito da atividade corrente de cada uma das entidades do Grupo e em condições de mercado.*
- 2. O Conselho de Administração deverá identificar todas as transações suscetíveis de análise no âmbito deste Regulamento e submete-las a verificação do Conselho Fiscal, fornecendo, até 10 dias após o final de cada trimestre, um relatório com todas*

- as informações relevantes com elas relacionadas, designadamente disponibilizando os elementos comprovativos de que as mesmas foram realizadas no âmbito da sua atividade corrente e em condições de mercado.
3. O Conselho Fiscal da Sociedade tem até 30 dias após a receção do relatório referido no número anterior para verificar a conformidade das Transações realizadas no trimestre anterior, com cada Parte Relacionada, nomeadamente se são realizadas (i) no âmbito da sua atividade corrente e (ii) em condições de mercado.
 4. O Conselho de Administração deverá disponibilizar qualquer outra informação adicional que o Conselho Fiscal venha a considerar relevante para a verificação referida no número anterior, nomeadamente relatórios de auditorias independentes elaborados para este efeito.
 5. As Partes Relacionadas não poderão participar na verificação referida no n.º 3 do presente Artigo.
 6. Qualquer pessoa, no âmbito do Grupo Teixeira Duarte, que tome conhecimento de quaisquer transações abrangidas por este regulamento, deve informar o Conselho de Administração de tais transações.
 7. As Transações com Partes Relacionadas que não sejam realizadas no âmbito da atividade corrente da sociedade e/ou em condições de mercado deverão ser sempre objeto de deliberação pelo Conselho de Administração e precedidas de um parecer favorável do Conselho Fiscal da Sociedade.
 8. A avaliação a realizar pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal da Sociedade deverá ter em conta, o princípio do igual tratamento dos acionistas e demais stakeholders, a prossecução do interesse da Sociedade e, ainda, o impacto, natureza e justificação de cada Transação.

Artigo 4.º

(Divulgação de Transações)

1. A Sociedade divulgará publicamente as Transações com Partes Relacionadas realizadas ou pela Sociedade ou por qualquer outra entidade do Grupo Teixeira Duarte cujo valor seja igual ou superior a 2,5 % do ativo consolidado da sociedade emitente, ou do ativo individual caso não prepare contas consolidadas, e que não preencham os requisitos previstos no n.º 1 do artigo anterior, no momento em que forem realizadas.
2. A divulgação deverá conter, no mínimo:
 - a) A identificação da parte relacionada;
 - b) Informações sobre a natureza da relação com as partes relacionadas;
 - c) A data e o valor da transação;
 - d) A fundamentação quanto ao carácter justo e razoável da transação, do ponto de vista da sociedade e dos acionistas que não são partes relacionadas, incluindo acionistas minoritários;
 - e) O sentido do parecer do Conselho Fiscal, sempre que este tenha sido negativo.

Artigo 5.º

(Isenções)

O presente Regulamento não se aplica às Transações cuja legislação e regulamentação aplicável tratam como isentas, nomeadamente:

- a) Transações realizadas entre a sociedade e as suas filiais, desde que estas estejam em relação de domínio com a sociedade e nenhuma parte relacionada com a sociedade tenha interesses nessa filial;
- b) Transações relativas à remuneração dos administradores, ou a determinados elementos dessa remuneração;
- c) Transações realizadas por instituições de crédito com base em medidas destinadas a garantir a sua estabilidade, adotadas pela autoridade competente encarregada da supervisão prudencial na aceção do direito da União Europeia;
- d) Transações propostas a todos os acionistas nos mesmos termos em que a igualdade de tratamento de todos os acionistas e a proteção dos interesses da sociedade são asseguradas.

Artigo 6.º

(Agregação de Transações)

As transações com a mesma Parte Relacionada celebradas durante qualquer período de 12 meses ou durante o mesmo exercício, e que não tenham sido sujeitas às obrigações previstas nos artigos anteriores, são agregadas para efeitos desses artigos.

Artigo 7.º

(Disposições Finais)

1. Caberá ao Conselho Fiscal avaliar anualmente a aplicação do presente Regulamento, bem como emitir parecer vinculativo sobre a revisão do mesmo.
2. O Regulamento entra imediatamente em vigor, tendo sido precedido de um Parecer favorável emitido pelo Conselho Fiscal.

Todas as transações entre partes relacionadas são registadas informaticamente num suporte global do grupo, ao qual, para além dos próprios gestores de negócio, têm também acesso as equipas de finanças e contabilidade e de auditoria, assim como a própria administração e, complementarmente, os próprios órgãos de fiscalização da Sociedade e do Grupo.

Recorde-se, ainda, a este propósito que, em 5 de fevereiro de 2018, o Conselho de Administração da TD, SA aprovou o novo "Código de Ética e Conduta do Grupo Teixeira Duarte", de aplicação obrigatória a todos os Administradores, trabalhadores e outros representantes daquelas entidades, nos termos definidos naquele documento.

Cita-se aqui um excerto desse texto sobre "Clientes e Fornecedores":

5.2.2. Critérios de Seleção

Os Colaboradores devem agir – e promover que os Destinatários Indiretos deste Código também ajam –, por forma a que as decisões tomadas pelos clientes e a tomar relativamente aos fornecedores sigam critérios de seleção objetivos, técnicos e profissionais, que visem a eficiência da decisão e a salvaguarda dos interesses das entidades que representam, repudiando-se quaisquer eventuais critérios que privilegiem interesses pessoais ou difusos, bem como quaisquer atuações que consubstanciem abusos de poder ou posição.

5.2.3. Conflitos de Interesse, Corrupção e Denúncias de Ilícitos

Os Colaboradores devem agir – e promover que os Destinatários Indiretos deste Código também ajam –, por forma a avaliarem eventuais situações de conflitos de interesse, que se devem evitar, bem como a proibição de quaisquer comportamentos corruptivos, na forma ativa ou passiva, incluindo pagamentos ou recebimentos de facilitação, ou a criação, manutenção ou promessa de situações irregulares ou de favor.

Mais caberá aos Colaboradores a obrigação de reportar – e promover que os Destinatários Indiretos deste Código também reportem – informação sobre quaisquer ações que constituam comportamento incorreto, incluindo aquelas que configurem possíveis práticas ilegais ou ilícitas em matérias financeiras e contabilísticas, fraude, corrupção e branqueamento de capitais, bem como quaisquer atuações relacionadas, direta ou indiretamente, com entidades terroristas ou que possam visar ou apoiar práticas de terrorismo.

Como já anteriormente referido, o Código de Ética e Conduta é obrigatório a todos os colaboradores (incluindo-se neste conceito, os administradores, trabalhadores e outros representantes das entidades do Grupo Teixeira Duarte) e a sua não aplicação é passível de procedimentos e sanções disciplinares. Pelo que, face a esta abrangência e vinculação efetiva – que se tem considerado eficiente – a TD, SA encontra-se a cumprir com a Recomendação I.5.1., tendo definido um procedimento interno mais específico de verificação das transações com partes relacionadas.

90. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.

Neste enquadramento e face aos mecanismos acima indicados, todas as transações com partes relacionadas foram sujeitas a controlo nos termos referidos, podendo as transações com partes relacionadas e respetivos saldos e informações complementares serem consultados na nota 29 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2021.

91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

Os procedimentos e critérios nos termos acima mencionados encontram-se definidos e implementados no Regulamento Sobre Transações com Partes Relacionadas descrito no ponto 89. As operações realizadas entre a Sociedade e titulares de participação qualificada são de carácter corrente e para exercício da atividade.

II. ELEMENTOS RELATIVOS AOS NEGÓCIOS

92. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24, ou, alternativamente, reprodução dessa informação.

A informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24, encontra-se reproduzida na nota 29 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2021.

1. Identificação do Código de governo das sociedades adotado

Deverá ser identificado o Código de Governo das Sociedades a que a sociedade se encontre sujeita ou se tenha decidido voluntariamente sujeitar, nos termos e para os efeitos do Art. 2.º do presente Regulamento.

Para além dos normativos legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente o Código das Sociedades Comerciais, o Código dos Valores Mobiliários e os Regulamentos da CMVM, em especial o Regulamento n.º 4/2013, a TD,SA optou por adotar Código do Governo das Sociedades do Instituto Português do Corporate Governance (IPCG).

Deverá ainda ser indicado o local onde se encontram disponíveis ao público os textos dos códigos de governo das sociedades aos quais o emitente se encontra sujeito (Art. 245.º-A, n.º 1, al. p).

O mencionado Código do Governo das Sociedades emitido pelo IPCG pode ser consultado em www.cgov.pt.

2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adotado

Nos termos do Art. 245.º-A n.º 1, al. o) deverá ser incluída declaração sobre o acolhimento do código de governo das sociedades ao qual o emitente se sujeite especificando as eventuais partes desse código de que diverge e as razões da divergência.

A informação a apresentar deverá incluir, para cada recomendação:

- a) Informação que permita aferir o cumprimento da recomendação ou remissão para o ponto do relatório onde a questão é desenvolvidamente tratada (capítulo, título, ponto, página);
- b) Justificação para o eventual não cumprimento ou cumprimento parcial;
- c) Em caso de não cumprimento ou cumprimento parcial, identificação de eventual mecanismo alternativo adotado pela sociedade para efeitos de prossecução do mesmo objetivo da recomendação.

Na tabela *infra* está reproduzido o texto dessas Recomendações tais como desdobradas na tabela de recomendações múltiplas da “ Nota sobre interpretação do Código de Governo das Sociedades IPCG 2018 (revisto em 2020) - Nota n.º 3” com a numeração aí referida, seguido da indicação da sua adoção ou não e da remissão para o ponto deste Relatório em que tal matéria se desenvolve ou em que, respeitando o princípio “*comply or explain*”, se justifica a sua eventual não adoção ou adoção parcial.

Das 74 Recomendações, a Sociedade não adota treze e adota parcialmente três.

	Recomendação	Adoção	Remissão
I.	PARTE GERAL		
I.1.	Relação da sociedade com investidores e informação		
I.1.1.	A sociedade deve instituir mecanismos que assegurem, de forma adequada e rigorosa, a atempada divulgação de informação aos seus órgãos sociais, aos acionistas, aos investidores e demais <i>stakeholders</i> , aos analistas financeiros e ao mercado em geral.	Sim	18., 22, 45, e 55. a 65;
I.2.	Diversidade na composição e funcionamento dos órgãos da sociedade		
I.2.1.	As sociedades devem estabelecer critérios e requisitos relativos ao perfil de novos membros dos órgãos societários adequados à função a desempenhar, sendo que, além de atributos individuais (como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência), esses perfis devem considerar requisitos de diversidade, dando particular atenção ao do género, que possam contribuir para a melhoria do desempenho do órgão e para o equilíbrio na respetiva composição.	Sim	16., 18. e 31.
I.2.2.(1)	O órgão de administração deve dispor de regulamentos internos — nomeadamente sobre o exercício das respetivas atribuições, presidência, periodicidade de reuniões, funcionamento e quadro de deveres dos seus membros — divulgados na íntegra no sítio da Internet da sociedade.	Não	18. e 22.
I.2.2.(2)	Idem em relação ao órgão de fiscalização.	Não	34.
I.2.2.(3)	Idem em relação às comissões internas	Não aplicável	27.
I.2.2.(4)	Devem ser elaboradas atas das reuniões do órgão de administração.	Sim	22.
I.2.2.(5)	Idem em relação ao órgão de fiscalização.	Sim	22.
I.2.2.(6)	Idem em relação às comissões internas.	Não aplicável	27.
I.2.3.(1)	A composição dos órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgados através do sítio Internet da sociedade.	Sim	23. e 35.
I.2.3.(2)	O número de reuniões anuais dos órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgados através do sítio Internet da sociedade.	Sim	23. e 35.
I.2.4.	Deve ser adotada uma política de comunicação de irregularidades (<i>whistleblowing</i>) que garanta os meios adequados para a comunicação e tratamento das mesmas com salvaguarda da confidencialidade das informações transmitidas e da identidade do transmissor, sempre que esta seja solicitada.	Sim	49.
I.3.	Relação da sociedade com investidores e informação		
I.3.1.	Os estatutos ou outras vias equivalentes adotadas pela sociedade devem estabelecer mecanismos para garantir que, dentro dos limites da legislação aplicável, seja permanentemente assegurado aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização o acesso a toda a informação e colaboradores da sociedade para a avaliação do desempenho, da situação e das perspectivas de desenvolvimento da sociedade, incluindo, designadamente, as atas, a documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões do órgão de administração executivo, sem prejuízo do acesso a quaisquer outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos.	Sim	18. e 22.

	Recomendação	Adoção	Remissão
I.3.2.	Cada órgão e comissão da sociedade deve assegurar, atempada e adequadamente, o fluxo de informação, desde logo das respetivas convocatórias e atas, necessário ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões.	Sim	12. 18., 22. e 45.
I.4.	Conflitos de interesses		
I.4.1.	Por regulamento interno ou via equivalente, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização e das comissões internas ficam vinculados a informar o respetivo órgão ou comissão sempre que existam factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse social.	Sim	22. e 89.
I.4.2.	Deverão ser adoptados procedimentos que garantam que o membro em conflito não interfere no processo de decisão, sem prejuízo do dever de prestação de informações e esclarecimentos que o órgão, a comissão ou os respectivos membros lhe solicitarem.	Sim	89.
I.5.	Transações com partes relacionadas		
I.5.1.	O órgão de administração deve divulgar, no relatório de governo ou por outra via publicamente disponível, o procedimento interno de verificação das transações com partes relacionadas.	Sim	10. 22. e 89.
I.5.2.	O órgão de administração deve comunicar ao órgão de fiscalização os resultados do procedimento interno de verificação das transações com partes relacionadas, incluindo as transações objeto de análise, com periodicidade pelo menos semestral.	Sim	10. 22. 89..
II.	ACIONISTAS E ASSEMBLEIA GERAL		
II.1.(1)	A sociedade não deve fixar um número excessivamente elevado de ações necessárias para conferir direito a um voto,	Sim	1. e 12.
II.1.(2)	devendo explicitar no relatório de governo a sua opção sempre que a mesma implique desvio ao princípio de que a cada ação corresponde um voto.	Não aplicável	
II.2.	A sociedade não deve adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Sim	14.
II.3.	A sociedade deve implementar meios adequados para a participação dos acionistas na Assembleia Geral à distância, em termos proporcionais à sua dimensão	Sim	12.
II.4.	A sociedade deve ainda implementar meios adequados para o exercício do direito de voto à distância, incluindo por correspondência e por via eletrónica.	Parcial	12.
II.5.	Os estatutos da sociedade que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, seja sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Não aplicável	5. e 13.

	Recomendação	Adoção	Remissão
II.6.	Não devem ser adotadas medidas que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos administradores.	Sim	2. 4. e 6.
III.	ADMINISTRAÇÃO NÃO EXECUTIVA E FISCALIZAÇÃO		
III.1.	Sem prejuízo das funções legais do presidente do conselho de administração, se este não for independente, os administradores independentes devem designar entre si um coordenador para, designadamente, (i) atuar, sempre que necessário, como interlocutor com o presidente do conselho de administração e com os demais administradores, (ii) zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções; e (iii) coordená-los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração prevista na recomendação V.1.1.	Não aplicável	18.
III.2.(1)	O número de membros não executivos do órgão de administração deve ser adequado a dimensão da sociedade e a complexidade dos riscos inerentes a sua atividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas, devendo constar do relatório de governo a formulação deste juízo de adequação.	Sim	18.
III.2.(2)	Idem em relação ao número de membros do órgão de fiscalização.	Sim	31.
III.2.(3)	Idem em relação ao número de membros da comissão para as matérias financeiras.	Não aplicável	27.
III.3.	Em todo o caso, o número de administradores não executivos deve ser superior ao de administradores executivos.	Não	18.
III.4.	Cada sociedade deve incluir um número não inferior a um terço mas sempre plural, de administradores não executivos que cumpram os requisitos de independência. Para efeitos desta recomendação, considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade, nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de: <ul style="list-style-type: none"> Ter exercido durante mais de doze anos, de forma contínua ou intercalada, funções em qualquer órgão da sociedade; Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos; Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva; Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo para além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador; Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores da sociedade, de administradores de pessoa coletiva titular de participação qualificada na sociedade ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada; Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas. 	Não	18.
III.5.	O disposto no parágrafo (i) da recomendação III.4 não obsta à qualificação de um novo administrador como independente se, entre o termo das suas funções em qualquer	Não aplicável	18.

	Recomendação	Adoção	Remissão
	órgão da sociedade e a sua nova designação, tiverem entretanto decorrido pelo menos três anos (<i>cooling-off period</i>).		
III.6.(1)	Com respeito pelas competências que lhe são conferidas por lei, o órgão de fiscalização avalia e pronuncia-se sobre as linhas estratégicas, previamente a sua aprovação final pelo órgão de administração.	Sim	50. e 51.
III.6.(2)	Idem em relação à política de risco.	Sim	50. 51. e 54.
III.7.(1)	As sociedades devem dispor de comissão especializada em matéria de governo societário	Não	22., 24. e 27
III.7.(2)	Idem em relação à matéria de nomeações.	Não	22., 24. e 27
III.7.(3)	Idem em relação à matéria de avaliação de desempenho	Não	22., 24. e 27
IV.	ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA		
IV.1.	O órgão de administração deve aprovar, através de regulamento interno ou mediante via equivalente, o regime de atuação dos administradores executivos aplicável ao exercício por estes de funções executivas em entidades fora do grupo.	Não	22.
IV.2.(1)	O órgão de administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos e não deve delegar poderes, designadamente, no que respeita a: i) definição da estratégia e das principais políticas da sociedade;	Não aplicável	9. e 21.
IV.2.(2)	ii) organização e coordenação da estrutura empresarial;	Não aplicável	21.
IV.2.(3)	iii) matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco ou características especiais.	Não aplicável	21.
IV.3.	No relatório anual, o órgão de administração explicita em que termos a estratégia e as principais políticas definidas procuram assegurar o êxito a longo prazo da sociedade e quais os principais contributos daí resultantes para a comunidade em geral	Sim	53. e 54.
V.	AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, REMUNERAÇÕES E NOMEAÇÕES		
V.1.	Avaliação Anual de Desempenho		
V.1.1.(1)	O órgão de administração deve avaliar anualmente o seu desempenho, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o efeito, e o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade.	Não	24. e 25.
V.1.1.(2)	Idem em relação ao desempenho das comissões do órgão de administração.	Não aplicável	22. e 24.
V.1.1.(3)	Idem em relação ao desempenho dos administradores executivos.	Não	22., 24. e 25.
V.2	Remunerações		

	Recomendação	Adoção	Remissão
V.2.1.	A sociedade deve constituir uma comissão de remunerações, cuja composição assegure a sua independência em face da administração, podendo tratar-se da comissão de remunerações designada nos termos do artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais.	Sim	66. e 67.
V.2.2.	A fixação das remunerações deve competir à comissão de remunerações ou à assembleia geral, sob proposta daquela comissão	Sim	66. e 67.
V.2.3.	Para cada mandato, a comissão de remunerações ou a assembleia geral, sob proposta daquela comissão, deve igualmente aprovar o montante máximo de todas as compensações a pagar ao membro de qualquer órgão ou comissão da sociedade em virtude da respetiva cessação de funções, procedendo-se à divulgação da referida situação e montantes no relatório de governo ou no relatório de remunerações.	Não	76. e 80.
V.2.4.	A fim de prestar informações ou esclarecimentos aos acionistas, o presidente ou, no seu impedimento, outro membro da comissão de remunerações deve estar presente na assembleia geral anual e em quaisquer outras se a respetiva ordem de trabalhos incluir assunto conexo com a remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade ou se tal presença tiver sido requerida por acionistas.	Sim	67.
V.2.5.	Dentro das limitações orçamentais da sociedade, a comissão de remunerações deve poder decidir livremente a contratação, pela sociedade, dos serviços de consultadoria necessários ou convenientes para o exercício das suas funções	Sim	67.
V.2.6.	A comissão de remunerações deve assegurar que aqueles serviços são prestados com independência e que os respetivos prestadores não serão contratados para a prestação de quaisquer outros serviços à própria sociedade ou a outras que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo sem autorização expressa da comissão	Não aplicável	67.
V.2.7.	Tendo em vista o alinhamento de interesses entre a sociedade e os administradores executivos, uma parte da remuneração destes deve ter natureza variável que reflita o desempenho sustentado da sociedade e não estimule a assunção de riscos excessivos.	Sim	69., 70. e 71.
V.2.8.	Uma parte significativa da componente variável deve ser parcialmente diferida no tempo, por um período não inferior a três anos, associando-a, necessariamente, a confirmação da sustentabilidade do desempenho, nos termos definidos em regulamento interno da sociedade	Sim	70., 71. e 72.
V.2.9.	Quando a remuneração variável compreender opções ou outros instrumentos direta ou indiretamente dependentes do valor das ações, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	Não aplicável	73. e 74.
V.2.10.	A remuneração dos administradores não executivos não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.	Não aplicável	18. e 66.
V.3.	Nomeações		
V.3.1.	A sociedade deve, nos termos que considere adequados, mas de forma suscetível de demonstração, promover que as propostas para eleição dos membros dos órgãos sociais sejam acompanhadas de fundamentação a respeito da adequação do perfil, conhecimentos e currículo à função a desempenhar por cada candidato.	Sim	16. e 17.

	Recomendação	Adoção	Remissão
V.3.2.	A não ser que a dimensão da sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes deve ser atribuída a uma comissão de nomeações.	Sim	27.
V.3.3.	Esta comissão inclui uma maioria de membros não executivos independentes.	Não aplicável	27.
V.3.4.	A comissão de nomeações deve disponibilizar os seus termos de referência e deve induzir, na medida das suas competências, processos de seleção transparentes que incluam mecanismos efetivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam escolhidos para proposta os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo de género.	Não aplicável	27.
VI.	CONTROLO INTERNO		
VI.1.(1)	O órgão de administração deve debater e aprovar o plano estratégico.	Sim	53. e 54.
VI.1.(2)	O órgão de administração deve debater e aprovar a política de risco da sociedade, que inclua a fixação de limites em matéria de assunção de riscos.	Sim	53. e 54.
VI.2.	O órgão de fiscalização deve organizar-se internamente, implementando mecanismos e procedimentos de controlo periódico com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos pela sociedade são consistentes com os objetivos fixados pelo órgão de administração	Não	54.
VI.3.	O sistema de controlo interno, compreendendo as funções de gestão de riscos, <i>compliance</i> e auditoria interna, deve ser estruturado em termos adequados à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, devendo o órgão de fiscalização avaliá-lo e, no âmbito da sua competência de fiscalização da eficácia deste sistema, propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Parcial	51. e 54.
VI.4.	O órgão de fiscalização deve pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços do sistema de controlo interno, incluindo às funções de gestão de riscos, <i>compliance</i> e auditoria interna, podendo propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Sim	51.
VI.5.	O órgão de fiscalização deve ser destinatário dos relatórios realizados pelos serviços de controlo interno, incluindo as funções de gestão de riscos, <i>compliance</i> e auditoria interna, pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais irregularidades	Sim	51.
VI.6.(1)	Tendo por base a sua política de risco, a sociedade deve instituir uma função de gestão de riscos, identificando (i) os principais riscos a que se encontra sujeita no desenvolvimento da sua atividade,	Sim	53. e 54.
VI.6.(2)	(ii) a probabilidade de ocorrência dos mesmos e o respetivo impacto,	Sim	53. e 54.
VI.6.(3)	(iii) os instrumentos e medidas a adotar tendo em vista a respetiva mitigação e	Sim	53. e 54.
VI.6.(4)	(iv) os procedimentos de monitorização, visando o seu acompanhamento.	Parcial	53. e 54.

	Recomendação	Adoção	Remissão
VI.7.	A sociedade deve estabelecer procedimentos de fiscalização, avaliação periódica e de ajustamento do sistema de controlo interno, incluindo uma avaliação anual do grau de cumprimento interno e do desempenho desse sistema, bem como da perspetiva de alteração do quadro de risco anteriormente definido.	Sim	53. e 54.
VII.	INFORMAÇÃO FINANCEIRA		
VII.1.	Informação financeira		
VII.1.1.	O regulamento interno do órgão de fiscalização deve impor que este fiscalize a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação financeira pelo órgão de administração, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada.	Sim	55.
VII.2.	Revisão legal das contas e fiscalização		
VII.2.1.	Através de regulamento interno, o órgão de fiscalização deve definir, nos termos do regime legal aplicável, os procedimentos de fiscalização destinados a assegurar a independência do revisor oficial de contas.	Não	45. e 55.
VII.2.2.(1)	O órgão de fiscalização deve ser o principal interlocutor do revisor oficial de contas na sociedade e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios,	Sim	45.
VII.2.2.(2)	competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas a prestação dos serviços.	Sim	45. e 47.
VII.2.3.	O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o trabalho realizado pelo revisor oficial de contas, a sua independência e adequação para o exercício das funções e propor ao órgão competente sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Sim	45.

3. Outras informações

A sociedade deverá fornecer quaisquer elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidas nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas.

No dia 13 de setembro de 2021 a "Teixeira Duarte, SA" aprovou em reunião do seu Conselho de Administração - tendo por base o Guião em vigor (Artigo.º 1.º c) e Artigo 4.º do Despacho Normativo n.º 18/2020 - um Plano para Igualdade, em conformidade com o disposto no artigo 7.º a), da Lei n.º 62/2017, o qual, conforme determinado no Artigo 3.º, n.º 3 do Despacho Normativo 18/2019, foi comunicado no SDI (Sistema de Difusão de Informação) da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, cuja descrição é aqui divulgada:

ENQUADRAMENTO

A Teixeira Duarte, SA (TD, SA) sempre assumiu a preocupação em assegurar um tratamento digno aos colaboradores e colaboradoras, com respeito pelos seus direitos humanos e laborais, incluindo uma efetiva igualdade entre todos/as.

A Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto veio determinar que os órgãos de administração e de fiscalização das sociedades emittentes de ações admitidas à negociação em mercado regulamentado passem progressivamente a ter uma composição equilibrada em termos de sexo, o que a Teixeira Duarte, SA cumpre.

O mesmo diploma estabeleceu que as empresas cotadas em bolsa passem a ter que aprovar planos para a igualdade anuais tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre mulheres e homens, promovendo a eliminação da discriminação

em função do sexo e fomentando a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, devendo publicar os planos no respetivo sítio da Internet, até dia 15 de setembro de cada ano, nos termos do despacho normativo n.º 18/2019 de 21 de junho.

Neste enquadramento, no dia 11 de setembro de 2020, a Teixeira Duarte, SA aprovou em reunião do seu Conselho de Administração o seu Plano para Igualdade para 2021 que, associado aos fatores internos e externos relevantes para o seu propósito e para a sua orientação estratégica, serviu de base para a elaboração do Plano para a Igualdade para 2022 que agora se apresenta.

INTRODUÇÃO

A Teixeira Duarte, SA tem vindo a incorporar, na sua estratégia de gestão, ações que contribuem para que a igualdade de género nos seus diferentes domínios (i.e. respeito pela dignidade dos homens e mulheres no local de trabalho; conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal e qualidade no emprego) seja uma realidade dentro das empresas do Grupo.

Tendo por base a Missão “Fazer, contribuindo para a construção de um mundo melhor”, objetivo partilhado por todos os colaboradores e colaboradoras do Grupo, independentemente da sua área de atuação, geografia, ou equipa de trabalho, a Teixeira Duarte adotou vários instrumentos orientadores da atuação das empresas participadas em matéria de promoção da igualdade de género e de prevenção de práticas discriminatórias, entre os quais se salientam os seguintes:

A atuação da Teixeira Duarte, SA é realizada em conformidade com as Declarações de Direitos Humanos da ONU, com os Princípios Orientadores da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a legislação nacional e internacional e os 10 Princípios do Pacto Global das Nações Unidas nos domínios dos Direitos Humanos, Práticas Laborais, Ambiente, Concorrência e combate à Corrupção e Suborno, Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo.

O Grupo Teixeira Duarte tem em vigor um Código de Ética e Conduta de cumprimento obrigatório a todos/as os/as seus/suas colaboradores/as, que no seu capítulo sobre “Compromissos com as Regras Laborais” consagra expressamente a obrigatoriedade de igualdade de tratamento e não discriminação, proibição de assédio, bem como a promoção da conciliação com a vida familiar e pessoal e proteção na parentalidade. O referido Código de Ética e Conduta prevê a existência de um Canal de Ética para onde todos/as os/as colaboradores/as (bem como entidades terceiras) devem comunicar eventuais irregularidades (nomeadamente situações de assédio no trabalho) identificadas, sem que os/as denunciadores possam sofrer represálias por denúncias de boa-fé.

Cientes da importância da opinião dos/as colaboradores/as na melhoria das organizações com a implementação de medidas que vão, efetivamente, ao encontro dos interesses da pessoa trabalhadora, a Teixeira Duarte implementou um canal de ideias, acessível através do Portal Corporativo em www.canaldeideias.teixeiraduarte.pt, onde se pode apresentar sugestões e medidas que podem ser consideradas como importantes para a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal.

Alicerçada na sua cultura e nos seus objetivos em matéria de igualdade, a Teixeira Duarte, SA apresenta o seu Plano para a Igualdade para 2022 que, em linha com as orientações constantes do “Guião para Implementação de Planos de Igualdade para Empresas” e das recomendações da CITE relativas ao Plano Anual para a Igualdade da Teixeira Duarte, SA para 2020, estabelecidos pelo Despacho Normativo n.º 18/2019, tem como objetivo divulgar novas medidas a implementar, bem como atualizar e divulgar procedimentos e práticas já implementadas e em vigor no Grupo Teixeira Duarte no âmbito da Igualdade de Género definida pela legislação portuguesa.

O Plano para a Igualdade, definido para 2022, representa o compromisso da Teixeira Duarte, SA para com as medidas nele constantes e será monitorizado por um Grupo de Trabalho (Task Force interna) através da avaliação do cumprimento das metas definidas para cada uma das medidas com o intuito de incorporar novas medidas e/ou reajustar as existentes.

Este Grupo de Trabalho é composto por quatro membros – dois homens e duas mulheres – de diferentes áreas de atuação dentro do Grupo Teixeira Duarte (Sustentabilidade / Recursos Humanos / Concessões e Serviços / Sistema de Gestão) e que atuam com o acompanhamento do Conselho de Administração.

ÂMBITO DE APLICAÇÃO

A Teixeira Duarte, SA, enquanto sociedade cotada de topo do Grupo Teixeira Duarte não detém colaboradores/as para além dos membros dos órgãos sociais e tem em vigor uma Política de Diversidade dos Órgãos de Administração e Fiscalização, aprovada em Assembleia Geral.

Nesta circunstância, e considerando que as empresas do Grupo Teixeira Duarte operam em seis setores diferentes (Construção, Concessões e Serviços, Imobiliária, Hotelaria, Distribuição e Automóvel) e em 22 países com culturas e enquadramentos legais muito distintos, entende-se que a forma adequada de alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre mulheres e homens, promovendo a eliminação da discriminação em função do sexo e fomentando a conciliação entre a vida pessoal, familiar e

profissional dentro do Grupo Teixeira Duarte, será obtida através da elaboração de um Plano para a Igualdade que apresente um conjunto de objetivos e medidas que deverão ser implementadas e desenvolvidas diretamente pelas suas participadas.

Assim, a aprovação do Plano para a Igualdade 2022 pela Teixeira Duarte, SA, enquanto sociedade cotada de topo do Grupo Teixeira Duarte, ou seja, para ser aplicado a si e extensível a todas as entidades integradas no seu perímetro de consolidação e gestão – de forma adequada às suas realidades de atuação, tanto geográficas como setoriais – esclarece-se os significados e alcances das seguintes expressões utilizadas ao longo do presente documento:

Teixeira Duarte: *É a identidade de um Grupo empresarial que se apresenta através daquela que é a sua imagem de marca: um Grupo português fundado numa casa de Engenharia – algo inerente à sua génese e ao seu fundador – que, com espírito empreendedor e apoio nos seus recursos humanos e meios técnicos, estendeu, desde há um século, a sua atuação a outros setores e mercados com uma identidade vivida e defendida por todos/as, com brio e carinho.*

Grupo Teixeira Duarte: *Conjunto de entidades integradas no perímetro de consolidação e âmbito de gestão da Teixeira Duarte, SA.*

O plano para a igualdade 2022 pode ser consultado através do endereço: <https://www.teixeiraduarte.pt/wp-content/uploads/2021/09/TDSAPlanoligualdade2022.pdf>



PÁGINA PROPOSITADAMENTE DEIXADA EM BRANCO



Metro de Lima, Lima – Perú

Demonstrações Financeiras Individuais 2021

I. BALANÇO

Rubricas	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	7	-	-
Goodwill	8 e 9	13.002	16.253
Ativos intangíveis	6	-	-
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	9	957.981	980.588
Ativos por impostos diferidos	14	18.864	5.375
		989.847	1.002.216
Ativo corrente:			
Clientes	15.1 e 22	6.755	11.942
Estado e outros entes públicos	15.1	5.608	4.606
Outros créditos a receber	15.1	15.146	28.693
Diferimentos	15.1	1.525	790
Caixa e depósitos bancários	4	121	53
		29.155	46.084
TOTAL DO ATIVO		1.019.002	1.048.300
Capital próprio e Passivo			
Capital próprio:			
Capital subscrito	23	210.000	210.000
Reservas legais	23	42.000	42.000
Outras reservas	23	242.551	242.551
Resultados Transitados:			
Resultados transitados		(11.788)	6.116
Lucros não atribuídos - método da equivalência patrimonial		(362.470)	(355.592)
Ajustamentos /outras variações no capital próprio:			
Lucros não atribuídos - método da equivalência patrimonial		362.470	355.592
Outros ajustamentos em ativos financeiros		(150.990)	(231.996)
		331.773	268.701
Resultado líquido do período	23	(125.858)	(17.904)
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		205.915	250.797
Passivo			
Passivo não corrente:			
Financiamentos obtidos	15.2 e 22	220.757	229.559
Outras dívidas a pagar	15.2 e 22	131.746	174.286
		352.503	403.845
Passivo corrente:			
Fornecedores	15.2 e 22	86.918	69.695
Estado e outros entes públicos	15.2 e 22	7.194	6.644
Financiamentos obtidos	15.2 e 22	66.987	47.236
Outras dívidas a pagar	15.2 e 22	299.485	270.083
		460.584	393.658
TOTAL DO PASSIVO		813.087	797.503
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		1.019.002	1.048.300

(Valores em milhares de euros)
O anexo faz parte integrante do Balanço em 31 de dezembro de 2021.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

II. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Rendimentos e gastos	Notas	2021	2020
Vendas e serviços prestados	11	3.447	4.303
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	9 e 10	(102.183)	9.032
Fornecimentos e serviços externos	19	(3.052)	(3.333)
Gastos com o pessoal	18	(1.271)	(1.354)
Outros rendimentos	20	200	1.188
Outros gastos	21	(731)	(1.381)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(103.590)	8.455
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6, 7, 8 e 9	(3.251)	(3.330)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(106.841)	5.125
Juros e rendimentos similares obtidos	11 e 17	59	28
Juros e gastos similares suportados	17	(20.580)	(25.268)
Resultado antes de impostos		(127.362)	(20.115)
Imposto sobre o rendimento do período	14	1.504	2.211
Resultado líquido do período		(125.858)	(17.904)

(Valores em milhares de euros)

O anexo faz parte integrante da Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de dezembro de 2021.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

III.DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Capital próprio atribuído aos detentores do capital								
Descrição	Notas	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros de subsidiárias e associadas	Resultado líquido do período	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2020	1	210.000	42.000	234.672	(314.458)	201.452	7.879	381.545
Aplicação do método da equivalência patrimonial	9	-	-	-	(35.018)	(77.826)	-	(112.844)
Aplicação de resultados		-	-	7.879	-	-	(7.879)	-
	2	-	-	7.879	(35.018)	(77.826)	(7.879)	(112.844)
Resultado líquido do período	3						(17.904)	(17.904)
Resultado integral do período	4=2+3							(130.748)
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	6=1+2+3	210.000	42.000	242.551	(349.476)	123.626	(17.904)	250.797
Saldo em 1 de janeiro de 2021	7	210.000	42.000	242.551	(349.476)	123.626	(17.904)	250.797
Aplicação do método da equivalência patrimonial	9	-	-	-	(6.878)	87.854	-	80.976
Aplicação de resultados	23	-	-	-	(17.904)	-	17.904	-
	8	-	-	-	(24.782)	87.854	17.904	80.976
Resultado líquido do período	9						(125.858)	(125.858)
Resultado integral do período	10=8+9							(44.882)
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	12=7+8+9	210.000	42.000	242.551	(374.258)	211.480	(125.858)	205.915

(Valores em milhares de euros)

O anexo faz parte integrante da Demonstração das alterações no capital próprio em 31 de dezembro de 2021.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

IV. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Descrição	Notas	2021	2020
Atividades Operacionais:			
Recebimentos de clientes		7.964	6.405
Pagamentos a fornecedores		(5.886)	(4.704)
Pagamentos ao pessoal		(1.014)	(1.008)
Caixa gerada pelas operações		1.064	693
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		2.626	3.902
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		(259)	(1.003)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		3.431	3.592
Atividades de Investimento:			
Pagamentos respeitantes a:			
Outros Ativos - Partes relacionadas		(15.140)	(12.680)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	721
Investimentos financeiros	4	499	-
Juros e rendimentos similares		61	28
Outros Ativos - Partes relacionadas		17.685	9.115
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		3.105	(2.816)
Atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamento obtidos	15.2	120.074	115.050
Financiamentos obtidos - Partes relacionadas	15.2	48.510	23.920
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamento obtidos	15.2	(118.384)	(120.196)
Financiamentos obtidos - Partes relacionadas	15.2	(38.969)	(17.850)
Juros e gastos similares		(17.699)	(1.814)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(6.468)	(890)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		68	(114)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	53	167
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	121	53

(Valores em milhares de euros)

O anexo faz parte integrante da Demonstração de fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2021.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

ANEXO

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Teixeira Duarte, S.A. (adiante designada por Teixeira Duarte ou Empresa), número de pessoa coletiva 509.234.526, tem sede em Porto Salvo, foi constituída em 30 de novembro de 2009 e tem como atividade principal a realização e gestão de investimentos, a coordenação e supervisão de outras sociedades integradas ou relacionadas com o seu grupo empresarial, atuando essencialmente nos domínios do planeamento estratégico e organizativo.

As demonstrações financeiras anexas referem-se à Empresa em termos individuais, tendo os investimentos financeiros em empresas subsidiárias sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como explicado na Nota 3.2.a).

Todos os valores deste anexo estão expressos em milhares de euros.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67B/2009, de 11 de setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que veio introduzir no Sistema de Normalização Contabilística (SNC) as alterações consideradas indispensáveis para garantir a sua conformidade com a Diretiva n.º 2013/34/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho, sendo conseqüentemente alteradas as Portarias e os Avisos relativos aos instrumentos contabilísticos que compõem o SNC.

Não foram derrogadas quaisquer disposições do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade, pelo que não há quaisquer efeitos nas demonstrações financeiras decorrentes desta situação.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 BASES DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção do custo histórico, no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do SNC.

3.2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do SNC.

a) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas subsidiárias são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou deduzido da diferença entre esse custo de aquisição e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em subsidiárias e a parte do investidor no justo valor líquido dos ativos e passivos contingentes identificáveis da subsidiária, se positivas, são registadas como *Goodwill* ou mantidos na rúbrica de investimentos em empresas subsidiárias. Nos casos em que o custo de aquisição é inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada (*Goodwill* negativo) é registada como ganho do período em que ocorre a aquisição, na rúbrica "Outros rendimentos e ganhos".

As amortizações são calculadas, pelo método da linha reta em conformidade com o período de utilidade esperada pela empresa para o *Goodwill* em causa. A amortização é realizada de acordo com a seguinte vida útil estimada:

	<u>Anos de vida útil</u>
<i>Goodwill</i>	10

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas subsidiárias por contrapartida de "Ganhos/perdas imputados de subsidiárias", e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida da rúbrica de "Outros ajustamentos em ativos financeiros", bem como pelo reconhecimento de perdas por imparidade. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Quando as perdas em subsidiárias excedem o investimento efetuado nessas entidades é reconhecida uma provisão até ao limite da participação nas mesmas.

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis utilizados na produção, prestação de serviços ou para uso administrativo, são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação acumulada e perdas por imparidade, quando aplicáveis.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados pelo método da linha reta, de acordo com a sua vida útil estimada, a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e cessa quando os ativos são alienados ou passam a ser classificados como ativos não correntes detidos para venda. A depreciação é realizada de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos de vida útil</u>
Edifícios e outras construções	10
Equipamento de transporte	4 - 5
Equipamento administrativo	3 - 10

As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como ativo nos casos em que correspondem à substituição de bens, os quais são abatidos, ou conduzam a um acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados nas rúbricas de “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

c) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem essencialmente direitos contratuais sobre programas de computador, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para a empresa, sejam controláveis pela empresa e o respetivo valor possa ser medido com fiabilidade.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de *software* são registados como custos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a empresa. Nestas situações, estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido, pelo método da linha reta em conformidade com o período de utilidade esperada pela empresa para os ativos em causa. A amortização é realizada de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos de vida útil</u>
Programas de computador	3 - 6

d) Regime do acréscimo

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados.

Os rendimentos e gastos cujo valor real não seja conhecido são estimados com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas rúbricas de “Outros créditos a receber” e “Diferimentos” no ativo e “Outras dívidas a pagar” e “Diferimentos” no passivo.

e) Custos de empréstimos obtidos

Os custos com empréstimos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que respeitam, exceto na medida em que os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção e produção de ativos que levem um período substancial de tempo a ficarem preparados para o uso pretendido são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização, ou final de produção ou construção do ativo, ou quando o projeto em causa se encontra suspenso. Quaisquer proveitos financeiros gerados por empréstimos obtidos antecipadamente e alocáveis a um investimento específico são deduzidos aos custos financeiros elegíveis para capitalização.

f) Rédito

O rédito associado a uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito proveniente de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo e quando seja provável que os benefícios económicos futuros fluam para a Empresa e o respetivo montante possa ser valorizado e mensurado com fiabilidade.

g) Saldos e transações expressas em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas em rendimentos e gastos de financiamento do período em que são geradas.

h) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos quando a empresa se torna parte na respetiva relação contratual.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e depósitos bancários correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

Contas a receber (Clientes e Outros créditos a receber)

As contas a receber são mensuradas, quando reconhecidas inicialmente, pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, o qual usualmente não difere do seu valor nominal. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo do correspondente ajustamento em resultados. O ajustamento reconhecido é mensurado pela diferença entre o valor pelo qual as contas a receber se encontram reconhecidas e o valor atual dos fluxos de caixa descontados à taxa de juro efetiva determinada aquando do reconhecimento inicial.

Investimentos

Os investimentos são reconhecidos na data em que são transferidos substancialmente os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação.

Passivos financeiros e instrumentos de capital

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos ativos da empresa após dedução dos passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pela empresa são registados pelo valor recebido líquido de custos suportados com a sua emissão.

Contas a pagar (Fornecedores e Outras dívidas a pagar)

As contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, o qual usualmente não difere do seu valor nominal.

Financiamentos obtidos e concedidos

Os financiamentos obtidos são registados inicialmente e reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos e posteriormente mensurados pelo método de custo amortizado. Os encargos financeiros, calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e incluindo prémios a pagar, são contabilizados de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, sendo adicionados ao valor contabilístico do empréstimo caso não sejam liquidados durante o período.

Os financiamentos concedidos são registados inicialmente e reconhecidos no ativo pelo valor nominal pago, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos e posteriormente mensurados pelo método de custo amortizado. Os encargos financeiros, calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e incluindo prémios a pagar, são contabilizados de acordo com o regime contabilístico do acréscimo.

i) Responsabilidades com pensões

A Empresa proporciona aos seus colaboradores um seguro de reforma constituído no âmbito de uma política social e de incentivos aos trabalhadores. Caracterizando-se pela sua natureza facultativa, é por decisão exclusiva da Administração que se efetuam as contribuições que em cada momento se afigurem adequadas, tendo em consideração o desempenho e a situação económica e financeira. Assim, as contribuições efetuadas são registadas como gasto na data em que são devidas.

Sem prejuízo da sua génese facultativa, a disponibilidade das contribuições efetuadas pela Empresa são exclusivamente as previstas na legislação fiscal aplicável.

j) Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita ao Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS) previsto no artigo 69.º do Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas, do qual é, desde 1 de janeiro de 2012, a sociedade dominante.

O “Imposto sobre o rendimento do período” registado na demonstração dos resultados representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor. Os resultados tributáveis podem diferir dos resultados contabilísticos, uma vez que podem excluir diversos gastos e rendimentos que apenas sejam dedutíveis ou tributáveis em períodos futuros, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

O imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal), conforme disposto na NCRF 25 - Impostos sobre o rendimento.

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

No final de cada período é efetuada uma revisão dos impostos diferidos contabilizados, sendo o montante dos mesmos ajustado em função das expectativas de utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do período, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

k) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

3.3 JUÍZOS DE VALOR DO ÓRGÃO DE GESTÃO

Na preparação das demonstrações financeiras, a Empresa adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: i) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, investimentos financeiros e *goodwill*; ii) acréscimos e diferimentos; e iii) ativos por impostos diferidos.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

4. FLUXOS DE CAIXA

Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe de Caixa e depósitos bancários era o seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Numerário	2	2
Depósitos à ordem	119	51
	121	53

Fluxos de atividades de investimento

Os recebimentos provenientes de investimentos financeiros nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respeitam às seguintes operações:

	2021	2020
Alienação da participação na Lagoas Park, S.A.	499	-
	499	-

O valor recebido pela alienação da participação na Lagoas Park, S.A., corresponde a parte do “*Earn Out*” estipulado na escritura de venda de 2018.

5. PARTES RELACIONADAS

Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da Empresa, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram as seguintes:

	2021	2020
Administradores executivos:		
Benefícios de curto prazo	721	918
Conselho fiscal:		
Benefícios de curto prazo	66	66
	787	984

Demonstrações Financeiras Individuais 2021

Saldos e transações

Os termos ou condições praticados entre a Empresa e as suas partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Os principais saldos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, com partes relacionadas podem ser detalhados como segue

	Clientes (Nota 15.1)		Fornecedores (Nota 15.2)		Financiamentos obtidos (Nota 15.2)		Diferimentos		Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Subsidiárias:										
TEIXEIRA DUARTE - E.C., S.A.	473	5.351	86.317	68.988	-	3.212	257	257	(408.134)	(420.634)
TEIXEIRA DUARTE - E.C., S.A. (Sucursal de Angola)	1.799	1.798	-	-	-	-	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE - E.C., S.A. (E.E. da Argélia)	-	162	-	-	-	-	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE - E.C., S.A. (Sucursal da Venezuela)	15	15	-	-	-	-	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	-	55	-	85	-	25.534	-	-	(19.327)	(18.015)
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	76	76	-	-	-	-	-	-	5.361	3.284
	2.363	7.457	86.317	69.073	-	28.746	257	257	(422.100)	(435.365)
Outras partes relacionadas:										
ALVALADE - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda.	335	335	-	-	-	-	-	-	-	-
AUTO COMPETIÇÃO ANGOLA (S.U.), Lda.	126	126	-	-	-	-	-	-	-	-
BONAPARTE - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	586	567
C + PA - Cimento e Produtos Associados, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	1.721	1.358
CND - Companhia Nacional de Distribuição (S.U.), Lda.	961	961	-	-	-	-	-	-	270	135
COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, Lda.	151	151	-	-	-	-	-	-	-	-
EDUCARE - Atividades Educativas e Culturais, Lda.	69	69	-	-	-	-	-	-	-	-
EMPA - Serviços de Engenharia, S.A.	127	127	-	-	-	-	-	-	-	-
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	3.882	2.343
ESTA - Gestão de Hotéis, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	225	257
GO CORP - Travel Solutions, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	1.808	1.784
HOTEL BAÍA (S.U.), Lda.	276	276	-	-	-	-	-	-	-	-
HOTEL TRÓPICO, S.A.	63	63	-	-	-	-	-	-	-	-
IMOPEDRUÇOS - Sociedade Imobiliária, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	2.283	2.263
IMOTD - SGPS, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	507	389
LAGOAS HOTEL, S.A.	-	-	-	2	-	-	-	-	2.011	2.209
OCC - Operador Central de Comércio, Lda.	-	95	-	-	-	-	-	-	-	-
QUINTA DE CRAVEL - Imobiliária, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	80	248
SINERAMA - Organizações Turísticas e Hoteleiras, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	286	254
SMOTORS, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	(100)	(72)
TDA - Comércio e Indústria (S.U.), Lda.	907	1.059	-	-	-	-	-	-	105	53
TEIXEIRA DUARTE - Distribuição, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	2.260	1.866
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, Lda.	186	186	-	-	-	-	-	-	46	23
TDO - Investimento e Gestão, S.A.	-	6	93	-	38.290	-	-	-	3.330	6.082
TDVIA - Sociedade Imobiliária, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.884)	(1.546)
TDHC - Instalações para Desporto e Saúde, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	(318)	(278)
TEDAL - SGPS, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	898	705
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Angola), Lda.	785	690	-	-	-	-	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, Lda. (Moçambique)	-	63	-	-	-	-	-	-	-	-
TDSP, Participações Lda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TD AM, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	997
Outros	183	250	9	-	-	3	-	-	803	489
	4.169	4.457	102	2	38.290	3	-	-	18.799	20.126
	6.532	11.914	86.419	69.075	38.290	28.749	257	257	(403.301)	(415.239)

Demonstrações Financeiras Individuais 2021

As principais transações realizadas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, com partes relacionadas foram como segue:

	Serviços prestados		Juros e rendimentos similares obtidos		Outros rendimentos		Fornecimentos e Serviços Externos		Juros e gastos similares suportados	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Subsidiárias:										
TEIXEIRA DUARTE - E.C., S.A.	3.160	3.713	4	16	144	104	236	472	11.362	15.912
TEIXEIRA DUARTE - E.C., S.A. (Suc. de Angola)	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-
TEIXEIRA DUARTE - E.C., S.A. (Suc. da Venezuela)	-	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	-	21	-	-	-	-	-	-	145	1.053
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	76	61	-	-	-	46	-	-	-	-
	3.236	3.794	4	16	144	152	236	474	11.507	16.965
Outras partes relacionadas:										
CND - Companhia Nacional de Distribuição (S.U.), Lda.	135	317	-	-	-	-	-	-	-	-
ESTA - Gestão de Hotéis, S.A.	-	(41)	-	-	-	23	-	-	-	-
GO CORP - Travel Solutions, S.A.	-	-	-	-	-	-	1	2	-	-
LAGOAS HOTEL, S.A.	-	10	-	-	-	-	9	25	-	-
SMOTORS, S.A.	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-
TDA - Comércio e Indústria (S.U.), Lda.	53	124	-	-	-	-	-	-	-	-
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, Lda.	23	54	-	-	-	-	-	-	-	-
TDO, Investimento e Gestão, S.A.	-	-	55	12	-	-	-	-	673	-
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Angola), Lda.	-	19	-	-	-	-	-	-	-	-
ALVALADE - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda.	-	12	-	-	-	-	-	-	-	-
	211	498	55	12	-	23	10	27	673	-
	3.447	4.292	59	28	144	175	246	501	12.180	16.965

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2021 a Empresa não detinha Ativos intangíveis.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2020, os movimentos ocorridos nos Ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foram os seguintes:

	Saldo Inicial	Adições	Transferências e abates	Alienações	Saldo Final
Ativo bruto:					
Programas de computador	266	-	(39)	(227)	-
	266	-	(39)	(227)	-
Amortizações acumuladas:					
Programas de computador	139	9	(38)	(110)	-
	139	9	(38)	(110)	-
Valor líquido dos Ativos intangíveis	127				-

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2021 a Empresa não detinha Ativos fixos tangíveis.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2020, os movimentos ocorridos nos Ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

	Saldo Inicial	Adições	Transferências e abates	Alienações	Saldo final
Ativo bruto:					
Edifícios e outras construções	612	-	-	(612)	-
Equipamento de transporte	11	-	-	(11)	-
Equipamento administrativo	434	-	(14)	(420)	-
	1.057	-	(14)	(1.043)	-
Depreciações acumuladas:					
Edifícios e outras construções	146	51	-	(197)	-
Equipamento de transporte	11	-	-	(11)	-
Equipamento administrativo	312	20	(14)	(318)	-
	469	71	(14)	(526)	-
Valor líquido dos Ativos fixos tangíveis	588				-

8. GOODWILL

As quantias referentes a *Goodwill* nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram:

	31/12/2021		
	Quantias brutas	Amortizações acumuladas	Quantias líquidas
Investimentos em subsidiárias - TDGI, S.A. (Nota 9)	32.504	(19.502)	13.002
	32.504	(19.502)	13.002
	31/12/2020		
	Quantias brutas	Amortizações acumuladas	Quantias líquidas
Investimentos em subsidiárias - TDGI, S.A. (Nota 9)	32.504	(16.251)	16.253
	32.504	(16.251)	16.253

No período findo em 31 de dezembro de 2021, com base no plano de negócios da subsidiária TDGI,S.A., a gestão não identificou indícios de imparidade.

9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Empresa tinha registado na rubrica Participações financeiras – método da equivalência patrimonial os seguintes montantes distintos por investimentos:

	31/12/2021	31/12/2020
	Quantias líquidas	Quantias líquidas
Investimentos em subsidiárias	957.981	980.588

Demonstrações Financeiras Individuais 2021

Empresas subsidiárias

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Empresa participava nas seguintes empresas subsidiárias:

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park, Oeiras	100,00%
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park, Oeiras	100,00%
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park, Oeiras	100,00%

A principal informação financeira, ajustada para efeitos de aplicação do método da equivalência patrimonial relativa às empresas subsidiárias em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é a seguinte:

	Ativos		Passivos		Rendimentos		Resultado líquido	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	2021	2020	2021	2020
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.	1.151.881	1.268.070	859.149	897.492	334.907	359.111	(112.827)	(9.179)
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	945.532	842.252	290.809	241.655	37.882	60.429	8.346	15.353
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	29.435	24.885	18.909	15.472	40.257	40.540	2.298	2.104
	2.126.848	2.135.207	1.168.867	1.154.619	413.046	460.080	(102.183)	8.278

Em 1 de janeiro de 2018, o Grupo Teixeira Duarte considerou as empresas de Angola e da Venezuela como pertencentes a economias hiperinflacionárias, dando cumprimento à aplicação da IAS 29, com impactos significativos nos capitais próprios das sociedades e que se traduziram na Empresa por via das suas subsidiárias. Contudo, em 1 de janeiro de 2019, a economia Angolana deixou de ser considerada como uma economia hiperinflacionária razão pela qual se deixou igualmente de aplicar a IAS 29 às empresas domiciliadas naquela geografia. Ainda em 31 de dezembro de 2018 o Grupo Teixeira Duarte alterou o modelo de mensuração de um conjunto de ativos de “classe homogénea”, do modelo de custo para modelo de revalorização, mantendo desde então este critério que se traduziu num aumento dos capitais próprios das empresas detentoras desses ativos.

Deste modo, as demonstrações financeiras das empresas para efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial, contemplam em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 o conjunto de impactos acima referidos, com efeito muito significativo nos capitais próprios da Empresa.

As partes de capital em empresas subsidiárias tiveram os seguintes movimentos no período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Partes de capital	Goodwill	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2020	1.085.154	19.503	1.104.657
Amortização	-	(3.250)	(3.250)
Efeitos da aplicação do método de equivalência patrimonial:			
- Efeito no resultado do período	8.278	-	8.278
- Efeito em capitais próprios	(112.844)	-	(112.844)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	980.588	16.253	996.841
Saldo em 1 de janeiro de 2021	980.588	16.253	996.841
Amortização	-	(3.251)	(3.251)
Efeitos da aplicação do método de equivalência patrimonial:			
- Efeito no resultado do período	(102.183)	-	(102.183)
- Efeito em capitais próprios	80.976	-	80.976
- Dividendos recebidos	(1.400)	-	(1.400)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	957.981	13.002	970.983

Demonstrações Financeiras Individuais 2021

No período findo em 31 de dezembro de 2021 o resultado líquido da Empresa fixou-se no montante negativo de 125.858 milhares de euros estando fortemente influenciado pela perda resultante da aplicação do método de equivalência patrimonial, no valor de 102.183 milhares de euros. Esta perda resultou, essencialmente, da apropriação do resultado líquido negativo da sua subsidiária Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A., no montante 112.827 milhares de euros, que integrou dois factos relevantes e com significativo impacto nas suas contas:

- Na sequência da decisão imprevisível, tomada pela empresa pública Venezuelana, BOLIPUERTOS, S.A. que, em síntese, se traduziu na notificação da decisão de por termo à Aliança Estratégica para a Operação e Gestão Portuária do Terminal Especializado de Contentores do Porto de La Guaira, celebrada com a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. e que vigorava desde 1 de abril de 2017 e a inerente ocupação, em 15 de outubro de 2021, pela referida BOLIPUERTOS, S.A., das instalações afetas à Aliança, o Conselho de Administração da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. decidiu reconhecer nas contas do exercício os efeitos da perda da concessão da exploração do porto de La Guaira. Atuação essa na sequência da qual se procedeu ao registo nas contas do reconhecimento da perda dessa concessão, com impacto de 26.919 milhares de euros;

- Uma sentença judicial de última instância proferida no dia 17 de fevereiro de 2022 por tribunal argelino no âmbito de um processo respeitante a um parceiro da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. colocou em causa as condições operacionais e financeiras que permitiam assegurar a normal execução de seis empreitadas públicas contratadas na Argélia. Neste contexto, apesar de se tratar de um evento subsequente, o Conselho de Administração deliberou reconhecer nas contas do período de 2021 os efeitos decorrentes da suspensão da atividade daquelas seis empreitadas públicas, cujo impacto estimado se traduz num agravamento do Resultado Líquido de 61.120 milhares de euros.

O detalhe dos investimentos em subsidiárias nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como se segue:

	Partes de capital	
	31/12/2021	31/12/2020
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.	292.732	370.578
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	654.723	600.597
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	10.526	9.413
	957.981	980.588

O efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial nos períodos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, pode ser detalhado como segue:

	Ganhos / perdas		Ajustamentos de capital próprio		Dividendos	
	2021	2020	31/12/2021	31/12/2020	2021	2020
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.	(112.827)	(9.179)	45.665	(46.208)	-	-
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	8.346	15.353	35.096	(66.203)	-	-
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	2.298	2.104	215	(433)	(1.400)	-
	(102.183)	8.278	80.976	(112.844)	(1.400)	-

10. GANHOS / PERDAS IMPUTADOS ÀS SUBSIDIÁRIAS

Nos períodos findos de 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Empresa apresentava as seguintes variações nos investimentos em participações financeiras subsidiárias:

	2021	2020
Rendimentos:		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	10.644	17.457
Outros	-	754
	<u>10.644</u>	<u>18.211</u>
Gastos:		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	(112.827)	(9.179)
	<u>(112.827)</u>	<u>(9.179)</u>
	(102.183)	9.032

11. RÉDITO

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o rédito reconhecido pela empresa tinha a seguinte decomposição:

	2021	2020
Serviços prestados	3.447	4.303
Juros (Nota 17)	59	28
	<u>3.506</u>	<u>4.331</u>

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os serviços prestados da Empresa estavam geograficamente distribuídos da seguinte forma:

	2021	2020
Angola	211	527
Portugal	3.236	3.777
Venezuela	-	(1)
	<u>3.447</u>	<u>4.303</u>

12. PASSIVOS CONTINGENTES

Processos fiscais

No seguimento de inspeções realizadas pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) ao cálculo do IRC dos períodos de 2015, 2017 e 2018 devido pelo Grupo tributado no âmbito do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS) de que a “TD, S.A.” é a sociedade dominante, foram efetuadas as seguintes correções:

a) Aplicação do artigo 90.º do Código do IRC

	Imposto Corrigido
2017	663
2018	871
	<u>1.534</u>

Esta correção resulta de a AT ter um entendimento diferente quanto à utilização das deduções à coleta previstas no artigo 90.º do Código do IRC na Derrama Municipal e Derrama Estadual apuradas no âmbito de aplicação do RETGS, tendo a mesma sido contestada judicialmente pela “TD, S.A.”, na qualidade de sociedade dominante.

Informa-se que esta correção, igualmente efetuada pela AT nos períodos de 2013 a 2016, tinha sido contestada pela “TD,S.A.”, tendo-lhe sido dada razão ainda em fase administrativa.

b) Gastos de Financiamento Líquidos (artigo 67.º do Código do IRC)

Sobre esta temática, a AT corrigiu o resultado fiscal do RETGS da “TD,S.A.”, nos seguintes termos:

- Correção no montante de 22.710 milhares de euros ao IRC de 2015, incidente sobre a utilização de “folga” apurada em períodos anteriores;
- Correção no montante de 6.305 milhares de euros ao período de 2018, por a AT considerar que determinadas contas deveriam ter sido excluídas da determinação do EBITDA “fiscal” previsto no n.º 13 do artigo 67.º do Código do IRC.

Relativamente à correção do período de 2015 foi entregue impugnação judicial pela “TD,S.A.”, na qualidade de sociedade dominante, a qual irá adotar semelhante procedimento relativamente à correção do período de 2018.

13. EFEITOS DAS ALTERAÇÕES DAS TAXAS DE CÂMBIO

As cotações utilizadas para converter para Euros os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram como segue:

Divisa	Câmbio de fecho		
	31/12/2021	31/12/2020	Variação
Dólar Americano (USD)	1,1326	1,1452	1,10%

14. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa é a sociedade dominante de um grupo de sociedades tributado segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), que abrange todas as sociedades em que participa, direta ou indiretamente, em pelo menos 75% do respetivo capital social, desde que tal participação lhe confira mais de 50% dos direitos de voto e que, simultaneamente, tenham sede e direção efetiva em Portugal e sejam tributadas pelo regime geral do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”).

A Empresa encontra-se sujeita a IRC, à taxa de 21%, incidente sobre a matéria coletável. Caso apure lucro tributável fica ainda sujeita a Derrama Municipal, cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5%, bem como a Derrama Estadual, incidente sobre a parte do lucro tributável que exceda o montante de 1.500, 7.500 e 35.000 milhares de euros, às taxas de 3%, 5% e 9%, respetivamente. Está ainda sujeita a tributação autónoma, às taxas e sobre as despesas, encargos e gastos previstos no artigo 88.º do Código do IRC.

Nos termos do Código do IRC, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de 5 (cinco) anos para os gerados no período de tributação de 2017 em diante, sendo suscetíveis de dedução aos lucros tributáveis apurados a posteriori, estando tal dedução limitada a 70% do lucro tributável apurado no período de tributação em que se realize.

A Lei do Orçamento do Estado Suplementar para 2020 veio alterar as regras de reporte e dedução de prejuízos fiscais acima elencadas, nos seguintes termos:

- Os prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021 são reportáveis durante 12 (doze) anos;
- A contagem do prazo de reporte de prejuízos fiscais, aplicável aos ainda vigentes no primeiro dia do período de tributação de 2020, fica suspensa durante esse período de tributação e no seguinte; e
- O limite à dedução de prejuízos fiscais quando a diferença resulte de prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021 é elevado a 80% do lucro tributável.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais em Portugal são passíveis de revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenha havido dedução de prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, aquele prazo pode ser alargado ou suspenso.

O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções fiscais àquelas declarações não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2021.

Demonstrações Financeiras Individuais 2021

A rubrica relativa a “Imposto sobre o Rendimento do Período” representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido, sendo este último o reconhecimento de diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e o fiscal, conforme disposto na NCRF 25 - Impostos sobre o Rendimento.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável apurado pela Empresa, de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do período, exceto se respeitarem a diferenças temporárias contabilizadas em capital próprio, caso em que o imposto diferido é registado na mesma rubrica.

No final de cada período é efetuada uma revisão dos impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

A relação entre o gasto e o lucro contabilístico, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é como segue:

	2021	2020
Resultado líquido do período	(125.858)	(17.904)
Ajustamentos para o lucro tributável:		
Diferenças definitivas:		
- A acrescer	132.712	38.053
- A deduzir	(11.002)	(20.693)
<u>Prejuízo fiscal</u>	<u>(4.147)</u>	<u>(544)</u>
Matéria coletável	-	-
Outras componentes do imposto sobre o rendimento:		
Imposto corrente	1.146	-
<u>Imposto diferido</u>	<u>358</u>	<u>2.211</u>
Gasto de imposto sobre o rendimento	1.504	2.211

Os movimentos ocorridos nos ativos e passivos por impostos diferidos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram como segue:

	31/12/2021			
	Saldo inicial	Constituição	Ajustamento	Saldo final
Ativos por impostos diferidos:				
Prejuízos fiscais reportáveis	5.336	358	13.131	18.825
Dupla tributação internacional	39	-	-	39
	5.375	358	13.131	18.864
	31/12/2020			
	Saldo inicial	Constituição	Ajustamento	Saldo final
Ativos por impostos diferidos:				
Prejuízos fiscais reportáveis	7.984	609	(3.257)	5.336
Dupla tributação internacional	39	-	-	39
Gastos líquidos de financiamento	-	1.602	(1.602)	-
	8.023	2.211	(4.859)	5.375

As constituições verificadas foram reconhecidas como ganho ou rendimento do período na rubrica “Imposto sobre o rendimento do período”.

Demonstrações Financeiras Individuais 2021

O ajustamento verificado nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é referente, respetivamente, ao reforço e utilização de prejuízos fiscais no âmbito do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS).

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros, correntes e não correntes, tinham nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a seguinte decomposição:

15.1 ATIVOS FINANCEIROS

Clientes

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica Clientes tinha a seguinte decomposição:

	31/12/2021		Total
	Não grupo	Grupo (Nota 5)	
Cientes conta corrente	223	6.532	6.755

	31/12/2020		Total
	Não grupo	Grupo (Nota 5)	
Cientes conta corrente	28	11.914	11.942

O risco de crédito do saldo de Clientes está detalhado na Nota 22.

Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica Outros créditos a receber tinha a seguinte decomposição:

	31/12/2021	31/12/2020
	Corrente	Corrente
Devedores por acréscimos de rendimentos	3.678	2.868
Outros devedores:		
Adiantamentos a fornecedores	354	354
Pessoal	-	1
RETGS	6.238	20.874
Partes relacionadas	3.436	4.564
Outros	1.440	32
	<u>11.468</u>	<u>25.825</u>
	15.146	28.693

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica Devedores por acréscimo de rendimentos diz respeito, essencialmente, a prestações de serviços realizados e não faturados à data de reporte.

Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o Estado e outros entes públicos tinham a seguinte decomposição:

	31/12/2021	31/12/2020
Estado e outros entes públicos:		
Imposto sobre o rendimento	5.344	4.499
Imposto sobre o valor acrescentado	264	107
	<u>5.608</u>	<u>4.606</u>

Demonstrações Financeiras Individuais 2021

Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os Diferimentos tinham a seguinte decomposição:

	31/12/2021	31/12/2020
Diferimentos:		
Gastos a reconhecer	1.525	790

15.2 PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica Fornecedores tinha a seguinte decomposição:

	31/12/2021		
	Não grupo	Grupo (Nota 5)	Total
Fornecedores conta corrente	499	86.419	86.918

	31/12/2020		
	Não grupo	Grupo (Nota 5)	Total
Fornecedores conta corrente	620	69.075	69.695

O risco de liquidez do saldo de Fornecedores está detalhado na Nota 22.

Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica Outras dívidas a pagar tinha a seguinte decomposição:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Credores por acréscimo de gastos	2.309	-	17.050	-
Outros credores:				
Pessoal	4	-	707	40
RETGS	39.267	-	36.931	-
Partes relacionadas	257.822	131.746	215.322	174.246
Outros	83	-	73	-
	<u>297.176</u>	<u>131.746</u>	<u>253.033</u>	<u>174.286</u>
	299.485	131.746	270.083	174.286

O risco de liquidez do saldo das Outras dívidas a pagar está detalhado na Nota 22.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica Credores por acréscimo de gastos diz respeito essencialmente a juros a faturar por empresas do grupo.

Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica o Estado e outros entes públicos tinham a seguinte decomposição:

	31/12/2021	31/12/2020
Estado e outros entes públicos:		
Imposto sobre o rendimento	7.139	6.583
Retenção de impostos sobre rendimentos	26	35
Contribuições para a Segurança Social	29	26
	<u>7.194</u>	<u>6.644</u>

Demonstrações Financeiras Individuais 2021

O risco de liquidez do saldo do Estado e outros entes públicos está detalhado na Nota 22.

Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica de financiamentos obtidos (correntes e não correntes) tinha a seguinte decomposição:

		31/12/2021		
		Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	a)	23.624	211.907	235.531
Descobertos bancários	a)	5.073	-	5.073
Mercado de valores mobiliários - Papel Comercial	b)	-	8.850	8.850
Subsidiárias	Nota 5	38.290	-	38.290
		66.987	220.757	287.744

		31/12/2020		
		Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	a)	18.438	220.709	239.147
Descobertos bancários	a)	49	-	49
Mercado de valores mobiliários - Papel Comercial	b)	-	8.850	8.850
Suprimentos e outros mútuos	Nota 5	3	-	3
Subsidiárias	Nota 5	28.746	-	28.746
		47.236	229.559	276.795

O risco de liquidez do saldo dos Financiamentos obtidos está detalhado na Nota 22.

A Empresa aderiu, relativamente à totalidade das operações de crédito em curso, à moratória legal de capital e juros ao abrigo do regime de proteção legal dos créditos no âmbito da pandemia da doença – COVID19, tendo a mesma quanto a juros e capital, terminado a 31 de março e 30 de setembro, respetivamente.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021, os movimentos ocorridos nos Financiamentos obtidos, foram os seguintes:

		31/12/2021				
		Saldo Inicial	Aumento	Redução	Juros moratórias	Saldo Final
Empréstimos bancários		239.147	-	(3.334)	(282)	235.531
Descobertos bancários		49	5.024	-	-	5.073
Mercado de valores mobiliários - Papel Comercial		8.850	115.050	(115.050)	-	8.850
Suprimentos e outros mútuos		3	-	(3)	-	-
Subsidiárias		28.746	48.510	(38.966)	-	38.290
		276.795	168.584	(157.353)	(282)	287.744

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2020, os movimentos ocorridos nos Financiamentos obtidos, foram os seguintes:

		31/12/2020				
		Saldo Inicial	Aumento	Redução	Juros moratórias	Saldo Final
Empréstimos bancários		235.702	-	(3.592)	7.037	239.147
Descobertos bancários		1.603	-	(1.554)	-	49
Mercado de valores mobiliários - Papel Comercial		8.850	115.050	(115.050)	-	8.850
Suprimentos e outros mútuos		-	3	-	-	3
Subsidiárias		22.679	23.917	(17.850)	-	28.746
		268.834	138.970	(138.046)	7.037	276.795

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica Financiamentos obtidos, respeita a diversas operações contratadas junto de várias instituições financeiras e partes relacionadas, vencendo juros a taxas normais de mercado.

Demonstrações Financeiras Individuais 2021

(a) Empréstimos bancários

Em 31 de dezembro de 2021, os empréstimos bancários referente a descobertos bancários e contas caucionadas venciam juros a taxas normais de mercado.

Os empréstimos bancários contratados pela Empresa, correspondem essencialmente a:

Banco	Tipo de financiamento	Data de início	Data de vencimento	Financiamento	Moeda	Montante total financiamento - (€)	Plafond utilizado Empresa - (€)	Plafond utilizado restante grupo - (€)
Banco Comercial Português, S.A.	Empréstimo bancário	27 de novembro de 2017	30 de dezembro de 2033	Grupado	Euros	32.015	32	31.983
Banco Comercial Português, S.A.	Empréstimo bancário	30 de janeiro de 2018	30 de janeiro de 2023	Grupado	Euros	7.146	26	7.120
Banco Comercial Português, S.A.	Empréstimo bancário	5 de janeiro de 2009	17 de junho de 2035	Grupado	Euros	145.181	145.181	-
Banco Comercial Português, S.A.	Empréstimo bancário	12 de agosto de 2016	30 de dezembro de 2033	Grupado	Euros	8.643	-	8.643
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Empréstimo bancário	22 de setembro de 2014	1 de junho de 2034	Grupado	Euros	85.869	70.149	15.720
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Empréstimo bancário	12 de agosto de 2016	30 de dezembro de 2033	Grupado	Euros	6.101	-	6.101
Banco Santander, S.A.	Conta caucionada	31 de outubro de 2012	30 de dezembro de 2033	Individual	Euros	5.038	5.038	-
Banco BIC, S.A.	Empréstimo bancário	2 de julho de 2020	2 de julho de 2025	Grupado	Euros	4.967	-	4.967
Banco BIC, S.A.	Conta caucionada	6 de agosto de 2015	31 de dezembro de 2033	Grupado	Euros	19.605	15.105	4.500
Banco Português de Investimento, S.A.	Empréstimo bancário	5 de julho de 2016	5 de maio de 2023	Grupado	Euros	5.337	-	5.337
Novo Banco, S.A.	Empréstimo bancário	12 de agosto de 2016	30 de dezembro de 2033	Grupado	Euros	8.233	-	8.233
Novo Banco, S.A.	Descoberto bancário	1 de fevereiro de 2007	31 de dezembro de 2033	Grupado	Euros	18.335	5.073	6.542
Banco Comercial Português, S.A.	Conta caucionada	27 de junho de 2014	31 de dezembro de 2033	Grupado	Euros	4.825	-	4.825
						351.295	240.604	103.971

(b) Papel comercial

Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa tem negociado os seguintes programas de papel comercial:

Banco	Tipo de financiamento	Data de início	Data de vencimento	Financiamento	Moeda	Montante total financiamento - (€)	Plafond utilizado Empresa - (€)	Plafond utilizado restante grupo - (€)
Novo Banco, S.A.	Papel Comercial	28 de dezembro de 2015	15 de junho de 2027	Grupado	Euros	95.000	8.850	86.150
Novo Banco, S.A.	Papel Comercial	30 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2033	Grupado	Euros	180.350	-	180.350
Novo Banco, S.A.	Papel Comercial	14 de janeiro de 2016	31 de dezembro de 2033	Grupado	Euros	15.200	-	15.200
						290.550	8.850	281.700

Os Financiamentos obtidos acima indicados são reembolsáveis de acordo com os seguintes prazos de reembolso:

	31/12/2021	31/12/2020
Menos de um ano	66.987	47.236
1 a 2 anos	13.381	8.533
2 a 3 anos	27.456	13.416
3 a 4 anos	27.215	15.735
4 a 5 anos	21.328	21.354
Mais de 5 anos	131.377	170.521
	287.744	276.795

Para garantia dos financiamentos obtidos descritos anteriormente foram constituídas hipotecas e prestados diversos penhores (Nota 16).

16. GARANTIAS E COMPROMISSOS

Garantias

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Empresa tinha prestado garantias bancárias e fianças a terceiros, como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Garantias bancárias	1.469	719

As garantias foram prestadas para efeitos de suspensão de processos de execução fiscal instaurados à Empresa relativos a dívidas de IRC apuradas no âmbito do RETGS dos períodos de 2015, 2016 e 2017, sob a forma garantias bancárias. Como consequência do deferimento obtido pela Empresa, algumas das garantias bancárias prestadas foram reduzidas e, em alguns casos, canceladas, apresentando-se infra o detalhe das que se encontram ativas com referência a 31 de dezembro de 2021:

Período da correção	Montante da garantia bancária
2015	125
2016	594
2017	750
	1.469

Além das garantias indicadas anteriormente, foram ainda prestados os seguintes penhores e hipotecas:

Banco	Tipo de financiamento	Data de início	Data de vencimento	Montante	Colateral
Novo Banco, S.A.	Descoberto bancário	1 de fevereiro de 2007	31 de dezembro de 2033	11.615	Penhor totalidade quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + TDSP Brasil + TD Angola Lda Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía e Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Banco Comercial Português, S.A.	Empréstimo bancário	5 de janeiro de 2009	17 de junho de 2035	145.181	Penhor totalidade quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + TDSP Brasil + TD Angola Lda Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Novo Banco, S.A.	Papel Comercial	30 de dezembro de 2013	31 de dezembro de 2033	180.350	Penhor totalidade quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + TDSP Brasil + TD Angola Lda Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira + Penhor de: Totalidade das ações da EPOS + Totalidade das ações da C+PA + 1.325.000 unidades de participação do Fundo de Investimento Fechado TDF e a hipoteca de: Polo Industrial do Montijo (TDGPII) + 9 lotes de terreno (V8) + 7 lotes de terreno (Quinta do Cravel)
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Empréstimo bancário	22 de setembro de 2014	1 de junho de 2034	85.869	Penhor totalidade quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + TDSP Brasil + TD Angola Lda Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Banco BIC, S.A.	Conta caucionada	6 de agosto de 2015	31 de dezembro de 2033	19.605	GB do BIC AO (23M €) ao BIC PT ; Hipoteca Prédio nº 2554 (TD Angola, Lda) Complexo Comercial e Oficinas Polo Automóvel - Talatona
Novo Banco, S.A.	Papel Comercial	28 de dezembro de 2015	15 de junho de 2027	95.000	Penhor totalidade quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + TDSP Brasil + TD Angola Lda ; Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía e Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira + Penhor 1.045.610 Ações da Recolte Espanha (TEDAL) + Penhor de 50% das ações da TDE
Novo Banco, S.A.	Papel Comercial	14 de janeiro de 2016	31 de dezembro de 2033	15.200	Penhor totalidade quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + TDSP Brasil + TD Angola Lda ; Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía e Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira + Penhor da totalidade das ações da TDGI
Banco Comercial Português, S.A.	Empréstimo bancário	12 de agosto de 2016	30 de dezembro de 2033	8.643	Penhor totalidade quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + TDSP Brasil + TD Angola Lda Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira; Hipoteca de: Lote 26 do Empreendimento Magnólia (TDGPII) + Terreno designado Troviscais (TD AM) + Lezíria Park II (TDVIA) + Vila Rio, 50 lotes de terreno (TDVIA) + Terreno designado como Jardins da Póvoa e Parque Logístico da Póvoa (TDVIA)
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Empréstimo bancário	12 de agosto de 2016	30 de dezembro de 2033	6.101	Penhor totalidade quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + TDSP Brasil + TD Angola Lda Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira; Hipoteca: Lote 26 do Empreendimento Magnólia (TDGPII) + Terreno designado Troviscais (TD AM) + Lezíria Park II (TDVIA) + Vila Rio, 50 lotes de terreno (TDVIA) + Terreno designado como Jardins da Póvoa e Parque Logístico da Póvoa (TDVIA)
Novo Banco, S.A.	Empréstimo bancário	12 de agosto de 2016	30 de dezembro de 2033	8.233	Penhor totalidade quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + TDSP Brasil + TD Angola Lda Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira; Hipoteca: Lote 26 do Empreendimento Magnólia (TDGPII) + Terreno designado Troviscais (TD AM) + Lezíria Park II (TDVIA) + Vila Rio, 50 lotes de terreno (TDVIA) + Terreno designado como Jardins da Póvoa e Parque Logístico da Póvoa (TDVIA)
Banco Comercial Português, S.A.	Empréstimo bancário	27 de novembro de 2017	30 de dezembro de 2033	32.015	Penhor totalidade quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + TDSP Brasil + TD Angola Lda Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Banco Comercial Português, S.A.	Empréstimo bancário	30 de janeiro de 2018	30 de janeiro de 2023	7.146	Penhor totalidade quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + TDSP Brasil + TD Angola Lda Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira

Demonstrações Financeiras Individuais 2021

Em 31 de dezembro de 2021 a Empresa tem emitidas cartas-conforto prestadas a favor de empresas do grupo conforme segue:

	Valor em Divisa	Divisa	Valor em milhares de euros
BONAPARTE - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	18.000.000	EUR	18.000
Recolte, Servicios y Medioambiente	584.758	EUR	585
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.	1.600.000	EUR	1.600
	20.184.758	EUR	20.185

Fianças

Em 31 de dezembro de 2021, a Empresa tinha prestado a seguinte fiança:

	31/12/2021	31/12/2020
Fianças	10.139	10.139

A fiança foi emitida para efeitos de suspensão de um processo de execução fiscal instaurado à participada TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A. relativo a dívida de IRC do período de 2010, em que a Empresa apresentou uma fiança, no montante de 10.139 milhares de Euros, a qual foi aceite pela AT.

17. RESULTADOS FINANCEIROS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os Resultados financeiros estavam discriminados como segue:

	2021	2020
Gastos e perdas financeiros:		
Juros suportados - Juros de financiamentos obtidos	(16.998)	(24.954)
Outros gastos de financiamento	(3.582)	(314)
	(20.580)	(25.268)
Rendimentos e ganhos financeiros:		
Juros obtidos (Nota 11)	59	28
	59	28
	(20.521)	(25.240)

18. GASTOS COM O PESSOAL

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o número médio de empregados contratado diretamente por Portugal foi de 10 e 9 pessoas, respetivamente.

Nos períodos findos naquelas datas, os Gastos com pessoal tinham a seguinte decomposição:

	2021	2020
Remunerações dos órgãos sociais	677	677
Remunerações do pessoal	51	54
Indeminizações	268	433
Encargos sobre remunerações	148	147
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	27	25
Gastos de ação social	37	10
Outros gastos com o pessoal	63	8
	1.271	1.354

19. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Fornecimentos e serviços externos tinha a seguinte decomposição

	2021	2020
Serviços especializados	681	3.042
Materiais	-	6
Energia e fluídos	1	1
Deslocações, estadas e transportes	41	171
Serviços diversos	2.329	113
	3.052	3.333

20. OUTROS RENDIMENTOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os Outros rendimentos e ganhos eram como segue:

	2021	2020
Desempenho de cargos de órgãos sociais	-	70
Outros rendimentos suplementares	144	-
Alienação de ativos fixos tangíveis	-	32
Correções referentes a períodos anteriores	-	8
Excesso da estimativa para impostos	-	240
Indeminizações	-	125
Diferenças de câmbio favoráveis	1	-
Juros de mora	-	3
Outros	55	710
	200	1.188

21. OUTROS GASTOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os Outros gastos e perdas eram como segue:

	2021	2020
Impostos e taxas	26	3
Insuficiência da estimativa para impostos	680	1.360
Outros	25	18
	731	1.381

22. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Princípios gerais

A Empresa encontra-se exposta a um conjunto de riscos financeiros que resultam da sua atividade, dos quais merecem destaque:

- Risco de taxa de juro decorrente do passivo financeiro;
- Risco de crédito, particularmente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com a atividade operacional da empresa;
- Risco de liquidez, no que refere à manutenção de um equilíbrio da tesouraria.

A Direção Financeira da Empresa assegura a gestão centralizada das operações de financiamento, das aplicações dos excedentes de tesouraria, das transações cambiais assim como a gestão do risco de contraparte da Empresa.

Adicionalmente, é responsável pela identificação, quantificação e pela proposta e implementação de medidas de gestão/mitigação dos riscos financeiros a que a Empresa se encontra exposta.

De seguida analisam-se de forma mais detalhada os principais riscos financeiros a que a Empresa se encontra exposta e as principais medidas implementadas no âmbito da sua gestão.

(a) Risco da taxa de juro

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo a minimização do custo da dívida sujeito à manutenção de um nível baixo de volatilidade dos encargos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o passivo financeiro é composto única e exclusivamente por taxa de juro variável.

Caso as taxas de juro de mercado tivessem sido inferiores em 1% durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os resultados financeiros daqueles períodos teriam diminuído em 6.665 milhares de euros e 6.623 milhares de euros, respetivamente. Caso as mesmas taxas de juro de mercado tivessem, ao contrário, sido superiores em 1% durante os mesmos períodos, os resultados financeiros dos mesmos já teriam aumentado em 6.665 milhares de euros e 6.623 milhares de euros, respetivamente.

(b) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos de contas a receber de Clientes (Nota 15.1) para as quais não foram registados ajustamentos, por o Conselho de Administração considerar que as mesmas são realizáveis, são os seguintes:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldos:		
Não vencidos	472	5.423
Até 180 dias	-	322
De 180 a 360 dias	15	663
Mais de 360 dias	6.268	5.534
	6.755	11.942

c) Risco de liquidez

Este risco pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso de dívida.

Como forma de mitigar este risco, a Empresa procura manter uma posição líquida e uma maturidade média da dívida que lhe permita a amortização da sua dívida em prazos adequados.

O passivo financeiro com vencimento até um ano é, sempre que se entenda adequado, substituído com maturidade a médio e longo prazo.

A maturidade dos passivos financeiros (Nota 15.2) em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é conforme segue:

	31/12/2021				Total
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Mais de 3 anos	
Fornecedores	86.918	-	-	-	86.918
Financiamentos obtidos	66.987	13.381	27.456	179.920	287.744
Estado e outros entes públicos	7.194	-	-	-	7.194
Outras dívidas a pagar	299.485	42.500	42.500	46.746	431.231
	460.584	55.881	69.956	226.666	813.087

	31/12/2020				Total
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Mais de 3 anos	
Fornecedores	69.695	-	-	-	69.695
Financiamentos obtidos	47.236	8.533	13.416	207.610	276.795
Estado e outros entes públicos	6.644	-	-	-	6.644
Outras dívidas a pagar	270.083	42.540	42.500	89.246	444.369
	393.658	51.073	55.916	296.856	797.503

23. CAPITAL

Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o Capital social da Empresa encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo composto por 420 000 000 ações com o valor nominal de 0,50 euro cada.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Capital social da Empresa é de 210.000 milhares de euros.

Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Reserva Legal é de 42.000 milhares de euros

Outras reservas

As outras reservas são compostas única e exclusivamente por reservas livres. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 as Outras reservas são de 242.551 milhares de euros.

Aplicação de resultados

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 24 de maio de 2021, foram aprovadas as contas do período de 2020 e foi decidido que o Resultado líquido negativo apurado no montante de 17.904.404,60 € (dezassete milhões, novecentos e quatro mil, e quatrocentos e quatro euros e sessenta cêntimos) tivesse a seguinte aplicação:

	Valor
Resultados Transitados	(17.904)

Conforme apresentado no Relatório de Gestão a proposta de aplicação de resultados para o período findo em 31 de dezembro de 2021, no montante negativo de 125.858.431,74€ (cento e vinte e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e trinta e um euros e setenta e quatro cêntimos) é como segue:

	Valor
Resultados Transitados	(125.858)

24. OUTRAS INFORMAÇÕES

O Conselho de Administração aprovou e autorizou a emissão das demonstrações financeiras do período de 2021 no dia 22 de abril de 2022.

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

A Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Divulgações adicionais

Os honorários totais faturados por sociedade de revisores oficiais de contas relativamente à revisão legal das demonstrações financeiras foram os seguintes:

	2021	2020
Honorários Revisão Contas	61	61

25. EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DO BALANÇO

Uma sentença judicial de última instância proferida no dia 17 de fevereiro de 2022 por tribunal argelino no âmbito de um processo respeitante a um parceiro da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. colocou em causa as condições operacionais e financeiras que permitiam assegurar a normal execução de seis empreitadas públicas contratadas na Argélia. Neste contexto, apesar de se tratar de um evento subsequente, o Conselho de Administração deliberou reconhecer nas contas do exercício de 2021 os efeitos decorrentes da suspensão da atividade daquelas seis empreitadas públicas, cujo impacto estimado se traduz num agravamento do Resultado Líquido de 61.120 milhares de euros, bem como numa redução do Passivo de 13.722 milhares de euros e uma redução do Ativo de 74.842 milhares de euros.

Os recentes acontecimentos geopolíticos, que tiveram início em 24 de fevereiro de 2022, em consequência da invasão da Ucrânia pela Rússia, têm vindo a criar um clima de crescente instabilidade política e social, de proporções imprevisíveis e com repercussões significativas na atividade económica global. Apesar de a Empresa não ter exposição direta nos referidos países em conflito, não pode deixar de ser afetada pelos impactos económicos indiretos que poderão advir, caso o conflito não tenha resolução a breve prazo, e que não são possíveis de antecipar e estimar com fiabilidade.

Não temos conhecimento de qualquer outro facto materialmente relevante, com impacto nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021, que tenha ocorrido entre o final do período e a presente data.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



Hotel Trópico, Luanda - Angola

Demonstrações Financeiras Consolidadas 2021

RELATÓRIO E CONTAS 2021

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

	Notas	2021	2020
Ativos não correntes:			
Goodwill	18	12.248	12.203
Ativos intangíveis	19	29.192	56.109
Ativos fixos tangíveis	20	463.553	399.484
Propriedades de investimento	21	271.308	234.235
Direito de uso	22	30.740	33.434
Investimento em associadas e empreendimentos conjuntos	7 e 23	8.908	18.863
Outros investimentos financeiros ao custo amortizado	24	2.752	2.569
Outros investimentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	7 e 24	11.443	11.638
Ativos por impostos diferidos	26	166.192	145.766
Clientes	27	142	12.489
Outros créditos a receber	27	12.186	10.986
Outros ativos não correntes	30	4.900	-
Total do ativo não corrente		1.013.564	937.776
Ativos correntes:			
Inventários	9 e 10	224.723	171.419
Clientes	27	150.191	151.642
Outros créditos a receber	27	37.735	31.467
Outros investimentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	7 e 24	10	10
Caixa e equivalentes a caixa	29	92.847	116.215
Outros ativos correntes	30	99.355	156.217
		604.861	626.970
Ativos não correntes detidos para venda	25	29.280	34.897
Total do ativo corrente		634.141	661.867
TOTAL DO ATIVO	7	1.647.705	1.599.643
Capital próprio:			
Capital social	32	210.000	210.000
Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos	23	(211)	(209)
Ajustamentos de conversão cambial	45	(518.592)	(608.954)
Reservas e resultados transitados	33	598.041	605.197
Resultado líquido consolidado do período	16	(119.140)	3.558
Capital próprio atribuível a detentores de capital		170.098	209.592
Interesses não controlados	34	19.107	28.673
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		189.205	238.265
Passivos não correntes:			
Financiamentos obtidos	35	607.254	697.106
Provisões	36	37.063	41.328
Responsabilidades com locações	38	26.476	29.173
Passivos por impostos diferidos	26	102.877	84.166
Adiantamentos de clientes	37	37.229	57.091
Outras dívidas a pagar	37	24.196	5.367
Outros passivos não correntes	39	1.244	-
Total do passivo não corrente		836.339	914.231
Passivos correntes:			
Financiamentos obtidos	35	171.376	77.285
Responsabilidades com locações	38	6.180	6.157
Fornecedores	37	135.977	106.197
Adiantamentos de clientes	37	161.382	126.088
Outras dívidas a pagar	37	28.458	15.970
Outros passivos correntes	39	96.463	91.889
		599.836	423.586
Passivos não correntes detidos para venda	25	22.325	23.561
Total do passivo corrente		622.161	447.147
TOTAL DO PASSIVO	7	1.458.500	1.361.378
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		1.647.705	1.599.643

(Valores em milhares de euros)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2021.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS DOS PERÍODOS FINDOS 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

	Notas	2021	2020
Rendimentos operacionais:			
Vendas e prestações de serviços	7 e 8	539.236	608.366
Outros rendimentos e ganhos	8	98.218	114.200
Total dos rendimentos operacionais	8	637.454	722.566
Gastos operacionais:			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(177.830)	(182.454)
Variação da produção	10	4.954	1.287
Fornecimentos e serviços externos	11	(219.285)	(206.169)
Gastos com o pessoal	12	(175.806)	(167.115)
Gastos de depreciação e de amortização	7, 19, 20 e 22	(43.765)	(46.312)
Imparidades de ativos depreciáveis / amortizáveis e Goodwill (perdas/reversões)	7, 19, 20 e 22	(29.784)	1.221
Imparidade de contas a receber (perdas/reversões)	27	(23.205)	(8.128)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	9 e 10	(245)	7.014
Provisões (aumentos/reduções)	7 e 36	5.707	(2.979)
Outros gastos e perdas	13	(80.607)	(66.507)
Total dos gastos operacionais		(739.866)	(670.142)
Resultados operacionais	7	(102.412)	52.424
Gastos e perdas financeiras	7 e 14	(96.895)	(91.026)
Rendimentos e ganhos financeiros	7 e 14	64.867	49.647
Resultados relativos a atividades de investimento:			
Ganhos / (perdas) em empresas associadas e empreendimentos conjuntos	7 e 14	116	576
Ganhos / (perdas) noutros investimentos	7 e 14	(1.219)	1.563
Resultados financeiros		(33.131)	(39.240)
Resultados antes de impostos	7	(135.543)	13.184
Imposto sobre o rendimento	15	17.921	(10.233)
Resultado líquido consolidado do período		(117.622)	2.951
Resultado líquido atribuível a:			
Detentores de capital	16	(119.140)	3.558
Interesses não controlados	34	1.518	(607)
Resultado por ação:			
Básico (euros)	16	(0,28)	0,01
Diluído (euros)	16	(0,28)	0,01

(Valores em milhares de euros)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos resultados do período findo em 31 de dezembro de 2021.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

	Notas	2021	2020
Resultado líquido consolidado do período		(117.622)	2.951
Rendimentos e gastos que não serão subsequentemente reclassificados para resultados			
Outras variações no capital próprio		(25.246)	19.261
Outros investimentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, líquido de impostos	24	92	(532)
Excedentes de revalorização, líquido de impostos	20	-	55.814
		(25.154)	74.543
Rendimentos e gastos que podem ser subsequentemente reclassificados para resultados			
Ajustamentos de conversão cambial	45	93.718	(175.987)
Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos	23	(2)	234
		93.716	(175.753)
Resultado reconhecido diretamente no capital próprio		68.562	(101.210)
Rendimento integral do período		(49.060)	(98.259)
Rendimento integral atribuível a:			
Detentores de capital		(39.494)	(90.347)
Interesses não controlados		(9.566)	(7.912)

(valores em milhares de euros)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada do outro rendimento integral do período findo em 31 de dezembro de 2021.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

	Notas	2021	2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		612.038	712.372
Pagamentos a fornecedores		(406.840)	(429.995)
Pagamentos ao pessoal		(178.262)	(171.656)
Fluxo gerado pelas operações		26.936	110.721
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(2.190)	(10.119)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		3.458	(22.030)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		28.204	78.572
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	29	1.825	-
Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento		36.407	27.120
Ativos intangíveis		-	1.110
Juros e rendimentos similares		1.666	6.043
Dividendos	29	2.498	2.202
		42.396	36.475
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	29	(3)	(13)
Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento		(60.573)	(52.775)
Ativos intangíveis		(4.519)	(3.436)
		(65.095)	(56.224)
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(22.699)	(19.749)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	35	4.131.598	4.036.107
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	35	(4.130.496)	(4.074.828)
Responsabilidade com locações		(5.269)	(7.120)
Juros e gastos similares		(31.899)	(11.645)
		(4.167.664)	(4.093.593)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(36.066)	(57.486)
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(30.561)	1.337
Alteração de perímetro	5	185	-
Efeito das diferenças de câmbio		7.008	(20.502)
Caixa e seus equivalentes no início do período	29	116.215	135.380
Caixa e seus equivalentes no fim do período	29	92.847	116.215

(valores em milhares de euros)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2021.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

NOTAS ANEXAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - NOTA INTRODUTÓRIA

A Teixeira Duarte, S.A. ("Empresa" ou "TD, S.A.") tem sede no edifício 2 do Lagoas Park em Porto Salvo, Portugal. Foi constituída em Portugal em 30 de novembro de 2009, com capital social de 210.000.000 euros, representado por 420.000.000 ações com o valor nominal de 0,50 euros (Nota 32). Tem como atividade principal a realização e gestão de investimentos, a coordenação e supervisão de outras sociedades integradas ou relacionadas com o seu Grupo empresarial. Face ao período anterior não ocorreram quaisquer alterações ao nome da empresa ou meios de identificação.

O universo empresarial da Teixeira Duarte ("Grupo") é formado pelas empresas subsidiárias indicadas na Nota 4. As principais atividades do Grupo são as seguintes: Construção; Concessões e Serviços; Imobiliária; Hotelaria; Distribuição e Automóvel (Nota 7).

Os valores indicados serão expressos em milhares de euros, salvo quando expressamente indicado. As operações realizadas no estrangeiro são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com a política descrita nas Notas 2.9 e 2.10.

2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1- Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4), ajustados no processo de consolidação, de modo a estarem de acordo com as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro adotadas pela União Europeia, efetivas para os períodos iniciados em 1 de janeiro de 2021. No que se refere às empresas do Grupo que utilizam normativos contabilísticos diferentes, foram efetuados ajustamentos de conversão para as IFRS.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), quer as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS") emitidas pelo *International Accounting Standards Committee* ("IASC") e respetivas interpretações, emitidas pelo *IFRS Interpretation Committee* ("IFRIC") e *Standing Interpretation Committee* ("SIC"), respetivamente, cuja adoção foi aprovada pela União Europeia. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por "IFRS".

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção do custo histórico, modificados pela aplicação do justo valor para as propriedades de investimento e para os ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral. O Grupo adotou também o modelo de revalorização para determinadas de classes de ativos fixos tangíveis, conforme nota 20.

O justo valor é a quantia pela qual um ativo pode ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não exista relacionamento entre elas, independentemente de esse preço poder ser diretamente observável ou estimado utilizando outras técnicas de valorização. Ao estimar o justo valor de um ativo ou passivo, o Grupo considera as características que os participantes do mercado também teriam em consideração quando valorizassem o ativo ou passivo na data de mensuração.

Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no período

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas ("endorsed") pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao período iniciado em 1 de janeiro de 2021:

Norma / Interpretação	Data de eficácia (períodos iniciados em ou após)	Conteúdo
Alteração à IFRS 4 - Contratos de seguro - Diferimento da aplicação da IFRS 9	01-jan-21	Esta alteração refere-se às consequências contabilísticas temporárias que resultam da diferença entre a data de entrada em vigor da IFRS 9 e a futura entrada em vigor da IFRS 17. É adiada, de 2021 para 2023, a data de expiração da isenção temporária da aplicação da IFRS 9. Esta isenção é opcional e apenas se aplica às entidades com atividade seguradora.
Alterações à IFRS 9, IAS 39, IFRS 4, IFRS 7 e IFRS 16 - Reforma das taxas de juro de referência - fase 2	01-jan-21	Emendas às normas IFRS 9, IAS 39, IFRS 4, IFRS 7 e IFRS 16 relacionadas com o projeto de reforma das taxas de juro de <i>benchmark</i> ("IBOR reform") ainda em curso. Estas alterações visam diminuir o impacto potencial da alteração de taxas de juro de referência no relato financeiro, nomeadamente na contabilidade de cobertura.

Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em períodos futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em períodos económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Data de eficácia (períodos iniciados em ou após)	Conteúdo
Alteração à IAS 16 - Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento	01-jan-22	Com esta alteração a IAS 16 – ‘Ativos fixos tangíveis’ passa a proibir a dedução dos montantes recebidos como contraprestação por itens vendidos que resultaram da produção em fase de teste aos ativos fixos tangíveis, ao valor contabilístico desses mesmos ativos. A realização de testes ao funcionamento dos ativos fixos tangíveis antes da sua passagem a firme, podem implicar a produção de <i>outputs</i> para os quais existe um mercado, podendo ser comercializados. A contraprestação recebida pela venda dos <i>outputs</i> obtidos durante a fase de testes deve ser reconhecida em resultados do período, de acordo com os normativos aplicáveis. Esta alteração é de aplicação retrospectiva, sem reexpressão dos comparativos.
Alteração à IFRS 3 - Estrutura conceptual	01-jan-22	Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. A alteração também introduz referências aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, incorridos separadamente versus passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração de atividades empresariais. Esta alteração é de aplicação prospetiva.
Alteração à IAS 37 - Contratos onerosos	01-jan-22	Esta alteração especifica quais são os custos que a entidade deve considerar quando está a avaliar se um contrato é ou não oneroso. Apenas os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato são aceites, e estes podem incluir: a) os custos incrementais para cumprir o contrato como a mão-de-obra direta e materiais; e b) a alocação de outros gastos que se relacionem diretamente com o cumprimento do contrato, como por exemplo a alocação dos gastos de depreciação de um dado ativo fixo tangível utilizado para realizar o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo. Qualquer impacto deverá ser reconhecido por contrapartida de resultados transitados (ou outra componente de capital próprio, conforme apropriado), nessa mesma data.
Melhoria à IFRS 1 - Subsidiária enquanto adotante das IFRS pela primeira vez	01-jan-22	As subsidiárias que se tornem adotantes das IFRS pela primeira vez após a sua empresa-mãe, e que optem por mensurar os seus ativos e passivos com base nos valores contabilísticos expressos nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe, podem mensurar as diferenças de transposição acumuladas para todas as operações expressas em moeda estrangeira, pelos valores que seriam apurados nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe, baseado na data de transição da empresa-mãe para as IFRS. Esta melhoria é de aplicação prospetiva.
Melhoria à IFRS 9 - Desreconhecimento de passivos financeiros	01-jan-22	Esta melhoria clarifica que no âmbito dos testes de desreconhecimento efetuados aos passivos renegociados deve-se determinar o valor líquido entre honorários pagos e honorários recebidos, considerando apenas os honorários pagos ou recebidos entre o mutuário e o financiador, incluindo honorários pagos ou recebidos, por qualquer uma das entidades em nome da outra. Esta melhoria é de aplicação prospetiva.
Melhoria à IFRS 16 - Incentivos de locação	01-jan-22	Alteração ao exemplo 13 da IFRS 16 para eliminação de inconsistência no tratamento contabilístico de incentivos atribuídos pelo locador ao locatário. Esta melhoria é de aplicação prospetiva.
Melhoria à IAS 41 - Tributação e mensuração de justo valor	01-jan-22	Esta melhoria elimina o requisito de exclusão dos fluxos de caixa fiscais, da mensuração de justo valor dos ativos biológicos, assegurando a consistência com os princípios da IFRS 13. Esta melhoria é de aplicação prospetiva.

<u>Norma / Interpretação</u>	<u>Data de eficácia (períodos iniciados em ou após)</u>	<u>Conteúdo</u>
IFRS 17 - Contratos de seguro	01-jan-23	Esta norma substitui a IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo (" <i>building block approach</i> ") ou simplificado (" <i>premium allocation approach</i> "). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva.

Estas normas apesar de aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, não foram adotadas em 2021, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória.

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB e aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras anexas.

Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas contabilísticas e interpretações técnicas foram emitidas pelo IASB e não se encontram ainda aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

<u>Norma / Interpretação</u>	<u>Data de eficácia (períodos iniciados em ou após)</u>	<u>Conteúdo</u>
IAS 1 (alteração) - Classificação de passivos como correntes ou não correntes	01-jan-23	Clarificação sobre a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato (a norma deixa de fazer referência a direitos incondicionais, uma vez que os empréstimos raramente são incondicionais ao cumprimento de condições específicas). É efetuada uma clarificação adicional relativamente ao significado de ‘liquidação’ de um passivo, que passa a ser definida como a extinção de um passivo através da transferência: a) de caixa ou outros recursos económicos, ou b) de instrumentos de capital próprio da própria entidade. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.
IAS 1 (alteração) - Divulgação de políticas contabilísticas	01-jan-23	Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas que passam a ser baseadas na definição de “material” em detrimento de “significativo”. As informações imateriais relativas a políticas contabilísticas não precisam de ser divulgadas.
IAS 8 (alteração) - Divulgação de estimativas contabilísticas	01-jan-23	Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração.
IAS 12 (alteração) - Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação	01-jan-23	A norma passa a exigir que a entidade registem imposto diferido sobre transações específicas quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. As transações em questão são: 1- ativos sob direito de uso e passivos de locação; 2- provisões de desmantelamento, restauro e passivos semelhantes. O efeito acumulado da aplicação inicial desta alteração é reconhecido como um ajustamento ao saldo de abertura dos resultados transitados.
IFRS 17 (alteração) - Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação comparativa	01-jan-23	Esta alteração aplica-se somente às entidades seguradoras na sua transição para a IFRS 17. Visa evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro.

Estas normas não foram ainda adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no período findo em 31 de dezembro de 2021.

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras anexas.

2.2 - Julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração das IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As estimativas e pressupostos significativos formulados pelo Conselho de Administração na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas incluem, nomeadamente, os pressupostos utilizados no tratamento dos seguintes aspetos:

Imparidade dos ativos não correntes (exceto *Goodwill*)

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do Grupo, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou quaisquer outras alterações.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do valor realizável líquido dos ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

Imparidade do *Goodwill*

O *Goodwill* é sujeito a teste de imparidade anual ou sempre que existam indícios de uma eventual perda de valor. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa às quais o *Goodwill* é atribuído, são determinados com base nos fluxos de caixa esperados. Esses cálculos exigem o uso de estimativas por parte do Conselho de Administração relativamente à evolução futura da atividade e taxas de desconto consideradas.

Vidas úteis dos ativos intangíveis e ativos fixos tangíveis

A vida útil de um ativo é o tempo durante o qual uma entidade espera que um ativo esteja disponível para uso e esta deve ser revista pelo menos no final de cada período económico.

A determinação das vidas úteis dos ativos, do método de amortização / depreciação a aplicar e das perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica é essencial para determinar o montante das amortizações / depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados consolidados de cada período.

Estes três parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos segmentos operacionais em que o Grupo opera.

Provisões e passivos contingentes

O Grupo analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade de existência de responsabilidade presente e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Reconhecimento de ativos por impostos diferidos

São reconhecidos ativos por impostos diferidos apenas quando existem expectativas razoáveis de que existirão lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização das diferenças temporárias, ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os ativos por impostos diferidos sejam revertidos. A avaliação dos ativos por impostos diferidos é efetuada pela gestão no final de cada período tendo em atenção a expectativa de performance fiscal futura.

Perdas por imparidade em contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas em função da avaliação efetuada pela gestão - dos riscos estimados de cobrança existentes à data da posição financeira, os quais se poderão revelar errados.

Por outro lado, as perdas de imparidade esperadas no crédito concedido são apuradas tendo em conta um conjunto de informação histórica e de pressupostos, os quais poderão vir a não ser representativos da incobrabilidade futura dos devedores do Grupo.

Reconhecimento do rédito em contratos de construção

O Grupo reconhece os resultados dos contratos de construção de acordo com o método dos *inputs*, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada contrato até à data da posição financeira e a soma destes custos com os custos estimados para completar o contrato. A avaliação do grau de acabamento de cada contrato é revista periodicamente tendo em consideração os mais recentes indicadores de produção.

Revalorização dos ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são mensurados ao custo de aquisição ou construção, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação acumulada e perdas por imparidade, quando aplicáveis. No entanto, para uma classe homogénea de ativos, foi adotado o modelo da revalorização (valor revalorizado deduzido de depreciações acumuladas) como política contabilística para a mensuração subsequente desses ativos. Desta forma, a quantia revalorizada corresponde ao seu justo valor à data de revalorização.

Avaliação de propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas pelo seu justo valor, o qual é determinado com base em avaliações efetuadas por entidades especializadas independentes e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário. Estas avaliações são baseadas em dados observáveis de mercado e requerem julgamento por parte do avaliador no que respeita às condições de transação de cada imóvel em mercado, os quais poderão divergir do resultado apurado no futuro.

2.3 - Princípios de consolidação

a) Empresas controladas

A consolidação das empresas controladas em cada período contabilístico é efetuada pelo método de integração global. Considera-se existir controlo quando o Grupo detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral, ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais.

A participação de terceiros no capital próprio e no resultado líquido daquelas empresas é apresentada separadamente na posição financeira e na demonstração consolidada dos resultados e do outro rendimento integral, nas respetivas rubricas de "Interesses não controlados".

As transações e saldos significativos entre essas empresas foram eliminados no processo de consolidação. As mais-valias decorrentes da alienação de empresas participadas, efetuadas dentro do Grupo, são igualmente anuladas.

Sempre que apropriado, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas subsidiárias, tendo em vista a uniformização das respetivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

b) Concentração de atividades empresariais

A concentração de atividades empresariais, nomeadamente a aquisição de empresas controladas é registada pelo método da compra.

O custo de aquisição é determinado como o somatório do justo valor dos ativos entregues, passivos incorridos ou assumidos, e instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo em troca da assunção de controlo da adquirida. Custos relacionados com a aquisição são reconhecidos como custo quando incorridos. Quando aplicável, o custo de aquisição inclui ainda o justo valor de

pagamentos contingentes mensurados à data de aquisição. Alterações subsequentes no valor de pagamentos contingentes são registados de acordo com o normativo contabilístico que regula a contabilização dos ativos ou passivos em questão, exceto caso se qualifiquem como ajustamento no período de mensuração provisória (com um máximo de 12 meses).

Os ativos identificáveis, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária, que cumpram os critérios de reconhecimento de acordo com a IFRS 3 - Concentração de Atividades Empresariais ("IFRS 3"), são mensurados pelo respetivo justo valor na data de aquisição, exceto os ativos não correntes (ou grupo de ativos) que sejam classificados como detidos para venda, de acordo com a IFRS 5 - Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas ("IFRS 5"), os quais são reconhecidos e mensurados pelo respetivo justo valor deduzido dos custos a suportar na futura venda.

Qualquer excesso do custo de aquisição acrescido do valor dos interesses não controlados face ao justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como *Goodwill*. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como resultado líquido do período em que ocorre a aquisição, após reconfirmação do justo valor atribuído.

Se o processo de contabilização de concentrações de atividades empresariais estiver incompleto no final do período em que a concentração ocorra, o Grupo divulga essa mesma situação, sendo que os valores considerados podem ser ajustados durante o período de mensuração (o período entre a data de aquisição e a data em que o Grupo obtenha a informação completa sobre os factos e circunstâncias que existiam à data de aquisição é no máximo de 12 meses), ou poderão ser reconhecidos novos ativos e passivos de forma a refletir factos e circunstâncias que existiam à data da posição financeira e que, caso conhecidos, teriam afetado os montantes reconhecidos na data de aquisição.

Os interesses não controlados são identificados em capital próprio separadamente do capital próprio atribuível aos acionistas da Empresa-mãe. Os interesses não controlados podem ser inicialmente mensurados quer pelo seu justo valor quer pela proporção do justo valor de ativos e passivos da subsidiária adquirida. Esta opção é efetuada separadamente para cada transação.

Após o reconhecimento inicial, o valor contabilístico dos interesses não controlados é determinado como o valor inicialmente reconhecido, acrescido da proporção de alterações de capital próprio da subsidiária.

O rendimento integral de uma subsidiária é atribuído aos interesses não controlados ainda que os mesmos sejam negativos.

Alterações na percentagem de controlo sobre empresas subsidiárias que não resultem em perda de controlo são contabilizadas como transações de capital próprio. O valor dos interesses do Grupo e dos interesses não controlados são ajustados para refletir as alterações de percentagem. Qualquer diferença entre o montante pelo qual os interesses não controlados são ajustados e o justo valor do preço da transação é reconhecido diretamente em capital próprio e atribuído aos acionistas da Empresa-mãe.

Quando o Grupo perde controlo sobre uma subsidiária, o ganho ou perda na alienação é calculado como a diferença entre (i) o montante agregado do justo valor do preço e o justo valor dos interesses retidos e (ii) o valor contabilístico dos ativos (incluindo *Goodwill*) e dos passivos da subsidiária e dos interesses não controlados. Montantes reconhecidos previamente como outro rendimento integral são transferidos para resultados do período ou transferidos para resultados transitados da mesma forma que seriam caso os ativos ou passivos relacionados fossem alienados. O justo valor dos interesses retidos corresponde ao justo valor no reconhecimento inicial para efeitos de contabilização subsequente no âmbito da IFRS 9 – Instrumentos financeiros ("IFRS 9") ou, conforme e quando aplicável, o custo para efeitos de reconhecimento inicial de um investimento numa associada ou num empreendimento conjunto.

c) Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos

Associada ou empreendimento conjunto é uma entidade na qual o Grupo exerce influência significativa, através da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas não detém controlo.

Os investimentos financeiros na generalidade das empresas associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 24) encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, exceto quando são classificados como detidos para venda, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação no capital próprio dessas empresas reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas e empreendimentos conjuntos por contrapartida de "Resultados relativos a associadas e empreendimentos conjuntos", e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida das rubricas de "Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos", bem como pelo

reconhecimento de perdas por imparidade. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

As perdas em associadas e empreendimentos conjuntos que excedam o investimento efetuado nessas entidades não são reconhecidas, exceto quando o Grupo tenha assumido responsabilidades por perdas no âmbito dessa associada ou empreendimento conjunto.

Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos líquidos identificáveis é registado como “Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos – *Goodwill*”. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração dos resultados do período em que ocorre a aquisição.

Os ganhos não realizados em transações com associadas e empreendimentos conjuntos são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada e empreendimento conjunto, por contrapartida do investimento nessa mesma associada e empreendimento conjunto. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

d) *Goodwill*

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em subsidiárias, empresas associadas e empreendimentos conjuntos, acrescido, no caso de subsidiárias, do valor dos Interesses não controlados e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se positivas, são registadas como *Goodwill* (no caso de subsidiárias) ou mantidos na rubrica de investimentos em empresas associadas e empreendimentos conjuntos.

O *Goodwill* é registado como ativo e não é sujeito a amortização, sendo apresentado autonomamente na demonstração consolidada da posição financeira ou na rubrica de “Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos” (Notas 18 e 23). Relativamente ao *Goodwill* de subsidiárias, anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os montantes de *Goodwill* são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda por imparidade é registada de imediato como gasto na demonstração consolidada dos resultados do período e não é suscetível de reversão posterior.

Na alienação de uma subsidiária, associada ou empreendimento conjunto, o correspondente *Goodwill* é incluído na determinação da mais ou menos-valia.

Nos casos em que o custo de aquisição é inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho do período em que ocorre a aquisição.

2.4 - Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem, essencialmente, direitos contratuais e despesas incorridas em projetos específicos com valor económico futuro, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis pelo Grupo e o respetivo valor possa ser medido com fiabilidade.

Os ativos intangíveis gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registados como gasto no período em que são incorridos.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de *software* são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações, estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de utilidade esperada pelo Grupo para os ativos em causa.

2.5 - Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis utilizados na produção, prestação de serviços ou para uso administrativo, são registados ao custo de aquisição ou construção, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação acumulada e perdas por imparidade, quando aplicáveis.

No entanto, para uma classe homogénea de ativos, o Grupo adotou em 31 de dezembro de 2018 o modelo da revalorização (valor revalorizado deduzido de depreciações acumuladas) como política contabilística para a mensuração subsequente desses ativos. Desta forma, a quantia revalorizada corresponde ao seu justo valor à data de revalorização.

As revalorizações serão efetuadas de 2 em 2 anos, ou sempre que existam indícios de alteração de valor dos ativos, por avaliadores independentes de forma a assegurar que a quantia escriturada não difira materialmente daquela que seria determinada pelo uso do justo valor no fim do período de relato.

Se a quantia escriturada de um ativo for aumentada em resultado de uma revalorização, o aumento é reconhecido em outro rendimento integral e acumulado no capital próprio na conta “Excedente de revalorização”. Porém, o aumento é reconhecido nos resultados até ao ponto em que reverta um decréscimo de revalorização do mesmo ativo previamente reconhecido nos resultados.

Se a quantia escriturada de um ativo é diminuída em resultado de uma revalorização, a diminuição é reconhecida nos resultados. Porém, a diminuição é reconhecida em outro rendimento integral até ao ponto de qualquer saldo credor existente no excedente de revalorização com respeito a esse ativo. A diminuição reconhecida em outro rendimento integral reduz a quantia acumulada no capital próprio, na conta de “Excedente de revalorização”.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados pelo método das quotas constantes, de acordo com a sua vida útil estimada, a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para ser utilizados no uso pretendido e cessa quando os ativos passam a ser classificados como ativos não correntes detidos para venda. A depreciação é realizada de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 50
Equipamento básico	3 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 4

As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como ativo nos casos em que correspondem à substituição de bens, os quais são abatidos, ou conduzam a um acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam em condições de ser utilizados para os fins pretendidos.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor realizável líquido e o valor líquido contabilístico na data de alienação / abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados nas rubricas de “Outros rendimentos e ganhos operacionais” ou “Outros gastos e perdas operacionais”, conforme aplicável.

2.6 - Responsabilidade com locações

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação, bem como, as correspondentes responsabilidades, são contabilizadas reconhecendo o ativo sob direito de uso, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual.

Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do direito de uso são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados e de outro rendimento integral do período a que respeitam.

São excluídos deste procedimento as locações de baixo valor, que são aqueles cujo montante total do contrato seja inferior a 5.000 euros, as quais são registadas em resultados de acordo com o período a que respeitam.

2.7 - Imparidade de ativos não correntes, excluindo *Goodwill*

É efetuada uma avaliação de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da eventual perda por imparidade.

Nas situações em que o ativo individualmente não gera *cash-flows* de forma independente de outros ativos, a estimativa do valor recuperável é efetuada para a unidade geradora de caixa a que o ativo pertence.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade pela diferença, a qual é registada na demonstração dos resultados na rubrica "Imparidade de ativos depreciáveis / amortizáveis e *Goodwill*".

A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor deduzido dos gastos de alienação e do valor de uso. O justo valor líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade é registada quando existem indícios de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica "Imparidade de ativos depreciáveis / amortizáveis e *Goodwill*" do período em que a reversão ocorra. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

2.8 - Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, que incluem terrenos e edifícios detidos para arrendamento, apreciação de capital, ou ambos, são inicialmente registadas pelo seu preço de compra ou pelo seu custo de construção (caso se trate de investimento de construção própria), incluindo qualquer dispêndio diretamente atribuível.

Após o reconhecimento inicial, todas as propriedades de investimento, incluindo as que se encontram em construção, são mensuradas pelo respetivo justo valor que reflete as condições de mercado à data da posição financeira. Todos os ganhos ou perdas provenientes de alterações no justo valor de propriedades de investimento são reconhecidos nos resultados do período em que ocorrem e registados na rubrica "Variação no justo valor de propriedades de investimento", incluída em "Outros rendimentos e ganhos operacionais" ou "Outros gastos e perdas operacionais", consoante se trate de ganhos ou perdas.

O justo valor de cada propriedade de investimento é determinado através de avaliações efetuadas por entidades especializadas independentes e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos, são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem. As benfeitorias ou beneficiações apenas são registadas como ativo nos casos em que correspondam à substituição de bens, os quais são abatidos, ou conduzem a um acréscimo de benefícios económicos futuros.

2.9 - Ativos, passivos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, dado que é a moeda da empresa-mãe.

As transações em outras divisas que não o euro, são registadas às taxas em vigor na data da transação. Em cada data da posição financeira, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros, utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data. Ativos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos, ou à data da posição financeira, dessas mesmas transações, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do período, exceto aquelas relativas a itens não monetários cuja variação de justo valor seja registada diretamente em capital próprio na rubrica de "Ajustamentos de conversão cambial" (Nota 45).

A conversão das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias expressas em moeda estrangeira é efetuada considerando a taxa de câmbio vigente à data da posição financeira, para conversão de ativos e passivos, a taxa de câmbio histórica para a conversão dos saldos das rubricas de capital próprio e a taxa de câmbio média do período, para a conversão das rubricas da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral e dos fluxos de caixa.

De acordo com a IAS 21 – Os efeitos de alterações em taxas de câmbio (“IAS 21”), o *Goodwill* e as correções de justo valor apurados na aquisição de entidades estrangeiras consideram-se denominados na moeda de reporte dessas entidades, sendo convertidas para euros à taxa de câmbio na data da posição financeira. As diferenças cambiais assim geradas são registadas no capital próprio na rubrica de “Ajustamentos de conversão cambial” (Nota 45).

2.10 - Empresas em economias hiperinflacionárias

Segundo a IAS 29 – “Relato financeiro em economias hiperinflacionárias”, as demonstrações financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia hiperinflacionária, quer estejam baseadas no custo histórico ou no custo corrente, devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente no final do período de relato.

A norma menciona que a hiperinflação é indicada por características do ambiente económico de um país que incluem nomeadamente as seguintes:

- a) a população em geral prefere conservar a sua riqueza em ativos não monetários ou numa moeda estrangeira relativamente estável. As quantias de moeda local detidas são imediatamente investidas para manter o poder de compra;
- b) a população em geral vê as quantias monetárias não em termos de moeda local mas em termos de uma moeda estrangeira estável. Os preços podem ser cotados nessa moeda;
- c) as vendas e compras a crédito têm lugar a preços que compensem a perda esperada do poder de compra durante o período de crédito, mesmo que o período seja curto;
- d) as taxas de juro, os salários e os preços estão ligados a um índice de preços; e
- e) a taxa de inflação acumulada durante três anos aproxima-se ou excede os 100%.

Demonstração da posição financeira

- As quantias da demonstração da posição financeira não expressas ainda em termos de unidade de mensuração corrente à data de referência daquela demonstração foram reexpressas pela aplicação de um índice geral de preços;
- Os itens monetários não foram reexpressos porque já se encontravam expressos em termos de unidade corrente no fim do período de relato. Os itens monetários representam dinheiro detido e elementos a receber ou a pagar em dinheiro;
- Os ativos e passivos que por acordo estavam vinculados a alterações de preços, tais como obrigações e empréstimos indexados, foram ajustados nos termos do acordo a fim de determinar a quantia em saldo no fim do período de relato;
- Todos os outros ativos e passivos foram considerados como não monetários. Contudo, alguns itens não monetários foram registados pelas quantias correntes no final do período de relato, tais como o valor realizável líquido e o justo valor, pelo que não foram reexpressos. Todos os outros ativos e passivos não monetários foram reexpressos;
- A maior parte dos itens não monetários encontrava-se escriturada pelo custo ou ao custo deduzido de amortizações e perdas de imparidade acumuladas. Por conseguinte, encontravam-se expressos por quantias correntes à data da sua aquisição. O custo reexpresso de cada item foi determinado pela aplicação ao seu custo histórico e à sua amortização / perda de imparidade acumulada da variação de um índice geral de preços a partir da data da sua aquisição (ou data de alteração de moeda funcional) até à data de relato. Deste modo, os ativos tangíveis e intangíveis, os inventários e o *Goodwill* foram reexpressos a partir das datas da sua aquisição ou de alteração de moeda funcional;
- Quando aplicável, a quantia reexpressa dos itens não monetários é reduzida para a sua quantia recuperável por força do uso futuro estimado do item ou da sua alienação.
- Os itens expressos pelo custo corrente (justo valor) não foram reexpressos porque já se encontravam expressos em termos da unidade de mensuração corrente à data da demonstração da posição financeira;

– As rubricas de capital próprio, exceto as de resultados transitados e as de qualquer excedente de revalorização, foram reexpressas pela aplicação de um índice geral de preços desde as datas em que os respetivos montantes foram constituídos. Por último, os resultados transitados reexpressos foram determinados a partir de todas as outras quantias da demonstração da posição financeira reexpressa.

Demonstração dos resultados

– A demonstração dos resultados relata geralmente os gastos e os rendimentos correntes no momento em que ocorreram as transações ou os acontecimentos subjacentes. Deste modo, o gasto das vendas e a depreciação dos ativos fixos são registados pelos gastos correntes no momento do seu consumo; e os rendimentos e outros gastos correntes são registados pelas quantias correntes no momento em que foram incursos.

Posição monetária líquida

Num período de inflação, uma empresa que detenha um excesso de ativos monetários sobre passivos monetários (posição monetária líquida devedora) perde poder de compra e conseqüentemente gera uma perda; por outro lado, uma empresa que detenha um excesso de passivos monetários sobre ativos monetários (posição monetária líquida credora) ganha poder de compra e conseqüentemente gera um ganho, até ao ponto em que os ativos e passivos não estejam indexados a um nível de preços.

O ganho ou a perda na posição monetária líquida foi incluído no resultado líquido do período.

2.11 - Gastos de financiamento

Os gastos com empréstimos obtidos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que respeitam, exceto na medida em que os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção e produção de ativos que levem um período substancial de tempo a ficarem preparados para o uso pretendido são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de produção ou construção do ativo ou quando o projeto em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos antecipadamente e alocáveis a um investimento específico são deduzidos aos gastos financeiros elegíveis para capitalização.

2.12 - Subsídios

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Grupo irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com os gastos incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis, são incluídos nas rubricas de “Outros passivos correntes” e “Outros passivos não correntes” (conforme aplicável) e são creditados na demonstração dos resultados em quotas constantes de forma consistente e proporcional com as depreciações / amortizações dos ativos a cuja aquisição se destinaram.

2.13 - Inventários

As mercadorias e matérias-primas encontram-se registadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Os produtos acabados e intermédios e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo médio ponderado de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico (considerando as depreciações dos equipamentos produtivos calculadas em função de níveis normais de utilização), o qual é inferior ao valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda normal deduzido dos custos para completar a produção e dos custos de comercialização.

São registadas perdas por imparidade em inventários pela diferença entre o valor de custo e o respetivo valor de realização dos inventários, no caso de este ser inferior ao valor contabilístico.

2.14 - Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando: i) o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado; ii) seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos; e iii) o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

2.15 - Relato por segmentos

Um segmento de negócio é um grupo de ativos e operações envolvidas no fornecimento de produtos ou serviços sujeitos a riscos e benefícios que são diferentes de outros segmentos de negócio. Um segmento geográfico é um grupo de ativos e operações envolvidas no fornecimento de produtos ou serviços num ambiente económico particular, que está sujeito a riscos e benefícios diferentes daqueles que efetuam segmentos que operam em outros ambientes económicos.

O Grupo apresenta como segmentos operacionais os segmentos de negócio, de forma coincidente com aquela em que a gestão conduz os negócios.

2.16 - Resultados operacionais

O resultado das operações inclui a totalidade dos gastos e rendimentos das operações, quer sejam recorrentes ou não recorrentes, incluindo os gastos com reestruturações e os gastos e rendimentos associados a ativos operacionais (ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis). Inclui ainda, as mais ou menos valias apuradas na venda de empresas incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral. Assim, excluem-se dos resultados operacionais os gastos líquidos de financiamento, os resultados apurados com associadas e empreendimentos conjuntos, com os outros investimentos financeiros e os impostos sobre o rendimento.

2.17 - Instrumentos financeiros

Ativos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo torna-se parte na respetiva relação contratual.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado ou, ao seu justo valor, dependendo do modelo adotado pelo Grupo e das características dos seus fluxos de caixa contratuais.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e equivalentes a caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

b) Instrumentos de dívida e contas a receber

Os instrumentos de dívida e as contas a receber são mensuradas, quando reconhecidas inicialmente, pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo do correspondente ajustamento em resultados na rubrica “Imparidade de contas a receber”. O ajustamento reconhecido é mensurado pela diferença entre o valor pelo qual as contas a receber se encontram reconhecidas e o valor atual dos fluxos de caixa descontados à taxa de juro efetiva determinada aquando do reconhecimento inicial.

c) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros são reconhecidos na data em que são transferidos substancialmente os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que corresponde ao justo valor, incluindo despesas de transação.

Os investimentos financeiros classificam-se como se segue:

Investimentos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são investimentos financeiros que se encontram disponíveis para venda e são classificados como ativos não correntes.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são mensurados pelo justo valor acrescido dos custos de transação. Posteriormente, são mensurados ao seu justo valor com os ganhos e perdas decorrentes da sua variação no outro rendimento integral. No momento da sua alienação, o ganho ou a perda acumulado gerado com estes investimentos

financeiros não é reclassificado para a demonstração consolidada dos resultados, mas sim transferido somente para a rubrica de “resultados transitados”.

Os dividendos associados são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados no momento em que são atribuídos / deliberados, a menos que os mesmos representem uma recuperação de parte do custo do investimento. Os dividendos são registados na demonstração consolidada dos resultados na rubrica “Resultados relativos a atividades de investimento”.

Investimentos financeiros ao justo valor através da demonstração dos resultados

Os ativos financeiros que não cumpram os critérios para serem mensurados pelo custo amortizado ou ao justo valor através do outro rendimento integral são mensurados ao justo valor através da demonstração de resultados.

Os ativos financeiros registados ao justo valor através da demonstração dos resultados são mensurados pelo justo valor apurado no final de cada período de relato, sendo os respetivos ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados, exceto se fizerem parte de uma relação de cobertura.

d) Instrumentos de capital próprio

Os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos ativos do Grupo após dedução dos passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo são registados pelo valor recebido líquido de custos suportados com a sua emissão.

e) Contas a pagar

As contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

f) Financiamentos obtidos

Os financiamentos são registados inicialmente e reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos e posteriormente mensurados pelo método de custo amortizado. Os encargos financeiros, calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e incluindo prémios a pagar, são contabilizados de acordo com o princípio de especialização dos períodos.

2.18 - Responsabilidades com pensões

O Grupo proporciona aos seus colaboradores um seguro de reforma.

Este seguro foi constituído no âmbito de uma política social e de incentivos aos trabalhadores e é da exclusiva iniciativa das empresas participadas onde esses benefícios são atribuídos. Caracterizando-se pela sua natureza facultativa, é por decisão exclusiva das respetivas administrações que se efetuam as contribuições que em cada momento se afigurem adequadas, tendo em consideração as previsões atuariais de desembolsos e a situação económica e financeira. Assim, as contribuições efetuadas pelo Grupo são registadas como gasto na data em que são realizadas.

2.19 - Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis (os quais diferem dos resultados contabilísticos) das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios ou créditos fiscais obtidos.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, não são descontados e são reconhecidos em ativos ou passivos não correntes.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada posição financeira é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura. São reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributárias.

2.20 - Ativos e passivos contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de acontecimentos futuros incertos.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Um passivo contingente é (i) uma possível obrigação que resulta de acontecimentos passados e cuja existência será confirmada pela ocorrência ou não de acontecimentos futuros incertos ou (ii) uma obrigação presente, que resulta de acontecimentos passados, mas que não é reconhecido por não ser provável a existência de uma saída de recursos ou a eventual saída de recursos não poder ser mensurada com fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo às demonstrações financeiras, a menos que a possibilidade de uma saída de recursos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

2.21 - Rédito

As vendas e prestações de serviços são reconhecidas na demonstração dos resultados quando ocorre a transferência de controlo do bem ou serviço prestado para o comprador e o montante dos rendimentos é razoavelmente quantificado. As devoluções dos produtos vendidos são registadas como uma redução das vendas, no período a que dizem respeito.

O Grupo reconhece receitas provenientes de diferentes negócios:

Construção:

O negócio de construção incorpora uma obrigação de desempenho única relativa à realização de determinada obra nos termos definidos do respetivo caderno de encargos e da orientação e solicitações realizadas pelos clientes ao longo do seu período de realização. O Grupo considera que a referida obrigação de desempenho é cumprida ao longo do período de execução da obra, uma vez que em situações de construção por encomenda, o ativo não tem um uso alternativo e o Grupo tem o direito de receber uma compensação pelos trabalhos executados até à data de reporte. Desta forma, o *timing* de reconhecimento da obrigação de desempenho ocorre durante aquele período, apurado através do método dos inputs (método do grau de acabamento), em função dos gastos incorridos com a mesma e da margem real estimada para cada projeto. Não sendo política conceder garantias de obra superiores às definidas por lei, o Grupo não identificou qualquer obrigação de desempenho adicional relacionada com extensões de garantia.

Para efeitos de determinação do preço total do contrato, são tidas em consideração todas as componentes variáveis associadas ao mesmo, nomeadamente, descontos, bónus, revisões de preços, penalidades, trabalhos adicionais, pedidos de recuperação de gastos incorridos entre outros.

O rédito proveniente destas componentes variáveis apenas é reconhecido quando seja fiavelmente mensurável e a sua realização altamente provável, mitigando uma potencial reversão significativa do mesmo, caso este não venha a ocorrer no futuro.

De salientar ainda que o rédito proveniente destas componentes variáveis é entendido pelo Grupo como uma obrigação única de desempenho, ou seja, indissociável do objetivo previsto no contrato de construção inicialmente celebrado.

Sempre que existe um desfazamento temporal significativo (mais de 12 meses) entre o momento em que um bem ou serviço fica à disposição do cliente e o momento em que é pago, é efetuada uma avaliação quanto à potencial existência de uma componente significativa de financiamento no contrato. Caso exista, aquela componente é tratada como uma obrigação de desempenho autónoma, sendo o respetivo juro reconhecido como rendimento ao longo do período estimado do financiamento.

Adicionalmente, é avaliada também a existência de uma componente significativa de financiamento nos adiantamentos recebidos de clientes. Caso exista, aquela componente é tratada como uma obrigação de desempenho autónoma, sendo o respetivo juro reconhecido como gasto ao longo do período estimado do financiamento.

Caso a situação do parágrafo anterior não se verifique ao nível dos adiantamentos recebidos de clientes, estes são tratados como obrigações únicas de desempenho diretamente associadas aos contratos de construção que respeitam, sendo assim tratados como passivos associados a contratos com clientes. À data de 31 de dezembro de 2021, dada a representatividade dos adiantamentos de clientes bem como o facto de estes serem consumidos proporcionalmente à faturação ao cliente, a gestão considera que não existem adiantamentos de clientes que se enquadrem no conceito de componente significativa de financiamento.

Imobiliária:

Relativamente à venda de ativos imobiliários, o Grupo considera que a sua obrigação de desempenho se encontra cumprida no momento em que procede à sua entrega e a correspondente transferência de controlo ocorrem, o que se considera ocorrer no momento da escritura pública de compra e de venda, uma vez que até esse momento o cliente não beneficia do bem adquirido nem tem controlo ou acesso sobre o mesmo, não existindo outras obrigações de desempenho significativas por cumprir a partir desse momento. Em particular, no que respeita a projetos desenvolvidos pelo Grupo de construção e venda de imóveis, onde exista um compromisso do Grupo em vender ativos com determinadas características, o Grupo entende que, apesar do desenvolvimento do ativo e suas características se encontrarem previstas no contrato promessa celebrado, o Grupo detém a capacidade de controlar o processo, não tendo o cliente capacidade de determinar alterações ou considerações sobre o mesmo. Desta forma, o reconhecimento do respetivo rédito ocorre num momento do tempo, após a referida escritura pública de compra e de venda.

Relativamente ao arrendamento de ativos imobiliários detidos pelo Grupo, a obrigação de desempenho da Teixeira Duarte consiste na atribuição do direito de uso, por arrendamento, do imóvel/loja especificamente referido em cada contrato celebrado. O Grupo considera que o reconhecimento da receita deve ser efetuado ao longo do tempo, correspondente ao período de arrendamento, uma vez que o cliente recebe e usufrui simultaneamente dos benefícios decorrentes do desempenho e execução da Teixeira Duarte na atribuição do direito de uso durante esse período.

Hotelaria:

No que respeita aos serviços de hotelaria, o Grupo entende que a obrigação de desempenho da prestação do serviço, em função da sua natureza, ocorre ao longo do tempo, à medida que o serviço é prestado. Desta forma, considera que o reconhecimento da receita deve ser efetuado ao longo do tempo, correspondente ao período de duração da estadia em hotel, uma vez que o cliente usufrui dos benefícios associados durante esse período. Quando sejam estabelecidas outras obrigações de desempenho, em particular pela requisição de outros serviços (*Food & Beverage*, SPA, ou outros disponibilizados pelo Grupo), os mesmos são reconhecidos num momento do tempo, quando o cliente obtém os benefícios a ele associados.

Distribuição:

Relativamente aos serviços de distribuição, o Grupo considera que a obrigação de desempenho por si assumida com os clientes consiste na venda/entrega de bens em mercado grossista ou retalhista na rede de distribuição (supermercados) detida pelo Grupo Teixeira Duarte. O cumprimento da referida obrigação ocorre quando a entrega do bem adquirido pelo cliente ocorre, uma vez que até esse momento o cliente não beneficia do bem adquirido nem tem controlo ou acesso sobre o mesmo. Desta forma, o reconhecimento do respetivo rédito é efetuado nesse momento do tempo.

Automóvel:

Relativamente à venda de automóveis, o Grupo considera que a sua obrigação de desempenho se encontra cumprida no momento em que procede à sua entrega e correspondente transferência de controlo ocorre, uma vez que até esse momento o cliente não beneficia do bem adquirido nem tem controlo ou acesso sobre o mesmo. O Grupo considera não existirem outras obrigações de desempenho ou compromissos estabelecidos com os clientes no âmbito dos respetivos contratos estabelecidos.

Outros serviços:

Relativamente a outras linhas de receita, em particular serviços prestados a clientes, de carácter continuado ou pontual, entende-se existirem obrigações de desempenho separadas quando tais acordos prevejam diversos ativos a entregar ou serviços a prestar dos quais o cliente possa beneficiar separadamente e se encontrem diferenciados nos termos contratados entre as partes. O Grupo entende que o reconhecimento do rédito atribuído a cada obrigação de desempenho identificada nos contratos, ocorre no momento da transferência do respetivo controlo, em particular ao longo do tempo ou num momento do tempo, em função das suas características, dependente se o cliente beneficia da sua execução ao longo desse mesmo período ou a partir de determinada data.

2.22 - Especialização de períodos

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização dos períodos, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados independente do momento em que são recebidos ou pagos. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

As diferenças entre os montantes faturados e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas rubricas de “Outros ativos correntes” e “Outros passivos correntes”.

2.23 - Classificação da posição financeira

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data da posição financeira são classificados, respetivamente, no ativo e no passivo, como correntes.

São ainda classificados como correntes os passivos relativamente aos quais não haja um direito incondicional de diferir a sua liquidação por um prazo de pelo menos doze meses após a data da posição financeira.

2.24 - Imparidade de ativos financeiros

O Grupo reconhece perdas de imparidade esperadas para instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, bem como para contas a receber de clientes, de outros devedores, e para ativos associados a contratos com clientes.

A quantia de perdas esperadas de imparidade para os ativos financeiros acima referidos é atualizada a cada data de relato de forma a refletir as alterações no risco de crédito ocorridas desde o reconhecimento inicial dos respetivos ativos financeiros.

As perdas de imparidade esperadas são estimadas utilizando uma matriz de incobabilidade baseada no histórico de crédito dos clientes do Grupo nos últimos sete anos, ajustada por fatores específicos atribuíveis aos clientes, bem como pelas condições macroeconómicas que se estimam para o futuro. Para o efeito, os saldos de clientes e outros devedores foram agrupadas tendo em conta perfis de risco de crédito semelhantes (país, unidade de negócio, tipologia de devedor – público ou privado, e outros) e intervalos de vencimento.

2.25 - Ativos não correntes detidos para venda

Ativos não correntes (ou operações descontinuadas) são classificados como detidos para venda se o respetivo valor for realizável através de uma transação de venda, ao invés de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é altamente provável; (ii) o ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições; (iii) a gestão está comprometida com um plano de venda; e, (iv) é expectável que a venda se concretize num período de doze meses.

Ativos não correntes (ou operações descontinuadas) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre o valor contabilístico ou o respetivo justo valor deduzido dos custos para a sua venda.

2.26 - Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado atribuível aos detentores de capital ordinário da TD, S.A., pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período.

O resultado diluído por ação é calculado dividindo o resultado ajustado atribuível aos detentores do capital ordinário da TD, S.A., pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, ajustado pelas potenciais ações ordinárias diluidoras.

As potenciais ações ordinárias diluidoras podem resultar de opções sobre ações e outros instrumentos financeiros emitidos pelo Grupo, convertíveis em ações da Empresa.

2.27 - Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da posição financeira, estão adequadamente refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas (Nota 47).

3 - ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, estimativas e erros face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período findo em 31 de dezembro de 2020.

4 - EMPRESAS INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2021 foram incluídas na consolidação, pelo método integral, Teixeira Duarte, S.A. e as seguintes empresas controladas:

Denominação social	Sede	% Participação efetiva
MERCADO INTERNO		
CONSTRUÇÃO		
CONSTRUSALAMONDE, A.C.E.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	67,74%
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TEIXEIRA DUARTE - SOMAFEL - Viadutos do Campo Grande, A.C.E.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	92,90%
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
DPLG - Desenvolvimento do Terminal Especializado de Contentores do Porto de La Guaira, Sociedade Unipessoal, Lda.	Rua das Pretas, 4 - Fracção 4 D - Funchal	100,00%
TDAP - Atividades Portuárias, S.A.	Rua das Pretas, 4 - Fracção 4 D - Funchal	100,00%
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TDGI Manutenção, A.C.E.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
IMOBILIÁRIA		
EMPREENHIMENTOS IMOBILIÁRIOS 01, Unipessoal Lda.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FECHADO TDF	Av. Professor Doutor Cavaco Silva, Parque das Tecnologias, Edifício 3 - Porto Salvo	100,00%
IMOPEDROUÇOS - Sociedade Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
IMOTD - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
MALANGA - Investimentos Imobiliários, Unipessoal Lda.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
QUINTA DE CRAVEL - Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TD VIA - Sociedade Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	93,75%
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TEIXEIRA DUARTE REAL ESTATE, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TD AM, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
V8 - Gestão Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%

Demonstrações Financeiras Consolidadas 2021

Denominação social	Sede	% Participação efetiva
HOTELARIA		
ESTA - Gestão de Hotéis, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
GO CORP TRAVEL SOLUTIONS - Agência de Viagens, S.A.	Rua Encosta das Lagoas, nº 8 - Porto Salvo	100,00%
LAGOAS HOTEL, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
SINERAMA - Organizações Turísticas e Hoteleiras, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TDH - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TDHC - Instalações para Desporto e Saúde, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
DISTRIBUIÇÃO		
TEDAL - Participações e Distribuição, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TEDAL II - Distribuição e Investimentos, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TEIXEIRA DUARTE - Distribuição, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
AUTOMÓVEL		
SMOTORS, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TDO - Investimento e Gestão, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TEDAL III - Automóveis e Investimentos, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TEDAL IV - Participações e Automóveis, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
OUTROS		
C + P.A. - Cimento e Produtos Associados, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TDO - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	100,00%
MERCADO EXTERNO		
ÁFRICA DO SUL		
CONSTRUÇÃO		
GLOBAL NET DISTRIBUTORS (Pty) Ltd.	10 Ninth Avenue - Northmead, Gauteng 1501	100,00%
ANGOLA		
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
EDUCARE - Atividades Educativas e Culturais (SU), Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark), Edifício Teixeira Duarte, nº 387, Luanda	100,00%
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark), Edifício Teixeira Duarte, nº 387, Luanda	42,40%
IMOBILIÁRIA		
AFRIMO - Empreendimentos Imobiliários, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark), Edifício Teixeira Duarte, nº 387, Luanda	51,00%
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Angola), Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark), Edifício Teixeira Duarte, nº 387, Luanda	100,00%

Demonstrações Financeiras Consolidadas 2021

Denominação social	Sede	% Participação efetiva
HOTELARIA		
ALVALADE - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark), Edifício Teixeira Duarte, nº 387, Luanda	100,00%
ANGOPREDIAL - Empreendimentos Imobiliários (SU), Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark), Edifício Teixeira Duarte, nº 387, Luanda	100,00%
HOTEL TRÓPICO, S.A.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark), Edifício Teixeira Duarte, nº 387, Luanda	80,00%
HOTEL BAÍA (SU), Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark), Edifício Teixeira Duarte, nº 387, Luanda	100,00%
DISTRIBUIÇÃO		
CND - Companhia Nacional de Distribuição (SU), Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark), Edifício Teixeira Duarte, nº 387, Luanda	100,00%
COM 1 - Comércio e Distribuição, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark), Edifício Teixeira Duarte, nº 387, Luanda	100,00%
DCG - Distribuição e Comércio Geral (SU), Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark), Edifício Teixeira Duarte, nº 387, Luanda	100,00%
IMO 1 - Empreendimentos Imobiliários (SU), Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark), Edifício Teixeira Duarte, nº 387, Luanda	100,00%
OCC - Operador Central de Comércio, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark), Edifício Teixeira Duarte, nº 387, Luanda	80,00%
AUTOMÓVEL		
AUTO 1 - Comércio Automóvel, Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark), Edifício Teixeira Duarte, nº 387, Luanda	100,00%
AUTO COMPETIÇÃO ANGOLA (SU), Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark), Edifício Teixeira Duarte, nº 387, Luanda	100,00%
AUTO 8 (SU), Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark), Edifício Teixeira Duarte, nº 387, Luanda	100,00%
COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS (SU), Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark), Edifício Teixeira Duarte, nº 387, Luanda	100,00%
TDA - Comércio e Indústria (SU), Lda.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark), Edifício Teixeira Duarte, nº 387, Luanda	100,00%
OUTROS		
INVESTIPART - Participações e Investimentos, S.A.	Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem, Loy Bairro Morro Bento (Maxipark), Edifício Teixeira Duarte, nº 387, Luanda	36,00%
ARGÉLIA		
CONSTRUÇÃO		
TEIXEIRA DUARTE ALGERIE, SPA	8 Rooute Ben Aknoun, Rés de Chaussée El Biar - Alger	99,94%
BÉLGICA		
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
TDGI, S.A.	Avenue Jean-Monnet, 1, 1348 Louvain-La-Neuve – RPM Bruxelles	100,00%
BRASIL		
CONSTRUÇÃO		
EMPA, S.A. - Serviços de Engenharia	AV. das Nações Unidas, 12901, Conj. N-201, sala 07, 2.º andar Torre Norte, Centro Empresarial Nações Unidas, Brooklin São Paulo, CEP 04578-910	100,00%
SOMAFEL – Obras Ferroviárias e Marítimas, Ltda.	AV. das Nações Unidas, 12901, Conj. N-201, sala 04, 2.º andar Torre Norte, Centro Empresarial Nações Unidas, Brooklin São Paulo, CEP 04578-910	67,74%
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
PAREDÃO de Minas Energia, S.A.	Rua Paraíba, 1000, 12º andar - Parte Bairro Savassi - Belo Horizonte	100,00%

Demonstrações Financeiras Consolidadas 2021

Denominação social	Sede	% Participação efetiva
GONGOJI Montante Energia, S.A.	Rua Paraíba, 1000, 12º andar - Parte Bairro Savassi - Belo Horizonte	100,00%
TDGI FACILITIES E MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES LTDA.	AV. das Nações Unidas, 12901, Conj. N-201, sala 05, 2.º andar Torre Norte, Centro Empresarial Nações Unidas, Brooklin São Paulo, CEP 04578-910	100,00%
IMOBILIÁRIA		
TDPG - Empreendimentos Imobiliários e Hoteleiros, Ltda.	Rua Irene Ramos Gomes de Matteo, nº 97 - Casa 097 Pina - Recife	100,00%
TDSP - Participações, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 01 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - Elisa de Moraes Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 02 Itaim Bibi - São Paulo	90,00%
TDSP - Bela Vista Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 06 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Galeno de Castro Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 03 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Maratona Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 08 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Direitos Humanos Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 04 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Alta Vista I Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 19 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Verum Mooca Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 18 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - Gilberto Sabino Empreendimentos Imobiliários, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 05 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - Alta Vista II Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 20 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Gualaxos Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 07 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - Alta Vista III Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Zanzibar Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 09 Itaim Bibi - São Paulo	92,50%
TDSP - Dionísio da Costa Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 10 Itaim Bibi - São Paulo	92,50%
TDSP - Baceunas Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 11 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - Maria de Jesus Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 12 Itaim Bibi - São Paulo	95,00%
TDSP - Volta Redonda Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 13 Itaim Bibi - São Paulo	95,00%
TDSP - Nilo Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 14 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - Alta Vista IV Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 15 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Princesa Isabel Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 16 Itaim Bibi - São Paulo	90,00%
TDSP - Carolina Ribeiro - Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 17 Itaim Bibi - São Paulo	95,00%
TDSP - Furnas Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 23 Itaim Bibi - São Paulo	91,00%
TDSP - Fernandes Moreira Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 20 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - 20 Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 22 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%

Demonstrações Financeiras Consolidadas 2021

Denominação social	Sede	% Participação efetiva
TDSP - 21 Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 24 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - Costa Junior Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda	Rua Iguatemi, nº 448, 10º andar Conjunto 1001, sala 25 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
OUTRAS		
EMES - Participações, Ltda.	AV. das Nações Unidas, 12901, Conj. N-201, sala 06, 2.º andar Torre Norte, Centro Empresarial Nações Unidas, Brooklin São Paulo, CEP 04578-910	100,00%
COLÔMBIA		
CONSTRUÇÃO		
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Colômbia) S.A.S.	Carrera 11 nº 94 – 02 oficina 201, Centro empresarial Manhattan, Bogotá	100,00%
ESPAÑA		
CONSTRUÇÃO		
UTE DE VIANA	Av. Alberto Alcocer, 24 - 7º Madrid	100,00%
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
RECOLTE, Servicios Y Medioambiente, S.A. Sociedade Unipersonal.	Calle Caleruega 76, piso 1.º, Oficina 1, 28033 Madrid	100,00%
TDGI - Mantenimiento y Servicios Integrales, S.L.	Calle Caleruega 76, piso 1.º, Oficina 1, 28033 Madrid	100,00%
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA		
CONSTRUÇÃO		
TEIXEIRA DUARTE CONSTRUCTION SERVICES, LLC	1030 Salem Road, Union, NJ 07083	100,00%
IMOBILIÁRIA		
TDRE INVESTMENTS, LLC.	4100 Spring Valley Road, Suite 310, Dallas, Texas 75244	100,00%
TDRE LEE PARK, LLC.	4100 Spring Valley Road, Suite 310, Dallas, Texas 75244	100,00%
TDRE HOOD, LLC.	4100 Spring Valley Road, Suite 300, Dallas, Texas 75244	100,00%
GABÃO		
CONSTRUÇÃO		
SOMAFEL GABON, SARL Unipersonnelle	Zone Industrielle Owendo, Libreville, Gabon	100,00%
MACAU		
CONSTRUÇÃO		
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Macau), Lda.	Av. Dr. Mário Soares, nº 25, Edifício Montepio Apr. 26 e 28 – 3º andar, Macau	100,00%
MOÇAMBIQUE		
CONSTRUÇÃO		
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Moçambique), Lda.	Av. Július Nyerere, nº 130 Maputo	100,00%
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, Lda.	Av. Július Nyerere, nº 130 Maputo	100,00%
IMOBILIÁRIA		
IMOPAR - Centro Comercial de Maputo, S.A.	Av. Július Nyerere, nº 130 Maputo	100,00%
MALANGA - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Av. Július Nyerere, nº 4 - R/C Maputo	99,75%

Demonstrações Financeiras Consolidadas 2021

Denominação social	Sede	% Participação efetiva
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Av. Július Nyerere, nº 130 Maputo	99,99%
HOTELARIA		
AVENIDA - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda.	Av. Július Nyerere, nº 627 Maputo	100,00%
SOCIEDADE HOTEL TIVOLI, Lda.	Av. 25 de Setembro, 1321 Maputo	65,00%
TIVOLI BEIRA - Hotelaria e Serviços, Lda.	Av. Július Nyerere, nº 130 Maputo	100,00%
OUTRAS		
INVESTIMOC, S.A.	Av. Július Nyerere, nº 4 Maputo	100,00%
PERÚ		
CONSTRUÇÃO		
TEIXEIRA DUARTE PERÚ – Ingeniería y Construcciones, Sociedad Anonima Cerrada	Avenida Arenales, nº 773, Lima	100,00%
VENEZUELA		
CONSTRUÇÃO		
CONSORCIO BOYACÁ – LA GUAIRA	Av. San Juan Bosco, Edifício Centra Altamira Piso 5, Oficina 54, Urb. Altamira, Caracas	57,20%
TEGAVEN – Teixeira Duarte y Asociados, C.A.	Av. Venezuela del Rosal con Calle, Mohedano, Torre JWM, Piso 5, Of. 5-2, Urb El Rosal - Caracas	100,00%

5 - ALTERAÇÕES NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021 verificou-se a entrada no perímetro de consolidação da empresa IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A. face ao perímetro de consolidação em 31 de dezembro de 2020 no segmento da Imobiliária. Por outro lado verificaram-se as saídas por alienação das empresas Vauco – Automóveis e Equipamentos, Lda e Taboquinha Energia S.A. dos segmentos do Automóvel e Concessões e Serviços, respetivamente.

O impacto destas alterações foi o seguinte:

Ativo	
Ativos intangíveis (Nota 19)	(445)
Ativos fixos tangíveis (Nota 20)	1.878
Propriedades de investimento (Nota 21)	907
Investimentos financeiros em empresas do Grupo	14.094
Ativos por impostos diferidos (Nota 26)	(14)
Inventários (Notas 9 e 10)	(261)
Clientes	(114)
Outros créditos a receber	2.967
Caixa e equivalentes a caixa	185
Outros ativos correntes	399
Total ativos	19.596
Passivo	
Provisões (Nota 36)	(447)
Passivos por impostos diferidos (Nota 26)	806
Fornecedores	(100)
Adiantamentos de clientes	(6)
Outros créditos a pagar	(89)
Outros passivos correntes	275
Total passivos	439
Total líquido	19.157

As referidas alienações resultaram numa menos-valia de 674 milhares de euros para o Grupo (Nota 13).

Demonstrações Financeiras Consolidadas 2021

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021 do Grupo procedeu ainda à dissolução e constituição das seguintes empresas:

Dissoluções

Outras:

- Levenel, Limited.

Constituições

Imobiliária:

- Empreendimentos Imobiliários 01, Unipessoal Lda.;
- TDSP - Costa Junior Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.

Outras:

- Investimoc, S.A..

6 - COTAÇÕES

As cotações utilizadas para converter para Euros os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, bem como os resultados das operações desenvolvidas em países com moeda funcional distinta do Euro, dos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foram as seguintes:

Divisa	Câmbio de fecho			Câmbio médio		
	2021	2020	Var	2021	2020	Var
Bolivar Venezuelano	5,2116	1.225.801,9000	-	5,2116	1.225.801,9000	-
Dinar Argelino	156,4290	161,4373	3,1%	159,4681	144,6605	(10,2)%
Dinar Kuwaitiano	0,3422	0,3727	8,2%	0,3574	0,3506	(1,9)%
Dinar Tunisino	3,2507	3,3054	1,7%	3,2879	3,2001	(2,7)%
Dirham Marroquino	10,4751	10,9233	4,1%	10,6626	10,8314	1,6%
Dólar Americano	1,1326	1,2271	7,7%	1,1851	1,1452	(3,5)%
Escudo de Cabo	110,2650	110,2650	-	110,2650	110,2650	-
Franco CFA BEAC	655,9570	655,9570	-	655,9570	655,9570	-
Kwanza Angolano	635,7510	797,1291	20,2%	739,7491	655,8875	(12,8)%
Metical Moçambicano	71,5800	91,0500	21,4%	77,4849	78,9292	1,8%
Novo Sol Peruano	4,5136	4,4409	(1,6)%	4,5878	4,0059	(14,5)%
Pataca Macaense	9,0983	9,7996	7,2%	9,4872	9,1516	(3,7)%
Peso Colombiano	4.604,4800	4.189,9300	(9,9)%	4.440,0576	4.216,3938	(5,3)%
Rand África do Sul	18,0625	18,0219	(0,2)%	17,6253	18,6726	5,6%
Real Brasileiro	6,3101	6,3735	1,0%	6,3782	5,8847	(8,4)%

7 – INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

O Grupo encontra-se organizado de acordo com os seguintes segmentos de negócio:

- Construção;
- Concessões e serviços;
- Imobiliária;
- Hotelaria;
- Distribuição;
- Automóvel.

Demonstrações Financeiras Consolidadas 2021

As vendas e prestações de serviços e os resultados de cada um dos segmentos operacionais acima mencionados, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foram como segue:

Segmento	Vendas e prestações de serviços						Resultados operacionais	
	2021			2020			2021	2020
	Clientes externos	Intersegmental	Total	Clientes externos	Intersegmental	Total		
Construção (Nota 31)	300.880	57.826	358.706	337.766	40.402	378.168	(84.426)	5.394
Concessões e serviços	85.144	4.750	89.894	102.171	5.701	107.872	(28.968)	9.397
Imobiliária	39.230	6.679	45.909	52.085	6.382	58.467	17.153	38.592
Hotelaria	31.498	545	32.043	30.423	522	30.945	3.890	4.872
Distribuição	61.660	959	62.619	70.976	820	71.796	(1.390)	1.555
Automóvel	20.824	1.070	21.894	14.945	743	15.688	(3.768)	(4.103)
Não afetos a segmentos	-	-	-	-	-	-	(4.903)	(3.321)
Eliminações	-	(71.829)	(71.829)	-	(54.570)	(54.570)	-	38
	539.236	-	539.236	608.366	-	608.366	(102.412)	52.424
Gastos e perdas financeiros (Nota 14)							(96.895)	(91.026)
Rendimentos e ganhos financeiros (Nota 14)							64.867	49.647
Resultados relativos a atividades de investimento (Nota 14)							(1.103)	2.139
Resultados antes de impostos							(135.543)	13.184

As transações intersegmentais são efetuadas em condições e termos de mercado, equiparáveis às transações efetuadas com entidades terceiras.

Outras informações:

Segmento	Dispendios de capital fixo		Gastos de depreciação e de amortização		Imparidades de ativos depreciáveis / amortizáveis e Goodwill (perdas/reversões)		Provisões (aumentos/reduções)	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Construção	10.762	18.238	(18.327)	(21.959)	(883)	(114)	5.583	(3.140)
Concessões e serviços	269	211	(2.537)	(3.129)	(28.735)	407	36	270
Imobiliária	47.847	36.627	(2.450)	(2.453)	(166)	-	89	(258)
Hotelaria	1.584	791	(7.978)	(7.779)	-	-	4	33
Distribuição	4.575	271	(4.611)	(5.319)	-	928	(2)	80
Automóvel	55	108	(7.668)	(5.395)	-	-	(3)	36
Não afetos a segmentos	-	-	(194)	(278)	-	-	-	-
	65.092	56.246	(43.765)	(46.312)	(29.784)	1.221	5.707	(2.979)

O ativo e passivo dos segmentos e a respetiva reconciliação com o total consolidado, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, são como segue:

Segmento	Ativos							Passivos		
	2021			2020				2021	2020	
	Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 23)	Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 24)	Outros ativos	Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 23)	Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 24)	Outros ativos (*)	Total (*)			
Construção	2.261	793	1.203.212	1.206.266	2.546	574	1.155.078	1.158.198	887.164	916.499
Concessões e serviços	3.000	177	89.515	92.692	2.623	132	107.540	110.295	52.032	44.015
Imobiliária	3.647	725	1.311.594	1.315.966	3.695	642	1.058.002	1.062.339	636.790	516.055
Hotelaria	-	29	264.061	264.090	-	22	232.443	232.465	81.187	69.982
Distribuição	-	19	195.202	195.221	-	15	165.949	165.964	81.004	67.458
Automóvel	-	9	212.157	212.166	-	7	180.248	180.255	72.916	54.869
Não afetos a segmentos	-	9.701	1.628.214	1.637.915	9.999	10.256	1.511.965	1.532.220	820.312	808.705
Eliminações	-	-	(3.276.611)	(3.276.611)	-	-	(2.842.093)	(2.842.093)	(1.172.905)	(1.116.205)
	8.908	11.453	1.627.344	1.647.705	18.863	11.648	1.569.132	1.599.643	1.458.500	1.361.378

Demonstrações Financeiras Consolidadas 2021

(*) A rubrica Outros Ativos foi reexpressa entre segmentos, no período findo em 31 de dezembro de 2020, de modo a garantir a comparabilidade dos valores entre períodos.

As vendas e prestações de serviços e a informação acerca de ativos não correntes não monetários, por segmento geográfico apresentam a seguinte composição nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

Segmento geográfico	Vendas e prestações de serviços		Ativos não correntes não monetários	
	2021	2020	2021	2020
Portugal	196.814	188.025	283.051	264.440
Angola	130.564	134.875	465.850	381.344
Argélia a)	(53.258)	71.113	1.058	4.967
Brasil	156.014	125.269	14.681	18.642
Espanha	13.981	29.499	5.439	6.050
Moçambique	26.286	15.648	33.294	25.389
Venezuela	9.280	13.074	966	31.822
Outros mercados	59.555	30.863	2.702	2.811
	539.236	608.366	807.041	735.465

a) As vendas e prestações de serviços registadas na Argélia, foram impactadas pela suspensão da atividade em seis empreitadas na Argélia, mediante o desreconhecimento de acréscimos de rendimentos dessas seis empreitadas, com impacto negativo de 73.123 milhares de euros nas vendas e prestações de serviços.

Os ativos não correntes não monetários incluem as rubricas de *Goodwill*, ativos intangíveis, ativos fixos tangíveis, direito de uso e propriedades de investimento.

8 - RENDIMENTOS OPERACIONAIS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os rendimentos operacionais, foram como segue:

	2021	2020
Vendas e prestações de serviços	539.236	608.366
Outros rendimentos operacionais:		
Variação justo valor de propriedades de investimento (Nota 21)	71.294	68.826
Diferenças de câmbio	4.522	18.130
Rendimentos suplementares	4.107	6.157
Alienação de ativos a)	4.010	7.164
Trabalhos para a própria empresa b)	1.463	1.877
Indemnizações	665	1.134
Correções relativas a períodos anteriores	568	353
Restituição de impostos	551	1.587
Outros rendimentos operacionais c)	11.038	8.972
	98.218	114.200
	637.454	722.566

a) No período findo em 31 de dezembro de 2021, os rendimentos indicados foram obtidos com a alienação de ativos fixos tangíveis no valor de 3.722 milhares de euros (7.162 milhares de euros no período findo em 31 de dezembro de 2020), com a alienação de propriedades de investimento de 58 milhares de euros e com a alienação de ativos intangíveis de 230 milhares de euros (Nota 21).

No período findo em 31 de dezembro de 2020 inclui-se ainda a alienação da empresa “Lagoasfut – Equipamento Recreativo e Desportivo, S.A.” tendo sido registado um ganho de 2 milhares de euros.

b) Os trabalhos para a própria empresa correspondem essencialmente a beneficiação de equipamentos.

c) Nesta rubrica incluem-se, no período findo em 31 de dezembro de 2021, rendimentos relativos a juros indemnizatórios no montante de 1.041 milhares de euros em consequência de um processo de recuperação de imposto de selo e o montante de 3.358 milhares de

Demonstrações Financeiras Consolidadas 2021

euros referente à restituição de encargos suportados com uma garantia bancária relativa a um processo de execução fiscal do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (“IRC”) de 2008.

No período findo em 31 de dezembro de 2020 esta rubrica inclui o montante de 2.760 milhares de euros de rendimentos obtidos pelo cumprimento de requisitos contratuais (*earn out*) celebrados aquando da alienação da participada “Lagoas Park, S.A.”.

As diferenças de câmbio líquidas registadas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 devem-se a pagamentos e recebimentos, bem como a atualizações cambiais em saldos, registados por base em moedas diferentes do Euro.

9 – CUSTO DAS VENDAS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 o custo das vendas foi apurado como se segue:

	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Ativo bruto:			
Saldo a 31 de dezembro de 2019	13.326	45.290	58.616
Custo do período	(81.336)	(101.118)	(182.454)
Compras	83.042	106.197	189.239
Ajustamentos de conversão cambial	(3.487)	(17.458)	(20.945)
Saldo a 31 de dezembro de 2020	11.545	32.911	44.456
Custo do período	(98.675)	(79.155)	(177.830)
Compras	99.117	115.458	214.575
Ajustamentos de conversão cambial	(200)	5.418	5.218
Variação no perímetro (Nota 5)	-	(264)	(264)
Saldo a 31 de dezembro de 2021	11.787	74.368	86.155
Perdas por imparidade acumuladas em inventários:			
Saldo a 31 de dezembro de 2019	1.006	2.788	3.794
Reforços	83	429	512
Reduções	(13)	(105)	(118)
Ajustamentos de conversão cambial	(110)	(928)	(1.038)
Saldo a 31 de dezembro de 2020	966	2.184	3.150
Reforços	209	492	701
Reduções	(69)	(341)	(410)
Regularizações	-	(1.218)	(1.218)
Ajustamentos de conversão cambial	55	555	610
Saldo a 31 de dezembro de 2021	1.161	1.672	2.832
Valor líquido em 31 de dezembro de 2020	10.579	30.727	41.306
Valor líquido em 31 de dezembro de 2021	10.626	72.696	83.322

10 – VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

A demonstração da variação da produção ocorrida nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é como se segue:

	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados e intermédios	Total
Ativo bruto:			
Saldo a 31 de dezembro de 2019	155.439	2.877	158.316
Variação da Produção	1.368	(81)	1.287
Regularizações	(15.316)	(125)	(15.441)
Ajustamentos de conversão cambial	(10.536)	-	(10.536)
Saldo a 31 de dezembro de 2020	130.955	2.671	133.626
Variação da Produção	5.319	(365)	4.954
Regularizações	3.436	(22)	3.414
Ajustamentos de conversão cambial	888	-	888
Variação no perímetro (Nota 5)	-	3	3
Saldo a 31 de dezembro de 2021	140.598	2.287	142.885
Perdas por imparidade acumuladas em inventários:			
Saldo a 31 de dezembro de 2019	11.028	-	11.028
Reforços	2.396	196	2.592
Reduções	(10.000)	-	(10.000)
Ajustamentos de conversão cambial	(106)	-	(106)
Saldo a 31 de dezembro de 2020	3.318	196	3.514
Reforços	1	4	5
Reduções	(46)	(5)	(51)
Utilizações	(1.985)	-	(1.985)
Ajustamentos de conversão cambial	1	-	1
Saldo a 31 de dezembro de 2021	1.289	195	1.484
Valor líquido em 31 de dezembro de 2020	127.638	2.475	130.113
Valor líquido em 31 de dezembro de 2021	139.309	2.092	141.401

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 os inventários apresentam o seguinte detalhe:

	2021	2020
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	10.626	10.579
Mercadorias	72.696	30.727
Produtos e trabalhos em curso	139.309	127.638
Produtos acabados e intermédios	2.092	2.475
	224.723	171.419

Demonstrações Financeiras Consolidadas 2021

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os empreendimentos imobiliários, apresentados em produtos e trabalhos em curso, encontram-se a ser desenvolvidos pelas seguintes entidades:

	2021	2020
TD VIA - Sociedade Imobiliária, S.A.	47.667	44.173
V8 - Gestão Imobiliária, S.A.	19.793	16.534
QUINTA DE CRAVEL - Imobiliária, S.A.	14.912	16.301
TDSP – Nilo Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	13.180	7.971
TDSP – Carolina Ribeiro - Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	9.170	5.545
TDSP – Costa Junior Empreend Imobiliários SPE, Ltda.	8.113	-
TDSP – Furnas Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	7.943	6.415
TDSP – Princesa Isabel Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	5.397	4.417
TDSP – Fernandes Moreira Empreend Imobiliários SPE, Ltda.	4.974	6
TDSP – Alta Vista III Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	3.444	1.362
TDSP – Bela Vista Empreendimentos Imobiliários, Ltda.	2.093	2.026
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	1.433	1.433
TDPG – Empreendimentos Imobiliários e Hoteleiros, Ltda.	587	581
TDSP – Maria de Jesus Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	395	11.923
TDRE LEE PARK, LLC.	-	4.189
TDSP – Galeno de Castro Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	-	3.138
TDSP – Baceunas Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	-	967
TEIXEIRA DUARTE REAL ESTATE, S.A.	-	368
Outros	206	289
	139.309	127.638

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 existiam os seguintes inventários dados como penhor de garantia a passivos:

Geografia	2021	2020
Portugal	Hipoteca 9 Lotes Empreendimento Santa Marinha Design District	Hipoteca 10 Lotes Empreendimento Santa Marinha Design District
Portugal	Hipoteca 7 Lotes Mafamude	Hipoteca 9 Lotes Mafamude
Portugal	Hipoteca Empreendimento Magnólia	Hipoteca Empreendimento Magnólia e Coina
Portugal	Hipoteca Vale Figueira	Hipoteca Vale Figueira
Portugal	Hipoteca Empreendimento Lezíria Park 2, Villa Rio, Jardins da Póvoa e Parque Logístico da Póvoa	Hipoteca Empreendimento Lezíria Park 2, Villa Rio, Jardins da Póvoa e Parque Logístico da Póvoa
Brasil	Empreendimento Imobiliário Condomínio Loomi Paulista - São Paulo / Brasil (96 Unidades Autônomas)	Empreendimento Imobiliário Condomínio Loomi Paulista - São Paulo / Brasil (96 Unidades Autônomas)
Brasil	Empreendimento Imobiliário Condomínio Loomi Klabin - São Paulo / Brasil (60 Unidades Autônomas)	Empreendimento Imobiliário Condomínio Loomi Klabin - São Paulo / Brasil (60 Unidades Autônomas)
Brasil	Empreendimento Imobiliário Condomínio Reserva Alta Vista - São Paulo / Brasil (204 Unidades Autônomas)	-
Brasil	-	Empreendimento Imobiliário Condomínio Verissimo Mooca - São Paulo / Brasil (42 Unidades Autônomas)
Brasil	-	Empreendimento Imobiliário Condomínio Quartier Brooklin - São Paulo / Brasil (108 Unidades Autônomas)

Demonstrações Financeiras Consolidadas 2021

11 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 os fornecimentos e serviços externos decompõem-se da seguinte forma:

	2021	2020
Subcontratos	84.736	78.059
Serviços especializados	25.446	20.875
Rendas e alugueres	21.674	16.935
Conservação e reparação	9.040	14.496
Combustíveis	5.851	4.925
Transportes de mercadorias	4.979	5.579
Vigilância e segurança	4.256	2.219
Deslocações e estadas	3.840	3.627
Transportes de pessoal	3.177	1.363
Electricidade	3.139	3.156
Publicidade	1.954	1.548
Honorários	1.198	2.606
Outros	49.995	50.781
	219.285	206.169

12 – GASTOS COM O PESSOAL

O número médio de empregados nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, por segmento operacional, foi o seguinte:

	2021	2020
Construção	5.440	4.792
Concessões e serviços	1.532	1.698
Imobiliária	202	204
Hotelaria	985	1.013
Distribuição	1.039	1.233
Automóvel	269	328
Não afetos a segmentos	10	9
	9.477	9.277

A rubrica de “gastos com o pessoal”, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, tem a seguinte composição:

	2021	2020
Remunerações normais	88.208	85.980
Outras remunerações	45.536	40.306
Encargos com remunerações	24.897	23.893
Seguros	2.881	1.348
Outros gastos com o pessoal	14.284	15.588
	175.806	167.115

13 - OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

Os outros gastos operacionais nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foram como se segue:

	2021	2020
Varição justo valor de propriedades de investimento (Nota 21)	62.839	35.851
Impostos	4.376	8.773
Correções relativas a períodos anteriores	1.441	511
Perdas incorridas na alienação de ativos a)	882	5.243
Dívidas incobráveis	378	101
Perdas em inventários	347	110
Outros gastos operacionais b)	10.344	15.918
	80.607	66.507

Demonstrações Financeiras Consolidadas 2021

- a) As perdas indicadas foram incorridas com a alienação de ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento no montante de 208 milhares de euros (5.243 milhares de euros em 2020). Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021 foram ainda registadas perdas no valor de 674 milhares de euros com a alienação das empresas Vauco – Automóveis e Equipamentos, Lda e Taboquinha Energia S.A. (Nota 5).
- b) Na rubrica “Outros gastos operacionais” incluem-se, no período findo em 31 de dezembro de 2021, 1.100 milhares de euros (5.150 milhares de euros no período findo em 31 de dezembro de 2020) referentes a responsabilidades que o Grupo tem para com uma entidade terceira no âmbito do Contrato de Associação celebrado entre as partes, que tem por objeto a participação nos lucros de um empreendimento imobiliário.

14 - RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foram os seguintes:

	2021	2020
Gastos e perdas financeiras:		
Juros suportados	(20.024)	(23.198)
Diferenças de câmbio desfavoráveis a)	(62.389)	(50.181)
Outros gastos e perdas financeiros	(14.482)	(17.647)
	(96.895)	(91.026)
Rendimentos e ganhos financeiros:		
Juros obtidos	1.981	3.247
Diferenças de câmbio favoráveis a)	62.052	44.575
Outros rendimentos e ganhos financeiros	834	1.825
	64.867	49.647
Resultados relativos a atividades de investimento:		
Resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos b)	116	576
Dividendos c)	3.071	1.795
Outros investimentos d)	(4.290)	(232)
	(1.103)	2.139
Resultados financeiros	(33.131)	(39.240)

- a) As diferenças de câmbio líquidas, registadas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 devem-se a pagamentos e recebimentos, bem como a atualizações cambiais em saldos, registados por base em moedas diferentes do Euro;
- b) Os resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos dos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 incluem o efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial a estes investimentos (Nota 23).
- No período findo em 31 de dezembro de 2021 registou-se ainda um ganho de 10 milhares de euros com a dissolução da associada AK10 – Empreendimentos e Participações SPE Ltda.;
- c) Os valores apresentados em 2021 e de 2020 correspondem a dividendos recebidos de “Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral” e de “Ativos não correntes detidos para venda”;
- d) Na rubrica “Outros Investimentos” estão contabilizados perdas e reversões de imparidade de “Outros investimentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral” e de “Ativos não correntes detidos para venda”.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram capitalizados juros no custo de aquisição de ativos qualificáveis.

15 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A “TD, SA” é a sociedade dominante de um grupo de sociedades tributado segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), que abrange todas as sociedades em que participa, direta ou indiretamente, em pelo menos 75% do respetivo capital social, desde que tal participação lhe confira mais de 50% dos direitos de voto e que, simultaneamente, tenham sede e direção efetiva em Portugal e sejam tributadas pelo regime geral do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”).

Demonstrações Financeiras Consolidadas 2021

As restantes empresas participadas, não abrangidas pelo RETGS, são tributadas individualmente, com base nas respetivas matérias coletáveis e às taxas de IRC, Derrama Municipal e Derrama Estadual aplicáveis.

A “TD, SA” e a generalidade das suas participadas sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas a IRC, à taxa de 21%, incidente sobre a matéria coletável. As entidades que apuram lucro tributável ficam ainda sujeitas a Derrama Municipal, cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5%, bem como a Derrama Estadual, incidente sobre a parte do lucro tributável que exceda o montante de 1.500, 7.500 e 35.000 milhares de euros, às taxas de 3%, 5% e 9%, respetivamente.

As referidas entidades estão ainda sujeitas a tributação autónoma, às taxas e sobre as despesas, encargos e gastos previstos no artigo 88.º do Código do IRC.

Nos termos do Código do IRC, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de 5 (cinco) anos para os gerados no período de tributação de 2017 em diante, sendo suscetíveis de dedução aos lucros tributáveis apurados *aposteriori*, estando tal dedução limitada a 70% do lucro tributável apurado no período de tributação em que se realize.

A Lei do Orçamento do Estado Suplementar para 2020 veio alterar as regras de reporte e dedução de prejuízos fiscais acima elencadas, nos seguintes termos:

- Os prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021 são reportáveis durante 12 (doze) anos;
- A contagem do prazo de reporte de prejuízos fiscais, aplicável aos ainda vigentes no primeiro dia do período de tributação de 2020, fica suspensa durante esse período de tributação e no seguinte; e
- O limite à dedução de prejuízos fiscais quando a diferença resulte de prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021 é elevado para 80% do lucro tributável.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais em Portugal são passíveis de revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenha havido dedução de prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, aquele prazo pode ser alargado ou suspenso.

Relativamente a entidades com presença noutros países, o prazo de revisão das suas declarações fiscais varia entre os três e os seis anos.

O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções fiscais àquelas declarações não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas reportadas a 31 de dezembro de 2021.

A rubrica relativa a “Imposto sobre o Rendimento do Período” representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido, sendo este último o reconhecimento de diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e o fiscal, conforme disposto na IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento (Nota 26).

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado tendo por base o resultado tributável apurado por cada Empresa integrante do Grupo, podendo igualmente incidir sobre factos tributários autónomos ocorridos no período de tributação no caso de impostos parcelares sobre o rendimento, ou sobre o volume de negócios, de acordo com as regras fiscais em vigor em cada jurisdição em que o Grupo marca presença.

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do período, exceto se respeitarem a diferenças temporárias contabilizadas em capital próprio, caso em que o imposto diferido é registado na mesma rubrica.

No final de cada período é efetuada uma revisão dos impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Demonstrações Financeiras Consolidadas 2021

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, são como se segue:

	2021	2020
Imposto corrente:		
Imposto sobre o rendimento em Portugal	(6.610)	(8.247)
Imposto sobre o rendimento em outras jurisdições	(8.719)	(12.462)
Imposto corrente	(15.329)	(20.709)
Imposto diferido (Nota 26):	33.250	10.476
	17.921	(10.233)

Para além dos montantes de impostos diferidos registados diretamente na demonstração dos resultados, foram registados diretamente nos capitais próprios impostos diferidos no montante de 119 milhares de euros no período findo em 31 de dezembro de 2021 ((18.682) milhares de euros em 31 de dezembro de 2020) (Nota 26).

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a reconciliação entre a taxa nominal e efetiva de imposto sobre o rendimento pode ser apresentada como se segue:

	2021		2020	
	Taxa %	Imposto	Taxa %	Imposto
Resultado antes de imposto		(135.543)		13.184
Taxa e imposto nominal sobre o rendimento	21,0%	(5.155)	(21,0)%	(2.769)
Diferencial de taxas de imposto de outros países	6,5%	(8.770)	(101,8)%	(13.425)
Resultado em associadas e empreendimentos conjuntos em equivalência patrimonial	(0,0)%	28	0,9%	121
Prejuízos fiscais gerados no ano para os quais não foi reconhecido imposto diferido ativo	(1,0)%	1.360	22,3%	2.942
Diferença entre mais e menos-valias fiscais e contabilísticas	(0,0)%	55	1,5%	193
Gastos não aceites fiscalmente	(3,1)%	4.151	(30,3)%	(3.999)
Tributação autónoma	0,6%	(802)	(3,4)%	(454)
Derrama	0,6%	(844)	(2,5)%	(333)
Diferenças nas estimativas	(0,2)%	242	(28,3)%	(3.728)
Outras componentes do imposto	4,1%	(5.593)	5,6%	743
Imposto diferido do ano	(24,5)%	33.250	79,5%	10.476
Taxa efetiva e imposto sobre o rendimento	(13,2)%	17.921	(77,6)%	(10.233)

16 - RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	2021	2020
Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do período)	(119.140)	3.558
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (milhares)	420.000	420.000
Resultado líquido por ação básico	(0,28)	0,01

Pelo facto de nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 não existirem efeitos diluidores do resultado por ação, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

17 - DIVIDENDOS

Em Assembleia Geral de Acionistas realizada em 24 de maio de 2021 foi deliberado a não distribuição de dividendos, tendo em consideração as demonstrações financeiras separadas da Empresa em 31 de dezembro de 2020.

No período findo em 31 de dezembro de 2020 não foram distribuídos dividendos referentes ao período de 2019.

18 - GOODWILL

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 o movimento ocorrido nos valores do *Goodwill* apurados na aquisição de empresas subsidiárias, bem como nas respetivas perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	2021	2020
Ativo bruto:		
Saldo inicial	27.458	27.469
Ajustamentos de conversão cambial	45	(11)
Saldo final:	27.503	27.458
Perdas por imparidade acumuladas	(15.255)	(15.255)
Ativo líquido:	12.248	12.203

Os valores do *Goodwill* em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 respeitam às seguintes entidades:

Participada	Segmento operacional	2021	2020
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, SA	Construção	12.107	12.107
AUTO COMPETIÇÃO ANGOLA (SU), Lda.	Automóvel	141	96
		12.248	12.203

Os *Goodwill* relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos fazem parte integrante do valor dos correspondentes investimentos.

Os valores do *Goodwill* são sujeitos a testes de imparidade anualmente, ou sempre que existam indícios de que os mesmos possam estar em imparidade.

A quantia recuperável das unidades geradoras de caixa às quais os *Goodwill* estão afetos é determinada com base no cálculo do seu valor de uso, que utiliza as projeções de fluxos de caixa com base nas projeções financeiras mais recentes aprovadas pelos respetivos Conselhos de Administração cobrindo um período de cinco anos, descontados através das taxas de desconto indicadas no quadro seguinte, as quais foram calculadas com base no custo médio ponderado do capital (“WACC”), ajustado pelos riscos específicos do mercado em que cada unidade se insere. Os fluxos de caixa para além desse período de cinco anos foram projetados utilizando as taxas indicadas no mesmo quadro. Estas taxas não excedem, a taxa média de crescimento a longo prazo para os mercados em que aquelas unidades geradoras de caixa se encontram afetos.

Os Conselhos de Administração entendem que qualquer mudança razoavelmente possível nos pressupostos fundamentais em que a quantia recuperável é baseada, não faria com que a quantia escriturada daquelas unidades geradoras de caixa excedesse o seu valor recuperável.

Assim, os principais pressupostos considerados na determinação do valor de uso dos valores de *Goodwill* são os seguintes:

Participada	2021			2020		
	Valor contabilístico do goodwill	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade	Valor contabilístico do goodwill	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.	12.107	8,1%	1,00%	12.107	5,3%	1,00%
Auto Competição Angola, Lda.	141	15,8%	1,00%	96	15,8%	1,00%
	12.248			12.203		

19 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Propriedade industrial	Outros	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos por conta	Total
Ativo bruto:					
Saldo a 31 de dezembro de 2019	75.555	58	3.337	647	79.597
Aquisições	2.798	-	222	434	3.454
Alienações	(1.469)	-	-	-	(1.469)
Transferências e Abates	21	-	(21)	-	-
Ajustamentos de conversão cambial	(4.049)	(4)	(734)	-	(4.787)
Saldo a 31 de dezembro de 2020	72.856	54	2.804	1.081	76.795
Aquisições	1.681	-	-	2.839	4.519
Alienações	(248)	-	-	-	(248)
Transferências e Abates	501	-	(137)	(936)	(572)
Ajustamentos de conversão cambial	1.198	6	13	319	1.537
Variação no perímetro (Nota 5)	-	-	(445)	-	(445)
Saldo a 31 de dezembro de 2021	75.988	60	2.235	3.303	81.586
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:					
Saldo a 31 de dezembro de 2019	19.272	58	-	-	19.330
Reforços	3.297	-	-	-	3.297
Alienações	(359)	-	-	-	(359)
Ajustamentos de conversão cambial	(1.578)	(4)	-	-	(1.582)
Saldo a 31 de dezembro de 2020	20.632	54	-	-	20.686
Reforços a)	31.657	-	-	-	31.657
Alienações	(113)	-	-	-	(113)
Transferências e Abates	(377)	-	-	-	(377)
Reduções	(592)	-	-	-	(592)
Ajustamentos de conversão cambial	1.128	5	-	-	1.133
Saldo a 31 de dezembro de 2021	52.335	59	-	-	52.394
Valor líquido:					
Em 31 de dezembro de 2020	52.224	-	2.804	1.081	56.109
Em 31 de dezembro de 2021	23.653	1	2.235	3.303	29.192

a) Na sequência da decisão tomada pela empresa pública venezuelana BOLIPUERTOS, S.A. de pôr termo à Aliança Estratégica para a Operação e Gestão Portuária do Terminal Especializado de Contentores do Porto de La Guaira, celebrada com a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., procedeu-se ao desreconhecimento contabilístico da perda da concessão da exploração do porto de La Guaira, o que se traduziu por uma redução do Ativo Intangível de 28.947 milhares de euros.

Em 31 de dezembro de 2021 a rubrica de “Propriedade industrial” apresenta o montante de 12.049 milhares de euros referentes a direitos de superfície (45.376 milhares de euros em 31 de dezembro de 2020).

20 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta ativos fixos tangíveis	Total
Ativo bruto:									
Saldo a 31 de dezembro de 2019	18.437	797.926	351.435	61.519	25.715	9.104	3.405	74	1.267.615
Aquisições	3	727	13.623	1.045	731	832	869	-	17.830
Reavaliações	-	180.628	-	-	-	-	-	-	180.628
Alienações	(54)	(3.611)	(24.378)	(14.292)	(2.980)	(2.292)	-	-	(47.607)
Transferências e Abates	(3.061)	(3.399)	(3.817)	(1.224)	(2.974)	(2.703)	(888)	(15)	(18.081)
Ajustamentos de conversão cambial	(2.349)	(219.592)	(25.255)	(10.059)	(4.352)	(1.349)	(839)	(8)	(263.803)
Saldo a 31 de dezembro de 2020	12.976	752.679	311.608	36.989	16.140	3.592	2.547	51	1.136.582
Aquisições	-	2.195	8.850	962	1.012	137	1.067	-	14.223
Alienações	-	(135)	(13.290)	(1.587)	(215)	(8)	-	-	(15.235)
Transferências e Abates	(1.199)	5.340	417	(216)	(1.091)	(921)	(1.335)	(13)	982
Ajustamentos de conversão cambial	1.377	137.511	16.013	5.089	3.485	1.834	463	5	165.777
Variação no perímetro (Nota 5)	1.158	778	(119)	(90)	(39)	(12)	-	-	1.676
Saldo a 31 de dezembro de 2021	14.312	898.368	323.479	41.147	19.292	4.622	2.742	43	1.304.005
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:									
Saldo a 31 de dezembro de 2019	-	400.553	308.028	50.430	23.154	5.674	-	-	787.839
Reforços	-	15.221	14.196	2.386	825	444	-	-	33.072
Reavaliações	-	105.971	-	-	-	-	-	-	105.971
Alienações	-	(1.247)	(19.128)	(10.912)	(2.871)	(1.928)	-	-	(36.086)
Transferências e Abates	-	(3.056)	(3.120)	(976)	(2.866)	(2.117)	-	-	(12.135)
Ajustamentos de conversão cambial	-	(111.917)	(17.450)	(8.305)	(3.632)	(259)	-	-	(141.563)
Saldo a 31 de dezembro de 2020	-	405.525	282.526	32.623	14.610	1.814	-	-	737.098
Reforços	-	20.820	12.630	1.840	793	721	-	-	36.804
Reduções	-	-	(16)	(101)	(14)	(81)	-	-	(212)
Alienações	-	(39)	(11.851)	(1.204)	(178)	(8)	-	-	(13.280)
Transferências e Abates	-	(1.258)	(642)	(996)	(594)	(345)	-	-	(3.835)
Ajustamentos de conversão cambial	-	64.632	13.806	2.608	2.691	342	-	-	84.079
Variação no perímetro (Nota 5)	-	21	(100)	(82)	(34)	(7)	-	-	(202)
Saldo a 31 de dezembro de 2021	-	489.701	296.353	34.688	17.274	2.436	-	-	840.452
Valor líquido:									
Em 31 de dezembro de 2020	12.976	347.154	29.082	4.366	1.530	1.778	2.547	51	399.484
Em 31 de dezembro de 2021	14.312	408.667	27.126	6.459	2.018	2.186	2.742	43	463.553

De acordo com a IAS 16, após o reconhecimento inicial, os ativos fixos tangíveis podem ser mensurados de acordo com dois modelos:

- Modelo do custo;
- Modelo de revalorização.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 o Grupo adotou o modelo de revalorização para o conjunto restrito de ativos fixos tangíveis, não tendo sido feitas avaliações no período de 2021.

As revalorizações devem ser efetuadas com suficiente regularidade por forma a assegurar que a quantia escriturada não difere materialmente do correspondente justo valor à data de reporte (IAS 16:31).

Demonstrações Financeiras Consolidadas 2021

Em 31 de dezembro de 2020 o impacto da revalorização dos referidos ativos fixos tangíveis foi o seguinte:

Ativos Fixos Tangíveis	2020						
	Ativo bruto	Depreciações acumuladas	Valor líquido	Valor da avaliação	Impacto na revalorização	Impostos diferidos	Impacto na revalorização líquida
Hotéis							
Portugal	17.251	(11.549)	5.702	6.044	342	(72)	270
Angola	239.997	(146.957)	93.040	132.967	39.927	(9.982)	29.945
Moçambique	23.148	(8.336)	14.812	17.548	2.736	(876)	1.860
	280.396	(166.842)	113.554	156.559	43.005	(10.930)	32.075
Lojas do setor da Distribuição							
Angola	101.584	(27.872)	73.712	89.499	15.787	(3.947)	11.840
	101.584	(27.872)	73.712	89.499	15.787	(3.947)	11.840
Lojas do setor Automóvel							
Angola	89.062	(41.738)	47.324	63.189	15.865	(3.966)	11.899
	89.062	(41.738)	47.324	63.189	15.865	(3.966)	11.899
	471.042	(236.452)	234.590	309.247	74.657	(18.843)	55.814

As aquisições realizadas em ativos fixos tangíveis no período findo em 31 de dezembro de 2021 respeitam, essencialmente, a equipamentos.

Em 31 de dezembro de 2021 o montante dos ativos fixos tangíveis em curso é, essencialmente, relativo a edifícios e outras construções em curso e equipamentos.

21 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 o movimento ocorrido nas propriedades de investimento foi o seguinte:

	2021	2020
Saldo inicial	234.235	208.478
Aumentos / alienações	11.898	21.282
Variação no justo valor (Nota 8 e 13)	8.455	32.975
Ajustamentos de conversão cambial	15.813	(28.500)
Variação no perímetro (Nota 5)	907	-
Saldo final	271.308	234.235

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a variação de justo valor nas propriedades de investimento por geografia foi o seguinte:

	2021	2020
Portugal	18.616	18.838
Angola	(9.552)	14.238
Moçambique	(609)	(101)
	8.455	32.975

Os rendimentos obtidos com propriedades de investimento ascenderam a 2.735 milhares de euros no período findo em 31 de dezembro de 2021 (2.913 milhares de euros em 31 de dezembro de 2020). As despesas operacionais diretas com propriedades de investimento no período findo em 31 de dezembro de 2021 ascenderam a 1.034 milhares de euros (1.269 milhares de euros em 31 de dezembro de 2020).

O justo valor de cada propriedade de investimento em exploração é periodicamente determinado através de avaliações, efetuadas por entidades especializadas e independentes e de acordo com metodologias de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário, nomeadamente os métodos do rendimento, de comparativos de mercado ou de custo de reposição, dependendo das situações concretas de cada imóvel.

Demonstrações Financeiras Consolidadas 2021

Os principais pressupostos e métodos inerentes às avaliações de suporte ao valor de mercado das propriedades de investimento foram os seguintes:

- Yield: – Portugal entre 4% e 10%;
- Média do método comparativo e de múltiplos de rendimento;
- Média do método comparativo e do custo.

A IAS 40 – Propriedades de investimento (“IAS 40”) não exige que se determine o justo valor das propriedades de investimento na base de uma valorização por um avaliador independente. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 todas as propriedades de investimento foram avaliadas por avaliadores independentes e com qualificação profissional relevante e reconhecida e com experiência recente na localização e na categoria da propriedade de investimento valorizadas.

Estes avaliadores utilizaram metodologias correntes neste mercado, o qual prevê a utilização do método do rendimento, do custo de reposição ou de comparativos de mercado, consoante as situações concretas de cada imóvel. Tendo em consideração que os ativos se encontram locados, foi utilizado o método do rendimento, tendo igualmente em consideração os restantes métodos para avaliar a razoabilidade dos resultados atingidos por aquele método. Segundo este método, foram utilizados os rendimentos dos atuais contratos nas circunstâncias atuais e, findo o período daqueles contratos, a utilização de uma yield adaptada a cada um dos imóveis.

22 - DIREITOS DE USO

Durantes os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 o movimento ocorrido na rubrica de direito de uso pela aplicação da norma IFRS 16 é o seguinte:

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros	Total
Ativo bruto:						
Saldo a 1 de janeiro de 2020	43.979	15.068	3.503	7	192	62.749
Aquisições	1.569	377	694	726	-	3.366
Alienações	-	(221)	(1.291)	-	(192)	(1.704)
Transferências e abates	(2.713)	(189)	(408)	-	-	(3.310)
Ajustamentos de conversão cambial	(2.593)	(678)	(161)	-	-	(3.432)
Saldo a 31 de dezembro de 2020	40.242	14.357	2.337	733	-	57.669
Aquisições	972	1.701	439	-	-	3.112
Transferências e abates	(3.578)	(10.893)	(223)	-	-	(14.694)
Ajustamentos de conversão cambial	1.104	35	2	-	-	1.141
Saldo a 31 de dezembro de 2021	38.740	5.200	2.555	733	-	47.228
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:						
Saldo a 1 de janeiro de 2020	7.887	12.018	1.172	1	68	21.146
Reforços	5.778	2.349	481	114	-	8.722
Alienações	-	(37)	(236)	-	(68)	(341)
Transferências e abates	(3.039)	(187)	(421)	-	-	(3.647)
Ajustamentos de conversão cambial	(951)	(543)	(151)	-	-	(1.645)
Saldo a 31 de dezembro de 2020	9.675	13.600	845	115	-	24.235
Reforços	4.559	723	416	194	-	5.892
Transferências e abates	(2.115)	(11.781)	(218)	-	-	(14.114)
Ajustamentos de conversão cambial	434	39	2	-	-	475
Saldo a 31 de dezembro de 2021	12.553	2.581	1.045	309	-	16.488
Valor líquido:						
Em 31 de dezembro de 2020	30.567	757	1.492	618	-	33.434
Em 31 de dezembro de 2021	26.187	2.619	1.510	424	-	30.740

23 - INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

As empresas associadas e empreendimentos conjuntos que, em 31 de dezembro de 2021 foram registradas pelo método de equivalência patrimonial, são as seguintes:

<u>Denominação social</u>	<u>Sede</u>	<u>% Participação efetiva</u>
ADOQUINES VARGAS, (ADOQUINVAR), C.A.	Instalaciones de Bolivariana de Puertos Puerto de La Guaira – Parroquia Maiquetia Municipio Vargas del Estado Vargas	49,00%
ADVANTAGE - Distribuição de Seguros, Lda	Av. Almirante Gago Coutinho nº164, 1700-033 Lisboa	50,00%
ALVORADA PETRÓLEO, S.A.	Rua Paraíba, nº 1000, sala 1518 15º andar – Bairro Funcionário Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil	43,21%
CAIS DE CRUZEIROS 2ª FASE, A.C.E.	Rua da Tapada da Quinta de Cima - Linhó – Sintra	16,94%
CONBATE, A.C.E.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	20,00%
CONSÓRCIO PUENTE DAULE GUAYAQUIL	Av. Francisco de Orellana, Kilometro uno e medio (1,5) y Juan Tanca Marengo, Edificio Cofin, piso seis (6) Guayaquil, Equador	20,00%
CONSORCIO MINERO LUSO VARGAS C.A. (CONLUVAR)	Av. Venezuela com Calle Mohedano, Torre JWM, Piso 5, Of. 5-2, Urb El Rosal – Caracas – Venezuela	49,00%
CONSORCIO OPSUT 2010	Calle 4, Casa nº 4, Urbanizacion Los Laureles, Valle de la Pascoa - Venezuela	51,00%
DOURO LITORAL, A.C.E.	Tower Plaza, Rotunda Edgar Cardoso, nº 23, 12º andar, sala F - Vila Nova de Gaia	40,00%
METROLIGEIRO - Construção de Infraestruturas, A.C.E.	Rua Abranches Ferrão, nº 10 – 5º F - Lisboa	26,80%
MESOFER, A.C.E.	Rua Mário Dionísio, nº 2 , 2799-557 Linda-a-Velha	24,73%
TEIXEIRA DUARTE - SOPOL - Metro Superfície, A.C.E.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	57,30%
TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	50,00%
TDGISERV Services, LLC	PO Box 7098, Doha - Qatar	49,00%
TRÊS PONTO DOIS – Trabalhos Gerais de Construção Civil, Via e Catenária de Modernização da Linha do Norte, A.C.E.	Av. das Forças Armadas, 125 - 2º C - Lisboa	50,00%

Demonstrações Financeiras Consolidadas 2021

Os investimentos em empresas associadas e empreendimentos conjuntos tiveram os seguintes movimentos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	Partes de capital	Goodwill	Total
Saldo a 1 de janeiro de 2020	22.235	-	22.235
Efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial:			
- no resultado do período (Nota 14)	576	-	576
- em capital próprio	234	-	234
Dividendos	(407)	-	(407)
Outros	(141)	-	(141)
Ajustamentos de conversão cambial	(3.634)	-	(3.634)
Saldo a 31 de dezembro de 2020	18.863	-	18.863
Saldo a 1 de janeiro de 2021	18.863	-	18.863
Efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial:			
- no resultado do período (Nota 14)	106	-	106
- em capital próprio	(2)	-	(2)
Outros	(323)	-	(323)
Dividendos	(18)	-	(18)
Ajustamentos de conversão cambial	281	-	281
Variação no perímetro a)	(9.999)	-	(9.999)
Saldo a 31 de dezembro de 2021	8.908	-	8.908

a) Em 31 de dezembro de 2021, a IMOC – Empreendimentos Imobiliários, S.A. passou a ser consolidada pelo método integral, enquanto que, em 31 de dezembro de 2020 foi consolidada pelo método de equivalência patrimonial.

O detalhe dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é como se segue:

	2021			2020		
	Partes de capital	Goodwill	Valor da posição financeira	Partes de capital	Goodwill	Valor da posição financeira
Associadas e empreendimentos conjuntos						
TDE - Empreendimentos Imobiliários, SA	3.495	-	3.495	3.512	-	3.512
TDGISERV Services, LLC	3.000	-	3.000	2.623	-	2.623
Douro Litoral, ACE	1.448	-	1.448	1.506	-	1.506
Consórcio Puente Daule Guayaquil	698	-	698	658	-	658
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	-	-	-	9.999	-	9.999
Outros	267	-	267	565	-	565
	8.908	-	8.908	18.863	-	18.863

As referidas participações estão relevadas pelo método da equivalência patrimonial que, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, teve os seguintes impactos:

	2021			
	Ganhos e perdas em empresas associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 14)	Ajustamentos de partes de capital	Dividendos	Total
Associadas e empreendimentos conjuntos				
Alvorada Petróleo, S.A.	(33)	-	-	(33)
Consórcio Puente Daule Guayaquil	(14)	-	(18)	(32)
TDE - Empreendimentos Imobiliários, SA	(18)	-	-	(18)
TDGISERV Services, LLC	149	3	-	152
Outros	22	(5)	-	17
	106	(2)	(18)	86

Demonstrações Financeiras Consolidadas 2021

2020				
Associadas e empreendimentos conjuntos	Ganhos e perdas em empresas associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 14)	Ajustamentos de partes de capital	Dividendos	Total
Alvorada Petróleo, S.A.	(18)	201	-	183
Consórcio Puente Daule Guayaquil	137	-	(407)	(270)
IMOC - Empreendimentos Imobiliários,	(131)	-	-	(131)
TDE - Empreendimentos Imobiliários, SA	(3)	-	-	(3)
TDGISERV Services, LLC	540	(57)	-	483
Outros	51	90	-	141
	576	234	(407)	403

A principal informação financeira a respeito das empresas associadas e empreendimentos conjuntos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é a seguinte:

	Ativos totais		Passivos totais		Ativos líquidos totais		Quota parte do Grupo nos ativos líquidos	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Alvorada Petróleo, S.A.	1.006	1.074	656	651	350	423	151	183
Consórcio Puente Daule Guayaquil	35.302	33.910	31.810	30.619	3.492	3.291	698	658
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	-	21.138	-	1.288	-	19.850	-	9.999
TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	18.482	19.385	11.493	11.332	6.989	8.053	3.495	3.512
TDGISERV Services, LLC	13.755	9.488	7.633	4.134	6.123	5.354	3.000	2.623
Outros	10.985	10.938	6.987	6.531	3.997	4.407	1.564	1.888
	79.530	95.933	58.579	54.555	20.951	41.378	8.908	18.863

24 - OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 o detalhe dos outros investimentos financeiros era como se segue:

	2021		2020	
	Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral:				
Aginyo Inversiones Y Gestiones Inmobiliarias S.L.	8.955	-	8.873	-
Banco Comercial Português, S.A.	939	-	821	-
Kuikila Investments, Lda.	542	-	397	-
Matacouro de Macau, S.A.R.L.	317	-	317	-
ILTA - Urbanizadora da Ilha de Tavira, S.A.	78	-	79	-
Macau CPM Holdings	72	-	150	-
EIA - Ensino, Investigação e Administração, S.A.	25	-	624	-
Outros	515	10	377	10
	11.443	10	11.638	10
Ativos financeiros ao custo amortizado:				
Titulos da Dívida Pública do Governo República Popular de Angola	2.752	-	2.569	-
	2.752	-	2.569	-
	14.195	10	14.207	10

Para a participação detida no Banco Comercial Português, S.A. o justo valor deste ativo foi aferido através da cotação de mercado.

Relativamente à participação na empresa Aginyo Inversiones y Gestiones Inmobiliarias S.L. o seu justo valor foi determinado por uma avaliação independente realizada no período findo em 31 de dezembro de 2021.

Para os restantes ativos financeiros acima indicados (ações em empresas não cotadas) o Conselho de Administração do Grupo entendeu que o seu custo de aquisição, deduzido se necessário das respetivas perdas por imparidade correspondia à melhor estimativa do seu justo valor em 31 de dezembro de 2021.

Demonstrações Financeiras Consolidadas 2021

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 o movimento ocorrido nos outros investimentos financeiros foi o seguinte:

	2021		2020	
	Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes
Saldo inicial	14.207	10	18.672	10
Aumentos	175	-	13	-
Variação de justo valor	118	-	(686)	-
Outras variações	(678)	-	(86)	-
Ajustamentos de conversão cambial	373	-	(3.706)	-
Saldo final	14.195	10	14.207	10

25 - ATIVOS E PASSIVOS DETIDOS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 os ativos e passivos detidos para venda têm o seguinte detalhe:

	2021	2020
Ativos detidos para venda:		
<i>Goodwill</i>	-	1.979
Ativos intangíveis	8	-
Ativos fixos tangíveis	171	441
Propriedades de investimento	28.400	30.548
Ativos por impostos diferidos	467	-
Inventários	-	199
Clientes	55	115
Outros créditos a receber	-	5
Caixa e equivalentes a caixa	10	24
Outros ativos	169	1.586
Total ativos detidos para venda	29.280	34.897
Passivos detidos para venda:		
Financiamentos Obtidos	17.701	21.698
Passivos por impostos diferidos	-	(1.848)
Responsabilidades com locações	2.436	2.417
Fornecedores	256	212
Outras dívidas a pagar	982	634
Outros passivos	950	448
Total passivos detidos para venda	22.325	23.561
Total líquido	6.955	11.336

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 está classificada como “Ativos e Passivos Detidos para Venda” a empresa Bonaparte – Imóveis Comerciais e Participações, S.A..

26 - IMPOSTOS DIFERIDOS

Todas as situações que possam vir a afetar significativamente os impostos futuros encontram-se relevadas por via da aplicação do normativo dos impostos diferidos.

Demonstrações Financeiras Consolidadas 2021

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	2021							Saldo final
	Saldo inicial	Constituição			Reversão		Efeito cambial e ajustamentos	
		Varição no perímetro (Nota 5)	Resultado líquido (Nota 15)	Capital próprio (Nota 15)	Resultado líquido (Nota 15)	Capital próprio (Nota 15)		
Ativos por impostos diferidos:								
Imparidades de inventários	670	-	172	-	(217)	-	(29)	596
Imparidades de clientes	1.847	(9)	3.684	-	(554)	-	(104)	4.864
Imparidades de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	106.577	-	-	133	-	(25)	-	106.685
Crédito dupla tributação internacional	12.546	-	1.275	-	(64)	-	(1.588)	12.169
Prejuízos fiscais reportáveis	12.180	95	20.020	-	(3.705)	-	(4.130)	24.460
Provisão para prejuízos em obras	2.285	-	362	-	(1.854)	-	101	894
Outros	9.661	(100)	7.222	11	(2.046)	-	1.776	16.524
	145.766	(14)	32.735	144	(8.440)	(25)	(3.974)	166.192
Passivos por impostos diferidos:								
Ganhos tributados em períodos futuros	521	-	37	-	(138)	-	(106)	314
Propriedades de investimento	12.769	838	13	-	(3.387)	-	4.262	14.495
Reavaliações de ativos fixos tangíveis	63.916	-	87	-	(3.623)	-	15.331	75.711
Outros	6.960	(32)	80	-	(2.024)	-	7.373	12.357
	84.166	806	217	-	(9.172)	-	26.860	102.877

	2020							Saldo final
	Saldo inicial	Constituição		Reversão		Efeito cambial e ajustamentos		
		Resultado líquido (Nota 15)	Capital próprio (Nota 15)	Resultado líquido (Nota 15)	Capital próprio (Nota 15)			
Ativos por impostos diferidos:								
Imparidades de inventários	2.446	325	-	(2.098)	-	(3)	670	
Imparidades de clientes	1.267	586	-	(3)	-	(3)	1.847	
Imparidades de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	106.424	-	154	-	-	(1)	106.577	
Crédito dupla tributação internacional	10.079	1.404	-	-	-	1.063	12.546	
Prejuízos fiscais reportáveis	15.985	6.120	-	(223)	-	(9.702)	12.180	
Provisão para prejuízos em obras	978	1.573	-	(293)	-	27	2.285	
Outros	10.814	3.126	-	(2.231)	(46)	(2.002)	9.661	
	147.993	13.134	154	(4.848)	(46)	(10.621)	145.766	
Passivos por impostos diferidos:								
Ganhos tributados em períodos futuros	72	153	-	(141)	-	437	521	
Propriedades de investimento	20.598	734	-	(20)	-	(8.543)	12.769	
Reavaliações de ativos fixos tangíveis	80.282	80	18.843	(2.526)	-	(32.763)	63.916	
Outros	10.720	852	-	(1.322)	(53)	(3.237)	6.960	
	111.672	1.819	18.843	(4.009)	(53)	(44.106)	84.166	

Demonstrações Financeiras Consolidadas 2021

De acordo com as declarações fiscais das empresas que registam ativos por impostos diferidos por prejuízos fiscais, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os mesmos eram reportáveis como se segue:

	2021			2020		
	Prejuízo fiscal registrado	Ativo por imposto diferido	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal registrado	Ativo por imposto diferido	Data limite de utilização
Gerado em 2015	259	88	2029	2.771	942	2029
Gerado em 2016	31.096	6.702	2030	31.106	6.720	2030
Gerado em 2017	17	4	2024	17	3	2024
Gerado em 2019	145	45	2026	7.190	2.396	2026
Gerado em 2020	7.402	2.357	2032	6.636	2.119	2030
Gerado em 2021	70.712	15.264	2033	-	-	-
	109.631	24.460		47.720	12.180	

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 os prejuízos e créditos fiscais que por prudência não foram registrados como ativos por impostos diferidos, são detalhados como segue:

	2021			2020		
	Prejuízo fiscal registrado	Ativo por imposto diferido	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal registrado	Ativo por imposto diferido	Data limite de utilização
Gerado em 2017	566	142	2024	662	165	2024
Gerado em 2018	12.569	3.142	2025	15.728	3.932	2025
Gerado em 2019	28.251	7.063	2026	34.677	8.669	2026
Gerado em 2020	15.670	3.918	2032	11.769	2.942	2030
Gerado em 2021	5.440	1.360	2033	-	-	-
	62.496	15.625		62.836	15.708	

Relativamente aos ativos por impostos diferidos, os mesmos só são registrados na medida em que se considera provável que venham a existir lucros tributáveis em períodos de tributação futuros que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócios das empresas do Grupo, periodicamente revistos e atualizados, e nas perspectivas de geração de resultados tributáveis.

27 - CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Corrente		Não corrente	
	2021	2020	2021	2020
Cientes:				
Cientes	255.286	214.933	142	12.489
Perdas por imparidade	(105.095)	(63.291)	-	-
	150.191	151.642	142	12.489
Outros créditos a receber:				
Pessoal	335	536	-	-
Outros devedores	38.680	31.722	12.186	10.986
	39.015	32.258	12.186	10.986
Perdas por imparidade	(1.280)	(791)	-	-
	37.735	31.467	12.186	10.986

Demonstrações Financeiras Consolidadas 2021

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade de contas a receber, foram os seguintes:

Perdas por imparidade acumuladas a clientes e outros créditos a receber:	
Saldo a 31 de dezembro de 2019	65.000
Reforços	8.326
Reversões	(198)
Regularizações	(2.388)
Ajustamentos de conversão cambial	(6.658)
Saldo a 31 de dezembro de 2020	64.082
Reforços a)	24.667
Reversões	(1.462)
Regularizações	15.540
Ajustamentos de conversão cambial	3.682
Varição no perímetro	(134)
Saldo a 31 de dezembro de 2021	106.375

a) No período de 2021, os reforços de perdas por imparidade estão influenciados pelo reconhecimento de perdas decorrentes de factos extraordinários verificados na Venezuela e na Argélia, no montante global de 19.930 milhares de euros.

Reconciliação de perdas por imparidade acumuladas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	2021	2020
Perdas por imparidade acumuladas reconhecidas segundo IAS 39	100.455	59.018
Perdas por imparidade acumuladas reconhecidas segundo IFRS 9	5.920	5.064
	106.375	64.082

A exposição do Grupo ao risco de crédito (Nota 41) é atribuível às contas a receber da sua atividade operacional. Os saldos apresentados na demonstração da posição financeira encontram-se líquidos de perdas por imparidade resultantes de cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica.

O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico das contas a receber corresponde à melhor estimativa do seu justo valor.

O Grupo não tem uma concentração significativa de riscos de crédito, dado que o mesmo se encontra diluído por um vasto conjunto de clientes e outros devedores.

28 - PARTES RELACIONADAS

As transações e saldos entre a “TD, S.A.” e as empresas do Grupo incluídas no perímetro de consolidação, que são partes relacionadas, foram eliminados no processo de consolidação, não sendo alvo de divulgação na presente nota. Os saldos e transações entre o Grupo e as empresas associadas e empreendimentos conjuntos, relacionadas e indivíduos com poder de voto significativo com empresas próprias, estão detalhados abaixo.

Os termos ou condições praticados entre estas relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Demonstrações Financeiras Consolidadas 2021

Os principais saldos com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 podem ser detalhados como se segue:

	Saldos a receber		Saldos a pagar		Empréstimos concedidos		Outros saldos	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Adoquines Vargas, (ADOQUINVAR), C.A.	27	-	-	-	3	1	-	-
Bonaparte - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	51	38	-	-	415	477	561	605
Caais de Cruzeiros 2ª Fase, ACE	-	-	4	4	-	-	-	-
CINTEL - Construção Interceptor Esgotos, S.A.	-	46	-	-	-	4	-	-
Conbate, ACE	8	13	4	1	69	-	-	-
Consórcio Puente Daule Guayaquil	-	-	-	-	-	-	12	6
D.L.O.E.A.C.E. – Douro Litoral Obras Especiais, ACE	-	-	10	2	-	-	-	-
Douro Litoral, ACE	1	8	43	41	-	-	85	(3)
EIA - Ensino e Investigação e Administração, S.A.	-	-	(3)	-	-	-	9	9
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	-	482	-	59	-	-	-	(3.102)
Kuikila, Investments, Lda.	-	-	-	-	-	-	68	-
Mesofer, ACE	386	641	-	-	-	-	-	-
Metroligeiro - Construção de Infraestruturas, ACE	9	32	-	-	11	11	-	-
Nova Estação, ACE	-	286	-	88	-	6	-	-
Promociones Inmobiliárias 3003, C.A.	-	-	-	-	55	-	347	427
TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	241	242	-	-	5.890	5.890	-	-
TDGISERV Services, LLC	92	-	66	-	-	-	(439)	(774)
TDHOSP - Gestão Hospitalar, S.A.	216	180	-	-	-	-	-	-
Teixeira Duarte - SOPOL - Metro Superfície, ACE	7	7	55	55	-	-	-	-
Três Ponto Dois - Trabalhos Gerais de Construção Civil, Via e Catenária de Modernização da Linha do Norte, ACE	-	-	-	35	-	-	-	-
	1.038	1.975	179	285	6.443	6.389	643	(2.832)

As principais transações realizadas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 com entidades relacionadas foram como se segue:

	Vendas e prestações de serviços		Compras e serviços obtidos		Juros debitados	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
AEBT - Auto-Estradas do Baixo Tejo, S.A.	33	46	-	-	-	-
Bonaparte - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	540	577	-	-	15	2
Conbate, ACE	140	109	4	-	-	-
Consórcio Puente Daule Guayaquil	-	594	-	-	-	-
Douro Litoral, ACE	34	80	1	7	-	-
EIA - Ensino e Investigação e Administração, S.A.	-	-	4	-	-	-
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	-	677	-	87	-	-
Mesofer, ACE	7.714	9.339	8	-	8	-
Metroligeiro - Construção de Infraestruturas, ACE	-	-	-	7	-	-
Nova Estação, ACE	-	19	-	-	-	-
TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	17	57	-	-	-	-
TDGISERV Services, LLC	139	101	-	-	-	-
TDHOSP - Gestão Hospitalar, S.A.	2.419	2.598	122	199	3	114
	11.036	14.197	139	300	26	116

As remunerações dos membros dos órgãos sociais da “TD, S.A.”, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foram as seguintes:

	2021	2020
Administradores executivos:		
Benefícios de curto prazo	721	918
Conselho fiscal:		
Benefícios de curto prazo	66	66
Revisor oficial de contas:		
Benefícios de curto prazo	61	61
	848	1.045

Demonstrações Financeiras Consolidadas 2021

As remunerações dos membros da alta direção da “TD, S.A.”, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foram as seguintes:

	2021	2020
Alta direção:		
Benefícios de curto prazo	5.962	6.393
	5.962	6.393

29 - NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	2021	2020
Depósitos à ordem	62.461	71.519
Depósitos a prazo	29.457	43.832
Numerário	930	864
	92.847	116.215

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria com vencimento a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

Fluxos das atividades de investimento

Os recebimentos provenientes de investimentos financeiros nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 respeitam à alienação de partes de capital nas seguintes entidades:

	2021	2020
Lagoas Park, S.A.	1.825	-
	1.825	-

O valor recebido pela alienação da participação na Lagoas Park, S.A., corresponde a parte do “*Earn Out*” estipulado na escritura de venda de 2018.

Os pagamentos respeitantes a investimentos financeiros nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 respeitam à aquisição de partes de capital nas seguintes entidades:

	2021	2020
Advantage - Distribuição de Seguros, Lda	3	-
Associação Built Colab - Collaborative Laboratory For The Furture Built Environment	-	13
	3	13

Os dividendos recebidos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foram como se segue:

	2021	2020
AEBT - Vias do Baixo Tejo, S.A.	1.773	311
Macau CPM Holdings	707	1.114
Consórcio Puente Daule Guayaquil	18	407
TDHOSP - Gestão de Edifício Hospital, S.A.	-	370
	2.498	2.202

30 - OUTROS ATIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 os outros ativos correntes e não correntes decompõem-se da seguinte forma:

	Correntes		Não correntes	
	2021	2020	2021	2020
Estado e outros entes públicos:				
Imposto sobre o Valor Acrescentado	15.844	9.312	-	-
Outros	745	605	-	-
	16.589	9.917	-	-
Empresas associadas, participadas e outros acionistas:				
Empresas associadas	1.156	5.915	4.900	-
Empresas participadas	-	717	-	-
Outros acionistas	1.695	1.078	-	-
	2.851	7.710	4.900	-
Acréscimos de rendimentos:				
Juros a receber	52	73	-	-
Valores a faturar (Nota 31) a)	54.555	109.427	-	-
Outros acréscimos de rendimentos	2.572	7.517	-	-
	57.179	117.017	-	-
Gastos diferidos:				
Seguros pagos antecipadamente	2.854	1.528	-	-
Juros a pagar	329	6	-	-
Outros gastos diferidos	9.821	11.354	-	-
	13.004	12.888	-	-
Outros ativos:				
Adiantamentos a fornecedores	9.727	8.685	-	-
Outros	5	-	-	-
	9.732	8.685	-	-
	99.355	156.217	4.900	-

a) A rubrica “Valores a faturar” registou uma redução de 54.872 milhares de euros, que inclui o desreconhecimento de acréscimos de rendimentos de seis empreitadas suspensas na Argélia, no montante de 73.256 milhares de euros.

31 - CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os gastos e os rendimentos reconhecidos relativos a contratos de construção em curso, são como segue:

	2021	2020
Rendimentos líquidos:		
Faturação emitida	362.454	328.558
Variação de:		
Rendimentos diferidos - obras (Nota 39)	(6.702)	8.648
Acréscimos de rendimentos - obras (Nota 30)	(54.872)	560
	300.880	337.766
Gastos líquidos:		
Gastos faturados	394.037	333.112
Variação de:		
Provisões para garantias (Nota 36)	(2.184)	(2.236)
Provisões para perdas futuras (Nota 36)	(6.547)	1.496
	385.306	332.372
Resultados apurados (Nota 7):	(84.426)	5.394

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, as retenções efetuadas por clientes relativas a contratos de construção ascendiam a 10.590 milhares de euros e 6.317 milhares de euros, respetivamente.

32 - CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 o capital subscrito e realizado estava representado por 420.000.000 ações com o valor nominal de 0,50 euro cada.

Em 31 de dezembro de 2021 a TEIXEIRA DUARTE 1886, S.A. (anteriormente designada TEIXEIRA DUARTE – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.) detinha, diretamente, 168.550.000 ações representativas do capital da Teixeira Duarte, S.A., correspondentes a 40,1% do respetivo capital social (em 31 de dezembro de 2020 eram detidas, diretamente, 180.600.000 ações representativas do capital da Teixeira Duarte, S.A., correspondentes a 43% do respetivo capital social).

33 - RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Reserva legal: De acordo com a legislação em vigor, a Empresa é obrigada a transferir para reserva legal pelo menos 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja, no mínimo, 20% do capital. Esta reserva não é distribuível aos acionistas, podendo contudo ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reserva de justo valor – Investimentos financeiros: A reserva de justo dos investimentos financeiros reflete as variações de justo valor dos ativos financeiros registados ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral e não é passível de ser distribuída ou utilizada para observar prejuízos.

Reserva de reavaliação – Imóveis: Esta reserva não pode ser distribuída, excepto se se encontrar realizada ou se os respetivos bens objeto de reavaliação tiverem sido alienados.

Outras reservas: As outras reservas são disponíveis para distribuição, nos termos e limites constantes do Código das Sociedades Comerciais.

34 - INTERESSES NÃO CONTROLADOS

Os movimentos desta rubrica durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foram os seguintes:

	2021	2020
Saldo inicial	28.673	36.585
Dividendos	(939)	(203)
Outras variações de capital próprio das empresas participadas	753	2.470
Reavaliação de ativos fixos tangíveis	-	2.038
Resultado líquido do período atribuível aos interesses não controlados	1.518	(607)
Ajustamentos de conversão cambial	3.356	(11.610)
Aquisição de interesses não controlados	(14.254)	-
Saldo final	19.107	28.673

35 – FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 os empréstimos obtidos eram como se segue:

	2021	2020
Passivos não correntes:		
Empréstimos bancários	309.654	347.606
Papel comercial	297.600	349.500
	607.254	697.106
Passivos correntes:		
Empréstimos bancários	118.376	60.235
Papel comercial	53.000	11.950
Empréstimos obrigacionistas	-	5.100
	171.376	77.285
	778.630	774.391

a) Empréstimos bancários

Em 31 de dezembro de 2021 os empréstimos bancários internos, os descobertos bancários e as contas correntes caucionadas venciam juros à taxa média anual ponderada de 2,41% (2,18% em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021 os empréstimos bancários mais significativos contratados pelo Grupo, correspondem essencialmente a:

Geografia	Banco	Tipo Financiamento	Data Contrato	Data Vencimento	Moeda	Montante Moeda	Montante (€)
Portugal	Banco Português de Investimento	Conta Caucionada	21-12-1998	31-12-2033	EUR	1.000	1.000
Portugal	Novo Banco	Descoberto Autorizado	01-02-2007	31-12-2033	EUR	8.774	8.774
Portugal	Banco Comercial Português	Empréstimo	05-01-2009	17-06-2035	EUR	145.181	145.181
Portugal	Banco Santander	Conta Caucionada	31-10-2012	31-12-2033	EUR	5.039	5.039
Angola	Banco Millennium Atlântico	Conta Caucionada	29-11-2012	31-12-2022	AON	195.176	307
Angola	Banco de Fomento Angola	Conta Caucionada	27-03-2013	31-12-2022	AON	1.960.020	3.083
Portugal	Banco Comercial Português	Conta Caucionada	27-06-2014	31-12-2033	EUR	4.825	4.825
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Empréstimo	22-09-2014	01-06-2034	EUR	85.869	85.869
Portugal	Banco BIC	Conta Caucionada	06-08-2015	31-12-2033	EUR	19.605	19.605
Portugal	Novo Banco	Empréstimo	30-12-2015	01-06-2022	EUR	21.604	21.604
Angola	Banco BIC	Conta Caucionada	01-01-2016	31-12-2022	AON	225.056	354
Portugal	Banco Português de Investimento	Empréstimo	05-07-2016	05-05-2023	EUR	5.337	5.337
Portugal	Banco Comercial Português	Empréstimo	12-08-2016	30-12-2033	EUR	8.643	8.643
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Empréstimo	12-08-2016	30-12-2033	EUR	6.101	6.101
Portugal	Novo Banco	Empréstimo	12-08-2016	30-12-2033	EUR	8.233	8.233
Portugal	Banco BAI Europa	Empréstimo	22-09-2016	30-10-2023	USD	759	670
Portugal	Banco Comercial Português	Empréstimo	27-11-2017	30-12-2033	EUR	32.015	32.015
Portugal	Banco Comercial Português	Empréstimo	16-01-2018	31-12-2033	EUR	3.833	3.833
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Empréstimo	30-01-2018	15-12-2022	EUR	2.690	2.690
Portugal	Banco Comercial Português	Empréstimo	30-01-2018	30-01-2023	EUR	7.147	7.147
Portugal	Banco Comercial Português	Descoberto Autorizado	24-04-2018	31-12-2033	EUR	3.414	3.414
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Empréstimo	15-12-2018	15-06-2022	EUR	828	828
Brasil	Banco Bradesco	Empréstimo	27-06-2019	30-04-2022	BRL	35.242	5.585
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Empréstimo	25-07-2019	31-12-2022	EUR	2.439	2.439
Brasil	Sandvik credit	Empréstimo	29-08-2019	02-08-2023	EUR	266	266
Brasil	Sandvik credit	Empréstimo	17-10-2019	19-09-2023	EUR	331	331
Brasil	Sandvik credit	Empréstimo	19-10-2019	19-09-2023	EUR	742	742
Brasil	Sandvik credit	Empréstimo	22-10-2019	23-09-2023	EUR	674	674
Brasil	Sandvik credit	Empréstimo	01-11-2019	04-10-2023	EUR	371	371
Brasil	Banco Itaú	Empréstimo	27-12-2019	30-09-2022	BRL	16.495	2.614
Portugal	Banco BIC	Empréstimo	02-01-2020	02-07-2025	EUR	4.967	4.967
Portugal	Novo Banco	Empréstimo	09-03-2020	31-12-2022	EUR	6.589	6.589
Portugal	Sandvik credit	Empréstimo	06-04-2020	30-11-2024	EUR	981	981
Angola	Banco BIC	Conta Caucionada	02-06-2020	31-12-2022	AON	2.295.061	3.610
Portugal	Nordea Bank Abp	Empréstimo	24-06-2020	26-06-2025	EUR	583	583
Angola	Banco BAI Europa	Empréstimo	31-07-2020	31-07-2027	AON	1.523.259	2.396
Portugal	Banco Comercial Português	Empréstimo	01-11-2020	01-11-2024	EUR	15.397	15.397
Brasil	Banco Bradesco	Empréstimo	08-11-2021	09-10-2023	BRL	15.352	2.433
Portugal	Diversos	Outros financiamentos	-	-	EUR	231	228
Portugal	Diversos	Outros financiamentos	-	-	USD	3	3
Brasil	Diversos	Outros financiamentos	-	-	BRL	18.810	2.981
Espanha	Diversos	Outros financiamentos	-	-	EUR	125	125
Angola	Diversos	Outros financiamentos	-	-	AON	49.589	78
Colômbia	Diversos	Outros financiamentos	-	-	COP	391.381	85
							428.030

b) Papel comercial

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo tem negociado os seguintes programas de papel comercial:

Geografia	Banco	Tipo Financiamento	Renovação	Data Contrato	Data Vencimento	Spread	Moeda	Montante (€)
Portugal	Novo Banco	Papel Comercial	Trimestral	16-12-2005	15-12-2023	1,60%	EUR	35.000
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Papel Comercial	Trimestral	07-07-2010	31-12-2033	2,50%	EUR	20.550
Portugal	Novo Banco	Papel Comercial	Mensal	30-12-2013	31-12-2033	2,00%	EUR	180.350
Portugal	Novo Banco	Papel Comercial	Mensal	28-12-2015	15-06-2027	1,95%	EUR	95.000
Portugal	Novo Banco	Papel Comercial	Mensal	14-01-2016	31-12-2033	1,55%	EUR	15.200
Portugal	Banco BPI	Papel Comercial	Trimestral	30-01-2018	30-01-2024	1,00%	EUR	4.500
								350.600

Decorrente do compromisso de renovação sucessiva durante o período dos contratos programa, algumas emissões existentes em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 encontram-se classificadas como passivo não corrente.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 os empréstimos não correntes têm o seguinte plano de reembolso definido:

	2021	2020
2022	-	116.400
2023	63.276	43.373
2024	56.591	34.744
2025	45.869	38.786
2026	38.006	37.288
2027 e seguintes	403.512	426.515
	607.254	697.106

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 os financiamentos em moeda externa encontravam-se expressos nas seguintes moedas:

Divisa	2021		2020	
	Divisa	Euros	Divisa	Euros
Dólar Americano	762	673	1.207	984
Kwanza Angolano	6.248.161	9.828	6.619.105	8.304
Real Brasileiro	85.899	13.613	91.678	14.384
Peso Colombiano	391.381	85	-	-

Os financiamentos denominados em moeda externa vencem juros à taxa de mercado e foram convertidos para euros tomando por base a taxa de câmbio existente à data da posição financeira.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 apresentamos a reconciliação das alterações nas responsabilidades decorrentes da atividade de financiamento:

2021	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Moratória legal	Ajustamentos de	Saldo final
					conversão cambial	
Financiamentos obtidos	774.391	4.131.598	(4.130.496)	803	2.334	778.630
2020	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Moratória legal	Ajustamentos de	Saldo final
Financiamentos obtidos	811.903	4.036.107	(4.074.828)	9.509	(8.300)	774.391

36 - PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foi o seguinte:

	Outras relacionadas com o pessoal	Garantia a clientes (Nota 31)	Processos judiciais	Prejuízos em obras (Nota 31)	Outras provisões para riscos e encargos	Total
Saldo a 31 de dezembro de 2019	7.957	15.944	3.860	8.687	8.605	45.053
Utilizações	(4.610)	-	(7)	-	-	(4.617)
Reforços	1.617	328	506	7.246	1.412	11.109
Reduções	(568)	(1.807)	(873)	(2.387)	(1.119)	(6.754)
Transferências	-	-	-	(2.885)	2.868	(17)
Ajustamentos de conversão cambial	-	(757)	(472)	(478)	(1.739)	(3.446)
Saldo a 31 de dezembro de 2020	4.396	13.708	3.014	10.183	10.027	41.328
Utilizações	(2.699)	(35)	-	-	(476)	(3.210)
Reforços	4.850	1.762	968	3.528	3.801	14.909
Reduções a)	-	(4.147)	(777)	(10.167)	(849)	(15.940)
Transferências	-	-	29	-	(325)	(296)
Ajustamentos de conversão cambial	-	236	52	92	339	719
Variação no perímetro (Nota 5)	-	-	(2)	-	(445)	(447)
Saldo a 31 de dezembro de 2021	6.547	11.524	3.284	3.636	12.072	37.063

a) No período findo em 31 de dezembro de 2021, as reduções nas rubricas “Garantia a clientes” e “Prejuízos em obras” de 4.147 milhares de euros e 10.167 milhares de euros, respetivamente, são essencialmente justificadas pela suspensão da atividade das seis empreitadas na Argélia.

Os reforços e as reduções foram efetuados por contrapartida de:

	2021			2020		
	Reforços	Reduções	Total	Reforços	Reduções	Total
Resultado do período:						
Provisões	9.842	(15.549)	(5.707)	8.659	(5.680)	2.979
Gastos com o pessoal	4.945	(388)	4.557	2.385	(955)	1.430
Resultados relativos a associadas e empreendimentos conjuntos	-	(1)	(1)	61	(24)	37
Resultados relativos a outros investimentos	-	-	-	4	-	4
Outros gastos operacionais	122	(2)	120	-	(95)	(95)
	14.909	(15.940)	(1.031)	11.109	(6.754)	4.355

37 – FORNECEDORES, ADIANTAMENTOS DE CLIENTES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 estas rubricas tinham a seguinte composição:

	Correntes		Não correntes	
	2021	2020	2021	2020
Fornecedores conta corrente	135.977	106.197	-	-
Adiantamentos de clientes	161.382	126.088	37.229	57.091
Outras dívidas a pagar:				
Outros credores	28.458	15.970	24.196	5.367
	325.817	248.255	61.425	62.458

Demonstrações Financeiras Consolidadas 2021

38 - RESPONSABILIDADES COM LOCAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 o Grupo apresenta as seguintes maturidades referentes às responsabilidades com locações que decorrem da aplicação da norma IFRS 16:

	2021	2020
2021	-	6.157
2022	6.180	5.300
2023	5.461	4.628
2024	4.670	4.076
2025	4.250	3.892
Após 2025	12.095	11.277
	32.656	35.330
Responsabilidade com locações correntes	6.180	6.157
Responsabilidade com locações não correntes	26.476	29.173

39 - OUTROS PASSIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 estas rubricas tinham a seguinte composição:

	Correntes		Não correntes	
	2021	2020	2021	2020
Estado e outros entes públicos:				
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC	(2.791)	337	-	-
Retenções de Imposto sobre o Rendimento	3.956	1.834	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado	11.761	9.228	-	-
Contribuições para a Segurança Social	3.018	2.778	-	-
Outros	511	1.374	-	-
	16.455	15.551	-	-
Empresas associadas, participadas e outros acionistas:				
Empresas associadas	475	436	-	-
Empresas participadas	-	15	-	-
Outros acionistas	40	190	1.244	-
	515	641	1.244	-
Acréscimos de gastos:				
Seguros a liquidar	20	14	-	-
Remunerações a liquidar	13.760	10.281	-	-
Juros a liquidar	723	3.393	-	-
Outros gastos a pagar	31.567	27.447	-	-
	46.070	41.135	-	-
Rendimentos diferidos:				
Trabalhos faturados não executados (Nota 31)	28.649	21.947	-	-
Outros rendimentos diferidos	4.722	12.589	-	-
	33.371	34.536	-	-
Outros passivos:				
Adiantamentos por conta de vendas	-	26	-	-
Outros passivos	52	-	-	-
	52	26	-	-
	96.463	91.889	1.244	-

40 - PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

Na sequência de diversas inspeções aos períodos de 2008 a 2013, realizadas pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) aos elementos contabilísticos da TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., sociedade detida diretamente a 100% do seu capital social pela “TD, SA”, foram efetuadas as seguintes correções aos prejuízos fiscais inicialmente apurados por esta participada:

Período	Prejuízo fiscal apurado	Correção da AT
2008	36.573	611
2011	12.779	3.213
2012	13.294	2.299
2013	26.221	5.000

Infra apresenta-se a natureza das correções efetuadas:

1. Encargos financeiros não aceites

Com exceção das situações elencadas nos pontos seguintes, as correções resultam da desconsideração, como gasto fiscal, dos encargos financeiros suportados com o investimento realizado em empresas participadas sob a forma de prestações acessórias sujeitas ao regime das prestações suplementares.

Dado que a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. se encontra tributada em IRC segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (artigo 69.º e seguintes do Código do IRC), as correções aos prejuízos fiscais dos períodos de 2009 a 2011 foram objeto de Demonstrações de Liquidação de IRC e juros compensatórios emitidas à sociedade dominante naqueles períodos – TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A. – que as contestou judicialmente.

A correção relativa ao período de 2012 foi objeto de liquidação adicional à sociedade dominante daquele período, a “TD, S.A.”, tendo a mesma entregue contestação nos prazos legais.

Com referência a esta correção, e tendo por base argumentos de suporte fundamentalmente idênticos por parte da AT, informa-se que a TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A. obteve em 2021 desfecho favorável no âmbito do IRC dos anos de 2008, 2009 e 2010, por Acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo e Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, esperando-se idêntica conclusão nos restantes períodos em disputa.

2. Aplicação do artigo 51.º do Código do IRC

A correção ao prejuízo fiscal apurado no período de 2013 respeita integralmente à aplicação incorreta, segundo a AT, do artigo 51.º do Código do IRC. Esta correção foi objeto de impugnação judicial pela “TD, S.A.” na qualidade de sociedade dominante.

3. Eliminação da dupla tributação económica – rendimentos distribuídos pelo Fundo TDF

A correção ao prejuízo fiscal de 2008 respeita integralmente, segundo a AT, à aplicação indevida do n.º 10 do artigo 22.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF) à distribuição de rendimentos por parte do Fundo de Investimento Imobiliário TDF.

A TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A., na qualidade de sociedade dominante no período de 2008, contestou, nos termos da lei, esta correção.

Em consequência de uma inspeção realizada pela AT aos elementos contabilísticos da participada TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A. do período de 2008, foi corrigido o respetivo lucro tributável apurado à data naquele período, no montante de 35.467 milhares de euros.

Relativamente a esta correção, a participada TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A., na qualidade de sociedade dominante do grupo de sociedades vigente à data, contestou 32.595 milhares de euros, relacionados com crédito de imposto, regime de reinvestimento de mais-valias fiscais e aplicação do n.º 10 do artigo 22.º do EBF.

Na sequência de uma inspeção ao período de 2014 à participada TDO – Investimento e Gestão, S.A., a AT liquidou adicionalmente Derrama Regional no montante de 102 milhares de euros.

Demonstrações Financeiras Consolidadas 2021

Dado que esta participada se encontrava abrangida, em 2014, pelo regime previsto no artigo 36.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, tal correção foi contestada judicialmente.

No seguimento de diversas inspeções realizadas pela AT ao cálculo do IRC dos períodos de 2015, 2017 e 2018 devido pelo grupo de sociedades tributado no âmbito do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS) de que a “TD, SA” é a sociedade dominante, foram efetuadas as seguintes correções:

1. Aplicação do artigo 90.º do Código do IRC no RETGS

Período	Imposto corrigido
2017	663
2018	871
	1.534

Estas correções resultam de a AT ter um entendimento diferente quanto à utilização das deduções à coleta previstas no artigo 90.º do Código do IRC na Derrama Municipal e Derrama Estadual apuradas no âmbito de aplicação do RETGS, tendo as mesmas sido contestadas judicialmente pela “TD, S.A.”, na qualidade de sociedade dominante.

Informa-se que estas correções, igualmente efetuadas pela AT nos períodos de 2013 a 2016, foram contestadas pela “TD, S.A.”, tendo-lhe sido dada razão ainda em fase administrativa.

2. Gastos de Financiamento Líquidos (artigo 67.º do Código do IRC)

Sobre esta temática, a AT corrigiu o resultado fiscal do RETGS da “TD,S.A.”, nos seguintes termos:

– Correção no montante de 22.710 milhares de euros ao IRC de 2015, incidente sobre a utilização de “folga” apurada em períodos anteriores;

– Correção no montante de 6.305 milhares de euros ao período de 2018, por a AT considerar que determinadas contas deveriam ter sido excluídas da determinação do EBITDA “fiscal” previsto no n.º 13 do artigo 67.º do Código do IRC.

Relativamente à correção do período de 2015 foi entregue impugnação judicial pela “TD, S.A.”, na qualidade de sociedade dominante, a qual irá adotar semelhante procedimento relativamente à correção do período de 2018.

Garantias:

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 o conjunto de empresas incluídas na consolidação tinha prestado garantias a terceiros, como segue:

	2021	2020
Garantias bancárias prestadas	236.968	285.660
Seguros de caução	155.509	110.996

As garantias bancárias foram prestadas fundamentalmente para efeitos de concursos, adiantamentos recebidos e como garantia de boa execução de obras.

A TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., a EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A., a SOMAFEL BRASIL - Obras Ferroviárias e Marítimas, LTDA, a RECOLTE, Servicios y Medioambiente, S.A.U., a EMPA, Serviços de Engenharia, S.A., e a TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções (Colômbia) S.A.S. têm seguros de caução prestados como garantia de boa execução de obras e prestação de serviços.

Para efeitos de suspensão de um processo de execução fiscal instaurado à participada TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. relativo a dívida de IRC do período de 2010, a “TD, S.A.” apresentou uma fiança, no montante de 10.139 milhares de euros, a qual foi aceite pela AT. No seguimento das decisões favoráveis no IRC de 2009 e 2010, foi requerido o cancelamento desta garantia junto da AT.

Demonstrações Financeiras Consolidadas 2021

No montante de garantias bancárias que consta do quadro resumo *supra* estão incluídas garantias que foram prestadas no âmbito da suspensão de diversos processos de execução fiscal, cujo detalhe se apresenta de seguida:

- Para efeitos de suspensão de processos de execução fiscal instaurados à participada TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. relativos a dívida de IRC de 2008, foram emitidas garantias bancárias, a favor da AT, cujo valor, a 31 de dezembro de 2021, ascende a 4.373 milhares de euros. Informa-se que após o fecho do período esta garantia foi reduzida para 3.034 milhares de euros, no seguimento de resposta da AT a requerimento da referida participada;
- Para efeitos de suspensão de um processo de execução fiscal instaurado à participada TDO - Investimento e Gestão, S.A., e relativo a dívida de IRC do período de 2014, foi emitida, a favor da AT, uma garantia bancária no montante de 181 milhares de euros;
- Para efeitos de suspensão de processos de execução fiscal instaurados à “TD, S.A.” relativos a dívidas de IRC apuradas do âmbito do RETGS dos períodos de 2015 a 2017, foram emitidas diversas garantias bancárias, apresentando-se *infra* o detalhe das garantias aticas com referência a 31 de dezembro de 2021:

Período	Montante da garantia bancária
2015	125
2016	594
2017	750
	1.469

Em 31 de dezembro de 2021, os colaterais do Grupo, tem o seguinte detalhe:

Geografia	Banco	Tipo Financiamento	Data Contrato	Data Vencimento	Colaterais
Portugal	Novo Banco	Papel Comercial	16-12-2005	15-12-2023	Penhor 4.610.000 Ações BCP + Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Novo Banco	Descoberto	01-02-2007	31-12-2033	Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Banco Comercial Português	Empréstimo	05-01-2009	15-12-2033	Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Papel Comercial	07-07-2010	31-12-2033	Penhor 4.675.000 Unidades de Participação Fundo TDF + Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Conta Caucionada	07-07-2010	31-12-2033	Penhor 4.675.000 Unidades de Participação Fundo TDF + Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Novo Banco	Papel Comercial	30-12-2013	31-12-2033	Penhor da totalidade das ações da EPOS e da totalidade de ações da C+PA + Penhor 1.325.000 Unidades de Participação Fundo TDF + Hipoteca Pólo Industrial do Montijo + Hipoteca 7 Lotes Mafamude + Hipoteca 9 Lotes Empreendimento Santa Marinha Design District - Santa Marinha + Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Banco Comercial Português	Conta Caucionada	27-06-2014	31-12-2033	Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Empréstimo	22-09-2014	01-06-2034	Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	BIC	Conta Caucionada	06-08-2015	31-12-2033	Garantia Bancária do BIC AO ao BIC PT + Hipoteca TD Angola, Lda (Prédio nº 2554) - Complexo Comercial e Oficinas Pólo Automóvel em Talatona (Angola)
Portugal	Novo Banco	Papel Comercial	28-12-2015	15-06-2027	Penhor 1.045.610 Ações da Recolte Espanha + Penhor de 50% das Ações da TDE + Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Novo Banco	Empréstimo	30-12-2015	01-06-2022	Penhor 2.006.396 Ações BCP + Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Novo Banco	Papel Comercial	14-01-2016	31-12-2033	Penhor da totalidade das ações TDGI + Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Caterpillar	Empréstimo	07-07-2016	07-01-2022	Respetivo(s) Equipamento(s)
Portugal	Caterpillar	Empréstimo	07-08-2016	07-02-2022	Respetivo(s) Equipamento(s)

Demonstrações Financeiras Consolidadas 2021

Geografia	Banco	Tipo Financiamento	Data Contrato	Data Vencimento	Colaterais
Portugal	Banco Comercial Português	Empréstimo	12-08-2016	31-12-2033	Hipoteca Lote 26 do Empreendimento Magnólia e Coína + Vale Figueira, Troviscar, Lezíria Park 2, Villa Rio, Jardins da Póvoa e Parque Logístico da Póvoa + Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Empréstimo	12-08-2016	31-12-2033	Hipoteca Lote 26 do Empreendimento Magnólia e Coína + Vale Figueira, Troviscar, Lezíria Park 2, Villa Rio, Jardins da Póvoa e Parque Logístico da Póvoa + Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Novo Banco	Empréstimo	12-08-2016	31-12-2033	Hipoteca Lote 26 do Empreendimento Magnólia e Coína + Vale Figueira, Troviscar, Lezíria Park 2, Villa Rio, Jardins da Póvoa e Parque Logístico da Póvoa + Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Caterpillar	Empréstimo	12-12-2016	22-06-2022	Respetivo(s) Equipamento(s)
Portugal	Banco Comercial Português	Empréstimo	27-11-2017	30-12-2033	Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Banco Comercial Português	Empréstimo	30-01-2018	30-01-2023	Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Empréstimo	30-01-2018	15-12-2022	Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Banco Comercial Português	Empréstimo	24-04-2018	31-12-2033	Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Portugal	Caixa Geral de Depósitos	Empréstimo	15-12-2018	15-06-2022	Penhor da totalidade Quotas: Soc. Automóvel Angola + Soc. Distribuição Angola + Penhor TDSP Brasil + TD Angola, Lda. + Hipoteca Hotéis Angola: Alvalade e Baía + Hipoteca Hotéis Moçambique: Avenida e Tivoli Beira
Brasil	Banco Itaú	Empréstimo	09-05-2019	31-01-2022	Empreendimento Imobiliário Condomínio Quartier Brooklin - São Paulo / Brasil (108 Unidades Autónomas)
Brasil	Banco Bradesco	Empréstimo	27-06-2019	30-04-2022	Empreendimento Imobiliário Condomínio Loomi Paulista - São Paulo / Brasil (96 Unidades Autónomas)
Brasil	Banco Itaú	Empréstimo	27-12-2019	30-09-2022	Empreendimento Imobiliário Condomínio Loomi Klabin - São Paulo / Brasil (60 Unidades Autónomas)
Portugal	Sandvik credit	Empréstimo	06-04-2020	30-11-2024	Respetivo(s) Equipamento(s)
Portugal	Nordea Bank Abp	Empréstimo	24-06-2020	26-06-2025	Respetivo(s) Equipamento(s)
Brasil	Banco Bradesco	Empréstimo	04-12-2020	31-03-2024	Empreendimento Imobiliário Condomínio Reserva Alta Vista - São Paulo / Brasil (204 Unidades Autónomas)
Angola	BIC	Empréstimo	05-08-2021	05-08-2024	Respetivo(s) Equipamento(s)
Colômbia	Bancolômbia	Empréstimo	17-09-2021	17-08-2022	Respetivo(s) Equipamento(s)
Brasil	Diversos	Empréstimo	Diversas	Diversas	Respetivos equipamentos de múltiplos contratos de financiamento

Compromissos financeiros:

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 as cartas de conforto prestadas pela TEIXEIRA DUARTE, S.A. e as suas subsidiárias ascendiam a 323.521 e 304.012 milhares de euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 estavam vigentes contratos de *factoring* sem direito de regresso, os quais foram registados como redução de contas a receber, no montante de 5.393 e 789 milhares de euros, respetivamente. De acordo com as condições contratuais, a responsabilidade do Grupo restringe-se essencialmente, à garantia de aceitação por parte dos clientes das faturas objeto de *factoring*.

41 - GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Princípios gerais:

O Grupo encontra-se exposto a um conjunto de riscos financeiros que resultam da sua atividade, dos quais merecem destaque:

- riscos de taxa de juro decorrentes do passivo financeiro;
- risco de taxa de câmbio resultante, fundamentalmente, da existência de operações e ativos localizados fora da zona Euro, designadamente Angola, Argélia, Brasil, Colômbia, Equador, Macau, Marrocos, Moçambique, Perú e Venezuela, bem como, disponibilidade de divisas convertíveis em alguns desses mercados;
- risco de crédito, particularmente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com a atividade operacional do Grupo;
- risco de liquidez, no que refere à manutenção de um equilíbrio da tesouraria.

A Direção Financeira do Grupo assegura a gestão centralizada das operações de financiamento, das aplicações dos excedentes de tesouraria, das transações cambiais assim como a gestão do risco de contraparte do Grupo. Adicionalmente, é responsável pela identificação, quantificação e pela proposta e implementação de medidas de gestão/mitigação dos riscos financeiros a que o Grupo se encontra exposto.

De seguida analisam-se de forma mais detalhada os principais riscos financeiros a que o Grupo se encontra exposto e as principais medidas implementadas no âmbito da sua gestão.

Risco de taxa de juro

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo a minimização do custo da dívida sujeito à manutenção de um nível baixo de volatilidade dos encargos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2021 o passivo financeiro é composto por 99,81% de taxa de juro variável (99% em 31 de dezembro de 2020) e 0,19% de taxa de juro fixa (1% em 31 de dezembro de 2020).

Caso as taxas de juro de mercado tivessem sido superiores (inferiores) em 1 p.p. durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os resultados financeiros daqueles períodos teriam (diminuído) aumentado em (8.148) / 8.148 milhares de euros e (8.227) / 8.227 milhares de euros, respetivamente.

Risco cambial

As atividades operacionais do Grupo estão expostas a variações das taxas de câmbio do Euro face a outras moedas.

Acresce que, tendo em consideração os diversos países onde o Grupo desenvolve a sua atividade, a sua exposição ao risco de taxa de câmbio decorre do facto das suas subsidiárias relatarem os ativos e passivos denominados em moeda diferente da moeda de relato, designadamente, Angola, Argélia, Brasil, Colômbia, Equador, Macau, Marrocos, Moçambique, Perú e Venezuela.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio seguida pelo Grupo tem como objetivo diminuir a sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais.

Demonstrações Financeiras Consolidadas 2021

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, convertidos para euros em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 são como segue:

Moeda	Ativos		Passivos	
	2021	2020	2021	2020
Bolivar Venezuelano	-	2.309	-	4.345
Dinar Argelino	20.461	19.164	54.181	13.380
Dinar Kuwaitiano	5.244	15	6.021	252
Dirham Marroquino	84	-	495	35
Dinar Tunisino	-	-	37	-
Dólar Americano	116.095	99.058	42.256	30.606
Escudo Cabo Verdiano	-	-	-	3
Iene Japonês	54	56	20	17
Libra Esterlina	410	477	205	293
Kwanza Angolano	57.287	55.253	87.185	88.550
Metical Moçambicano	60.192	37.554	34.903	40.104
Novo Sol Peruano	4	4	-	-
Pataca Macaense	(185)	-	24	22
Peso Colombiano	-	-	-	3.219
Rand Africa Sul	38	34	20	21
Real Brasileiro	21.196	200	5.201	15.927
Rial do Qatar	-	78	544	-
	280.880	214.202	231.092	196.774

A gestão do risco cambial assenta numa permanente quantificação e monitorização das exposições financeira e contabilística.

Os eventuais impactos gerados no resultado líquido dos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 caso ocorresse uma apreciação de 5% das moedas acima referidas, podem ser resumidos como se segue:

Moeda	2021	2020
Bolivar Venezuelano	-	(102)
Dinar Argelino	(1.686)	289
Dinar Kuwaitiano	(39)	(12)
Dirham Marroquino	(21)	(2)
Dinar Tunisino	(2)	-
Dólar Americano	3.692	3.423
Iene Japonês	2	2
Libra Esterlina	10	9
Kwanza Angolano	(1.495)	(1.665)
Metical Moçambicano	1.264	(128)
Pataca Macaense	(10)	(1)
Peso Colombiano	-	(161)
Rand Africa Sul	1	1
Real Brasileiro	800	(786)
Rial do Qatar	(27)	4
	2.489	871

No entender do Conselho de Administração a análise de sensibilidade acima exposta, tendo por base a posição nas datas indicadas, pode não ser representativa da exposição ao risco de câmbio a que o Grupo se encontra sujeito ao longo do período.

Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a atividade operacional do Grupo. O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem as economias a uma

Demonstrações Financeiras Consolidadas 2021

escala local, nacional ou internacional podem originar a incapacidade dos clientes do Grupo para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados do Grupo.

Este risco é monitorizado numa base regular por cada um dos negócios do Grupo com o objetivo de:

- limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidade da conta a receber;
- acompanhar a evolução do nível de crédito concedido;
- analisar a recuperabilidade dos valores a receber numa base regular;
- as perdas por imparidade em contas a receber, são calculadas considerando:
 - a análise da antiguidade das contas a receber;
 - o perfil de risco do cliente;
 - as condições financeiras dos clientes;
 - a envolvente macroeconómica atual decorrente do impacto da pandemia COVID-19.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é convicção do Conselho de Administração que as perdas por imparidade em contas a receber estimadas se encontram adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 as contas a receber de clientes (Nota 27) para as quais não foram registadas perdas por imparidade, por o Conselho de Administração considerar que as mesmas são realizáveis, são as seguintes:

	2021	2020
Saldos		
Não vencido	66.198	58.427
Até 180 dias	33.030	41.626
De 180 a 360 dias	7.536	5.812
Mais de 360 dias	43.569	58.266
	150.333	164.131

A qualidade de crédito das contas a receber não vencidas incluídas no quadro acima, é monitorizada numa base regular com base nos objetivos acima descritos.

Risco de liquidez

Este risco pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso de dívida.

Como forma de mitigar este risco, o Grupo procura contratar novos financiamentos e manter uma posição líquida e uma maturidade média da dívida que lhe permita a amortização da sua dívida em prazos adequados.

O passivo financeiro com vencimento até um ano é, sempre que se entenda adequado, substituído com maturidade a médio e longo prazo.

Demonstrações Financeiras Consolidadas 2021

A maturidade dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é conforme segue:

	2021				Total
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Mais de 3 anos	
Financiamentos obtidos	171.376	63.276	56.591	487.387	778.630
Responsabilidades com locações	6.180	5.461	4.670	16.345	32.656
Fornecedores	135.977	-	-	-	135.977
Adiantamentos de clientes	161.382	37.229	-	-	198.611
Outras dívidas a pagar	28.458	24.196	-	-	52.654
Outros passivos	96.463	1.244	-	-	97.707
	599.836	131.406	61.261	503.732	1.296.235

	2020				Total
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	
Financiamentos obtidos	77.285	116.400	43.373	537.333	774.391
Responsabilidades com locações	6.157	5.300	4.628	19.245	35.330
Fornecedores	106.197	-	-	-	106.197
Adiantamentos de clientes	126.088	42.718	6.617	7.756	183.179
Outras dívidas a pagar	15.970	5.367	-	-	21.337
Outros passivos	91.889	-	-	-	91.889
	423.586	169.785	54.618	564.334	1.212.323

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 o valor de disponibilidades de caixa e o valor não utilizado do programa de papel comercial e linhas de crédito ascendia a 210.189 milhares de euros e 210.822 milhares de euros, respetivamente.

42 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NO ÂMBITO DA IFRS 9

As políticas contabilísticas previstas na IFRS 9 para os instrumentos financeiros foram aplicadas aos seguintes itens:

	2021			Total
	Empréstimos e contas a receber	Ativos financeiros	Outros passivos e financiamentos obtidos	
Ativos:				
Caixa e equivalentes a caixa	92.847	-	-	92.847
Clientes	150.333	-	-	150.333
Outros investimentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	11.453	-	11.453
Outros investimentos financeiros ao custo amortizado	-	2.752	-	2.752
Outros créditos a receber	49.921	-	-	49.921
Outros ativos	74.662	-	-	74.662
Total de ativos financeiros	367.763	14.205	-	381.968
Passivos:				
Financiamentos obtidos	-	-	778.630	778.630
Responsabilidades com locações	-	-	32.656	32.656
Fornecedores	-	-	135.977	135.977
Adiantamentos de clientes	-	-	198.611	198.611
Outras dívidas a pagar	-	-	52.654	52.654
Outros passivos	-	-	47.881	47.881
Total de passivos financeiros	-	-	1.246.409	1.246.409

Demonstrações Financeiras Consolidadas 2021

	2020			Total
	Empréstimos e contas a receber	Ativos financeiros	Outros passivos e financiamentos obtidos	
Ativos:				
Caixa e equivalentes a caixa	116.215	-	-	116.215
Clientes	164.131	-	-	164.131
Outros investimentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	11.648	-	11.648
Outros investimentos financeiros ao custo amortizado	-	2.569	-	2.569
Outros créditos a receber	42.453	-	-	42.453
Outros ativos	133.412	-	-	133.412
Total de ativos financeiros	456.211	14.217	-	470.428
Passivos:				
Financiamentos obtidos	-	-	774.391	774.391
Responsabilidades com locações	-	-	35.330	35.330
Fornecedores	-	-	106.197	106.197
Adiantamentos de clientes	-	-	183.179	183.179
Outras dívidas a pagar	-	-	21.337	21.337
Outros passivos	-	-	41.801	41.801
Total de passivos financeiros	-	-	1.162.236	1.162.236

43 - MENSURAÇÕES AO JUSTO VALOR

Estimativa de justo valor - ativos e passivos mensurados ao justo valor

A tabela seguinte apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao justo valor em 31 de dezembro de 2021 de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor:

- Nível 1: o justo valor de instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência da demonstração da posição financeira;
- Nível 2: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação;
- Nível 3: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado.

Categoria	Item	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos:				
Outros investimentos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Ações	940	8.955	1.558
Propriedades de investimento	Edifícios e terrenos	-	271.308	-

Exceto no que respeita aos financiamentos obtidos não correntes, a generalidade dos ativos e passivos financeiros têm maturidades de curto prazo, pelo que se considera que o seu justo valor é idêntico aos respetivos valores contabilísticos.

Relativamente aos financiamentos obtidos, conforme evidenciado na Nota 35, a generalidade dos mesmos encontra-se contratado a taxas de juro variável. Desta forma, entende-se que o correspondente valor contabilístico (custo amortizado) não difere significativamente do correspondente valor de mercado.

44 – HONORÁRIOS E SERVIÇO DOS AUDITORES

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 os honorários por serviços prestados pelos auditores às sociedades que integram o Grupo (Moore Stephens e BDO em Portugal; Moore Stephens e Ernst & Young no Brasil; Moore Stephens em Espanha e na Bélgica; Deloitte em Angola; Ernst & Young em Moçambique e ainda a outros auditores) foram os seguintes:

	2021	2020
Serviços de Revisão Legal de Contas e Auditoria	776	733
Outros serviços de garantia e fiabilidade	3	3
Serviços de consultoria fiscal	7	17
Outros serviços	26	16
	812	769

45 – AJUSTAMENTOS DE CONVERSÃO CAMBIAL

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 os ajustamentos de conversão cambial apurados na conversão das demonstrações financeiras de empresas expressas em moeda estrangeira, por geografias, foram as seguintes:

	2021	2020
Angola	78.487	(107.258)
Argélia	1.107	(6.037)
Brasil	798	(39.655)
Moçambique	12.232	(15.288)
Venezuela	302	(5.702)
Outros mercados	792	(2.047)
Total	93.718	(175.987)

46 - APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 22 de abril de 2022, contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal, pela Assembleia Geral de Acionistas, cuja reunião está prevista realizar-se no próximo dia 23 de maio de 2022.

47 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Uma sentença judicial de última instância proferida no dia 17 de fevereiro de 2022 por tribunal argelino no âmbito de um processo respeitante a um parceiro da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. colocou em causa as condições operacionais e financeiras que permitiam assegurar a normal execução de seis empreitadas públicas contratadas na Argélia. Neste contexto, apesar de se tratar de um evento subsequente, o Conselho de Administração deliberou reconhecer nas contas do exercício de 2021 os efeitos decorrentes da suspensão da atividade daquelas seis empreitadas públicas, cujo impacto estimado se traduz num agravamento do Resultado Líquido de 61.120 milhares de euros, bem como numa redução do Passivo de 13.722 milhares de euros e uma redução do Ativo de 74.842 milhares de euros.

Os recentes acontecimentos geopolíticos, que tiveram início em 24 de fevereiro de 2022, em consequência da invasão da Ucrânia pela Rússia, têm vindo a criar um clima de crescente instabilidade política e social, de proporções imprevisíveis e com repercussões significativas na atividade económica global. Apesar de o Grupo não ter exposição direta nos referidos países em conflito, não pode deixar de ser afetada pelos impactos económicos indiretos que poderão advir, caso o conflito não tenha resolução a breve prazo, e que não são possíveis de antecipar e estimar com fiabilidade.

Não temos conhecimento de qualquer outro facto materialmente relevante, com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2021, que tenha ocorrido entre o final do período e a presente data.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



PÁGINA PROPOSITADAMENTE DEIXADA EM BRANCO



Porto de Nacala, Província de Nampula - Moçambique

Relatório, Pareceres e Certificações dos Órgãos de Fiscalização 2021

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,

Introdução

Nos termos previstos no artigo 420º, número 1, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu relatório sobre a ação fiscalizadora que exerceu na TEIXEIRA DUARTE, S.A., bem como o parecer sobre o relatório e contas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e sobre a proposta de aplicação de resultados.

O relatório e contas em apreciação foram aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 22 de abril de 2022 e inclui o Relatório Consolidado de Gestão, a Informação Não Financeira, o Relatório do Governo da Sociedade e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Relatório

No âmbito das atribuições e competências que nos estão legalmente conferidas, acompanhámos as atividades da Sociedade e do Grupo, designadamente através da participação regular do presidente do Conselho Fiscal nas reuniões mensais do Conselho de Administração e de outras reuniões e contactos com o Conselho de Administração, quadros e outros responsáveis do Grupo e, ainda, com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Promovemos, ainda, a realização de reuniões periódicas em que apreciamos a atividade e os negócios da Sociedade e do Grupo e o cumprimento da lei e do contrato social e analisámos os relatórios e contas intercalares, incluindo as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados, por forma a assegurar que os mesmos conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados.

Além destas reuniões, parte das quais foram realizadas remotamente com recurso a plataformas de comunicação eletrónica, supervisionamos o processo de preparação e divulgação da informação financeira e não financeira anual contida nos documentos de prestação de contas e:

- verificámos que o relatório de gestão contém uma exposição clara dos aspetos mais significativos da evolução dos negócios, do desempenho financeiro e não financeiro e da situação patrimonial da Sociedade e do Grupo, bem como do impacto nos negócios do Grupo gerado pelos constrangimentos decorrentes da pandemia mundial de Covid 19 declarada no primeiro trimestre de 2020 e ainda presente;
- verificámos que tanto o relatório de gestão como o relatório do governo da sociedade proporcionam informação detalhada sobre os riscos operacionais, financeiros, de mercado e outros a que as diferentes atividades e sociedades do Grupo estão sujeitas, nomeadamente o risco cambial que resulta da exposição a alguns mercados onde o Grupo tem atividades e cujas moedas têm forte volatilidade com impacto significativo nos ativos, nos resultados e nos capitais próprios;
- verificámos que as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, incluindo os respetivos anexos, proporcionam uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira da Sociedade e do Grupo TEIXEIRA DUARTE, respetivamente;
- apreciamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas emitidas em 29 de abril de 2022 pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, as quais não contêm reservas ou ênfases. Apreciamos ainda o Relatório Adicional dirigido ao Conselho Fiscal, emitido nos termos da legislação em vigor, o qual descreve a forma como a referida Sociedade desenvolveu a auditoria e apurou as conclusões.

Entendemos que a prestação de serviços de auditoria foi feita com independência, nos termos da legislação em vigor, tendo a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas declarado que não prestou quaisquer outros serviços permitidos.

Chamamos a atenção para a situação decorrente da suspensão de alguns negócios nos mercados da Venezuela e da Argélia, pelas razões apresentadas no relatório de gestão, e cujos efeitos negativos estão, com a informação atualmente disponível, refletidos nas demonstrações financeiras de 2021 e divulgados nos documentos de prestação de contas em aprovação.

Parecer

Nestes termos, tendo em consideração as informações que nos foram facultadas pelo Conselho de Administração e pelos Serviços da Sociedade e, ainda, as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre as demonstrações

financeiras individuais e sobre as demonstrações financeiras consolidadas emitidas pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, somos de parecer que:

- a) seja aprovado o Relatório de Gestão do Conselho de Administração;
- b) sejam aprovadas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício de 2021;
- c) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Declaração a que se refere a alínea c) do número 1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários.

Em cumprimento do estabelecido na alínea c) do número 1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da TEIXEIRA DUARTE, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação. Declaram, ainda, que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, o desempenho e a posição financeira da TEIXEIRA DUARTE, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contendo o referido relatório uma descrição dos principais riscos e incertezas do negócio.

Lisboa, 29 de abril de 2022

Óscar Manuel Machado de Figueiredo – Presidente

Ana Cristina Louro Ribeiro Doutor Simões - Vogal

João Salvador dos Santos Matias – Vogal

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Teixeira Duarte, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 1.019.002 milhares de euros e um total de capital próprio de 205.915 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 125.858 milhares de euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Teixeira Duarte, S.A. em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade, nos termos da lei, e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA

SÍNTESE DA ABORDAGEM DE AUDITORIA

1. Valorização das participações financeiras em subsidiárias

Conforme divulgado nas notas 3.2 a), 9 e 10 anexas às demonstrações financeiras, os investimentos financeiros em subsidiárias, no montante de 957.981 milhares de euros, são valorizados pelo método da equivalência patrimonial.

A valorização das participações financeiras da Entidade foi considerada matéria relevante na nossa auditoria, porque o montante escriturado destes ativos é significativo e o processo de mensuração adotado é complexo, face ao elevado número de participações diretas e indiretas e à diversidade das geografias em que as subsidiárias operam.

No período findo em 31 de dezembro de 2021 a Entidade reconheceu perdas líquidas imputadas a subsidiárias, no montante líquido de 102.183 milhares de euros, o qual inclui a perda ocorrida na subsidiária Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. no montante de 112.827 milhares de euros.

Para validar a adequada valorização das participações financeiras executámos diversos procedimentos de auditoria com vista a mitigar os riscos de distorção material nesta área, destacando os seguintes:

- Obtenção das demonstrações financeiras das subsidiárias e das respetivas certificações legais das contas;
- Validação da uniformidade das políticas contabilísticas adotadas na valorização das participações financeiras diretas e indiretas detidas pela Entidade;
- Pesquisa da existência de eventuais indícios de que estes ativos possam estar em imparidade;
- Identificação dos eventos geradores das perdas ocorridas nas geografias da Venezuela e da Argélia, reconhecidas na subsidiária Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., e verificação da respetiva fundamentação e razoabilidade;
- Comprovação da adequação dos critérios de mensuração adotados, teste da exatidão dos cálculos efetuados e verificação do adequado reconhecimento contabilístico; e
- Validação das divulgações incluídas nas notas anexas às demonstrações financeiras.

2. Eventos subsequentes

Conforme referido na Nota 25 anexa às demonstrações financeiras o Conselho de Administração deliberou reconhecer nas contas da subsidiária Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., do período findo em 31 de dezembro de 2021, os efeitos decorrentes de uma sentença judicial de última instância, proferida no dia 17 de fevereiro de 2022, por um tribunal argelino, que colocou em causa as condições operacionais e financeiras que permitiam assegurar a normal execução de seis empreitadas públicas contratadas na Argélia.

Os efeitos decorrentes da suspensão da atividade das referidas obras tiveram um impacto significativo nas demonstrações financeiras, que se traduz na redução do valor da participação financeira e no agravamento do resultado líquido da referida subsidiária, no montante de 61.120 milhares de euros.

Tendo em atenção a natureza e extensão e o facto de se tratar de um evento subsequente ajustável, entendemos dever classificar esta matéria da maior relevância para a nossa auditoria.

A nossa abordagem de auditoria incluiu a execução de diversos procedimentos com vista a mitigar os riscos de distorção material, destacando os seguintes:

- Análise das informações prestadas pelo Conselho de Administração relativamente ao contexto em que a atividade foi desenvolvida pelos Agrupamentos, em que a subsidiária participava;
- Análise de um relatório produzido pelos advogados argelinos que confirmam o processo judicial e descrevem os elementos fundamentais do processo e o respetivo desfecho;
- Verificação de que os registos contabilísticos efetuados estão adequadamente suportados e aprovados pelo órgão de gestão;
- Avaliação dos juízos e pressupostos que estiveram na base da decisão de desconhecimento de ativos e passivos da subsidiária afetos à atividade das seis empreitadas; e
- Validação das divulgações incluídas nas notas anexas às demonstrações financeiras.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão, relatório de governo societário, demonstração não financeira e relatório sobre remunerações nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais na matéria de governo societário, bem como a verificação de que a demonstração não financeira e o relatório de remunerações foram apresentados.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais. Todavia, entendemos, dever salientar que a Entidade não preparou um relatório de gestão autónomo sobre a atividade individual uma vez que, conforme habitualmente, toda a informação relevante consta do relatório consolidado de gestão. Conforme referido no artigo 451º, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no relatório de gestão.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 referido artigo.

Sobre a demonstração não financeira

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade incluiu no seu relatório de gestão a demonstração não financeira prevista no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre o relatório de remunerações

Dando cumprimento ao artigo 26.º-G, n.º 6, do Código dos Valores Mobiliários, informamos que a Entidade incluiu em capítulo autónomo, no seu relatório de governo societário, as informações previstas no n.º 2 do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos auditores da Teixeira Duarte, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de maio de 2015 para o mandato de 2015 a 2018, tendo sido reeleitos na assembleia geral de 27 de maio de 2019 para o mandato em curso (2019 a 2022);
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 28 de abril de 2022; e
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos, nos termos do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 29 de abril de 2022

MOORE STEPHENS & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
Representada por António Gonçalves Monteiro
ROC N.º 382, Registo CMVM N.º 20160109

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Teixeira Duarte, S.A. (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 1.647.705 milhares de euros e um total de capital próprio de 189.205 milhares de euros), incluindo um resultado líquido negativo atribuível a detentores de capital de 119.140 milhares de euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do outro rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Teixeira Duarte, S.A. em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo, nos termos da lei, e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA

SÍNTESE DA ABORDAGEM DE AUDITORIA

1. *Exposição Internacional*

Conforme divulgado na Nota 7 anexa às demonstrações financeiras consolidadas, a atividade do Grupo está distribuída por 6 áreas de negócio, com operações em 7 países, com diferentes contextos económicos e riscos operacionais.

A atividade exercida pelo Grupo fora de Portugal representa 63,5% do volume de negócios. Conforme referido na Nota 41 anexa às demonstrações financeiras consolidadas, vários territórios onde o Grupo opera, estão sujeitos a flutuações cambiais significativas das suas moedas face ao euro.

A exposição às divisas dos referidos países e o agravamento da envolvente económica global acarretam riscos acrescidos para o Grupo, nomeadamente:

- i) *Risco Cambial*, decorrente da forte flutuação das moedas funcionais locais face ao euro;
- ii) *Risco de Liquidez*, resultante de dificuldades de repatriamento de divisas desses territórios; e
- iii) *Risco de Crédito*, decorrente da redução do poder de compra dos clientes de diversas geografias e da insuficiente capacidade de resposta e apoios às economias locais.

Pelo seu significado e imprevisibilidade, consideramos estes temas como matérias relevantes da nossa auditoria.

A nossa abordagem de auditoria incluiu a execução de diversos procedimentos com vista a mitigar os riscos de distorção material, destacando os seguintes:

- Avaliação dos tipos de riscos a que o Grupo está exposto e validação da adequacidade das divulgações do Grupo, relativamente à política de gestão dos riscos;
- Aferição do grau de exposição do Grupo a geografias de elevado risco cambial e de liquidez;
- Avaliação dos riscos de cobrabilidade e da adequação do reconhecimento de eventuais imparidades em contas a receber;
- Análise da conversão cambial das demonstrações financeiras das subsidiárias das diferentes geografias, por referência às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS);
- Acompanhamento das ações desenvolvidas em 2021 para a redução da exposição do Grupo em geografias de maior instabilidade e risco de negócio; e
- Validação das divulgações incluídas nas notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas.

MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA

SÍNTESE DA ABORDAGEM DE AUDITORIA

2. Reconhecimento do rédito de contratos de construção

Conforme evidenciado na Nota 7 anexa às demonstrações financeiras consolidadas, o rédito do Grupo provém de diversas áreas de negócio, sendo a construção o segmento com maior relevância, representando 55,8% do rédito (55,5% em 2020).

Conforme referido na Nota 2.21 anexa às demonstrações financeiras consolidadas, os rendimentos e os gastos provenientes do segmento da construção são reconhecidos de acordo com a IFRS15 - "Rédito de contratos com clientes", a qual prevê que o rédito e as margens associados aos contratos de construção em curso sejam reconhecidos de acordo com a percentagem de acabamento, determinada pelo rácio entre os gastos incorridos e os gastos totais estimados para cada obra.

Dada a incerteza e complexidade dos julgamentos associados às estimativas dos gastos a incorrer até à conclusão das obras, consideramos esta matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Executámos diversos procedimentos de auditoria com vista a mitigar os riscos de distorção material nesta área, destacando os seguintes:

- Descrição e avaliação dos procedimentos adotados e do ambiente de controlo interno relacionado com o reconhecimento do rédito de contratos de construção e teste da eficácia dos controlos existentes;
- Verificação da conformidade da política contabilística adotada com a IFRS 15 – "Rédito de contratos com clientes";
- Obtenção e conciliação dos mapas das obras com os valores constantes dos registos contabilísticos;
- Identificação e análise de uma amostra de contratos que suportam os rendimentos globais dos projetos;
- Seleção por amostragem de autos de medição e de orçamentos que suportam o cálculo das percentagens de acabamento e análise dos gastos incorridos e das estimativas de gastos a incorrer para concluir a obra;
- Análise crítica dos julgamentos efetuados pela gestão relativamente às estimativas e ao reconhecimento das margens previsionais, por referência a informação histórica obtida;
- Revisão da razoabilidade e adequação de provisões necessárias para fazer face a eventuais perdas esperadas em contratos e ainda para garantias de obra; e
- Validação das divulgações incluídas nas notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas.

MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA

SÍNTESE DA ABORDAGEM DE AUDITORIA

3. Valorização e reconhecimento de imparidades em clientes

Conforme divulgado na Nota 27 anexa às demonstrações financeiras consolidadas, as perdas por imparidade acumuladas em contas de clientes representam 105.095 milhares de euros, cerca de 41,1% do total (255.428 milhares de euros), tendo sido reforçadas, no período, em cerca de 24.667 milhares de euros.

O Grupo reconhece as perdas por imparidades esperadas em contas a receber de clientes, em conformidade com a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, sendo a quantia de imparidades acumuladas atualizada em cada data de relato, por forma a refletir as alterações de risco de crédito ocorridas desde o reconhecimento inicial dos respetivos ativos.

A estimativa das perdas por imparidade é efetuada com base numa matriz de incobabilidade, baseada no histórico de crédito dos clientes do Grupo, ajustada por fatores específicos identificáveis tais como geografia, unidade de negócio, tipologia do devedor, nível de solvabilidade e o agravamento generalizado das condições operacionais e financeiras dos clientes das diferentes geografias.

Consideramos este tema como uma matéria relevante de auditoria, sobretudo pelo facto de a recuperação de créditos, em algumas geografias, ser particularmente morosa e as estimativas utilizadas pela gestão envolverem um elevado grau de julgamento.

Executámos diversos procedimentos de auditoria com vista a mitigar os riscos de distorção material nesta área, destacando os seguintes:

- Entendimento e avaliação do ambiente de controlo interno especificamente associado à valorização e ao reconhecimento de imparidades em clientes, tendo identificado os controlos chave e testado a sua efetividade, com vista à redução do risco de distorção material associado a esta rubrica das demonstrações financeiras.
- Análise da antiguidade de saldos de clientes e identificação do valor das imparidades acumuladas relativamente aos créditos em mora;
- Revisão específica de saldos relevantes com entidades sediadas em geografias de maior risco, tendo em consideração a antiguidade da dívida, a capacidade financeira dos devedores e o histórico de cobranças;
- Avaliação dos critérios e pressupostos que estiveram na base dos julgamentos para reconhecer, ou não, ajustamentos por imparidade em clientes;
- Revisão do cálculo do valor descontado dos créditos e avaliação dos pressupostos utilizados pela gestão, nomeadamente o prazo estimado do recebimento e a taxa de desconto utilizada;
- Análise da matriz de incobabilidade elaborada pela gestão para as várias entidades do Grupo, e validação dos seguintes parâmetros: i) identificação dos valores considerados por cada entidade no que respeita às imparidades reconhecidas nas contas; ii) avaliação da fiabilidade e da adequação da informação histórica utilizada; iii) aferição quanto à adequada segmentação das entidades do Grupo, tendo em consideração a sua geografia, segmento de negócio e tipologia de devedor; iv) avaliação dos pressupostos e da base de informação utilizados pela gestão para refletir o agravamento generalizado dos riscos de crédito;
- Realização de testes substantivos relativamente a recebimentos subsequentes ou ocorrência de eventos ou de negociações que reforcem as expectativas de recuperação dos créditos;
- Conclusão sobre a razoabilidade e adequação das quantias reconhecidas como imparidades acumuladas; e
- Validação das divulgações incluídas nas correspondentes notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas.

MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA

SÍNTESE DA ABORDAGEM DE AUDITORIA

4. Valorização dos ativos intangíveis

Conforme descrito na Nota 2.4 anexa às demonstrações financeiras consolidadas, o Grupo mensura os ativos intangíveis ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os ativos intangíveis são desreconhecidos a partir do momento em que deixa de ser provável que dos mesmos continuem a advir benefícios económicos futuros.

Conforme referido na Nota 19 anexa às demonstrações financeiras consolidadas, em consequência da perda da concessão da exploração portuária na Venezuela o Grupo reconheceu no período de 2021 uma imparidade no valor de 28.947 milhares de euros, equivalente ao valor líquido por que estava reconhecida a referida concessão.

Tendo em consideração a expressão deste ativo e da imparidade reconhecida e, ainda, o facto de se tratar de um evento extraordinário, justifica que este assunto tenha sido tratado como matéria relevante da nossa auditoria.

Executámos procedimentos de auditoria com vista a mitigar os riscos de distorção material nesta área, destacando os seguintes:

- Apreciação da decisão da Bolipuertos de pôr termo à concessão da exploração e das respetivas consequências;
- Análise de correspondência trocada com os advogados da Venezuela sobre o termo da exploração portuária;
- Apreciação dos critérios e pressupostos que estiveram na base dos julgamentos para desreconhecer o direito de exploração portuária;
- Validação do reconhecimento contabilístico das quantias apuradas e do seu impacto nas contas; e
- Validação das divulgações incluídas nas notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas.

5. Valorização das propriedades de investimento

As propriedades de investimento detidas pelo Grupo, representam cerca de 16% do total do ativo.

A demonstração consolidada da posição financeira do Grupo, em 31 de dezembro de 2021, apresenta um total de 271.308 milhares de euros referente a propriedades de investimento (234.235 milhares de euros em 31 de dezembro de 2020). Conforme descrito nas Notas 2.2, 2.8 e 21 anexas às demonstrações financeiras consolidadas, as propriedades de investimento são mensuradas pelo justo valor, determinado através de avaliações efetuadas por entidades especializadas e independentes.

As propriedades de investimento encontram-se substancialmente localizadas em Portugal, onde registaram uma variação líquida de justo valor positiva, de 18.616 milhares de euros e em Angola, onde registaram uma variação líquida de justo valor negativa, de 9.552 milhares de euros.

Tendo em consideração a expressão destes ativos nas demonstrações financeiras consolidadas e o julgamento envolvido na determinação do justo valor, justifica que esta tenha sido tratada como matéria relevante da nossa auditoria.

Executámos procedimentos de auditoria com vista a mitigar os riscos de distorção material nesta área, destacando os seguintes:

- Identificação dos imóveis que foram objeto de avaliação;
- Identificação dos avaliadores externos e análise da sua credibilidade e independência;
- Aferição da razoabilidade dos principais pressupostos utilizados pelos peritos;
- Validação dos valores reconhecidos nas contas, por referência aos valores constantes das avaliações;
- Validação da adequada conversão cambial do justo valor das propriedades de investimento localizadas no estrangeiro; e
- Validação das divulgações incluídas nas notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas.

MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA

SÍNTESE DA ABORDAGEM DE AUDITORIA

6. Recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos

Conforme descrito na Nota 26 anexa às demonstrações financeiras consolidadas, em 31 de dezembro de 2021, o saldo da rubrica de ativos por impostos diferidos ascende a 166.192 milhares de euros e tem a seguinte composição:

- 106.685 milhares de euros relativos a perdas por imparidade de ativos financeiros;
- 24.460 milhares de euros decorrentes de prejuízos fiscais reportáveis;
- 12.169 milhares de euros resultantes de crédito de imposto por dupla tributação internacional; e
- 22.878 milhares de euros relativos a outras situações.

Nos termos da IAS12 – “Impostos sobre o rendimento”, os ativos por impostos diferidos apenas podem ser registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a recuperabilidade dos referidos ativos.

O Grupo preparou uma estimativa dos lucros tributáveis para os períodos futuros, tomando por base o seu Plano de negócios e demais pressupostos assumidos pelo órgão de gestão.

Tendo em consideração a natureza, a extensão e o risco de recuperabilidade desta classe de ativos, entendemos que esta matéria se reveste de especial relevância para a nossa auditoria.

A nossa abordagem de auditoria incluiu a execução de diversos procedimentos com vista a mitigar os riscos de distorção material nesta área, destacando os seguintes:

- Análise da aplicabilidade dos normativos legais que reconhecem o direito à dedução de prejuízos fiscais em lucros tributáveis futuros;
- Verificação de que o reconhecimento dos ativos por impostos diferidos foi efetuado em conformidade com os normativos aplicáveis;
- Avaliação dos juízos e pressupostos adotados pelo órgão de gestão que servem de base às projeções efetuadas, que conduziram à determinação de lucros tributáveis futuros;
- Pesquisa de ocorrências ou situações que possam indiciar eventuais riscos na recuperação de ativos por impostos diferidos, designadamente por caducidade do direito à dedução; e
- Validação das divulgações incluídas nas notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas.

7. Eventos subsequentes

Conforme referido na Nota 47 anexa às demonstrações financeiras consolidadas o Conselho de Administração deliberou reconhecer nas contas do período findo em 31 de dezembro de 2021, os efeitos decorrentes de uma sentença judicial de última instância, proferida no dia 17 de fevereiro de 2022, por um tribunal argelino, que colocou em causa as condições operacionais e financeiras que permitiam assegurar a normal execução de seis empreitadas públicas contratadas na Argélia.

Os efeitos decorrentes da suspensão da atividade das referidas obras tiveram um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas, que se traduz por uma redução líquida de valores ativos e passivos no total de 61.120 milhares de euros, por contrapartida de um agravamento do resultado líquido consolidado, por igual montante.

Tendo em atenção a natureza e extensão e o facto de se tratar de um evento subsequente ajustável, entendemos dever classificar esta matéria da maior relevância para a nossa auditoria.

A nossa abordagem de auditoria incluiu a execução de diversos procedimentos com vista a mitigar os riscos de distorção material, destacando os seguintes:

- Análise das informações prestadas pelo Conselho de Administração relativamente ao contexto em que a atividade foi desenvolvida pelos Agrupamentos, em que o Grupo participava;
- Análise de um relatório produzido pelos advogados argelinos que confirmam o processo judicial e descrevem os elementos fundamentais do processo e o respetivo desfecho;
- Verificação de que os registos contabilísticos efetuados estão adequadamente suportados e aprovados pelo órgão de gestão;
- Avaliação dos juízos e pressupostos que estiveram na base da decisão de desconhecimento de ativos e passivos afetos à atividade das seis empreitadas; e
- Validação das divulgações incluídas nas notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório consolidado de gestão, relatório de governo societário, demonstração não financeira consolidada e relatório sobre remunerações nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais em matéria de governo societário, bem como a verificação de que a demonstração não financeira consolidada e o relatório de remunerações foram apresentados.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais. Conforme referido no artigo 451.º, n.º 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira consolidada incluída no relatório consolidado de gestão.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.

Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras consolidadas da Teixeira Duarte, S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual, estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração o Guia de Aplicação Técnica da OROC sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros:

- a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido; e
- a identificação e avaliação dos riscos de distorção material associados à marcação das informações das demonstrações financeiras consolidadas, em formato XBRL utilizando a tecnologia iXBRL. Esta avaliação baseou-se na compreensão do processo implementado pelo Grupo para marcar a informação.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual, estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Sobre a demonstração não financeira consolidada

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo incluiu no seu relatório consolidado de gestão a demonstração não financeira consolidada prevista no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre o relatório de remunerações

Dando cumprimento ao artigo 26.º-G, n.º 6, do Código dos Valores Mobiliários, informamos que a Entidade incluiu em capítulo autónomo, no seu relatório de governo societário, as informações previstas no n.º 2 do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos auditores da Teixeira Duarte, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de maio de 2015 para o mandato de 2015 a 2018, tendo sido reeleitos na assembleia geral de 27 de maio de 2019 para o mandato em curso (2019 a 2022);
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude;

- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 28 de abril de 2022; e
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Lisboa, 29 de abril de 2022

MOORE STEPHENS & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
Representada por António Gonçalves Monteiro
ROC N.º 382, Registo CMVM N.º 20160109

Contactos

PORTUGAL

Sede

Lagoas Park, Edifício 2
2740-265 Porto Salvo
Tel.: (+351) 217 912 300
Fax: (+351) 217 941 120
E-mail: geral@teixeiraduarte.pt
Site: www.teixeiraduarte.com

Polo Operacional Teixeira Duarte

Av. da Indústria, 540 2870-635 Alto do Estanqueiro
Jardia – Montijo
Tel.: (+351) 219 948 000
Fax: (+351) 210 096 888
Rua das Pretas, 4 - 4º Dto.
9000-049 Funchal – Madeira
Tel.: (+351) 291 206 930

Edifício Tower Plaza

Rotunda Engº Edgar Cardoso, nº 23 - Piso 8
4400-676
Vila Nova de Gaia
Tel.: (+351) 226 166 180
Fax: (+351) 226 104 297

ÁFRICA DO SUL

GLOBAL NET DISTRIBUTORS (PTY) LTD
Office 08-09 15th Floor Sandton The Forum, Sandton
Maude Street - Sandton 2196 – Johannesburg
(+27) 711615033
(+27) 823760615

ANGOLA

Avenida Pedro de Castro Van-Dúnem Loy
Baixo Morro Bento (Maxipark)
Edifício Teixeira Duarte, 387 – Luanda
Tel.: (+244) 222 641 500
Fax: (+244) 222 641 560

Polo Operacional Teixeira Duarte

Rua S/N, Zona Industrial Polo Operacional de Viana
Edifício Central
Viana – Luanda

ARGÉLIA

08 Route Ben Aknoun - El Biar
16030 Alger
Tel.: +213 (0) 21 92 74 33

BÉLGICA

TDGI, S.A.

Avenue Jean Monnet,
1 1348 LOUVAIN-LA-NEUVE
Tel.: (+32) 2 318 38 04

BRASIL

Av. das Nações Unidas, 12.901, 2º andar,
cj. 201, Torre Norte – CENU
Brooklin Novo – São Paulo – SP
CEP 04578-910
Tel.: (+55) 113 585 08 00

Rua Iguatemi, 448 - 10º Andar
Itaim Bibi - São Paulo – SP
CEP 01451 – 010
Tel.: (+55) 112 144 57 00

EMPA - Serviços de Engenharia, S.A.

Av. Paulo Ferreira da Costa, 553
Vista Alegre - Lagoa Santa – MG CEP 33400-000
Tel.: (+55) 313 311 47 88

CABO VERDE

Travessa do Moinho de Vento, Nº 1,
2.º Andar do Prédio Amarelo, Encosta de Chã de Areia
CP. 156-C - Cidade da Praia

CHINA (MACAU)

Avenida Dr. Mário Soares, nº 25
Edifício Montepio, Ap. 26-28, 3º Andar – Macau
Tel.: (+853) 28 780 288
Fax: (+853) 28 780 188

COLÔMBIA

Carrera 11, 94-02 - Oficina 201
Edifício Centro de Negócios Manhattan
Bogotá
Tel.: (+57) 1 6754530

EQUADOR

Avenida 12 de Octubre, nº 24-660
Calle Francisco Salazar, Edifício Concorde, Piso 11
Quito – Equador

ESPAÑA

Avenida Alberto Alcocer, nº 24 - 7º C
28036 Madrid
Tel.: (+34) 915 550 903
Fax: (+34) 915 972 834

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

1030 Salem Road Union, NJ 07083

TDRE Investments, LLC

16800 Dallas Pkwy., Ste. 240, Dallas,
TX 75248-1991
Tel: +1 (469) 655-5845

FRANÇA

SOMAFEL, S.A (Sucursal)

11, Bis, Passage Dartois Bidot
94100 Saint-Maur des Fosses

GABÃO

SOMAFEL Gabon

Z.I. OWENDO
BP: 2198
Libreville
Tel: (+241) 66 8 09 84

KUWAIT

Mazaya Towers, Tower 2, 8th Floor
Khalid Ibn Al Waleed St., Block 3, Mirqab
Kuwait City
Tel: (+965) 2228 2382

MARROCOS

SOMAFEL, S.A (Sucursal)

Angle BD Anfa et Rue Clos de Province,
Nº 2, 6ème Étage, Nº 6B
20040 Casablanca
Tel.: (+212) 223 62 890
Fax: (+212) 223 62 647

MOÇAMBIQUE

Avenida 24 de Julho, número 11, 3º piso
Polana Shopping
Tel.: (+258) 214 914 01
Fax: (+258) 214 914 00

PERU

Avenida Javier Prado Este Nº 560
Int.1601
San Isidro – Lima

QATAR

TDGISERV Services WLL

Al Mana Plaza, 1st Floor, Office 101
Qatari Bin Fujaah St., Bin Mahmoud
PO Box 7098 Doha – Catar
Tel.: (+974) 4498 9556

REINO UNIDO

SOMAFEL - Railway Construction, S.A.

Davidson House, Forbury Square
Reading, RG1 3EU
Tel.: (+44) 1189 001440

VENEZUELA

Av. Venezuela del Rosal, con Calle Mohedano,
Torre JWM, frente al BOD, piso 5, El Rosal 1060 Caracas
Tel.: (+58) 212 951 2012
Fax: (+58) 212 953 7409



TEIXEIRADUARTE.COM